



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**(Re) invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano:
turismo e economia criativa como elos de gestão participativa**



Lillian Maria de Mesquita Alexandre

**São Cristóvão - Sergipe
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE

(Re) invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe - UFS, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo

Linha de pesquisa: Dinâmica Ambiental e Planejamento Regional

São Cristóvão – Sergipe
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A381r	<p>Alexandre, Lillian Maria de Mesquita</p> <p>(Re) invenção do Turismo de Base Comunitária no litoral sul sergipano : turismo e economia criativa como elos de gestão participativa / Lillian Maria de Mesquita Alexandre ; orientador Hélio Mário de Araújo. – São Cristóvão, 2018. 260 f. : il.</p> <p>Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.</p> <p>1. Geografia. 2. Turismo. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Comunidades. 5. Turismo e Estado. 6. Costa – Sergipe. 7. Costa – Portugal. I. Araújo, Hélio Mário de, orient. II. Título.</p> <p>CDU 911.3:338.484:502.131.1(813.7+469)</p>
-------	--

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

(Re) invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa.

Tese de doutorado submetida à apreciação da Banca Examinadora em 06 de fevereiro de 2018, constituída pelos membros:

Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo (DGE/PPGEO/PRODEMA/UFS)
(Orientador)

Prof^ª. Dr^a. Lílían de Lins Wanderley (DGE/PPGEO/UFS)
(Examinador interno)

Prof. Dr. Christian Jean-Marie Boudou (DGE/UFS)
(Examinador externo)

Prof. Dr. José Jaime da Silveira Barros Neto (Instituto Federal de Sergipe – IFS)
(Examinador externo)

Prof. Dr. Edinaldo Batista dos Santos (Instituto Federal de Sergipe – IFS)
(Examinador externo)

São Cristóvão – Sergipe
2018

“Foi o tempo que dedicastes à tua rosa que a fez tão importante” (Antonie de Saint-Exupéry)

*“O Senhor é meu Pastor e nada me faltará.”
Salmo 23*

AGRADECIMENTOS

Sem perder de vista Deus e a fé que Nele tenho em minha vida, meu primeiro agradecimento vai ao meu marido, Geraldo Pires, principalmente por me apoiar, porque sem ele, ao longo desse período de doutorado, não haveria condições para conseguir construir tudo o que este compêndio significa. A minha família, que direta ou indiretamente estiveram presentes ao longo desses quatro anos.

No princípio, pensar em agradecer é fazer uma lista mental de quantas pessoas estiveram presentes na construção desse saber, sim porque por aqui foram várias, de ex-colegas de trabalho que me ajudaram com dados e informações para a composição da escrita, como aos meus queridos ex-alunos da turma de 2014.1, que me apoiaram logo no início, pelas palavras de carinho e apoio que sempre tive deles em sala de aula e por terem vibrado por mim e comigo quando fui aprovada em 2013 no doutorado. Sem isso, seria ainda mais duro, dar aula e estudar numa área tão distinta como a da geografia.

Aos meus colegas de trabalho, em especial a Prof^a Dr^a Daniella Pereira, com quem troquei diálogos sobre a geografia do turismo; ao Prof. Msc. Joab Almeida, por me ajudar com o debate das políticas públicas de turismo (amante como eu dessa área) e a Prof^a Dr^a. Janaína Mello, com os debates sobre metodologia aplicada e sobre os nossos devaneios de pesquisadora, pessoas com quem contei muito ao longo dessa construção.

Em 2014 eu passei por um procedimento cirúrgico, que exigiu de mim muita dedicação e disciplina para me reestabelecer, pois ainda não havia saído o afastamento e ainda sofria com a doença que já havia me acometido em 2013, antes da aprovação do doutorado e, nesse processo, tive muito apoio dos meus médicos, a quem também dedico essa escrita: Dr. Raul Andrade, Dr^a Márcia Cândido, Dr. Rodolfo Costa e Dr. Raul Andrade, a equipe de peso a quem eu peço socorro sempre que preciso.

Daí veio a minha nova vida, e com ela, ao longo do discernimento físico e mental, para melhorar a minha saúde, todos os meus colegas do *triathlon*, das corridas, dos pedais e da natação que fiz ao longo dos *pit stop* nas pesquisas e produção. Sim, por que não se vive de trabalho, mas é preciso também, cuidar da saúde, afinal, um bariátrico precisa desse suporte para ter uma boa qualidade de vida.

A disciplina que o esporte me proporcionou melhorou consideravelmente o meu trabalho com a tese, pois consegui distribuir bem o tempo e ainda, com o cérebro oxigenado, conseguia produzir muito melhor.

Ao longo das aulas, conheci pessoas incríveis. Obrigada pelos ensinamentos meus amigos: Heleno Macedo, Alizete Santos e Wesley Alves, vocês foram grandes parceiros dentro e fora do PPGEQ. A Prof^a Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas, com quem muito aprendi sobre geografia cultural e a Prof^a Dr^a Rosana de Oliveira Santos Batista, pelos bate papos sobre análise do discurso na geografia. Aos demais professores do PPGEQ, por terem agregado consideravelmente em meu ser profissional ao longo desse período. O aprendizado foi único.

Aos colegas do Instituto Federal de Sergipe - IFS que me oportunizaram participar como ouvinte de duas disciplinas no curso de Mestrado em Turismo, que me animaram consideravelmente para o rumo certo da tese em 2015, e em particular aos professores Dr. Lício Valério e Dr^a Mary Nadja, que me permitiram interagir com suas turmas e trocar ricos e preciosos olhares sobre o turismo e suas relações possíveis. Aos amigos que fiz desde então, Eduardo Barreto e Roberta Nascimento, vocês são demais.

Ao Prof. Dr. Marcos Eugênio Oliveira Lima (ex Pró-reitor de pós-graduação da UFS), pois sem seu empenho inicial, eu não teria realizado o doutoramento sanduíche e ao Prof. Dr. Israel Roberto Barnabé (*In memória*), que na ocasião, agilizou toda a documentação necessária para comprovar o convênio entre a Universidade Federal de Sergipe e a Universidade do Algarve, dando celeridade ao trâmite.

Aos amigos e colegas que fiz ao longo dos seis meses de vivência em Portugal: Ângela Coradine (Brasileira), Alba Durães (Brasileira), Carol Rogel (Brasileira), Sarah Etamimi (Marroquina), Zhe Cui - Gilda (Chinesa), António Ramos (Português), Raquel Rodrigues (espanhola), Maria Aparecida Santos (Brasileira), Taissa Caroline (Brasileira), Alexssandro Becker (Brasileiro) e tantos outros que acrescentaram não só na construção intelectual, mas principalmente, para a vida. “Fui uma e voltei outra, com certeza”, a vocês, meu muito obrigada.

Ao querido Prof. Dr. João Albino Silva, meu supervisor do doutoramento sanduíche na Universidade do Algarve, em Portugal, não tenho palavras para descrever esse ser humano incrível que me acompanhou ao longo dos 6 meses em que vivenciei uma grande oportunidade de aprendizado acerca do turismo e seu universo e com quem tracei discussões intensas e evoluídas sobre o meu objeto de pesquisa Tavira-Pt e sobre o Litoral Algarvio. Não tenho como agradecer a tudo o que o senhor me ensinou, meu MUITO OBRIGADA! Aproveito para agradecer também a CAPES por nos proporcionar esta vivência, através do edital público nº 19/2016, do qual pude participar. E ainda, aos colegas virtuais do Grupo do *Facebook* Bolsistas Capes, que tanto me ajudaram não só na troca de experiências acadêmicas como a indicação de *links* e procedimentos de análise de dados para a finalização de minhas análises, mas também pelos desabafos nos momentos das idas e vindas do doutorado. Realmente, vocês foram giro demais!

E não menos importante, mas com um carinho todo especial, de coração de um Pai, agradeço ao meu orientador, porque com certeza, sem ele nada disso seria possível, porque foi ele quem “pegou no meu pé” para fazer a seleção do doutorado em 2013. Foi quem sempre me acompanhou em minhas solicitações e acreditou em mim. Agradeço imensamente ao auxílio que me deu ao longo dessa construção e do apoio nessa reta final.

Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo, você é SENSACIONAL!

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fluxograma metodológico da pesquisa.....	40
Figura 02 – Litoral Sul Sergipano e Municípios de investigação	42
Figura 03 – Polos de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Sergipe.....	43
Figura 04 – Área de abrangência do Polo Costa dos Coqueirais	44
Figura 05 – Espacialização dos investimentos do PRODETUR	46
Figura 06 – Localização Itaporanga D’Ajuda	48
Figura 07 – Placa do projeto Aratu na entrada da Ilha	50
Figura 08 – Pôr do Sol Rio Vaza Barris	50
Figura 09 – Fruta Mangaba – Praia do Abaís.....	50
Figura 10 – Pirão de Peixe com peixe frito – Praia do Saco	50
Figura 11 – Barco de transporte turístico	50
Figura 12 – Casas na Praia da Caueira	51
Figura 13 - Turista na Lagoa dos Tambaquis.....	52
Figura 14 – Azulejo português	52
Figura 15 – Praia do Saco.....	53
Figura 16 – Casa da Mangaba no município de Estância 2014.....	54
Figura 17 – Casa da Mangaba no município de Estância 2016.....	54
Figura 18 – Localização do município de Santa Luzia do Itanhy	56
Figura 19 – Engenho São Felix	57
Figura 20 – Pescador no Castro.....	57
Figura 21 – Restaurante no Crasto	59
Figura 22 – Moradores no Crasto.....	59
Figura 23 – Pousada e Restaurante.....	59
Figura 24 – Barco para turista no Crasto.....	59
Figura 25 – Localização do Município de Indiaroba.....	60
Figura 26 – Ponte Joel Silveira.....	61
Figura 27 – Acesso povoado Terra Caída	61
Figura 28 – Região turística do Algarve.....	62
Figura 29 – Localização de Tavira na região do Algarve-Portugal.....	63
Figura 30 – Localização geográfica do município de Tavira e suas freguesias	64
Figura 31 – Centro da cidade de Tavira-Algarve	65

Figura 32 – Ponte sob o rio Gilão em Tavira	66
Figura 33 – Retroalimentação do TBC pelo turismo criativo	72
Figura 34 – Feira de Artesanato em Tavira	75
Figura 35 – Artesanato local	75
Figura 36 – População e turistas encenando uma história local	78
Figura 37 – Fluxograma do novo perfil de turista	79
Figura 38 – Localização de Portugal	81
Figura 39 – Localização da região do Algarve – Portugal	81
Figura 40 – Evolução da cadeia de valor do turismo de sol, mar e praia	84
Figura 41 – Modelo existencial na sociedade industrial	93
Figura 42 – Modelo SISTUR de Beni	94
Figura 43 – Modelo de dimensões sustentáveis	95
Figura 44 – Conjunto de relações ambientais: ambiente econômico	100
Figura 45 – Proposta do subsistema econômico a partir da economia criativa	102
Figura 46 A, B, C, D, E e F – Referentes à Praia do Saco e a invasão do mar	115
Figura 47 – Condomínio Belle Ville Praia do Saco	116
Figura 48 – Avanço das dunas na Praia do Saco	117
Figura 49 – Localização da APA Litoral Sul	118
Figura 50 – Natureza do mangue, Ilha Mem de Sá	119
Figura 51 – Lagoa dos tambaquis, Praia do Saco	119
Figura 52 – Orla do Abaís	119
Figura 53 – Natureza Povoado Pontal	119
Figura 54 – Casa de veranista na Ilha Mem de Sá em Itaporanga D’Ajuda	137
Figura 55 – Restaurante na orla da Ilha Mem de Sá em Itaporanga D’Ajuda	138
Figura 56 – Casa de veranista para alugar	140
Figura 57 – Construção do espaço de vivência	141
Figura 58 – Orla da Ilha	142
Figura 59 – Área de Apicum	143
Figura 60 – Roda de Conversa com visitantes e representantes da comunidade	145
Figura 61 – Atracadouro particular na Ilha Mem de Sá	146
Figura 62 – Terrenos para condomínio de casas na Ilha Mem de Sá	147
Figura 63 – Turistas saindo da Ilha Mem de Sá	148
Figura 64 – Restaurante de Ângela na Ilha Mem de Sá	148

Figura 65A e B – Pousada Me Sá.....	149/150
Figura 66 – Placa de Sinalização da sede da Associação	152
Figura 67 – Nova sede da Associação das Catadoras de Mangaba.....	152
Figura 68 – Produtos da produção das catadoras de mangaba	152
Figura 69 – A mangaba <i>in natura</i>	152
Figura 70A – Tear da Associação	158
Figura 70B – Cortinas	158
Figura 70C – Artesã	158
Figura 70D – Artesão	158
Figura 71 – Centro de artesanato na cidade de Santa Luzia do Itanhhy.....	159
Figura 72A – Rodovia Adail Dantas do Amor Cardoso, Povoado Crasto	161
Figura 72B – APA na rodovia do Crasto.....	162
Figura 73A – Visitantes no Povoado Crasto	163
Figura 73B – Orla do Povoado Crasto	164
Figura 73C – Dinâmica Social na orla do Crasto.....	164
Figura 73D – Restaurante Orla do Crasto.	165
Figura 74 – Ponte Gilberto Amado sobre o rio Piauí/Real.....	167
Figura 75A – Fluxo de turistas na Orla do Povoado Terra Caída	168
Figura 75B – Fluxo de turistas na Orla do Povoado Pontal	168
Figura 76 – Condomínio Belle Ville na Região da Praia do Saco	169
Figura 77A e B – Imagens do projeto do atracadouro da ilha de Mem de Sá em Itaporanga D'Ájuda	176
Figura 78A e B – Imagem do projeto de urbanização da Praia do Saco	177
Figura 79 – Fortalecimento do TBC a partir do turismo criativo.....	179
Figura 80 – Proposta de novo modelo de gestão do TBC	181
Figura 81 – Análise da Matriz Swot.....	184
Figura 82A – Passeio de escuna no povoado Terra Caída	185
Figura 82B – Praia do Abais	185
Figura 82C – Passeio de bugre Praia do Saco.....	185
Figura 82D – Moradora do povoado Crasto.....	185
Figura 83A – Povoado Crasto	186
Figura 83B – Orla Terra Caída.....	186
Figura 83C – Pescador povoado Terra Caída.....	186

Figura 83D – Pescador povoado Pontal	186
Figura 83E – Comida Típica Ilha Mem de Sá.....	187
Figura 83F – Mangabas.....	187
Figura 83G – Lagoa dos Tambaquis, Praia do Saco	187
Figura 83H – Manguezal na Ilha Mem de Sá.....	187
Figura 84 – Praia D. Ana, em Lagos - Algarve	193
Figura 85 – Ilha de Tavira - Algarve	194
Figura 86 – Catedral Sé de Silves - Algarve	195
Figura 87 – Igreja Santa Maria do Castelo	195
Figura 88 – Atracadouro em Portimão - Algarve.....	197
Figura 89 – Atracadouro em Faro - Algarve	197
Figura 90 – Rio Gilão em Tavira.....	201
Figura 91 – Castelo e Muralhas de Tavira - Algarve	201
Figura 92 – Ilha de Tavira em Tavira - Algarve.....	205
Figura 93 – Museu Municipal de Tavira - Algarve.....	206
Figura 94 – Pichações no centro histórico de Tavira - Algarve	207
Figura 95A e B – Lixo as margens do Rio Gilão em Tavira.....	208
Figura 96 – Fluxo de turistas Maio/2017	209
Figura 97 – Folheto informativo sobre o passeio a Ilha de Tavira - Tavira	209
Figura 98 – Barco Taxi que faz a travessia para ilha de Tavira - Tavira	210
Figura 99A e B – Visão aérea do parque nacional da Ria Formosa.....	211
Figura 100 – Localização do parque natural no Algarve	212
Figura 101A e B – Símbolos do Parque Nacional, o Camão ou a Galinha Sultana.....	213
Figura 102 - Marisqueiro.....	214
Figura 103 – Paisagem do Parque	214
Figura 104A – Polvo a Lagareira	218
Figura 104B – Peixe do dia	218
Figura 105 – Demonstração do Pão caseiro em Tavira.....	220
Figura 106 – Oficina na festa da cidade	221
Figura 107 – Utensílios para o preparo de alimentos	223

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Municípios do Polo Costa dos Coqueirais selecionados para a pesquisa	29
QUADRO 02 – Dimensões e indicadores da OMT	29
QUADRO 03 – Categorização da análise para o TBC	35
QUADRO 04 – Súmula das metas e princípios legais do desenvolvimento sustentável, proposta pelo CMDA	88
QUADRO 05 – Impactos do Turismo	97
QUADRO 06 – Impactos positivos e negativos econômicos do turismo	105
QUADRO 07 – Quadro das Razões.....	106
QUADRO 08 – Cadeia de dimensões <i>in puts</i> ambientais, sociais, econômicos e culturais ..	109
QUADRO 09 – Descrição das ações do Programa no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe .	113
QUADRO 10 – Impactos positivos e negativos sociocultural do turismo	123
QUADRO 11 – Litoral Sul Sergipano, ações previstas no PRODETUR, 2017.....	175
QUADRO 12 – Dimensões e indicadores para o novo modelo de Gestão de TBC	180

RESUMO

O turismo é um fenômeno social, complexo e diversificado tanto que, devido a sua abrangência, hoje não se idealiza apenas como atividade de lazer, mas também permite a inserção de novas formas de analisá-lo, mobilizando pessoas pelos mais variados motivos, para os mais diversos destinos. A compreensão de que ele se baseia em um sistema complexo, integrado e dinâmico é necessário para refletir novas possibilidades na gestão, onde uma interação não só no âmbito econômico, mas também no social, cultural e ambiental, fortalecem as ações das políticas públicas de turismo. Neste sentido, o desenvolvimento dessa pesquisa visou, em termos gerais, analisar o modelo de desenvolvimento proposto pelo Turismo de Base Comunitária (TBC) junto às comunidades tradicionais do Litoral Sul Sergipano, levando-se em consideração os municípios que fazem parte do Polo Costa dos Coqueirais, a saber: Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. A pesquisa é de caráter qualitativo, baseado no método fenomenológico, amparado na Teoria da Complexidade de Morin (1985). Para cumprimento dos objetivos específicos, utilizaram-se diferentes procedimentos metodológicos, priorizando a entrevista com os diversos atores sociais locais, a observação direta participante e do registro fotográfico para coleta dos dados e a análise do discurso para a crítica, por meio da categorização de dados que se relacionam com o Turismo Criativo e a Economia Criativa. Os impactos negativos advindos pela falta de controle da ocupação dos espaços, o (des) ordenamento territoriais causados pelas construções de empreendimentos imobiliários (Segunda Residência), o aumento da especulação imobiliária e da violência urbana nessas áreas, mostram algumas consequência dos conflitos gerados por ocupações desordenadas e pela falta de políticas públicas eficientes. É preciso atentar para que a efetivação de políticas públicas municipais tenham na participação dos atores sociais locais (e não só atores públicos e privados), uma construção coletiva e como tal, um novo olhar para o planejamento participativo. Mudanças socioespaciais advindas de ações, principalmente, do PRODETUR (utilizado como política pública federal e estadual) devem ser minimizadas a partir de um planejamento participativo eficiente. Observou-se também, a criação de territórios de poder, refletidos na imposição de empreendedores de fora das localidades, de subempregos gerados e da não empregabilidade dos jovens na chamada “geração de emprego e renda” promovida pelo turismo. Portanto, construir esse novo modelo de gestão a partir do TBC, é construir um modelo de referência para o desenvolvimento turístico local, chegando-se o mais perto possível das premissas da sustentabilidade local, cuidando dos espaços coletivos, do lugar e conseqüentemente, fazendo emergir um território turístico passível de fomentar inclusão social de qualidade e minimizando os impactos pontuados.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária – Turismo Criativo – Litoral Sul de Sergipe.

ABSTRACT

Tourism is a social phenomenon, complex and diversified so much that, due to its scope, today is not only idealized as a leisure activity, but also allows the insertion of new ways of analyzing it, mobilizing people for a variety of reasons, for the destinations. The understanding that it is based on a complex, integrated and dynamic system is necessary to reflect new possibilities in the management, where an interaction not only in the economic but also in the social, cultural and environmental spheres, strengthen the actions of tourism public policies . In this sense, the development of this research aimed, in general terms, to analyze the development model proposed by Community Based Tourism (TBC) in the traditional communities of the Sergipano South Coast, taking into account the municipalities that are part of the Costa Coconut trees, namely: Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy and Indiaroba. The research is qualitative, based on the phenomenological method, supported by Morin's Theory of Complexity (1985). In order to fulfill the specific objectives, different methodological procedures were used, prioritizing the interview with the various local social actors, the participant direct observation and the photographic record for the data collection and the analysis of the discourse for the critic, through the categorization of data which relate to Creative Tourism and the Creative Economy. The negative impacts of the lack of control of the occupation of the spaces, the territorial (dis) ordering caused by the construction of real estate developments (Second Residence), the increase in real estate speculation and urban violence in these areas show some consequence of the conflicts generated by occupations and the lack of efficient public policies. It is necessary to ensure that the implementation of municipal public policies will involve local social actors (and not only public and private actors), a collective construction and as such, a new look at participatory planning. Socio-spatial changes arising from actions, mainly of PRODETUR (used as federal and state public policy) should be minimized through efficient participatory planning. It was also observed the creation of territories of power, reflected in the imposition of entrepreneurs from outside the localities, of underemployment generated and the non-employability of young people in the so-called "employment and income generation" promoted by tourism. Therefore, building this new model of management from the TBC, is to build a reference model for local tourism development, getting as close as possible to the premises of local sustainability, taking care of the collective spaces, the place and consequently, a tourist territory capable of promoting social inclusion of quality and minimizing the punctuated impacts.

Keywords: Community Based Tourism - Creative Tourism - Southern Coast of Sergipe.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTAS DE QUADROS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	17
1 – DOS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	
1.1 – O princípio de tudo	24
1.2 – Atividades da pesquisa no Litoral Sul Sergipano	28
1.3 – Atividades da pesquisa desenvolvidas em Portugal	38
1.4 – Caracterização da área de estudo	41
1.4.1 – O litoral sul sergipano	41
1.4.2 – O município de Itaporanga D’Ajuda, Praia da Caueira e a Ilha Mem de Sá	47
1.4.3 – O município de Estância e suas praias	51
1.4.4 – O município de Santa Luzia do Itanhy e o povoado Crasto	55
1.4.5 - O município de Indiaroba e seus povoados turísticos	59
1.4.6 – O litoral sul de Portugal: Tavira – Algarve	61
2 – DAS BASES CONCEITUAIS DO TURISMO À TEORIA DA COMPLEXIDADE	
2.1 – Contextualização do TBC em escala mundial	68
2.2 – Bases conceituais de Turismo Cultural e Turismo Criativo	71
2.3 – As dimensões do litoral sul sergipano: revisitando o turismo balnear, o turismo de praia e sol e o turismo no litoral.	80
2.4 – O desenvolvimento e o turismo sustentável	85
2.5 – A sinergia entre as dimensões no litoral sul de Sergipe	92
2.5.1– Da dimensão econômica	100
2.5.2 – Da dimensão política	105
2.5.3 – Da dimensão ambiental	114

2.5.4 – Da dimensão sociocultural	120
2.6 – Modelos sistêmicos: SISTUR e a Teoria da Complexidade	124
2.7 – Pensando ordenamento territorial no turismo a partir da complexidade.....	131
3 – CONFIGURAÇÕES DE UM NOVO MODELO DE GESTÃO PARA O LITORAL SUL SERGIPANO	
3.1 – Análise dos dados no Município de Itaporanga D’Ajudá.....	135
3.2 – Análise dos dados no Município de Estância	151
3.3 – Análise dos dados no Município de Santa Luzia do Itanhhy	157
3.4 – Análise dos dados no Município de Indiaroba	166
3.5 – Sob o olhar das políticas públicas e dos gestores do turismo nos municípios do litoral sul.	171
4 – (RE) INVENÇÃO DO TURISMO BALNEAR SUSTENTÁVEL EM TAVIRA-ALGARVE/PORTUGAL	
4.1 – Caraterização das atividades turísticas de Tavira – Algarve	190
4.2 – O Concelho de Tavira: ambiente (s), cultura e turismo.....	200
4.3 – Da dieta mediterrânica ao turismo criativo.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	233
APÊNDICES	249

INTRODUÇÃO

É necessário pensar no turismo não apenas como um gerador de riquezas, de emprego e renda ou um dinamizador da economia e consequentemente, de fomento para o desenvolvimento local, mas sim como um grande e complexo sistema de interações entre as dimensões socioculturais e ambientais, como um movimento conjunto para gerar esse desenvolvimento.

Nessa dinâmica sistêmica, incluir o aspecto político é mais importante do que pensar na afirmativa utilizada ao longo dos tempos de que “turismo gera emprego e renda”, pois é a partir do direcionamento das políticas públicas que o desenvolvimento pelo sistema turístico passará a existir.

O turismo constitui-se num “fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para os sujeitos que o praticam” (MOESH, 2000, p. 45). O sujeito turístico consome o turismo por intermédio de um processo tribal de comunhão, de realização, de testemunho, em um espaço e tempo tanto real como virtual, desde que seja possível de convivência e de presenteísmo. O valor simbólico perpassado pela comunicação tátil desse fenômeno reproduz-se, ideologicamente quando os turistas comungam de sentimentos, reproduzido pela diversão e quando há a possibilidade de materialização do imaginário, por vezes individual em social (BENI, 2001).

Nessa ordem, o turismo é um fenômeno social, complexo e diversificado tanto que, devido a sua abrangência, hoje não se idealiza apenas como atividade de lazer, mas também permite a inserção de novas formas de analisá-lo, mobilizando pessoas pelos mais variados motivos para os mais diversos destinos. E com isso, o turismo vem se firmando como ciência humana e social, ainda que seus efeitos econômicos sejam os que mais se destacam, referenciando aí, as interações com outros fatores, como redes de hospedagem e transportes, agências de viagens, consumo, motivação e mercado capitalista, pois o mercado é estruturado num modo de produzir bens e serviços e isso remete as questões econômicas que justificam o apelo turístico numa localidade, confirmando a geração de emprego e renda que reforça o aspecto social diante do fortemente referendado econômico (SILVEIRA, 2007).

O turismo, na linguagem da Teoria Geral dos Sistemas, conforme sinaliza Beni (2001, p. 44), “deve ser considerado um sistema aberto, que, conforme definido na estrutura dos sistemas, permite a identificação de suas características básicas, que se tornam elementos

do sistema”. Ele realiza trocas com o meio que o circunda, e por extensão, e interdependente, nunca é autossuficiente.

Assim, considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido, se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo e atuarem em seu território como responsáveis pelas alterações conjuntamente com os demais atores do processo de fomento do turismo, os gestores públicos e a iniciativa privada, pensando sistemicamente tais relações.

Dessa forma, o Turismo de Base Comunitária – TBC, busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Trata-se de outro “modo de visita e hospitalidade”, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que, porventura, se dirija a um mesmo destino, trazendo assim, a necessidade de uma (re) invenção do modelo de gestão que o TBC possa promover nas localidades, e uma vez baseado na teoria da complexidade, haja o entendimento de que todas as partes são importantes para o desenvolvimento, o qual só será sustentável, se o pensar for coletivo (BARTHOLO, *et al*, 2009).

Neste sentido, tem-se como princípios comuns entre as diversas definições Coriolano (2009), Bartholo (2009), Brasil (2010), dentre outros: a autogestão, associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local principalmente e, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação e os benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Essa interação aponta para um modelo de desenvolvimento turístico sustentável integrado, com o foco no território, sendo possível pensar o turismo, “viajante” e o “anfitrião” interagindo em suas tradições, necessidades, desejos e expectativas, além de suas experiências, remetendo ao modo de vida dos locais e a forma de se pensar numa nova estratégia de fomentar o turismo na localidade. Esse modelo trata a cultura como principal motivação e os fazeres e saberes como possibilidades de instigar uma nova maneira de visualizar a dimensão econômica na localidade, a partir de uma interação mais equilibrada entre as atividades geradas pela comunidade local e o turista (MALDONADO, 2009; IRVING, 2009).

A propósito, Becker (1999, p. 97) afirma que o caminho a ser seguido, “é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade”. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base e sustentáculo de uma verdadeira sustentabilidade.

Para tanto, “as relações do sujeito no lugar estão para a dimensão cultural-simbólica, assim como o território está para a dimensão política”, (SOUZA, 2013, p. 78) e esse lugar é a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário que se caracteriza pela configuração territorial e pela norma (SANTOS, 1994, MELO e SOUZA, 2009).

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Esse plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário e no ocidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado, vivido através do corpo (CARLOS, 1998 *apud* CORIOLANO 2005 e MELLO e SILVA, 2005).

Assim, essas relações acabam ocorrendo dentro do território, onde a concepção mais tradicional está vinculada à noção de Estado que, pelo fato de ser regulador das relações, acaba por nortear as políticas voltadas ao turismo, e isso representa a “concepção de poder, em que o território está relacionado”, (RAFFESTIN, 1993, p. 97). Para esse autor, “o território é uma “reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem, enquanto pertencente a uma cultura” (SOUZA e MELO, 2009).

O território, aqui delineado, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, as quais interferem na forma como as relações sociais ocorrem dentro do espaço geográfico. O que reproduz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda, como as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço e como isso se contrapõe com o modelo dominante de fomento do turismo é aquele que se apresenta a partir do TBC. O modelo observa as relações aqui pontuadas, a partir de teias sistêmicas inerentes à cultura, a identidade e aos territórios de poder que são criados a partir das ações de políticas de turismo.

Por fim, a importância em identificar as possíveis correlações entre Brasil e Portugal, como o formato de investimento das políticas públicas, o formato de atuação da gestão pública municipal, a participação e organização da comunidade local, dentre outros aspectos, tendo como ponto de referência para a reflexão e análise o Conselho de Tavira, litoral sul do Algarve. Tal escolha justifica-se pela possibilidade de análise das boas práticas portuguesas sobre a sustentabilidade do turismo balnear na região do Algarve, trazendo para o Brasil, situações concretas de uma realidade bem diferenciada da existente no Litoral Sul de Sergipe, mas capazes de serem pensadas dentro dos modelos de desenvolvimento urbano já existente e que podem nos remeter a aplicabilidade de modelos como o turismo criativo e também, no TBC.

A tese está estruturada em 4 Capítulos. Na introdução, além de apresentar um panorama geral sobre a temática abordada durante a investigação, destacam-se as questões norteadoras de pesquisa e os objetivos gerais e específicos, além de ressaltar a importância do estudo comparativo entre a realidade brasileira e portuguesa.

O **capítulo 1**, trata dos caminhos teórico-metodológico da pesquisa, mostrando o passo a passo das diversas etapas de sua realização, além de enfatizar o método fenomenológico e a análise do discurso como suporte fundamental de sustentação da base empírica da investigação.

O **capítulo 2**, apresenta as bases teóricas, levando-se em consideração a visão de diferentes autores na abordagem sobre o Turismo de Base Comunitária, Turismo Criativo, Economia Criativa, desenvolvimento e sustentabilidade, além de refletir sobre os modelos sistêmicos ancorados no SISTUR e a Teoria da Complexidade.

O **capítulo 3**, que trata das configurações de um novo modelo de gestão para o Litoral Sul Sergipano apresenta os resultados da pesquisa empírica realizada nos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba, através das percepções das e nas falas dos entrevistados, consolidando a proposta de um novo modelo de gestão baseado nos princípios da complexidade, em que seja viável experimentar um novo turista e um novo turismo para o litoral.

No **capítulo 4**, que aborda a (Re) Invenção do turismo balnear sustentável em Tavira-Algarve/Portugal”, mostra-se a realidade de um País europeu, em que uma cidade, rica em cultura e história, e com tantos atrativos naturais poderá servir como experiência piloto para fomentar no Litoral Sul de Sergipe, a possibilidade de implementação de um modelo de gestão a partir do Turismo de Base Comunitária.

E finalmente, o último tópico apresenta as considerações finais sinalizando a necessidade de implementação de um modelo de gestão a partir do Turismo de Base Comunitária, a fim de se construir uma referência para o desenvolvimento turístico local na perspectiva da sustentabilidade e, com isso fomentar a inclusão social de qualidade.

Questões norteadoras da pesquisa

- 1) De que forma as comunidades tradicionais percebem o processo de chegada de ações de políticas públicas de turismo ditas desenvolvimentistas? Há um imaginário gerado?
- 2) De que forma as políticas públicas de turismo interferem no cotidiano das comunidades tradicionais?
- 3) De que forma o discurso do “modelo” de desenvolvimento instigado pelo Turismo de Base Comunitária - TBC em contradição com o Turismo de Sol e Praia (modelo de transformação vertical) é percebido pelas comunidades tradicionais?

Objetivo geral

Analisar a (re) invenção de um novo modelo de gestão para o desenvolvimento turístico sustentável no litoral Sul de Sergipe a partir do Turismo de Base Comunitária.

Objetivos específicos

- a) Diagnosticar as áreas de ocupação das comunidades tradicionais do litoral sul sergipano;
- b) Verificar, através de mapeamento, as transformações socioespaciais ocorridas no Litoral Sul Sergipano com interferência no espaço geográfico e social das comunidades tradicionais;
- c) Analisar as ações das políticas públicas de turismo e seus reflexos no processo de transformação territorial e na produção de novas territorialidades;
- d) Analisar as bases conceituais do Turismo Criativo tendo como território de análise, a cidade de Tavira, no Sul do Algarve (Portugal) e as boas práticas sustentáveis;

e) Estabelecer a correlação entre o modelo de desenvolvimento das políticas públicas de turismo, a teoria da complexidade de Morin e a teoria dos sistemas de Beni;

f) Elaborar um novo modelo de gestão participativa baseado na base comunitária e na criatividade.

CAPÍTULO 1

DOS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Rio Vaza Barris – Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

“Para atingir o ponto que tu não conheces, tu deves pegar o caminho que tu não conheces” (MORIN, 2013).

1.1 - O princípio de tudo

Uma das inquietações motivadoras do estudo deu-se com a persistência das questões inerentes à relação entre um “modelo” de desenvolvimento supostamente sugerido pelo Turismo de Base Comunitária para o fomento local, em contraponto com o modelo desenvolvimentista praticado no Turismo de Praia e Sol no litoral do Brasil e em particular, no Litoral Sul Sergipano. Estes modelos sendo vislumbrados como elementos dentro de um modelo sistémico, no qual a identidade, a percepção e os territórios de poder (não) refletem a realidade das comunidades tradicionais, trazem diversas possibilidades de análises.

Por esta razão destacou-se algumas abordagens conceituais próprias do turismo, como o Turismo de Base Comunitária – TBC (Coriolano, 2005; Bartholo, 2009), Turismo de Praia e Sol (Brasil, 2010; Dias e Aguiar, 2002), Turismo Balnear (Gonçalves, 2008) e Turismo Cultural (Brasil, 2010; Albano e Murta, 2002; Botelho, 2007), Turismo Criativo (Richards, 2012; Molina, 2015), Economia Criativa (Reis, 2008) ou utilizadas na Geografia como lugar (Morin, 2001; Castro, 2012; Tuan, 1980), espaço (Bourdieu, 1998; Lefebvre, 1991) e território de poder (Raffestin, 1993) embasando e corroborando com as leituras e análises, as políticas públicas (Cruz, 2000), Trigo (2000), identidade (Hall, 2002), cultura (UNESCO, 2003). Ainda a Teoria da Complexidade (Morin, 2013) e Teoria Geral dos Sistemas (Beni, 2001), passando por estes conceitos, que foram detalhados no Capítulo 2.

O estudo aqui realizado norteou-se sob esta perspectiva bem como dos procedimentos metodológicos através dos quais se percebeu à realidade, pelo fato deles cuidarem das ferramentas e dos caminhos necessários para atingir a finalidade da pesquisa.

Considera-se que a maneira mais adequada para a viabilização deste estudo é aquela capaz de possibilitar a interpretação do sentido das palavras, dos textos, das imagens, das formas de interação humana. Por esta razão, a fenomenologia veio considerar a proposta do método como viés de análise para a construção da pesquisa.

Na busca da essência do turismo como fenômeno, propõe-se a abordagem fenomenológica, avançando na abordagem reducionista, onde turista e turismo estão mutilados por serem vistos apenas como valor econômico, como um consumidor e não como uma complexa totalidade (MOREIRA, 2002).

O modelo fenomenológico proposto, encontra seu ponto de partida no ócio, que representa a síntese do conjunto de conceitos sobre o homem e de sua auto realização, mas que não se operacionaliza sem as realizações materiais da cultura (hotéis, estradas,

transportes) nem com a omissão de suas manifestações e consequências ideológicas, políticas, econômicas, sociais e ecológicas (NOSCHANG, 2014).

Husserl (2000) idealizou o método fenomenológico, “o qual se preocupa com a descrição direta dos fatos analisados, sendo que não existe uma realidade única, mas diversas formas de interpretações e comunicações” (*apud* TRIVIÑOS, 1992). É desvendar o fenômeno além da aparência, ou seja, é perceber a chegada das ações sistêmicas advindas de um discurso político em uma comunidade e seus reflexos nestes sujeitos a partir de suas interpretações. Evidenciar aquilo que, na superfície, não seria possível. A preocupação centrada da fenomenologia husserliana é de erigir uma filosofia atrelada aos dados imediatos e inegáveis para, posteriormente, utilizá-los como embasamento para a construção de teorias. Como lema, tem-se o “retorno às próprias coisas”, isto é, “buscar coisas manifestas, fenômenos tão evidentes que não possam ser negados” (REALE, 2007).

Triviños (1992) afirma que a fenomenologia “é o estudo das essências, buscando-se no mundo aquilo que está sempre aí, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço repousa em encontrar este contato ingênuo com o mundo”.

A pesquisa é qualitativa, com o método fenomenológico, amparada na Teoria da Complexidade de Morin (1985), através de um caminho que valoriza as verdades vistas (percepções) por atores sociais nas comunidades tradicionais, antes e depois das ações das políticas públicas de turismo e sua dinâmica, é o que reitera o uso desta teoria.

O turismo é um fenômeno que se espalha no tempo e no espaço de forma bastante incontrollável e imprevisível, quando planejado visando unilateralmente favorecer os atores privados. Cada vez que ele se reproduz, ocorre uma série de relações que sempre são, em algum grau, diferentes e nunca totalmente previsíveis e isso destaca a importância em se elaborar ações conjuntas entre os atores envolvidos, pensando num sistema único e não paralelo (BARRETO, 2002).

Um modelo alternativo de turismo, de base fenomenológica, não se limita apenas ao estabelecimento de sua conceituação; obriga a criação de novas metodologias e de tecnologias articuladas à sua concepção fenomenológica. Um início de proposta de uma metodologia alternativa valoriza os aspectos ecológicos para orientar as análises econômicas de mercado, financeiras e arquitetônicas, sem sacrificar os níveis de rentabilidade dos investimentos, senão que os ajusta a concepções de maior amplitude, garantindo ganhos a médio e longo prazo.

Em sua abordagem fenomenológica, Molina (1999) explicita sua preocupação “existencial e humanista”, e desenrola uma “tentativa teórica de construir cientificamente uma

tradução da noção corrente de turismo, não sendo suficiente para construir um novo esquema teórico para a compreensão do objeto turístico, por não conseguir abandonar sua concepção de ciência ideal, ou seja; um modelo do mundo real”. Lembra-se que não vai aqui nenhum desabono ao autor, e sim, a constatação de que a construção científica não escapa ao papel do sujeito na elaboração do conhecimento (MOESCH, 2000).

Assim, a principal fonte de estudos do fenômeno turístico é o homem. Nitsche e Kozel (2006) citando Panosso Netto (2005) dizem que:

O autor apresenta a fenomenologia como uma abordagem para o estudo do turismo, visto que é uma análise capaz de conduzir o ser humano como principal sujeito do fenômeno turístico, e não o turismo apenas “como um fato gerador de renda, mas também como um fenômeno que envolve inúmeras facetas do existir humano (NITSCHKE e KOZEL, 2006 apud PANOSSO NETTO, 2005, p. 137-138).

A técnica para executar e analisar o que pensam/dizem os atores sociais baseou-se na observação direta participante (MOREIRA, 2002), análise do discurso (BOURDIEU, 1989) e entrevista semiestruturada (presidentes de associações, membros importantes das comunidades e pessoas ligadas ao turismo e indicadas) (RICHARDSON, 1999).

Para Claval (2008), três giros nas ciências sociais tiveram fortes repercussões na ciência geográfica: a virada linguística, que não concede mais primazia à realidade e ressalta a análise do pesquisador a partir da palavra e das imagens; o giro espacial da sociologia, que de uma esfera conceitual e abstrata reforça a existência das sociedades em espaços e lugares concretos; e o giro cultural da geografia humana, que enfatiza os processos sociais, econômicos e políticos como dependentes das culturas onde eles ocorrem. Isso implica nos elementos que visualizamos como importantes para a realização das bases norteadoras do estudo.

A pesquisa científica (qualitativa) deve ser radical, crítica e totalizante, afirma Sposito (2011). Assim, justificam-se essas três características:

A – Radical: refere-se à busca da raiz dos elementos/fenômenos/variáveis estudadas, sem admissão de restrições ou limitações. O conhecimento que não possui a característica da radicalidade torna-se ingênuo, superficial, obscuro e não fornece possibilidade de esclarecimento ou negação proposto;

B – Crítica: significa uma atitude de espírito que não admite qualquer afirmação sem reconhecer sua legitimidade racional. Criticar é ter cuidado de saber estabelecer critérios, o que representa possuir normas para decidir o que se legitima como verdadeiro ou falso;

C – Totalizante: significa a contextualização do pensamento crítico e radical, ou seja, a capacidade de inserir o objeto de reflexão no contexto do qual ele é conteúdo, fragmentando uma possível generalização.

Assim, o uso da pesquisa qualitativa foi uma tentativa de compreender detalhadamente os significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente. É inegável a riqueza que pode explorar os casos desviantes da “média” que ficam obscurecidos nos relatórios estatísticos. Também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões dificilmente quantificadas, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais (GOLDENBERG, 2007).

A Teoria da Complexidade – T.C. deu suporte na análise do sistema apresentado na localidade e as modificações sofridas com as interferências das políticas públicas, uma vez que pensar no sistema aplicado ao turismo é entender a dinâmica envolvendo o que Beni (2013) defende os Subsistemas Social, Cultural, Econômico e Ambiental.

Segundo Morin (1985), “a complexidade à primeira vista, é um fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidade”.

Ou seja, as organizações comunitárias encontradas nos municípios a serem pesquisados, com as trocas realizadas entre elas e os visitantes, acabam se apropriando de uma nova realidade, gerando, assim, um novo espaço vivido e social. E da forma com que as políticas públicas atuam nessas localidades, não é percebido a perspectiva apresentada pela teoria da complexidade, onde as trocas irão existir de forma positiva, no momento em que todos os elementos estiverem integrados, não só o espaço, mas também as relações ambientais, sociais e culturais inerentes a ele.

A T.C. despontou, através das ciências naturais, como forma de entender a fenomenologia, ou seja, como comportavam os fenômenos que aparecem à consciência, daquilo que é proposto, buscando explorá-lo. Tais fenômenos não lineares, assim como as variações que passam as organizações, estão sendo estudados para tentar compreender o dinamismo dos acontecimentos naturais cada vez mais interativos interna e externamente com os fatores ambientais.

1.2 – Atividades da pesquisa no Litoral Sul Sergipano:

Etapa 1: Levantamento das referências bibliográficas documentais;

- Pesquisa em dados secundários, como *sites* de universidades, banco de dados de teses, dissertações e organismos diretamente ligados ao tema;
- Levantamento de dados em instituições públicas a exemplo da Secretaria de Estado do Turismo, Órgãos que representam o turismo nos municípios estudados, EMSETUR, SEBRAE e outros atuantes diretamente com o turismo nas cidades;
- Realização de registro fotográfico do cotidiano das comunidades em relação ao turismo (atrativos, impactos, problemas, gastronomia, dentre outros elementos identificados nas falas dos entrevistados) nos municípios do Litoral Sul de Sergipe;
- Inventário da Oferta Turística: Projeto de Fomento ao Turismo Rural no Litoral Sul de Sergipe pelo SEBRAE (2014).
 - Registro em diário de campo, a partir da observação direta participante;
 - Documentos que foram utilizados para base da pesquisa:
 - Programa de Regionalização do Turismo (2008);
 - PRODETUR Nacional (2012-2018);
 - Diagnóstico APA Litoral Sul (1998);
 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Sul (2001);
 - Programa Sergipe Cidades (2008);
 - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla - 2002)
 - Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (1987);
 - Plano de Desenvolvimento Local do município de Estância (2014);
 - Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável (2008);

Etapa 2:

Realizou-se uma primeira identificação em março de 2014, com registros fotográficos e a utilização do roteiro de observação participante, como norteador dos registros. Mais dois momentos ocorreram em período de alta estação nos meses de junho, dezembro, janeiro/2016 e janeiro e fevereiro/2017, onde as entrevistas foram realizadas (Apêndice A), utilizando-se o recurso gravador de voz (aplicativo gravador de chamadas no celular *Google Play, Record Any Call*). Nos demais períodos de baixa estação utilizaram-se

para averiguar, através do roteiro de observação participante Litoral Sul de Sergipe (Apêndice B), em que houve a motivação para a demanda turística, como feriados prolongados, festividades, entre outros, com o intuito de analisar as relações entre a comunidade local, visitantes e os turistas; observação de como a oferta de serviços, equipamentos e infraestrutura ocorre e registro fotográfico de interferências e relações possíveis nos povoados e atrativos turísticos existentes nos municípios de análise.

Realização de trabalho de campo, vivência e experiência a partir da imersão junto aos demais municípios selecionados para a pesquisa, conforme Quadro 01.

Quadro 01: Municípios do Polo Costa dos Coqueirais selecionados para pesquisa.

MUNICÍPIOS	POVOADOS	JUSTIFICATIVA
Indiaroba	Pontal Terra Caída	Investimentos PRODETUR
Santa Luzia do Itanhy	Crasto	Investimentos PRODETUR
Estância	Saco do Rio Real (Praia do Saco) Abais (Praia do Abais)	Investimentos PRODETUR
Itaporanga D'Ajuda	Caueira Ilha Mem de Sá	Investimentos PRODETUR Projeto de TBC Ilha Mem de Sá

Organização: Lillian Alexandre, 2015.

• **Aspectos geográficos que estimulam o turismo no Litoral Sergipano:** Em nosso estudo utilizou-se como direcionamento de análise, os indicadores de sustentabilidade da OMT – Organização Mundial do Turismo, dos quais, foram utilizados para pensar nas informações apresentadas a partir das entrevistas que foram realizadas, servindo de informações para a criação e novos indicadores, a partir, dos previstos no Quadro 02.

Quadro 02: Dimensões e indicadores da OMT.

DIMENSÕES	INDICADORES
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da comunidade no turismo • Organização da comunidade • Transferência de saberes e fazeres • Identificação das atividades tradicionais
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Área de interesse do turista (fluxo turístico) • Atual Estado do setor • Empregos gerados na área
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos gerados pelo turismo • Uso sustentável dos recursos renováveis
Político	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do ambiente num dado espaço/tempo • Ações de gestão pública • Planos, programas e projetos implementados.

Organização: Lillian Alexandre, 2015 adaptado de OMT, 2003.

- Os indicadores são baseados nas dimensões política, cultural, social e ambiental, levantados a partir dos dados apresentados a partir dos relatos nas entrevistas realizadas, traçando uma perspectiva encontrada nos municípios voltados ao olhar turístico da comunidade local, analisado pelos atores sociais entrevistados, além do olhar vivenciado pela pesquisadora, partir da realização do campo. De posse desses dados, possibilitou a caracterização dos municípios, baseado na análise SWOT – é a sigla dos termos ingleses *Strenghts* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) que consiste em uma ferramenta de análise bastante popular e tem como finalidade, fazer uma análise ambiental.

- **Elaboração do instrumental de pesquisa:** roteiro de pesquisa para observação direta participante no Litoral Sul de Sergipe (Apêndice B), onde se utilizou para embasar os registros fotográficos; elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada em profundidade Litoral Sul de Sergipe (Apêndice A), realizado juntamente com os atores locais (presidentes de associações, membros importantes das comunidades e por elas indicadas como importantes para a coleta de dados, gestores públicos e pessoas ligadas ao turismo), previamente contactadas e agendadas.

Observar foi um ato de envolver-se com o objeto de estudo, a ponto de “sentir” nas imagens coletadas ou nas falas dos entrevistados sensações de empatia, mas uma motivada pelo conhecimento teórico respaldado nos autores da geografia e do turismo que embasaram a tese. Utilizou-se para nortear o olhar, um roteiro de entrevista estruturado, haja vista ser “o roteiro de entrevistas uma forma de seguir o conteúdo principal, sem preocupação com as divagações”, conforme afirmam Sieben e Júnior (2013, p. 247).

Entender os tempos envolvidos nos e pelos atores sociais, pelo olhar sobre o espaço vivido e a flexibilidade no ir e vir ao campo em diversos momentos, acompanhando as mudanças espaciais e territoriais que ocorreram ao longo dos anos de pesquisa, foi de suma importância para a maturidade da mesma. Tais mudanças também influenciaram nas falas, pois estas estão pautadas na relação espacial de vida, de conquistas e de ressignificação pelas quais as comunidades passam e pelo discurso político de um turismo “gerador de emprego e renda” (SIEBEN e JÚNIOR, 2013, p. 247).

Assim, particularizou-se em nossa pesquisa o uso da observação participante, onde os comportamentos observados atendem a uma hierarquização de uma realidade traduzida em imagens e sentimentos, em que a categorização atende aos objetivos da pesquisa, pois complementam a coleta dos dados realizada a partir das entrevistas.

Para Sieben e Júnior (2013, p. 247), “as entrevistas tem várias vantagens, entre elas, a facilidade de utilizar os dados obtidos para fins e classificação [...] traz a possibilidade de que os membros efetivamente envolvidos no objeto de avaliação possam manifestar seu ponto de vista, as oportunidades que tiveram para se formar solidariamente e se organizar”.

1º - Categorias: percepção, significado, símbolos, espaço vivido e cotidiano, sendo o homem-sujeito um "ser" que se distancia da "coisa", colocada entre uma coisa e os outros entes (SANTOS, 2015). O enfoque fenomenológico privilegiou esta análise porque se considerou, desde sempre, que significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos dependiam de suas culturas e revelavam os aspectos dessa cultura.

De forma que, atitudes, valores, motivações só podem ser compreendidos como sistemas sociais, como bem afirmou Santos (2015, p. 36), além de ambientais, culturais e políticos, e isso parte de um sistema muito mais amplo. Assim sendo, afirmou Santo (2015, p. 36) que a "percepção, significado, sentimento são elementos fundamentais para entender o sujeito, suas identidades e territorialidades”. Acrescentou-se aí, os símbolos gerados em um espaço vivido e de cotidiano, hora enfrentado pelo habitual, hora pelo turístico.

2º - O trabalho de campo seguiu uma abordagem empírica, averiguando-se as relações que nele ocorreram com as comunidades, pois há uma (re) construção e (re) configuração dos lugares, a partir das ações de políticas públicas de turismo nessas localidades, e isso modificou o modo de vida dessas comunidades. Afirmou Santos (2015) que “os fenômenos, os fatos e as relações tem uma base espacial, um lugar de existência específica entre sociedade e natureza e logo, o campo é o *locus*, privilegiando a observação e interação na pesquisa”. Por isso, a escolha desse formato de experiência na pesquisa, para atender aos objetivos desta tese.

A observação direta participante foi um dos instrumentos utilizados servindo para nortear o olhar para o registro fotográfico, juntamente com a entrevista semiestruturada. Os dados da observação direta participante foram profundos, na medida em que atingiram níveis de compreensão dos fatos sociais mais pontualmente (GOLDENBERG, 2007). Já a entrevista, é uma técnica importante que permitiu o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas.

Segundo Richardson (1999):

É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A, a uma pessoa B. O termo “entrevista” é construído a partir de duas palavras, “entre” e “vista”. “Vista” refere-se ao ato de “ver”, ter preocupação de

algo. “Entre”, indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo “entrevista” referiu-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (RICHARDSON, 1999, p. 207).

A entrevista em profundidade, escolhida para o levantamento dos dados, é aquela que, segundo Richardson (1999) “visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo”.

3º - Os "dados" obtidos foram sistematizados a partir da análise do discurso, pois, para Melo (2009) "o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas, o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas".

O mundo é constituído pela atribuição de sentido que os atores sociais lhes impõem. Sem a interação subjetiva, a interação dos sujeitos e a atribuição de sentido aos objetos não existem condições para explicar o processo de produção do discurso e dos sentidos. O ponto de vista dos sujeitos varia sistematicamente em função do ponto que eles ocupam no espaço social objetivo (MELO, 2009).

O grande objetivo da análise do discurso é detectar os diferentes processos de reprodução social do poder hegemônico através da linguagem - a princípio muito ligado a políticas partidárias - e que a fez direcionar suas bases epistemológicas para um foco central - a ideia de que o sujeito não é dono de seu discurso, mas sujeitado por ele analisado (MELO, 2009).

Para Almeida (2013, p. 46) “o discurso modifica, cria, revela realidades visíveis e invisíveis, as tangíveis e intangíveis (...)”, levando-se em consideração o que afirmam os autores Monteiro e Pessôa (2013) sobre a análise do discurso, é possível ancorá-la nos pilares ideologia, história e linguagem, sendo que:

A ideologia é o posicionamento do sujeito quando ele se filia a um discurso, compreendendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui uma representação; a história representa o contexto socioespacial desse sujeito; e a linguagem é a materialidade do texto expresso por ele. A combinação desses elementos induz a interpretação do sentido de sua enunciação. Essas diretrizes significam que a língua não é transparente, e o analista do discurso não é neutro, pois constrói uma interpretação acerca do discurso do outro (MONTEIRO e PESSÔA, 2013, p. 270).

A relação entre o agente social e o mundo não é a relação entre um sujeito (ou uma consciência) e um objeto, mas uma relação de "cumplicidade ontológica" - ou de "possessão" mútua (BOURDIEU, 1989) - entre o *habitus*, como princípio socialmente constituído de

percepção e de apreciação, e o mundo que o determina. O sentido prático exprime o sentido social que nos orienta, mesmo antes de se colocar os próprios objetos.

Para Bourdieu (1989):

A reflexividade não pressupõe uma reflexão do sujeito sobre o sujeito (...) ela requer mais uma exploração sistemática das "categorias dos pensamentos impensados que delimitam o pensável e pré-determinam o pensamento" orientando ao mesmo tempo a realização prática da pesquisa social. O "retorno" que ela exige passa para lá da experiência vivida do sujeito para englobar a estrutura organizacional e cognitiva da disciplina (BOURDIEU, 1989, p. 78).

O que deve constantemente ser submetido a exame e neutralizado no próprio ato de construção do objeto, é o inconsciente científico coletivo inscrito nas teorias, os problemas, as categorias (em particular as nacionais) do entendimento sapiente (BOURDIEU, 1989). Acontece, portanto, que o sujeito da reflexividade deve, em última análise, ser o próprio campo das ciências sociais, portanto, a análise nessa realidade, proporcionou a construção de categorias construídas na “fala” do sujeito social entrevistado e também, do que se classifica como **“ator social”** (grifo nosso) circundante do sistema turístico local, ou seja, dos atores que fazem a “execução” das políticas públicas de turismo junto aos respectivos lugares da pesquisa.

Todas as entrevistas realizadas, assim como as fotos, foram cedidas pelos envolvidos de forma espontânea, onde eles assinaram um termo de sessão de imagem e de informações contidas nas gravações (Apêndices C e D).

As técnicas da análise do discurso e das fotografias representam a melhor forma de trazer a tona o que o ator social quer nos remeter, quando inserido numa dinâmica voltada a sua realidade dentro do turismo em sua localidade. Nessa realidade de “fala” identificou-se uma formação discursiva constituída pelo interdiscurso e o intradiscorso, sendo que o primeiro é o conhecimento **“construído socialmente”** (grifo nosso), que antecede o sujeito social, o segundo é o **“fio do discurso do sujeito”** (grifo nosso), a materialidade (fala), a formulação do texto, efeito do interdiscurso, uma **“interioridade influenciada pelo exterior”** (grifo nosso) (Monteiro e Pessôa, 2013). Já a fotografia passou a ser referendada ao longo do estudo, como forma de se fazer uma leitura científica de fatos e fenômenos sociais ilustrados a partir do olhar do pesquisador e também daquilo que se propõe identificar para o olhar do outro e consequente entendimento da realidade, ora mencionada pelos sujeitos sociais dos locais de estudo, ora percebida pelo próprio investigador (MONTEIRO E PESSÔA, 2013).

Nesse sentido, afirmam Monteiro e Pessôa (2013) “as fotografias são registros da mentalidade de quem fotografia, de quem é fotógrafo e de quem as utiliza. Ou seja, não se

deve pensar a fotografia sem pensar seu objeto porque, por trás do registro fotográfico, existe a perspectiva do fotógrafo, seu modo de ver”.

Tratamos de analisar os dados distribuindo os atores sociais da pesquisa a partir da localidade em que foram abordados, criando indicadores de análise que utilizamos para classificar em categorias (Quadro 03). A partir destas entrevistas, foi possível a sistematização em categorização das falas dos entrevistados, para as dimensões do Turismo de Base Comunitária, com as questões inerentes ao lugar, os espaços vividos e ainda, a relação desses atores sociais com o território que surge, a partir da instalação de políticas públicas horizontais.

A partir dos relatos apresentados a categorização frente às falas dos atores sociais envolvidos nas entrevistas foi elaborada e reforçada através dos registros fotográficos que caracterizaram, em algum momento, tais falas e o olhar do pesquisador no intuito de elaborar uma Matriz SWOT para sistematizar os principais pontos que interferem na gestão local do turismo.

Para além do registro fotográfico, refletir sobre as dinâmicas econômicas, ambientais, socioculturais e políticas que incidem nas comunidades, apresentando as transformações socioespaciais ocorridas no litoral sul sergipano com interferência no espaço geográfico e social das comunidades tradicionais. Tais registros corroboram com a ilustração das falas e da vivência da experimentadas junto ao campo.

Ao trazer o uso do território como espaço de análise, poderemos entender de que forma as ações dos gestores públicos para com a aplicação de políticas públicas de turismo podem afetar e transformar a o cotidiano das comunidades e consequentemente, seu modo de vida, poderá contrapor a necessidade de uso de um modelo de gestão que possa harmonizar, ao máximo, essas relações.

O processamento dos dados recolhidos e a análise das informações coletadas são etapas cruciais para que possamos entender o funcionamento do TBC na região de estudo, assim como identificar e avaliar os elementos que servirão de base para a nova configuração desse modelo de gestão participativo que se quer redefinir para o litoral sul sergipano.

Quadro 03: Categorização da análise para o TBC.

CATEGORIZAÇÃO		
ATORES LOCAIS	CATEGORIA PARA TBC	DIMENSÕES
Catadora de Marisco Povoado Terra Caída	Cata para consumo próprio, complementa a renda da família	Sociocultural Econômico
Lancheiro/Pescador Itaporanga D'Ajuda	Rodízio de barqueiros nas conduções dos barcos Passou a ser condutor de lancha	Econômica
Lancheiro/Pescador Indiaroba	Capacitação, Passou a ser guia de turismo	Sociocultural Econômico
Cozinheira Povoado Crasto	Trabalho familiar, aumento da renda	Sociocultural Econômico
Artesão Santa Luzia do Itanhy	Capacitação; Produção vendida para empresa de fora	Econômica Sociocultural Ambiental
Gestor Sergipe	Planejamento municipal; instrumentos de gestão organizados.	Política Econômica
Gestor Estância	Governança local efetiva. A associação que funciona. Autonomia para gerenciar as decisões; Aumento da Visitação Turística; Espaços Comunitários; Responsabilidade Solidária; Roteirização	Sociocultural Política Econômico
Gestor Indiaroba	Empoderamento; Recurso para trabalhar; Empreendedorismo; Falta de compromisso; Parceria e Capacitação; Especulação Imobiliária; Degradação	Sociocultural Política Econômico
Gestor1 Indiaroba	Associação, Cooperativa, Cursos de Capacitação	Sociocultural
Empresário Praia da Caueira	Praia abandonada, sem investimentos públicos	Ambiental
Empresária/ Cozinheira Ilha Mem de Sá	Aumento do turismo; Cooperativa e Associação. Comida como identidade cultural	Econômica

(Continuação)

Empresário Povoado Crasto	Falta de articulação	Política
Empresário Povoado Pontal	Pouco investimento público	Econômica Política
Educador Ilha Mem de Sá	Meio Ambiente; Modelo de Gestão; Implantar infraestrutura; Construção sustentável	Ambiental Sociocultural
SEBRAE	Capacitação	Política
PRODETUR	Recursos para o litoral Sul	Política
EMPRAPA	Suporte técnico para as Mangabeiras e na Ilha Mem de Sá, transferência de tecnologia, ecoturismo	Política Ambiental
Presidente da Associação da Ilha Mem de Sá	Barqueiros associados, estruturação, apoio da prefeitura local para reativar a cooperativa	Econômica Político
Presidente Associação Catadoras de Mangaba Praia do Saco	Mulheres à frente; Parcerias; Falta de recursos	Econômica Político Ambiental Sociocultural
Presidente Associação Catadoras de Mangaba Povoado Pontal	Mulheres à frente; Parcerias; Falta de recursos	Econômica Político Ambiental Sociocultural
Presidente/ Pescador Associação de Artesanato Santa Luzia do Itanhy	Geração de emprego e renda fixos, aproveitamento de matéria prima local, pouco envolvimento de outros artesãos	Econômica Político Ambiental
Presidente Associação de Lanchas Povoado Pontal	Agência de receptivo comunitária; Restaurante comunitário; Produção de artesanato e produtos agroflorestais; Parcerias. Pesca de Pai pra Filho	Econômico Político Ambiental

Organização: Lillian Mesquita, 2017.

O território de estudo trouxe diversas revelações que podemos incluir nas dimensões de análise de sustentabilidade aqui referendadas e traçar paralelos com as descrições, sentimentos e simbolismos que cada registro trouxe, possibilitando que os dados fossem categorizados e hierarquizados a partir da contextualização teórica e dos objetivos do estudo, além de responder as questões de pesquisa em questão.

Sem perder de vista que o uso do território, segundo Santos e Silveira (2001, p. 21), “pode ser definido pela implementação de infraestruturas”, é que entenderemos a forma com que as ações implementadas pelo PRODETUR, enquanto políticas públicas existentes no litoral sul sergipano modifica esse espaço vivido, alterando consideravelmente as questões ambientais em um primeiro plano, econômicas e socioculturais em um segundo, trazendo aspectos positivos, numa primeira visão (ampliação da rede de esgoto, pavimentação de vias de acesso, orlas), mas que se não houver articulação com os municípios no sentido de políticas eficientes e claras, e pela falta de um planejamento futuro, pode gerar inúmeros problemas, como por exemplo, a criação de guetos periféricos de pessoas que foram retiradas das áreas de implantação das orlas, marginalizando os indivíduos que viviam economicamente desses espaços, como a prática da pesca ou pequenos empreendimentos de alimentação.

Para isso foi preciso entender o que a percepção poderia trazer na interpretação das falas dos atores sociais envolvidos, conforme a visão de Silva (2016):

É um espaço no qual, ao mesmo tempo em que convida ao entendimento e à decodificação, cobra do sujeito o uso de uma gama de significados apreendidos via socialização e que favorecem tanto o campo da individualidade como o da sociabilidade (SILVA, 2016, p. 34).

A categorização da realidade vivenciada utilizada para referenciar a análise do discurso empreendido pelos atores sociais pesquisados (sendo um para cada segmento listado no quadro 03) mostra que seus relatos enquadram-se em dimensões que Ritchie e Crouch (2003) definem como “sendo aceitáveis para que haja sustentabilidade no pensar o turismo. Interpretamos que tais elementos formam um eixo maior de análise”, criando perspectivas em que se vislumbrem as relações espaciais dessas comunidades com a sua cultura e sua identidade e ainda, com o resultado da falta de ordenamento territorial adequado, implicando em impactos que devem ser analisados e não subjugados pelo planejamento das políticas públicas (Quadro 03).

O entendimento de que o TBC é uma estratégia para o desenvolvimento local pelos atores sociais locais ainda não é uma realidade como tal, pois, até o momento, o único lugar em que o mesmo é tratado como um modelo de gestão, priorizando o associativismo e o cooperativismo e que reflete na fala dos entrevistados, é a Ilha Mem de Sá, em Itaporanga D'Ajuda. Remete a questões de mudança de olhar para as dimensões econômicas, socioculturais e ambientais, pois para cada elo dessa cadeia, perceber-se que os termos ligados a eles como empoderamento, aumento de fluxo turístico, recursos naturais e culturais, ações comunitárias e de partilha, preservação ambiental estão sendo aplicado como explicação para esse possível desenvolvimento. Ora, vale perceber também que o enfoque ainda é priorizado no aspecto econômico, o que é natural, pois historicamente o turismo tem sido tratado única e exclusivamente sob esse aspecto.

1.3 - Atividades da pesquisa desenvolvidas em Portugal:

Etapa 1: Elaboração do Plano de Trabalho da pesquisa realizada em Portugal, Algarve, junto a Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, Doutorado em Turismo, sob a Supervisão do Prof. Dr. João Albino Matos da Silva, Diretor do Doutorado em Turismo da Universidade do Algarve (UAlg), apresentado junto ao processo de seleção do edital público nº19 CAPES 2016/2017 para Doutorado Sanduiche no exterior, o qual realizou-se de abril a outubro de 2017, sendo as pesquisas voltadas para uma ponderação e reflexão sobre o tema central da tese.

Assim, entendendo a possibilidade de realizar estudos sobre o território, o turismo criativo e perceber as práticas realizadas para promover um desenvolvimento local é que o estudo de doutoramento sanduiche realizado na UAlg, contou com a realização das seguintes atividades:

- Sessões de debates teórico-metodológicos com o supervisor e pesquisas documentais no Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) na Universidade do Algarve;
- Integração às atividades desenvolvidas pela linha de pesquisa do CIEO;
- Visitas às Bibliotecas e livrarias municipais em Portugal, além da biblioteca da Universidade;
- Pesquisa de Campo;

- Revisão dos textos produzidos junto com a Supervisão e encaminhamento para eventos e periódicos científicos;
- Participação em eventos da Universidade e externos;
- Análise dos dados coletados;
- Elaboração de dois capítulos da tese e
- Apresentação de relatórios de pesquisa e análise de dados para o Orientador e Supervisor.

Esse Estágio Doutoral Sanduíche, contribuiu com o processo de aprofundamento de nossas análises no sentido de construir propostas que visassem possibilidades de interpretações das relações territoriais a partir do Turismo Criativo em Tavira, como um elo para a dimensão sociocultural junto aos pilares da sustentabilidade, em que pesem a presença do turismo de base comunitária no litoral do Brasil e de Portugal, possibilitando, a partir de então, um recorte para a proposição de um modelo de gestão baseado nos pilares da sustentabilidade.

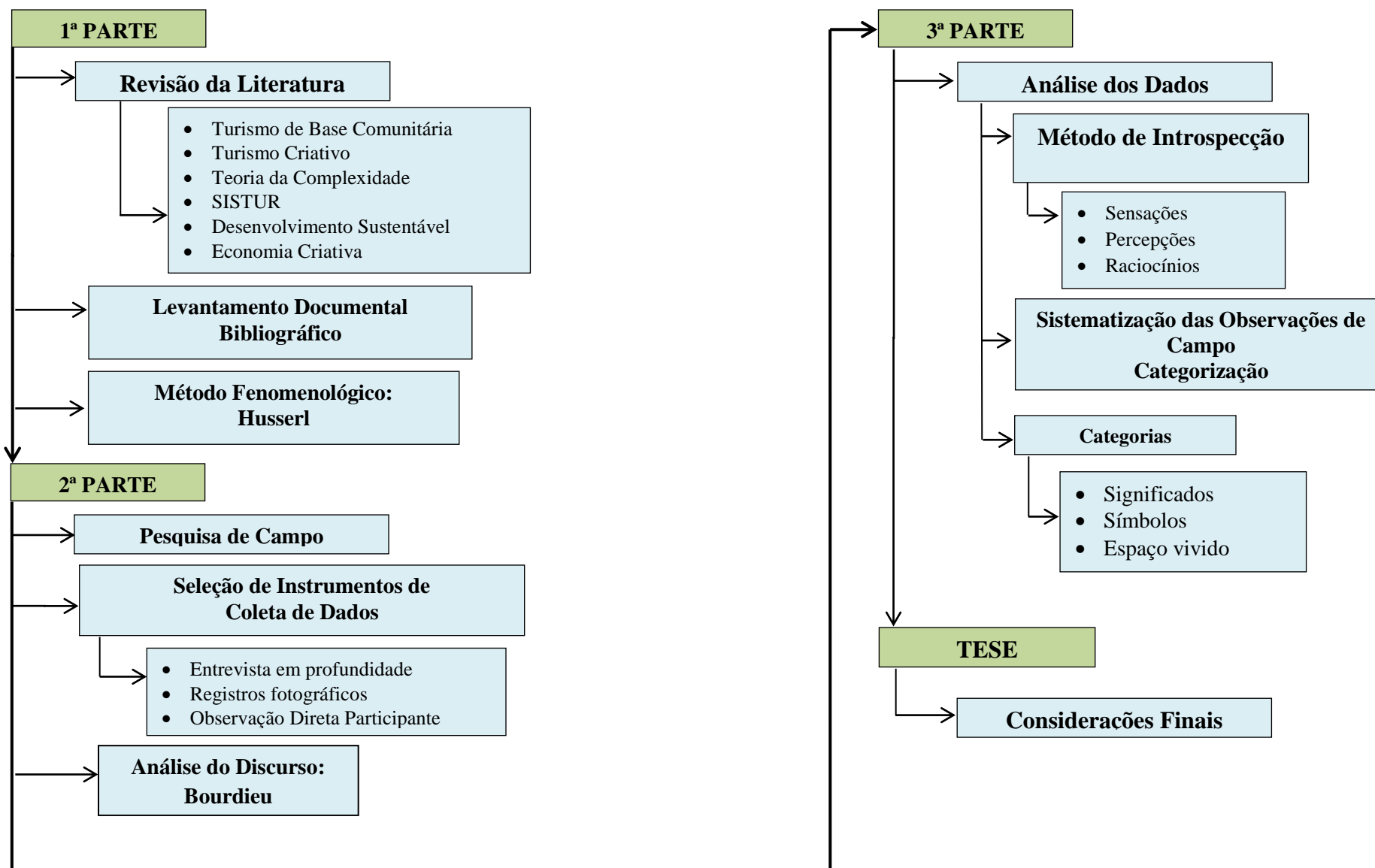
O TBC pode instrumentalizar o desenvolvimento do turismo local, pautado nas dimensões ambientais, socioculturais, políticas e econômicas, como vemos aplicadas nas boas práticas identificadas em Tavira (município objeto de análise no Algarve português), quanto ao modelo de Turismo Balnear, exemplos plausíveis para compreender as possíveis relações para a construção do modelo de TBC aqui proposto e que venha a ser aplicado nos municípios do Litoral Sul de Sergipe, como estratégia para o desenvolvimento local sustentável.

Etapas 2: Atendendo as etapas das atividades que se realizaram nas visitas a cidade de Tavira, no período de junho a setembro de 2017, utilizou-se do roteiro de entrevistas semiestruturada em profundidade (Apêndice E) com os gestores municipais responsáveis pelo turismo e pela cultura e os registros fotográficos, a partir do roteiro de observação participante (Apêndice F), como norteadores do olhar da investigadora.

Utilizou-se o mesmo recurso de gravador de voz (aplicativo gravador de chamadas no celular *Google Play, Record Any Call*) e a transcrição literal para obter os dados de interesse. A fim de interagir com os dados levantados em Tavira e os dados levantados junto aos municípios do litoral sul sergipano, seguiu-se a mesma orientação dos dados inseridos na descrição da pesquisa no item 1.1, etapa 2.

Com o intuito de melhor ilustrar o transcorrer da pesquisa, criou-se um fluxograma metodológico norteador, apresentado a seguir (Figura 01).

Figura 01: Fluxograma metodológico da pesquisa.



1.4 - Caracterização da área de estudo

1.4.1 – O Litoral Sul Sergipano

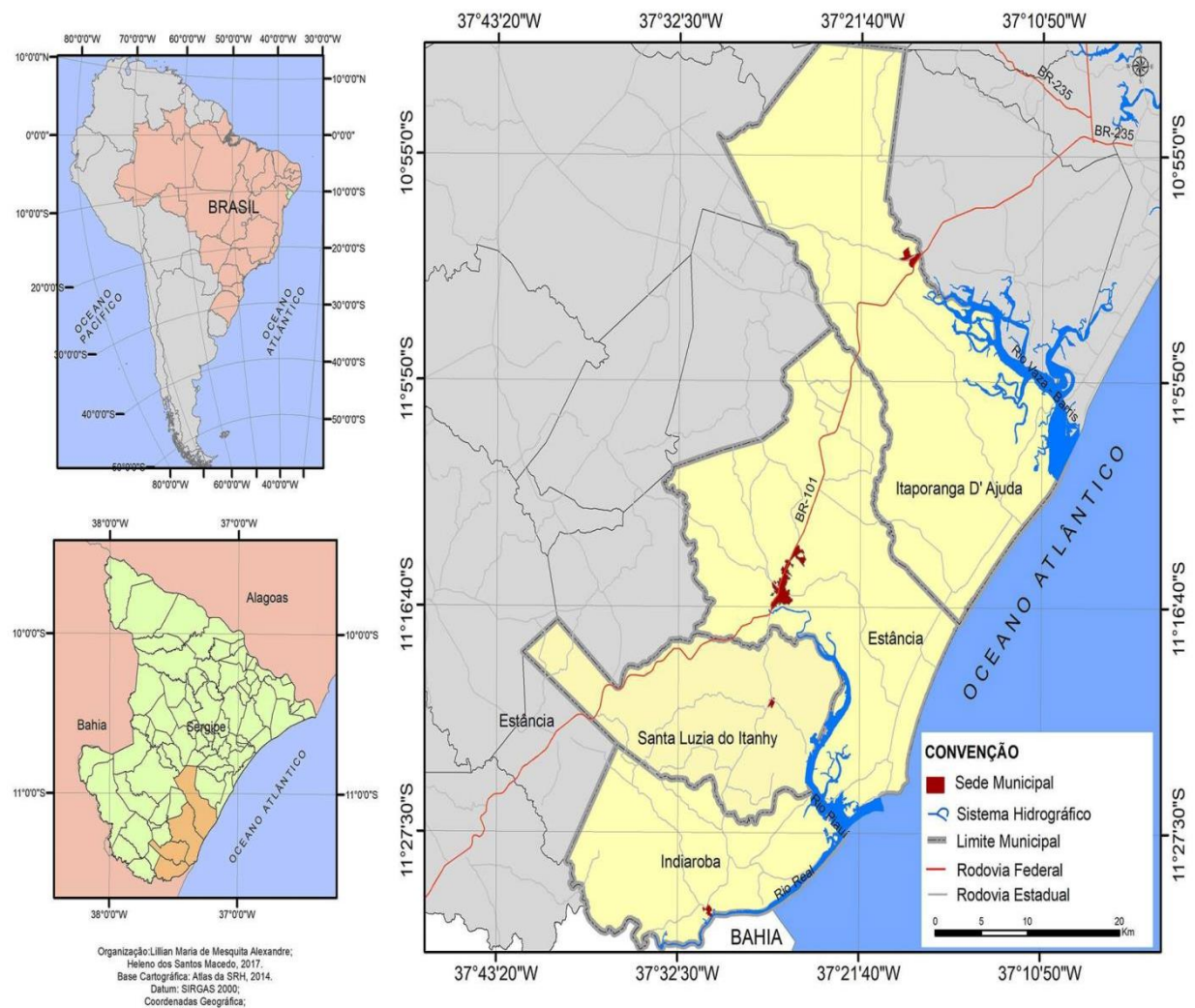
O litoral sergipano é relativamente pequeno, entretanto, apresenta cenários paisagísticos e atrativos naturais com potencial turístico. Em termos geomorfológicos, registra-se em seus ambientes físicos a presença da formação barreiras e, principalmente, da planície costeira que recebe influência direta dos estuários (do rio São Francisco, do rio Japaratuba, do rio Sergipe, do rio Vaza-Barris, do complexo Piauí-Real) e do Oceano Atlântico. Em função dessa base territorial, a maior parte do litoral sergipano é ambientalmente frágil e por isso necessita de uma ocupação ordenada (FONSECA, VILAR e SANTOS, 2010).

O Litoral Sul está composto pelos municípios de São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, totalizando uma área de 2.480 km², apresentando uma elevada fragilidade ambiental, acentuada pela presença de lagoas encaixadas entre cordões litorâneos e os atrativos naturais são ampliados pela presença de uma elevada densidade de rede hidrográfica e pela diversidade geomorfológica, que, aliados ao acesso rodoviário, facilitam a utilização do espaço como área de segunda residência para o veraneio e o turismo (Figura 02) (FONSECA, VILAR e SANTOS, 2010).

O relevo caracteriza-se por altitudes modestas e se eleva à medida que se caminha para o interior. Classifica-se em planície litorânea e tabuleiros costeiros. A primeira estende-se de norte a sul ao longo de toda a faixa costeira e é formada por praias, manguezais, restingas, campos de dunas, as duas últimas com alturas de até 30 metros. A segunda, após a planície costeira, em direção ao interior forma morros e colinas com altura de até 100 metros. Há variedade de solos, dentre eles se destacam: arenoso do litoral (podzol, areias, quartzosas), “são solos ácidos, profundos, de baixa fertilidade. Drenam com rapidez toda a água que cai e, devido à salinização, dificultam o uso agrícola”. No entanto, os coqueiros adaptam-se a esse tipo de solo; arenoso argiloso dos tabuleiros (podzóicos e latossolos) é de cor avermelhada pela liberação de ferro existente na rocha, além de pobre em nutrientes; e devido à alta acidez, necessita de corretivos: adubação orgânica e fertilizante. “A textura arenosa desses solos facilita as ações erosivas, sobretudo quando o relevo é ondulado. A retirada da Mata Atlântica e a exposição desse solo às chuvas, somadas aos processos de lixiviação e de escoamento superficial, facilitando a degradação” (BRASIL, 2005, p. 52 *apud* SANTOS, 2009, p.77).

Nele o turismo passa a ser uma alternativa econômica cuja prática se viabiliza há mais de trinta anos, com influências na organização do espaço a partir da instalação de equipamentos de usos turísticos e com a geração de novos fluxos de pessoas com finalidade turística, embora permaneça viciado na exploração do segmento de sol e praia, com um público que busca o diferente, o novo, não apenas em termos de paisagens, mas essencialmente em busca de novas experiências.

Figura 02: Litoral Sul Sergipano e Municípios de investigação.



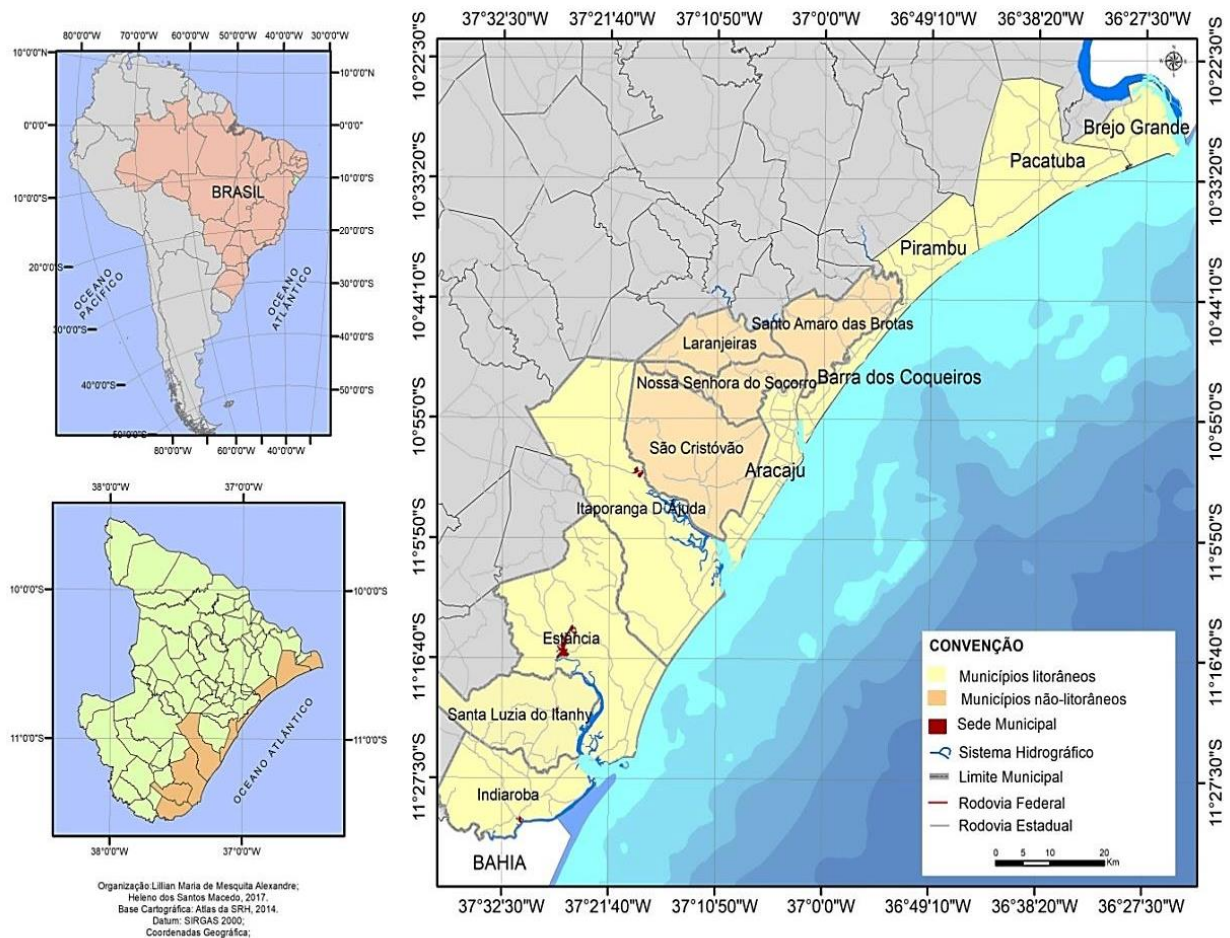
Crédito: Heleno Macedo, 2017.

O planejamento regional do turismo era gerido pela Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) e Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) com eventual participação do setor privado e terceiro setor por meio do Fórum Estadual de Turismo (FORTUR), as regiões/polos de desenvolvimento turístico são representadas no Fórum que está organizado num modelo

De maneira geral, ordenar o território significa conjugar a ocupação do solo e o uso dos recursos ambientais de acordo com a capacidade que a base territorial pode suportar, sendo necessário analisar o ambiente em suas potencialidades, vulnerabilidades e limites (VILAR e ARAÚJO, 2010).

O Polo Costa dos Coqueirais cobre a faixa que acompanha o litoral sergipano, da barra do Rio Real, na fronteira com a Bahia, até a foz do Rio São Francisco, além de outras comunidades próximas que apresentam grande potencial turístico, a exemplo de São Cristóvão. Fazem parte os municípios: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Santo Amaro das Brotas, Barra dos Coqueiros, Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba, com cerca de 720 mil pessoas e o melhor que o Estado proporciona em termos de atrações, com uma infinidade de opções entre praias, muitas ainda primitivas, alvas dunas, rios, mangues, coqueirais, estuário e o acervo histórico de São Cristóvão, quarta cidade mais antiga do Brasil (Figura 04) (ALEXANDRE, 2003).

Figura 04: Área de abrangência do Polo Costa dos Coqueirais.

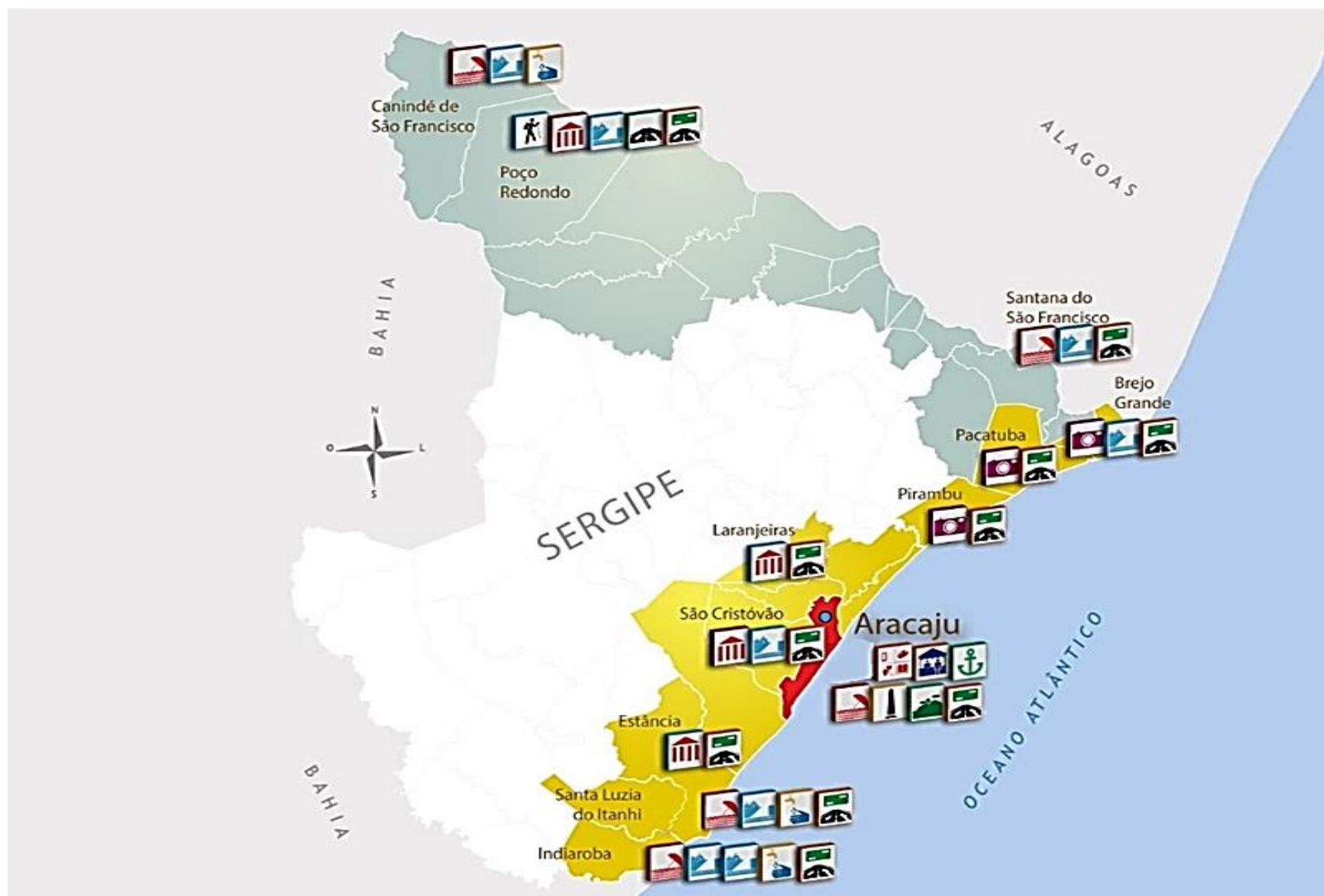


Crédito: Heleno Macedo, 2017.

O Polo Costa dos Coqueirais nasceu como área de planejamento do PRODETUR-NE I, abrangendo tanto os municípios da costa atlântica sergipana mais Laranjeiras, Santo Amaro e Santa Luzia do Itanhy, aqueles banhados pelo Rio São Francisco, área está reduzida posteriormente com a retirada dos municípios banhados tão somente pelo São Francisco. Foram selecionados os municípios por estarem relacionados às ações pontuais de investimentos em projetos de TBC, em instâncias públicas, privadas ou de instituições de educação ou outras (SERGIPE, 2009).

O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), desde 1994 atua na região, com intervenções e investimentos na região que vão desde a recuperação de rodovias até a instalação de atracadouros de usos de pesca e turismo, tendo investido na área nos últimos 10 anos cerca de R\$ 40 milhões (Figura 05). Isso deve ser associado aos investimentos do Ministério do Turismo nos últimos cinco anos com cerca de R\$ 350 milhões, notadamente pelos investimentos das pontes Jornalista Joel Silveira sobre o Rio Vaza Barris, ligando a Capital Aracaju a Itaporanga D'Ájuda e, a Ponte Gilberto Amado sobre o Rio Piauí, ligando Estância a Indiaroba, servindo para reduzir o acesso entre as capitais de Sergipe e Bahia em cerca de 50 km viabilizando a chamada linha verde mais próxima da costa marítima, tendo como resultado para o turismo o aumento do fluxo de pessoas (SILVA e ALEXANDRE, 2014).

Figura 05: Espacialização dos investimentos do PRODETUR



Fonte: SERGIPE, 2012.

Os equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura nos municípios pesquisados partem da identificação dos atrativos naturais e culturais realizados no estudo do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para o Turismo que serviu de base para a realização do planejamento para a localidade e indicando as necessidades para que os investimentos ocorressem ao longo dos anos.

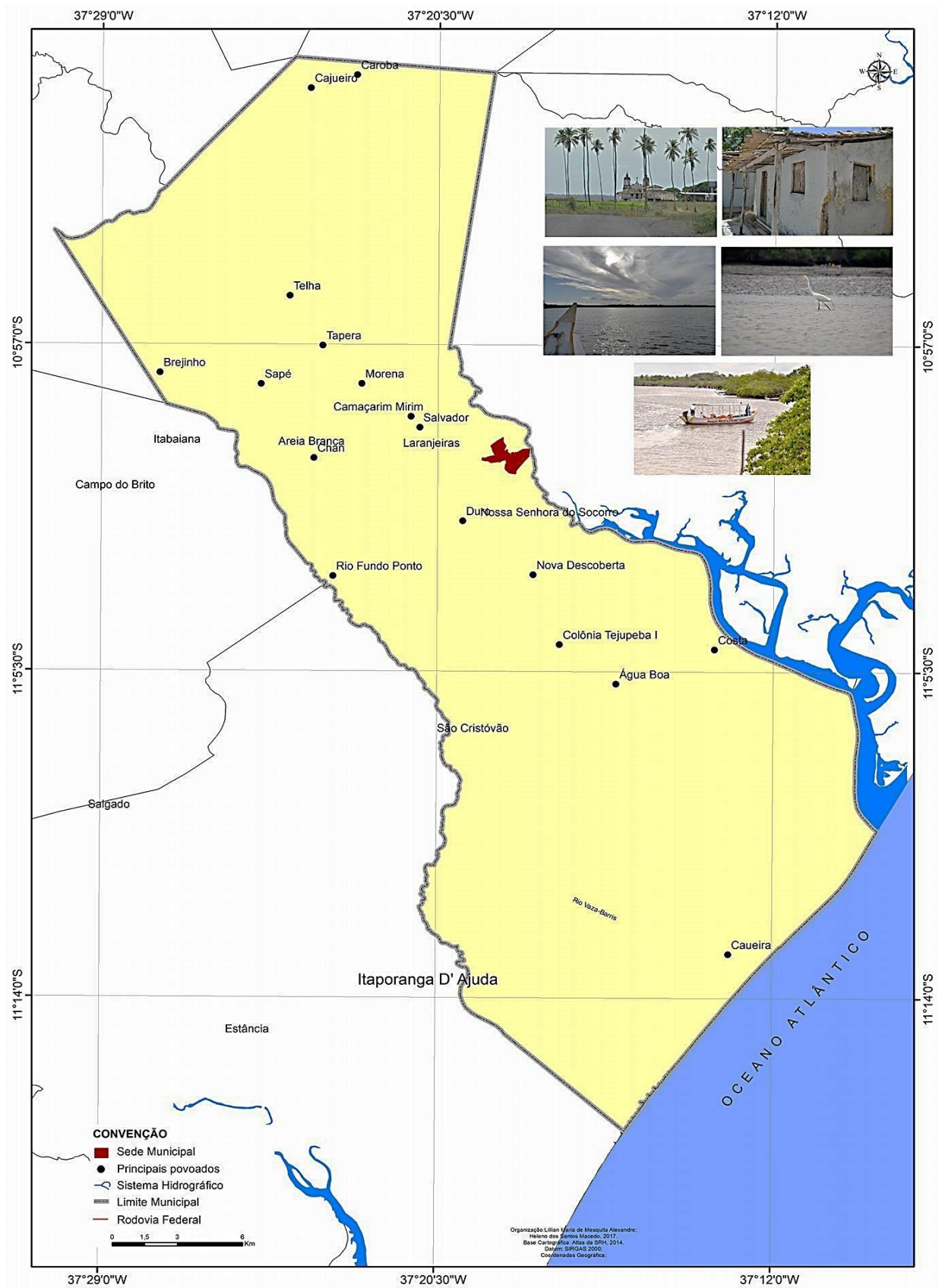
1.4.2 – O município de Itaporanga D’Ajuda, a Praia da Caueira e a Ilha Mem de Sá.

A Ilha Mem de Sá está localizada a 23 km de sede do município de Itaporanga D’Ajuda e a 53 km de Aracaju, capital do estado de Sergipe, situada em uma ilha fluvial no estuário do rio Vaza-barris. Esta ilha fica próxima ao Campo Experimental de Itaporanga – CEI, também denominado de Reserva do Caju, área administrada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, que está inserido em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. Essas RPPN’s apresentam remanescentes de bioma de Mata Atlântica, apresentando uma rica biodiversidade. As reservas têm como objetivo proteger os recursos naturais das propriedades, visando contribuir com a conservação da biodiversidade da região, sendo uma área de uso voltado para o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação com objetivo turísticos, recreativos e educacionais (Figura 06) (SANTOS, *et al*, 2009).

Observa-se que na Ilha Mem de Sá as relações socioambientais abrangem o seio familiar consanguíneo e por afinidade, sendo repassada ao longo do tempo por seus herdeiros, perpetuando a sobrevivência das gerações precedentes de pescadores de sustentabilidade na dimensão social percebe-se que a comunidade ainda não consegue transpor as barreiras que a isolam geográfica, social, econômica e politicamente sendo necessário traçar estratégias de desenvolvimento pautadas no potencial local e que visem o protagonismo e melhoria da qualidade de vida da comunidade (SANTOS, *et al*, 2009).

Aproximadamente 75 famílias vivem nesta localidade e dependem da pesca artesanal, que constitui a principal atividade econômica da comunidade, além do cultivo de mandioca e macaxeira, e o aproveitamento do coco (SANTOS, *et al*, 2012).

Figura 06: Localização de Itaporanga D'Ajuda



Crédito: Helene Macedo, 2017.

Em 2015, fruto de um edital financiado pelo Programa Integração Petrobrás Comunidades, o Projeto Aratu surgiu, inicialmente com o nome Ilha dos Aratus e hoje, Aratu – Turismo de Base Comunitária, que visa a implantação de uma cooperativa de turismo e infraestrutura básica receptiva com o objetivo de fortalecer as atividades, produtos e serviços ecoturísticos, desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Sergipe - IFS. Ao longo de dois anos, foram desenvolvidas diversas ações, desde a mobilização e articulação dos elos da cadeia produtiva, qualificação técnica, apoio ao desenvolvimento do grupo e do modelo de negócio e desenvolvimento das estratégias de marketing e comercialização dos produtos gerados a partir deste (Figura 07) (SANTOS e ALEXANDRE, 2015).

Figura 07: Placa do projeto Aratu na entrada da Ilha Mem de Sá.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Segundo a coordenadora pedagógica do projeto em 2016, EDUCADORA Ilha Mem de Sá, “o Aratu fecha um ciclo deste financiamento com a construção da cooperativa”, enfatiza afirmando:

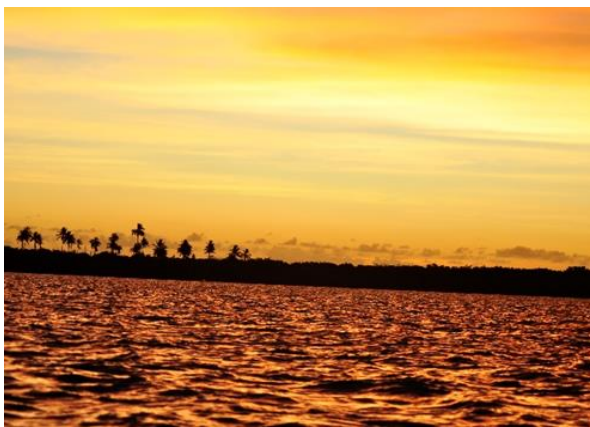
“O projeto Aratu termina o ciclo com a bioconstrução da base receptiva da Cooperativa Aratu. Até lá e mesmo depois, continuaremos trilhando juntos, com a associação e a comunidade, para valermo-nos do turismo como instrumento de transformação social e empoderando pessoas, transformando economicamente, resgatando valores, gerando autonomia e conectando realidades”.

Continua a EDUCADORA afirmando que:

“a bioconstrução da cooperativa será um momento de rememorar algumas práticas tradicionais. Momento de aprender, ensinar, aplicar tecnologias sociais e ambientais, além de continuarmos exercitando o fortalecimento de nossos laços e de nossa rede, engajando e expandindo o conceito de comunidade”.

Em atividade de campo realizada no dia 15 de julho de 2016, observou-se a importância da atividade turística para a Ilha Mem de Sá e como é sensível o principal atrativo motivador para o deslocamento de turistas, o rio: a presença dele e a paisagem do entorno, promovem diversas possibilidades turísticas, como passeios de barco no pôr do sol a prática de esportes náuticos, como *stand up*. A partir do rio Vaza Barris, é possível perceber a gastronomia diferenciada, pautada nos mariscos, no aratu e ainda, nos sucos produzidos com frutas do próprio local, para ressaltar algumas questões pontuais. Todo esse esforço passa pelas ações de planejamento participativo iniciado com a presença sempre constante da comunidade local (Figuras 08, 09, 10 e 11).

Figura 08: Pôr do Sol Rio Vaza Barris



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Figura 09: Stand up no Rio Vaza Barris



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Figura 10: Culinária baseada em iguarias do rio



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Figura 11: Barco de transporte turístico



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Outro ponto turístico é a Praia da Caueira, caracterizada pela presença marcante de segundas residências e isso influenciou consideravelmente no processo intenso de erosão, pois ao longo do tempo, os paredões das casas que foi formada, reafirmou a lógica da intensificação da ocupação em áreas distintas da capital, com a construção de casas isoladas por uma população de elevado poder aquisitivo. Assim, quanto maior a proximidade com o mar, mais valorizado é o imóvel. Os eventos erosivos intensos, provavelmente foram resultados da diminuição do volume de sedimentos devido à barreira de concreto formada pelas construções e a retirada da fonte natural de sedimentos acaba resultando na erosão da praia (Figura 12) (SANTOS, *et al*, 2009).

Figura 12: Casas na Praia da Caueira.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

1.4.3 – O município de Estância e suas praias

Estância encontra-se localizada na microrregião Leste de Sergipe, distando 68 km da capital do Estado. Sua extensão é de 649,6 quilômetros quadrados e se contra a uma altitude média de 53 metros acima do nível do mar. Tem boas vias de acesso pela BR 101 Sul ou pela rodovia Ayrton Senna, Linha Verde, vinda da capital (SANTOS, 2009).

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são: agricultura com o cultivo de banana, coco-da-baía, laranja, manga, tangerina, abacaxi, madeira (carvão vegetal e lenha), indústria de transformação pecuária (aves e bovinos) (SANTOS, 2009).

O ritmo climático de Estância sugere que as elevadas e invariáveis temperaturas e as precipitações atmosféricas representam um viés significativo na sua geografia, articulando natureza e sociedade, em enfoque espacial e temporal. Há que se considerar o papel das brisas litorâneas, exercendo funções na construção e erosão eólica e propiciando conforto térmico em suas praias (SANTOS, 2009).

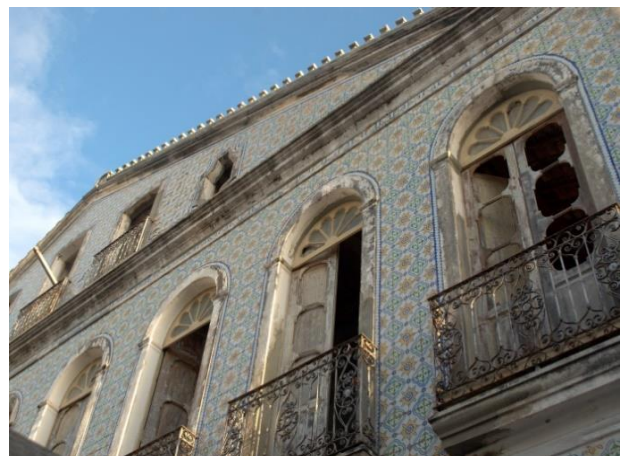
Rica em atrativos naturais dispõe de um acervo fluvial como os canais dos rios Piauí e Piauitinga, Fundo e Capivara; manguezais densos que preservam a biodiversidade; bucólicas colônias de pescadores; praias e lagoas como a Lagoa Azul, Lagoa Funda e Lagoa do Abais, com a presença de dunas fixas e móveis. As ilhas Malvinas, da Sogra e do Sossego propiciam atrações turísticas únicas para a localidade, pois desponta um cenário paradisíaco, que aliado ao acervo histórico-cultural formado pelo conjunto arquitetônico de influência portuguesa, revestido com os azulejos, nos remete ao período da colonização (Figura 13 e 14) (SANTOS, 2009).

Figura 13: Turista na Lagoa dos Tambaquis



Crédito: Lillian Alexandre, 2015.

Figura 14: Azulejo português



Crédito: Lillian Alexandre, 2014.

A Praia do Saco foi considerada pela Revista *Forbs*, em 2009, entre as 100 praias mais belas do mundo, recebe grande fluxo de pessoas, mas a frequência tem caído nos últimos anos pela incipiente oferta de serviços e infraestrutura de apoio ao visitante, associado ao avanço do mar que causou destruição da maioria das casas que beiram a praia, especialmente no trecho conhecido como ponta do Saco (Figura 15) (SILVA e ALEXANDRE, 2014).

Figura 15: Praia do Saco



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Identificou-se ainda o Projeto Catadoras de Mangaba a possibilidade de organizar a comunidade para o turismo e estabelecer uma aliança entre interesses econômicos locais e não locais, objetivando atribuir uma relevante importância na valorização das questões culturais e ambientais que cercam o grupo, como os saberes e fazeres inerentes a produção gerada pela cata da mangaba (Figuras 16 e 17).

Por isso, ao verificarem que as mangabeiras, reconhecidas como árvore símbolo do Estado de Sergipe, conforme Decreto Lei nº 12.723 de 20 de Janeiro de 1992, estavam sistematicamente sendo arrancadas pelos projetos imobiliários e de monocultura, ou mortas pelos venenos derramados pelos tanques de carcinicultura, as mulheres reunidas no I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, decidiram levantar sua voz e, com ajuda de pesquisadores e das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão (MOTA *et al*, 2008), realizaram, em 2007, o I Encontro das Catadoras de Mangaba. Surgiu aí o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM) (SILVA e ALEXANDRE, 2014).

Figura 16: Casa da Mangaba no município de Estância 2014.



Crédito: Lillian Alexandre, 2014.

Figura 17: Casa da Mangaba no município de Estância 2016.



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

É possível perceber que houve uma melhoria significativa na sede da associação das catadoras de manga em Estância, entre os anos de 2014 a 2016, quando ainda existiam recursos do projeto viabilizado pela Petrobrás até meados de 2016, mas é preciso repensar o futuro desse projeto como possibilidade de fomentar o TBC, pois ele surge como um

instrumento para que o TBC possa realizar ações de cunho sustentáveis nas localidades e promover um turismo mais sólido, sem relacioná-lo apenas com as questões mercadológicas, como dita o contexto capitalista promovido pelo desenvolvimento marxista atual (MELLO e ALEXANDRE, 2017).

Vale ressaltar ainda, que ações como estas passam pelos modos e fazeres das mulheres que fazem parte do projeto e que a sua prática deve ser preservada, assim como as árvores da mangaba, que é a riqueza do entendimento que se faz necessário para estimular o surgimento de um turismo sustentável de fato e que as bases devem começar não só com a implantação do TBC, mas primeiramente, pelas mulheres que fazem parte desse movimento (MELLO e ALEXANDRE, 2017).

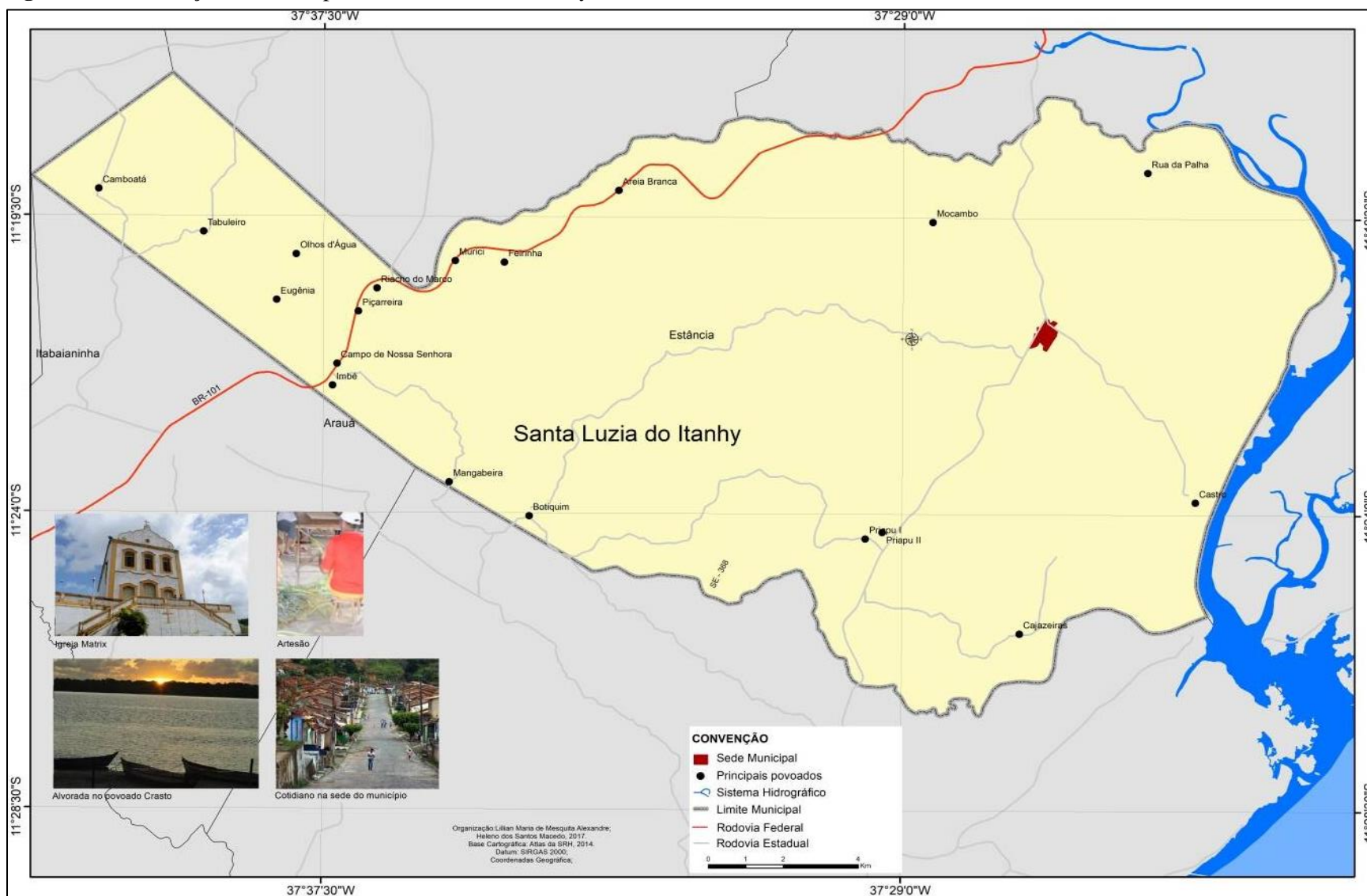
1.4.4 – O município de Santa Luzia do Itanhy e o povoado Crasto.

A 76 quilômetros da Capital Aracaju, Santa Luzia do Itanhy está localizada no Litoral Sul do Estado de Sergipe, sendo limítrofe aos municípios de Arauá, Estância, Indiaroba, Itabaianinha e Umbaúba e banhado pela bacia hidrográfica do rio Piauí. O município de 13.733 habitantes tem uma área 325.732 Km² e possui 51 povoados. Apresenta como bioma característico a Mata Atlântica, e é banhado pela bacia hidrográfica do rio Piauí, que é constituída pelos rios Guararema, Indiaroba, Piauí e Sapucaia, apresenta uma densidade demográfica 42,2 hab/km², e segundo o IBGE (senso 2010) um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,545 (Figura 18) (SILVA e ALEXANDRE, 2015).

O Produto Interno Bruto - PIB do município é constituído principalmente pela prestação de serviços, indústria e agropecuária, mas graças à concentração de renda e à distribuição latifundiária de terras, os habitantes do município vivem da agricultura e pesca de subsistência, e do Fundo de Participação do Município recebido pela prefeitura. Santa Luzia é hoje um dos 50 municípios mais pobres do Brasil. Sua população estimada é de aproximadamente 14 mil habitantes, dos quais, 24% estão localizados na zona urbana, e os demais na zona rural (SILVA e ALEXANDRE, 2015).

O município de Santa Luzia do Itanhy é dotado de grande diversidade cultural graças às heranças deixadas pelos povos indígenas, que ocupavam originalmente a área; portugueses, que a colonizou a região; e africano, que foi mão-de-obra na colônia; e a relação da comunidade com o meio que a cerca, como as proximidades com o Rio Piauí e a Mata do Crasto, por exemplo (SILVA e ALEXANDRE, 2015).

Figura 18: Localização do município de Santa Luzia do Itanhhy.



Crédito: Heleno Macedo, 2017.

São notórios os resquícios do passado colonial do município, que se apoiava na escravidão para o cultivo de cana-de-açúcar, vindo a deixar profundas marcas na população, marcas estas que se reflete em seus comportamentos, relações de poder, e na paisagem do municipal, que abriga ainda nos dias de hoje engenhos de cana-de-açúcar e uma comunidade quilombola (Figura 19 e 20) (SILVA e ALEXANDRE, 2015).

Figura 19: Engenho São Félix



Crédito: Lillian Alexandre, 2015.

Figura 20: Pescador no Crasto.



Crédito: Lillian Alexandre, 2015.

Além dos investimentos do PRODETUR, a região em que o município está inserido foi contemplada com ações do projeto “Sentidos do Itanhy”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI, entre os anos de 2009 e 2013, e teve apoio do Ministério do Turismo. E segundo o próprio IPTI, em sua página na web, o projeto tinha como metas: Estruturação do Turismo de Base Comunitária em Santa Luzia do Itanhy e Elaboração do Plano de Gestão Participativa do Turismo de Santa Luzia do Itanhy (SILVA e ALEXANDRE, 2015).

O IPTI foi criado em outubro de 2003, em São Paulo, é uma instituição privada, com fins não econômicos e voltada para as áreas da educação, saúde pública e economia criativa. Em dezembro de 2006 o IPTI iniciou contatos com o Governo de Sergipe, associado à experiência de promoção de desenvolvimento social e econômico, com base numa integração entre arte, ciência e tecnologia. Em dezembro de 2009, o IPTI transferiu sua sede para Santa Luzia do Itanhy, mais especificamente no povoado Crasto e em 2010, foi qualificado pelo governo de Sergipe, como uma OS - Organização Social estadual (IPTI, 2013).

O IPTI possuía como missão “promover, continuamente, um ambiente favorável à pesquisa e à inovação, por meio da associação de áreas e pesquisadores multidisciplinares, com vistas a oferecer soluções complementares e integradas entre tecnologia e processos humanos” e como visão “Consolidar-se, até 2015, como um centro de integração, produção e meio ao exercício das ações” (IPTI, 2013).

Um dos projetos elaborados pelo IPTI foi o “*The Human Project*”, um modelo de desenvolvimento local, baseado na associação entre arte, ciência e tecnologia. Arte produzindo sensibilização, ciência imprimindo método e a tecnologia proporcionando o disseminação de conhecimento, que seja reconhecido como uma referência nacional e internacional no desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica (IPTI, 2013).

O “*The Human Project*” considerava a cultura e o meio-ambiente como elementos transversais ao processo, responsáveis por configurarem a identidade local, além de serem responsáveis por preservar aquilo que é próprio ao contexto, ao caráter único que carrega cada cultura, o que faz com que se torne um excelente mecanismo de geração de inovação e de fomento aos processos criativos (IPTI, 2013).

A percepção da comunidade do povoado Crasto é evidenciada por uma simples caminhada pelo povoado, onde se percebe o cotidiano calmo dos moradores, e na presença de infraestrutura e equipamentos turísticos de responsabilidade da própria comunidade, além de transportes para o turista, seja em bacos pequenos ou em escuna (Figura 21, 22, 23 e 24).

Figura 21: Restaurante no Crasto.

Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 22: Moradores no Crasto.

Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 23: Pousada e Restaurante.

Crédito: Natália Silva, 2015.

Figura 24: Barco para turistas no Crasto.

Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

1.4.5 – O município de Indiaroba e seus povoados turísticos

Ao município de Indiaroba cabe à função de principal portão de entrada do fluxo rodoviário do litoral sul, notadamente turistas baianos, maior polo emissor de turistas para Sergipe (Figura 25) (ALEXANDRE e SILVA, 2014).

Indiaroba e seu parque natural encontram-se localizados na microrregião de Estância ao sul de Sergipe, distando 99 km da capital do Estado. O clima é semiúmido com regularidade na distribuição das chuvas. Solos arenosos e profundos, de média a baixa fertilidade natural e presença dos tabuleiros costeiros sul (SANTOS, 2009).

Na economia destacam-se como principais atividades a agricultura com o cultivo de banana, coco-da-baía, laranja, mamão, manga, maracujá e tangerina e a pecuária com a produção de aves. O município possui localizado estrategicamente em relação ao produto turístico consolidado – Mangue Seco. Embora esse ponto esteja localizado na Bahia, pode favorecer outras localidades do litoral, principalmente, incentivando o fluxo turístico local, embora, na atualidade, sirva apenas o acesso (SANTOS, 2009).

Figura 25: Localização do Município de Indiaroba.



Crédito: Heleno Macedo, 2017.

Na região analisada observa-se a existência de territórios de exploração turística que usam como principais atrativos as travessias e passeios fluviais sobre o rio Real seja saindo de Indiaroba pelos Povoados de Terra Caída e Pontal, normalmente com um fluxo de turistas que utiliza com o acesso a BR-101 da Bahia para Sergipe, ou pelo município de Estância para fluxo de quem utiliza o acesso BR – 101 e ponte Jornalista Joel Silveira com origem do litoral norte no sentido Estado de Alagoas com Sergipe, e em menor proporção pelo município de Santa Luzia para quem utiliza o acesso da BR – 101 no sentido Sergipe – Bahia, embarcando no município de Santa Luzia do Itanh, povoado Crasto. Estes três principais acessos são responsáveis pelo território de exploração do litoral sul que leva todo o fluxo para Mangue Seco onde foi gravada a novela “Tieta do Agreste” da rede globo de TV aberta brasileira, baseada no romance do escritor Jorge Amado (Figura 26 e 27) (ALEXANDRE SILVA, 2014).

Figura 26: Ponte Joel Silveira.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 27: Acesso Povoado Terra Caída.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Ressaltar o modo de vida particularizado da comunidade do povoado Terra Caída significa enfatizar que essa maneira de viver em territórios turísticos e recursos de uso comum pode contribuir para a manutenção das relações entre os indivíduos e o ambiente e que nesta particularidade, possam emergir as singularidades possíveis para um turismo criativo, vislumbrado a partir dos saberes e fazeres existentes nesta comunidade (GOMES, 2015).

1.4.6 – O litoral sul de Portugal: Tavira – Algarve

A Bacia Turística Alargada do Mediterrâneo forma-se a partir dos anos 1950 do século XX, pelo desenvolvimento rápido e simultâneo de várias áreas turísticas, cada uma

formada em torno do aeroporto, que as torna acessíveis às classes médias do Norte da Europa. As áreas turísticas desenvolvem-se segundo modalidades, tempos e morfologias diferentes, mas partilham elementos invariantes (BRITO, 2009).

Acessibilidade aérea, mais tempo livre e rendimento disponível oferecem uma geografia, dimensão e diversidade novas, à procura da viagem para estanciar durante o tempo livre. Os limites da Bacia estendem-se, para Oeste e Sudeste do Algarve, à costa marroquina e às Ilhas Atlânticas, pós Nascente, ao Mar Negro e ao Vermelho (BRITO, 2009).

A região do Algarve, com 4.996,80 km², ocupa apenas 5% do território nacional. A superfície total de uso do solo da região ocupada em urbano, equipamentos e parques, industrial e turismo ascende a cerca de 250 km². A superfície agrícola utilizada é de 883 km² e a zona de intervenção florestal de 660 km². A ocupação total ascende a 1.793 km², 36% da região. Verifica-se que a superfície urbana ocupada se concentra nos concelhos do litoral, no barlavento e centro da região, junto a zonas balneares (Figura 28) (RAMOS, *et al* 2016).

Figura 28: Região Turística do Algarve



Fonte: https://bemsortido.files.wordpress.com/2014/09/img_3658.jpg, acessado em 09 de agosto de 2017.

Tavira localiza-se no Algarve, região sul de Portugal, mais exatamente no Sotavento¹ Algarvio (Zona Oeste) e também a mais mediterrânica, pelo clima, produções e formas de

¹ Designa a zona ocidental da região natural do Algarve, no sul de Portugal.

vida (Figura 29). O litoral integra o Parque Natural da Ria Formosa, um ecossistema internacionalmente classificado e protegido, constituído por ilhas-barreira e sapais, considerados das zonas mais produtivas da biosfera².

Figura 29: Localização de Tavira na região do Algarve em Portugal.



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve (CCDRA, 2017).

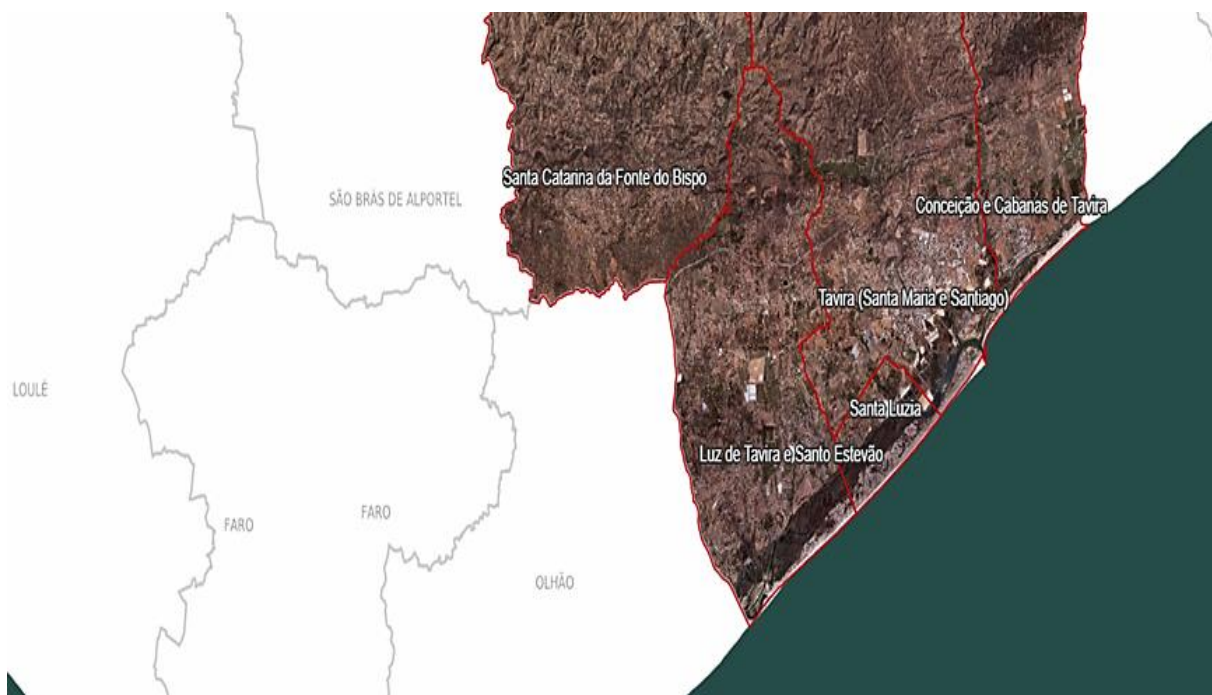
O município é distribuído por seis freguesias³: Tavira (Santa Maria e Santiago), Conceição e Cabanas de Tavira, Luz de Tavira e Santo Estêvão, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Luzia e Cachopo⁴ (Figura 30).

² Site <http://dietamediterranea.net/?q=pt/node/1>, acessado em 13.julh.2017.

³ As freguesias são as menores divisões administrativas de Portugal, diferente do Brasil onde o município é a menor unidade político-administrativa.

⁴ Site <http://mapas.cm-tavira.pt/site/cache/print/59ad09f415e27181eb7f50db09356a0c4e6175ab.png>, acessado em 09 de agosto de 2017.

Figura 30: Localização geográfica do município de Tavira e suas freguesias.



Fonte: Disponível em <http://mapas.cm-tavira.pt/site/cache/print/59ad09f415e27181eb7f50db09356a0c4e6175ab.png>, acessado em 09 de agosto de 2017.

Com 607 km², faz parte do grupo de quatro municípios com maior dimensão (juntamente com Silves, Loulé e Alcoutim). A superfície total de uso do solo ocupada em urbano, equipamentos e parques, industrial e turismo ascende a cerca de 10 km². A superfície agrícola utilizada é de 110 km² e a florestal de 65 km². Logo é o 4.º município com maior ocupação absoluta nos seus diferentes usos, apesar da ocupação relativa ser apenas de 31% face à sua dimensão, sendo o 8.º em área ocupada em usos urbano, equipamentos e parques, industrial e turismo, o 4.º em uso agrícola e o 3.º em área de intervenção florestal. Estende-se da orla marítima para o interior, estruturado em três sub-regiões: o litoral, o barrocal e a serra (RAMOS, 2016).

O clima da região é temperado mediterrânico, a temperatura média anual ronda os 18°C, tal como no restante litoral e barrocal do sotavento algarvio. No mês de agosto as temperaturas máximas atingiram os 30°C e as mínimas os 19°C, em janeiro as temperaturas máximas atingiram os 16°C e as mínimas os 7°C. A cidade de Tavira apresenta uma precipitação média anual de 576 mm, distribuída ao longo de cerca de 65 dias, e oferece cerca de 300 dias de sol anual⁵.

⁵ Site <http://www.cm-tavira.pt/site/content/turismo-concelho/caracteriza%C3%A7%C3%A3o>, acesso em 14.julh.2017.

A cidade de Tavira é uma cidade histórica (hoje também turística), pois patrimónios diversos resultantes da presença de civilizações da Antiguidade mediterrânica, fenícios, romanos, árabes/berberes, confirmada pelos trabalhos arqueológicos e materiais exumados, instigam para um turismo cultural e também criativo consequentemente (Figura 31 e 32).

Figura 31: Centro da cidade de Tavira – Algarve.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

O “barrocal”⁵ zona de transição, entre o mar e a serra, com solos de barros e calcários conserva uma flora diversa e adaptada, sendo o “pomar de sequeiro” uma imagem marcante destes territórios pontuados de oliveiras, amendoeiras, alfarrobeiras e figueiras. Com as viagens planetárias dos portugueses, outros produtos chegaram, como as culturas de citrinos que existem por toda a região. Na serra deparamo-nos com a característica florestal ou bosque mediterrâneo, com atividades de agricultura comunitária, pecuária, apicultura, caça e artesanato⁵.

Figura 32: Ponte sob o rio Gilão em Tavira.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

CAPÍTULO 2

DAS BASES CONCEITUAIS DO TURISMO À TEORIA DA COMPLEXIDADE

Praia da Caueira – Itaporanga D’Ajuda



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

“As praias são igualmente espetáculos de contemplação (espetáculo do mar, do pôr do sol e dos crepúsculos) de jogos e de treino, mesmo e competição internacional (esculturas na areia, papagaios de papel). Para além da saúde, no seu sentido mais lato, o recreio à beira mar permite hedonismo, descontração, jogos e desportos múltiplos, na água e na areia, encontro consigo próprio e não mesmo intensa vida social e cultural” (CAVACO, 2013).

2.1 - Contextualização do TBC em escala mundial.

O turismo pode contribuir para concretizar algumas das aspirações comunitárias na medida em que se chegou à atividade econômica viável, socialmente solidária, culturalmente enriquecedora e ambientalmente responsável, pois entender o turismo como um sistema complexo, é mais do que necessário para a formulação de novas práticas que atendam as dimensões relacionadas.

Assim, o turismo comunitário é aquele que promove um adequado equilíbrio de valores éticos, sociais e culturais; complementa e potencializa a economia familiar e comunitária; melhora as condições de vida e trabalho de seus membros; revitaliza as expressões da cultura autóctone e preserva ecossistemas locais (CORIOLANO, 2005).

Para Gomes (2015), o TBC surge:

Em duplo contexto mundial: por meio das ações que promovem formas e um turismo responsável e sustentável; pelos esforços de conservação e administração de áreas naturais protegidas, que vinculam a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento local comunitário (GOMES, 2015 apud Hiwasaki, 2006, p.51).

Teoricamente, diversos autores procuraram abordar a relação entre o turismo e as comunidades locais receptoras. Mitchell & Reid (2001) estudaram a interação da comunidade de Ilha Tequile, no Peru, no processo de planejamento, desenvolvimento e gestão do TBC. Horn & Simons (2002) tratam comparativamente da relação do turismo com comunidades tradicionais na Nova Zelândia. Tosun (2006), estudando um caso na Turquia, aborda o sentido da participação comunitária no planejamento e desenvolvimento do turismo. Rugendyke & Thi Son (2005) estudara no Vietnã a substituição das atividades agrárias tradicionais pelo turismo de natureza relacionado às unidades de conservação. Koster & Randal (2005) usam indicadores para avaliação do desenvolvimento econômico de comunidades no Canadá que estão envolvidas com turismo. Mansfeld & Jonas (2006) tratam da capacidade de carga cultural em uma comunidade judaica que trabalham com turismo em um Kibutz de Israel (MITRAUD, 2003).

Segundo Mitraud (2003), o "turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão", uma vez que se relaciona num complexo sistema (BRANDON, 1995 apud PERALTA, 2012).

Para Coriolano (2009):

[...] o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios (CORIOLANO, 2009, p. 282).

Ainda definindo Turismo Comunitário, Maldonado (2009) afirma que:

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p.33).

Entende-se então, que o turismo comunitário é a viabilização do turismo de maneira coletiva, onde uma comunidade utiliza-se da propriedade comum para oferecer produtos turísticos, tomando coletivamente todas as decisões pertinentes à atividade e buscando um desenvolvimento construído socialmente. Para entender melhor os esforços exigidos no TBC e do papel da construção social do desenvolvimento em sua viabilização, Coriolano (2003) diz que:

Ele exige o envolvimento de toda a sociedade, uma revalorização da cultura e uma base ética. Nessa época de tantas crises – ecológicas, de escassez, de recursos públicos e de grandes demandas sociais – estimular a participação das comunidades para maior dinamização econômica e buscar respostas às necessidades de saúde pública, educação, cultura, construção de moradias, lazer, produção de emprego e renda, significa uma estratégia eficaz e eficiente, sobretudo, para os segmentos sociais mais desprestigiados pelo modelo da macroeconomia (CORIOLANO, 2003, p. 26).

Apropriando-se dessas informações, pode-se reconhecer então, o TBC como uma estratégia de construção social do desenvolvimento e que através dele, é possível trazer melhorias nas condições de vida da comunidade que se articula para executá-lo.

Ao longo principalmente das leituras de Coriolano (2009), Maldonado (2009), Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), Mielke (2009), além do entendimento de construção social do desenvolvimento abordado, ainda, por Coriolano (2009), foi possível situar as bases conceituais importantes e as devidas referências acerca do turismo comunitário. Assim, passado este entendimento, Turismo de Base Comunitária, segundo Silva (*et al*, 2009):

É a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor (SILVA *et al*, 2009, p.362).

Ainda reforçando esta ideia, Rede Tucum (2008) *apud* SANSOLO (2009) afirmam que:

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (REDE TUCUM, 2008 *apud* SANSOLO, 2009, p. 45).

Por fim, discute-se a prática do turismo de base comunitária, mostrando que a atividade turística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, desde que o foco de seu planejamento esteja na geração de oportunidades e benefícios reais para essas populações (BARTHOLO *et al*, 2009).

Pensar as atividades turísticas como promotoras do desenvolvimento na região onde se estabelecem requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isto implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.

Assim, o turismo de base comunitária busca contrapor-se a uma perspectiva apresentada pelo turismo de massa, em que o pensamento permeia as questões econômicas, onde o volume de turistas justifica os investimentos e a criação de empresas para atender a essa demanda, em sua grande maioria, de pessoas de fora, de “estrangeiros” como reforçam os locais. O TBC que aqui estudado é voltado para a diferenciação dessa relação massificada, voltada para as questões sociais, onde os sujeitos sociais interagem como maior capacidade de ação, pois estão fazendo parte diretamente do processo e se empoderam das ferramentas que este tipo de turismo agrega.

Esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo

relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista.

Dentre os desafios e obstáculos para a construção de práticas turísticas de base comunitária, a participação da comunidade local é reconhecidamente um elemento crucial (BENI, 2013; CORIOLANO (Org.), 2003; IRVING, 2009; SAN SOLO, 2009; HALL, 2002). A gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis é um processo contínuo de aprendizagem (Meyer, 1991), que tem no grau de comprometimento da comunidade a garantia de sua continuidade.

O TBC converge com a proposta de Zaoual (2009) de que um *desenvolvimento situado*:

[...] enfatiza a dimensão simbólica dos padrões relacionais e afirma a pluralidade. Dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com *espaços vividos*, onde a racionalidade se constrói *in situ*, tendo por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio. O turismo de base comunitária, enraizado num processo *situado* de desenvolvimento, é uma estratégia dentro do turismo sustentável, cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora (ZAOUAL, 2009, p. 56).

2.2 - Bases conceituais de Turismo Cultural e Turismo Criativo

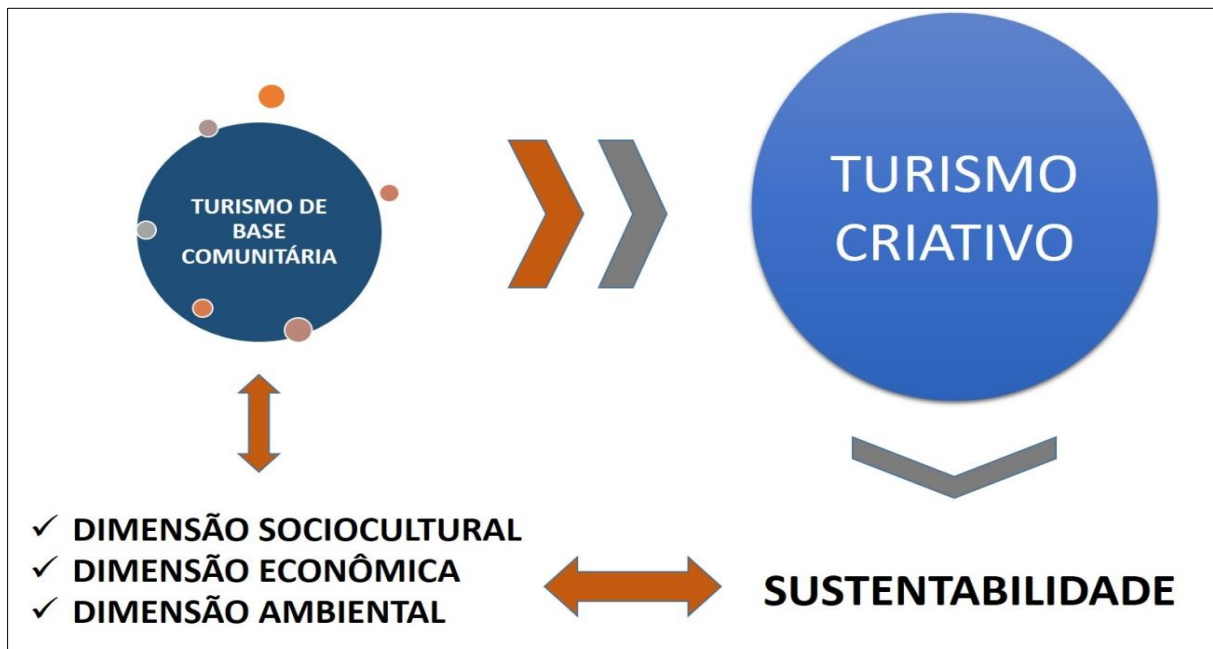
O foco na cultura é o elemento distinto de um novo segmento de turismo e do novo perfil de turista, pois o “caminho de mão dupla” que unem cultura e desenvolvimento sustentável está pautado na identidade local, fruto das relações entre as comunidades com seu lugar, sua herança, seus saberes e fazeres. Essa cultura pode proporcionar uma posição privilegiada na geração de riqueza, empregos e acima de tudo, inclusão socioeconômica, pois a cultura é o quarto pilar da sustentabilidade mostra o quanto é necessário este equilíbrio para uma nova releitura do TBC.

Segundo Molina (2015), “o turismo criativo se propõe como um modelo que promove o desenvolvimento integral dos indivíduos e das comunidades” e continua afirmando que “está fundamentado em cinco critérios simples, mas poderosos: a criatividade, a participação, a inclusão, a excelência e o desenvolvimento integral”.

Ele é considerado como uma nova geração de turismo, que implica na participação de turistas em atividades criativas, com a população local, por exemplo, manusear uma vara de pescar ou elaborar uma peça artesanal, como uma cesta.

Dessa forma, é possível refletir com base no esquema sobre o papel da retroalimentação a partir do Turismo Criativo, circulando todo o sistema ambiental, a partir do TBC e dos pilares da sustentabilidade, distribuídos nas dimensões da sustentabilidade (Figura 33).

Figura 33: Retroalimentação do TBC pelo Turismo Criativo.



Organização: Lillian Alexandre, 2017.

A partir desse esquema é que podemos refletir sobre o papel que o Turismo Criativo passa a ter como maior mobilizador social para que o TBC seja aplicado enquanto modelo sustentável e para o perfil do novo turista, preocupado com as questões ambientais, com os aspectos locais e principalmente, que busca na identidade da comunidade visitada, aspectos únicos e autênticos para sua nova experiência de viagem.

A base da identidade comunitária também pode ser enraizada na consciência de pertencer a um determinado grupo étnico, seja este descendente ou não de povos que habitaram e possuíram vastos territórios do continente, antes de época das colonizações, tal como é o caso dos povos afrodescendentes (MALDONADO, 2009).

Para Hall (2002):

A descentralização dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. Esses processos de mudança tomados em conjunto, representam um processo de transformação e nos levam a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada (HALL, 2002, p.9).

As culturas nacionais se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Pensa-se neste tipo de cultura como se fosse parte dessa natureza essencial. Porém, as identidades nacionais não são coisas com as quais se nasce, mas são formadas e transformadas no interior das representações. Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, se deve pensá-la como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade (HALL, 2002).

Hall (2002) continua reforçando que “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está sendo fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”.

O próprio processo de identificação, através do qual se projeta em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático e a identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2002).

Neste cenário, o turismo deve ser analisado como um ritual contemporâneo, em si uma prática social, onde uma nova cultura é formada para um público específico, pois ao se analisar como a cultura é construída para o turismo, pode-se, a partir daí perceber a interação entre os três atores envolvidos na criação da atividade: os turistas, as empresas e a população receptora e o enquadramento dentro da interação dos discursos e imaginários gerados a partir do setor de turismo e do destino. Neste aspecto percebem-se as interferências que o outro faz neste lugar (ZEVALLOS, 2008) e isso reforça a importância de olhar para um conjunto de relações possíveis e fortalecer as bases comunitárias para que não se perca de vista a turistificação de cenários e paisagens para uma simples satisfação dos turistas.

Lugar este que, segundo Heidegger (2008 *apud* Bartholo, 2009, p. 44) “o lugar heideggeriano encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade. Nele a centralidade do encontro face a face não é meramente topológica. Essa centralidade diz respeito ao próprio sentido de lugar”.

Nas palavras de Heidegger “(...) costuma-se considerar o encontro face a face exclusivamente como relacionamento entre os seres humanos (...)”, e esse face a face gera a possibilidade de um planejamento e controle, abrindo portas para a pretensão de sua reprodução seriada segundo a lógica da produtividade mercantil-industrial (BARTHOLO, 2009).

Neste sentido, Zevallos (2008) remete que “o turismo não somente molda as culturas que constituem seu objeto de consumo, mas também, faz parte delas”, isso faz com que o

processo de identificação ocorra a partir do estilo de vida e da ideia de pertencimento que são apresentados pelos grupos comunitários. Há, então, uma condição de que, a partir da experiência vivenciada pelo turista nessa comunidade, passe a ser vendida como artigo de luxo, algo exótico e essa experiência é mercantilizada, sendo essas representações da cultura de consumo.

A perspectiva de análise das performances turísticas e rituais contemporâneos e as próprias práticas sociais, que constituem novas culturas especialmente construídas para um público estrangeiro, passam a ser o significado da cultura para consumo e são construídos e levados a outro perfil de público, o estrangeiro (BUTLER, 1999).

É necessário estudar a interação entre os atores do turismo, mas também o contexto político e econômico em que se encontram, analisando as relações sobre o lugar, o destino, o global e o local.

O papel da comunidade na construção da cultura como um produto turístico é fundamental, e o interesse dos demais atores pelo que acontece a partir da chegada do turista também geram diversos entendimentos e problemas. Nem os turistas, nem a comunidade local são meros expectadores da “encenação” cultural, mas a participação de cada sujeito social no ato de apresentar uma “cultura encenada” pode acabar interferindo nas identidades, nos rituais, na própria cultura, podendo criar uma predefinição desses lugares, uma falsa imagem e ainda, uma turistificação dos lugares, gerando impactos negativos. Dificilmente um turista cultural retorna ao mesmo local visitado, quando vendido em grupos e praticados de forma a consumir um turismo de massa e isso também interfere no local, pois os grupos passam a ser influenciados diretamente por cada perfil de turista que o visita, estratificando sua cultura para “turista ver”.

Canclini (2003), entre outros, analisa mecanismos e formas que as culturas e comunidades locais desenvolvem para lidar com pressões de mercado e influências culturais “exógenas”. Muitas comunidades locais realizam uma verdadeira antropofagia, como diria Oswald de Andrade “comendo” traços culturais estrangeiros, incorporando-os à sua identidade e fazendo desse elemento de autoafirmação (Figuras 34 e 35). Essa seria uma visão negativa da chegada do turista na localidade, uma vez que não havendo o olhar de um todo, as culturas passam a se misturar de tal forma, que podem se perder e o lugar ficar consideravelmente exposto a uma padronização “para turista ver”.

Figura 34: Feira de artesanato em Tavira



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 35: Artesanato local em Tavira



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Retratar o que de fato existe de cultural numa comunidade, pode ser feita através de eventos e feiras, como a apresentada nas imagens acima, referentes à V Feira da Dieta Mediterrânica, de 07 a 14 de setembro de 2017, onde através e artesanato em palha, madeira,

cerâmica, barro dentre outros, observamos como a construção da identidade local se apresenta aos turistas e como isso pode ser feito, sem a turistificação dos locais.

Assim, cidades com vocação para a cultura e como um celeiro de grandes talentos, inseridas nesse conceito, devem investir de formar cada vez mais planejada e articulada, criando leis e políticas locais que propiciem investimentos majorados para a cultura e renda e se tornando mais inclusivas, em busca do desenvolvimento sustentável (REIS, *et al*, 2011).

Afirma Beni (2006) “o produto cultura, a partir do momento em que expressa um valor econômico em razão da existência da demanda turística, assume todas as formas possíveis de um produto de mercado” e é nesse momento que é importante planejar a atividade turística de forma sustentável, além da necessidade de preservação dos rituais, saberes e fazeres das comunidades locais para que as gerações futuras possam continuar com as bases culturais.

Alguns autores, como por exemplo, Talavera (2002); Murta e Albano (2002); Barreto (2002) afirmam que uma das formas mais eficazes de salvaguardar o patrimônio cultural é a conversão desses recursos culturais em atrativos turísticos, uma vez que as práticas vislumbram sua preservação e conservação.

É importante ressaltar que a ideia de patrimônio aqui delineada, está relacionada com o tangível e o intangível, que em conjunto conformam a identidade coletiva do lugar. De acordo com a UNESCO (2003), o patrimônio tangível inclui todos os valores culturais que apresentam uma materialização ou corporização física, como por exemplo, as cidades históricas, sítios arqueológicos, museus e edifícios históricos. Já o patrimônio intangível inclui todas as formas de manifestações culturais populares e folclóricas, linguagens, gastronomia, entre outros.

Assim, o patrimônio cultural passa a ser considerado como recurso importante na configuração do espaço turístico, uma vez que pode se converter em um forte aliado no desenvolvimento econômico, na criação de empregos e na coesão social de uma localidade.

Para Rodrigues (2008) “cultura é uma forma particular de ser, de estar, de viver e de sentir o mundo, onde está inserida uma somatória de costumes, tradições e valores”. Nesta descrição a autora esclarece que a cultura não é o conhecimento adquirido pelo indivíduo e sim a vivência dos símbolos representativos da sociedade do indivíduo.

A relação intrínseca entre o turismo e a cultura, solidifica a base de sustentação do turismo cultural, de acordo com Botelho (2007) “o turismo cultural é realizado a partir do movimento de pessoas impulsionadas por motivos culturais como viagem de estudo, viagens

a festivais ou outros eventos artísticos, visitas a sítios e monumentos, viagens para estudar a natureza, a arte, o folclore, as peregrinações”. Dias e Aguiar (2002) afirmam que o mesmo é “uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos – históricos, artísticos, etc.”.

Ainda, em Brasil (2010, p. 56) define-se o turismo cultural como um fenômeno social, produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre indivíduos e seus grupos sociais, ou de culturas diferentes (BRASIL, 2010) e é através desse fenômeno social que a construção seja possível para um turismo criativo baseado nas bases da comunidade.

O idealizador do conceito de Turismo Criativo, Richards (2012) afirmou que:

O turismo não quer mais ver apenas prédios históricos, ele quer ter o contato com as pessoas locais. E isso é possível a partir de atividades criativas, nas quais a comunidade e o visitante criam algo juntos, contribuindo para aumentar a qualidade de vida dos locais e enriquece a experiência do turismo (RICHARDS, 2012, p. 34).

Richards (2012) definiu experiências criativas como “aquelas que são distintas, que mudam as pessoas, as envolvem e fazem com que as pessoas queiram retornar”, destacando a diferença entre o Turismo Criativo e Turismo de Experiências: o criativo é composto de experiências criativas, há interatividade, já no de experiências, pode ser passivo. A diferenciação está no tipo de experiência (Figura 36), pois para que um destino seja criativo, precisa oferecer experiências autênticas, que contribuam para o desenvolvimento pessoal do visitante. É necessário que haja envolvimento, engajamento para que sejam criadas relações entre a comunidade local e o turista. “O turismo criativo é um lugar para estar, seja para quem vive lá o tempo inteiro ou para o cidadão que permanece por um tempo”, definiu Richards (2015).

Figura 36: População e turistas encenando uma história local

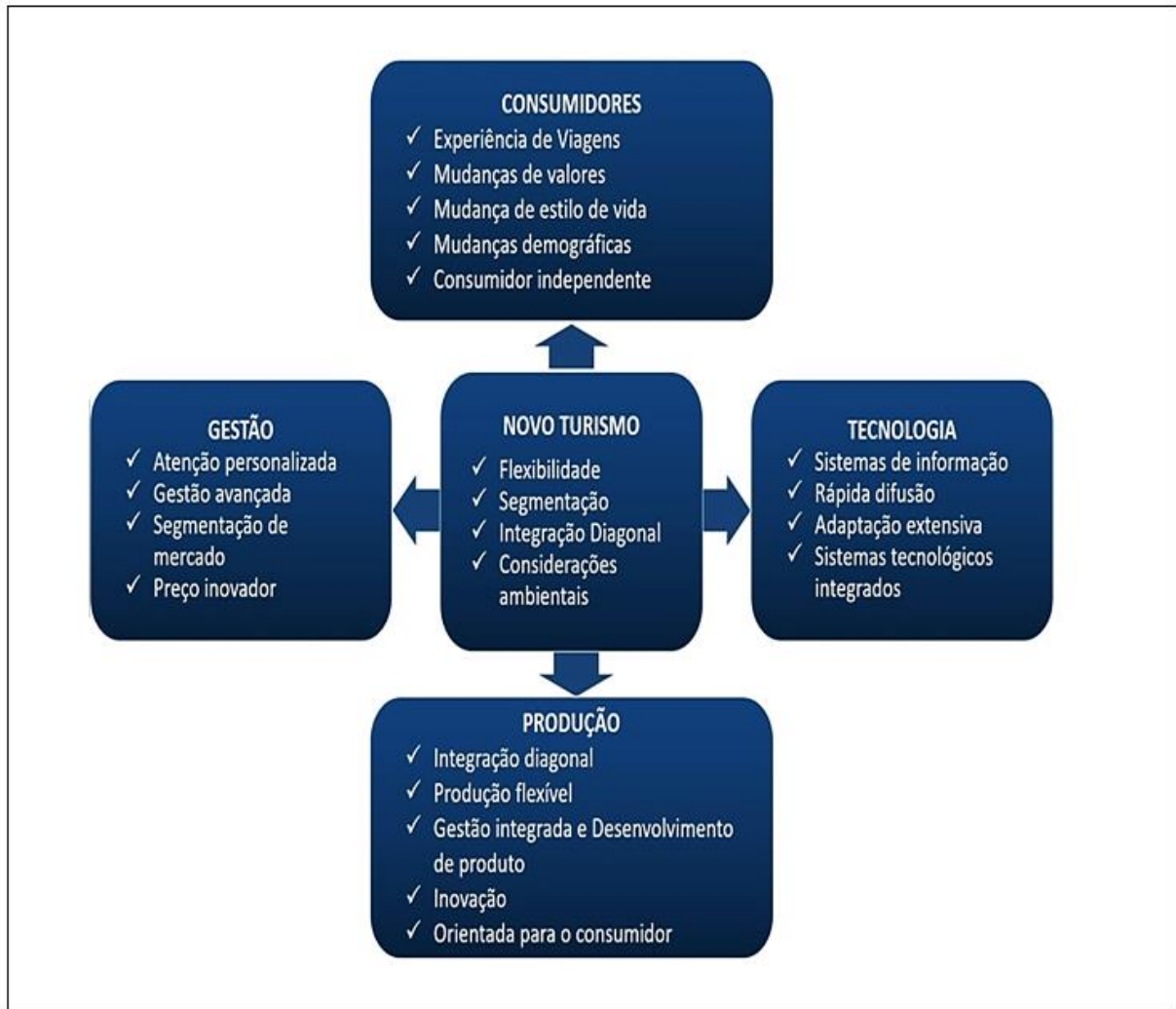


Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

O novo turista procura experiências autênticas, que proporcionem desenvolvimento pessoal e aprendizagem. A existência de recursos culturais e de patrimônio histórico não são condições obrigatórias ao desenvolvimento deste tipo de turismo, e estabelecem fronteiras com o turismo cultural (GONÇALVES, 2008).

Afirma que esse novo turista é percebido pela maior flexibilização e integração mais diagonal de todo o sistema, a crescente necessidade de segmentação e a valorização do componente ambiental, conforme é possível visualizar na Figura 37:

Figura 37: Fluxograma do novo perfil de turista



Fonte: Gonçalves, 2008.

Esse novo turista está preocupado não só com as questões locais de sustentabilidade, mas também em adquirir o máximo de experiências possíveis em sua viagem, podendo interagir com a comunidade local de várias formas e esperando que tais interações possam promover nele, mudanças inclusive de olhar, pois as experiências são as mais diversas possíveis e a integração com a produção local, com a mudança de valores e percepção, a forma com que a gestão lida com a localidade, como a inserção de infraestrutura e ainda, a inclusão das novas tecnologias, são aspectos importantes para esse novo modelo de fomento.

Gonçalves (2008) afirma que:

À medida que a cultura é utilizada pelas cidades como forma de desenvolvimento econômico e social, a proliferação de produtos de turismo cultural ameaça a transformação deste tipo de turismo num mercado massificado. Numa tentativa de sensibilizar os agentes locais, a OMT aponta a necessidade de uma melhor

segmentação da oferta turística e de gerar uma maior variedade de produtos de turismo cultural, assim como, o controle da pressão naqueles locais patrimonializados mais visitados (GONÇALVES, 2008, p. 11).

Com isso é necessário reforçar o papel das culturas locais para que esse novo segmento possa ser, de fato, um elo de fomento local, de integridade das identidades locais e acima de tudo, que possa contribuir para a sustentabilidade das atividades que já faziam parte do meio social local e que vieram a fazer parte desse novo “consumo” da atividade.

2.3 - As dimensões do litoral sul sergipano: revisitando o turismo balnear, o turismo de praia e sol e o turismo no litoral

As procuras turísticas pelos espaços litorâneos, ligadas ao contato, primeiro com o visual e depois sensorial, com o mar, tem um longo percurso histórico, que remete aos banhos terapêuticos das elites europeias, a partir de finais do século XVIII (Tradução nossa) (SIMÕES e FERREIRA, 2017).

No pós-Segunda Guerra Mundial, com o aprofundamento da mudança econômica, cultural e societal, a ida à praia passou a estar associada também a uma maior familiarização com a água, ao prazer do banho e aos lazeres na água, à aprendizagem da natação, aos novos, reduzidos e elegantes roupas de praia e às novas sociabilidades à beira-mar (Tradução nossa) (SIMÕES e FERREIRA, 2017).

Descobertos e apropriados no percurso histórico de construção do turismo contemporâneo, os espaços costeiros tem sido protagonistas crescentes na dinâmica da atividade turística em âmbitos, nacional e internacional. Tal é fruto de uma procura continuada e cada vez mais intensa pelo litoral, designadamente pelos caminhos costeiros que permitem uma fruição turístico-recreativa facilitada pelos diversos planos e ações governamentais de implantação de infraestrutura básica e de acesso, que podem facilitar a chegada do turista, como por exemplo, o Plano Costeiro e ainda, o próprio PRODETUR (Tradução nossa) (SIMÕES e FERREIRA, 2017).

O turismo em áreas costeiras – fortemente ligado às práticas balneares – sempre teve, e ainda tem um peso preponderante na atividade turística, tanto ao nível nacional como internacional, tanto em Portugal com o fluxo turístico que emana no período de “Férias de Verão” para a região do Algarve, quanto no Nordeste do Brasil, com águas quentes e uma diferenciada do que se vê em terras lusitanas, conforme é possível visualizar nas Figuras 38 e 39.

Vale ressaltar que em Portugal, segundo Simões e Ferreira (2017), a crescente internacionalização do turismo de sol e mar:

Atraiu novos usos e costumes, de vestuário balnear às atividades de lazer na praia, das práticas de sociabilização, dentro e fora da praia, da forma de usar os espaços no entorno das praias, nos eventos de pôr de sol e noturnos, proporcionam um surgimento de uma nova e diversificada oferta de serviços de apoio nas praias, criando “marcações de territórios” inerentes a movimentação de fluxos distintos de turistas, ora das cidades em questão, ora vindos de outras cidades da Europa, como Inglaterra, Espanha e outras (Tradução nossa) (SIMÕES e FERREIRA, 2017, p. 244).

No nordeste do Brasil, segundo Vilar e Santos (2010), o turismo se destaca como uma forma de:

Lazer e ócio capaz de produzir sensação de bem-estar e satisfação, e tem nas zonas de praia um dos destinos mais requisitados, configurando um modelo turístico de forte base territorial, o modelo de sol e praia. A apropriação cultural do litoral para o lazer sustenta na atualidade uma das indústrias de maior dinamismo, o turismo de praia e sol (VILAR e SANTOS, 2010, p.37).

Assim, essa segmentação toma conotações semelhantes em ambos os Países, mas com as suas devidas peculiaridades advindas do clima e do sol. No que em Portugal, no litoral do Algarve se tem três meses intensos de sol e de férias de verão, aumentando sensivelmente o número de turistas na região; no Nordeste do Brasil, há uma procura durante todo o ano e pontualmente no litoral sul de Sergipe, essa demanda não sofre muitas alterações, apesar do período chuvoso, pois há uma demanda grande na região, como foi possível identificar nos relatos obtidos.

Conforme a definição trazida pelo documento Segmentação de Mercado, elaborado pelo Ministério do Turismo, Brasil (2010), o “Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” e como tal, afirma Vilar e Santos (2010), em que “a ocupação do litoral nordestino pode ser entendida por três momentos através dos quais se registram significados variados sobre a concepção de litoraneidade e sobre a incorporação de hábitos ocidentais pela população local”:

No primeiro momento se registra uma aversão à praia e ao marítimo. No segundo, o litoral é apropriado como lugar de veraneio materializado principalmente pela presença da segunda residência e do turismo litorâneo. No terceiro, o capital imobiliário se articula ao turismo e se produz uma configuração territorial, na qual novas formas de ocupação do espaço se impõem e o litoral é incorporado pela lógica de valorização turística. Esse trajeto histórico entre o medo, o desejo e a capitalização imobiliária (necessidade ou obsessão?) de objetos geográficos tão inter-relacionados como o mar, o litoral e a praia se faz por meio de práticas espaciais que desvalorizam e valorizam e revalorizam as zonas costeiras e por isso

desenham um território que transita entre “vazio” e o adensamento. Ao longo das últimas décadas, paulatinamente está sendo construída uma nova geografia do litoral com formas e fluxos diferenciados que se materializam numa urbanização seletiva que escolhe os ambientes costeiros como vetor privilegiado de ocupação territorial (VILAR e SANTOS, 2010, p.37).

Isso faz com que os litorais em questão, tenham vários símbolos e significados no imaginário do turista, seja nacional ou internacional e nesse momento, as cidades litorâneas inseridas em roteiros turísticos nos Estados, tendem a receber, de forma planejada ou não, incentivos para que o “turismo de praia e sol” seja tratado como estratégia de desenvolvimento local, em que, teoricamente, as comunidades, agentes e atores locais, estejam envolvidos.

O turismo balnear, segundo Simões e Ferreira (2017) vem sofrendo declínio em Portugal em virtude da similaridade de produtos oferecidos pelo turismo de praia e sol e ainda, pelos preços diferenciados atribuídos ao primeiro em detrimento ao segundo, fazendo com que os turistas em sua maior parte, escolham a segunda opção, pois:

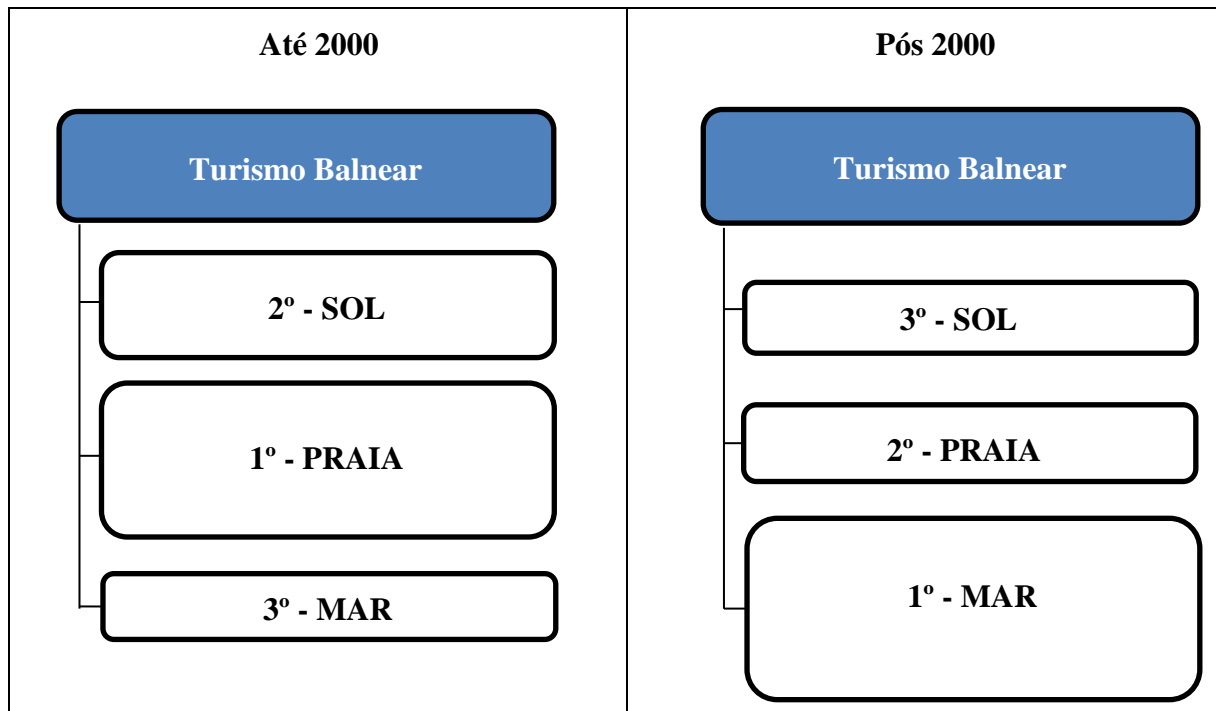
Os cenários e antevisões de “exaustão” do modelo de desenvolvimento turístico de muitos espaços litorâneos pontuam o produto “sol e mar”, estão na origem da forma de pensar sobre a implementação de estratégias de diversificação ou de qualificação deste produto o dos destinos que lhe estão associados (Tradução nossa) (SIMÕES e FERREIRA, 2017, p. 225).

Assim, no momento em que se pensa no turismo balnear, é necessário refletir sobre a diversificação, com adição de ofertas alternativas ou complementares ao produto “sol e praia” e a qualificação, quer do destino quer do serviço prestado ao turista, que o turismo de sol e mar se propõe a apresentar, na percepção dos planejados turísticos em Portugal.

Nos últimos anos em Portugal, a cadeia de valor do turismo balnear alterou-se substancialmente, sendo que sempre estiveram presentes três grandes componentes na formação do produto: o sol, o mar e a praia e é possível se afirmar que, segundo os autores Simões e Ferreira (2017), “que até a virada do milênio, prevaleceu o domínio da praia em relação ao mar, sendo que o sol constituía um elemento igualmente estruturante, por força de uma prática e cultura societal que tinha no bronzamento de corpos, uma grande motivação dos veraneantes”. Com as informações advindas da divulgação sobre os fatores prejudiciais do sol na pele e saúde das pessoas, em virtude da excessiva exposição aos raios solares, na nova cadeia de valor do produto, o elemento “sol” perdeu substancial importância. Da mesma forma que o elemento “praia”, que durante décadas foi o de maior centralidade na cadeia de valor (efetivamente, a esmagadora maioria das atividades passivas e ativas ocorriam na areia),

perdeu também peso relativo, desta feita porque o elemento “mar” passou a ser palco de múltiplas e diversificadas atividades de lazer e desporto, muitas delas de cunho náutico: *surf*, *bodyboard*, *windsurfe*, *kitsurf*, *stand up paddle*, vela, remo, caiaque, barcos a motor, *snorkeling*, pesca submarina observação marinha, e uma infinidade de outras atividades de animação no mar proporcionadas pelos empresários locais (Figura 40) (Tradução nossa).

Figura 40: Evolução da cadeia de valor do turismo de sol, mar e praia.



Organização: Lillian Alexandre, 2017 adaptada de Simões e Ferreira (2017, p. 226).

Paralelamente à mudança da cadeia de valor, assiste-se igualmente à recomposição da geografia e à qualificação dos destinos turísticos associados ao turismo balnear. As costas e as ambiências mediterrâneas do sul da Europa, onde a partir de finais dos anos 1950 do século XX, começam a se consolidar hegemonicamente os destinos de “praias quentes”, passaram a confrontar-se com a concorrência das ofertas balneares quer da orla africana do Mediterrâneo, quer da América Central e do Brasil, quer ainda, mais recentemente, do Extremo Oriente (Tradução nossa) (SIMÕES e FERREIRA, 2017).

Com isso, estrategicamente, é necessário miscigenar o produto “sol, mar e praia” com outros produtos turísticos, como o “turismo náutico”, o “turismo de natureza” e mesmo o “turismo cultural”, procurando complementaridades e aprofundamento entre os segmentos possíveis nas localidades.

No Brasil, a realidade passa a ser configurada não só pelos equipamentos e serviços relacionados à costa litorânea, mas também a assuntos como segurança, por exemplo.

2.4 - O desenvolvimento e o turismo sustentável

Falar sobre desenvolvimento é remeter a vários significados que se direcionam para o ser, o crescer, o processo de descobrir, a mudança. É mudar de estágio, é alcançar uma maturação, pois o termo desenvolvimento é utilizado com várias concepções, residindo aí, a dificuldade em defini-lo (VARGAS, 1999).

Graças a seu caráter fluido e a seus objetivos humanistas, Becker (1999), ao descrever o tema desenvolvimento como sendo “uma assimilação da “conotação *positiva*, de pré-julgamento favorável: ele seria em si um bem, pois “*desenvolver-se*” seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao *mais* e ao *melhor*”.

Mas perceber que o desenvolvimento não é um processo natural, que só precisa ser deixado livre para evoluir, é conseguir crescer no entendimento do conceito. É poder perceber que a noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também como universal, onde devem ser rompidos, ultrapassados os esquemas não só econômicos, mas também civilizacionais e culturais, que pretendem fixar o seu sentido e as suas normas. Nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre (BECKER, 1999; CAIDEN e CARAVANTES, 1988).

Benevides (1996) menciona que:

[...] existem vários envolvidos com o processo por meio do qual uma sociedade utiliza crescente, cumulativa e auto sustentadamente a sua capacidade produtiva – expressa na sua ampla dotação dos fatores de produção – no sentido de canalizar essa capacidade para aumentar em quantidade e em qualidade os bens e serviços disponíveis, pode ser uma saída, mas ao mesmo tempo, não se pode excluir a inter-relação que ele tem com a questão ambiental (BENEVIDES, 1996, p. 164).

Para alcançar tal estágio, faz-se necessário perceber que o desenvolvimento é uma finalidade, mas deve deixar de ser uma finalidade míope ou uma finalidade-*terminus*. A finalidade do desenvolvimento está ela própria, sujeita a outras finalidades. Viver verdadeiramente e melhor. Viver com compreensão, solidariedade e compaixão. Viver sem ser explorado, insultado e desprezado.

A percepção dada por Caiden e Caravantes (1988) para desenvolvimento com outro olhar sobre o assunto é que:

O desenvolvimento nunca será, nem pode ser definido de maneira a agradar a todos. Refere-se ele, falando-se em termos gerais, ao desejável progresso social e econômico, e as pessoas sempre terão opiniões diferentes sobre aquilo que é desejável. É certo que desenvolvimento tem que significar a melhoria das condições de vida, para qual são essenciais o crescimento econômico e a industrialização. Se não se der, porém, atenção à qualidade do crescimento e à mudança social, não se poderá falar em desenvolvimento [...] (CAIDEN E CARAVANTES, 1988, p. 30).

Reportar-se ao termo sustentabilidade é buscar, em outras palavras, que o desenvolvimento deva ser capaz de prosseguir de forma praticamente permanente, como um processo de aumento de produto, melhoria dos indicadores sociais e preservação ambiental (GOMES, 1995).

Becker (1999) salienta que a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como:

[...] portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc (BECKER, 1999, p. 20-21).

O Desenvolvimento Sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMD como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (DIAS, 2009).

Desse modo, esse conceito surge da necessidade e contradição em que as nações se encontram de promover o desenvolvimento e crescimento, mas explorando de maneira racional os recursos naturais. Pois é preciso reaprender a utilizar estes recursos para haver um maior equilíbrio no Meio Ambiente, já que segundo a Constituição Federal em seu Art. 225, é como bem afirma Pelicioni (2005):

A Constituição Federal brasileira de 1988 foi a primeira a incluir um capítulo sobre Meio Ambiente. Caracterizou em seu capítulo 6º a educação como direito social de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para o exercício da cidadania. Ela determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial a ótima qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (PELICIONI, 2005, p. 593).

É sabido que as preocupações do homem com o meio ambiente foram exacerbadas após a Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou uma notória preocupação com a escassez de recursos aliada a fenômenos climáticos como o de 1952 em Londres, denominado “*smog*”, e catástrofes de contaminação como o “Mal de Mina mata”, em 1953 no Japão (DIAS, 2009).

Tais acontecimentos fizeram com que na década de sessenta, no século XX, surgisse um verdadeiro movimento denominado ambientalismo, inspirada na obra da bióloga americana Rachel Carson, denominada *Silent Spring* (DIAS, 2009).

A partir daí se desenvolveu um verdadeiro arcabouço legislativo ambiental em nível mundial que induziu, inclusive, o ordenamento interno de diversos países. Com o moderno acesso às informações tecnológicas, verificou-se que os impactos ambientais advindos da utilização dos recursos naturais, não poderiam ficar restritos à responsabilidade de alguns países. A descoberta de que as utilizações dos recursos naturais eram finitos fez com que fossem definidos os limites da segurança para que o bem-estar fosse comprometido.

Desta forma, no longo das últimas décadas, aliada ao modelo político, aumentou-se a intervenção do Estado, porém, não só pela busca do equilíbrio do mercado, mas visando induzir determinadas condutas em prol da sustentabilidade ambiental. Ao contrário do que se poderia imaginar, a busca pela eficácia econômica parece ter confluído para a criação de mecanismos de intervenção que beneficiam o meio ambiente.

Para Becker (1999), a concepção “econômica” do desenvolvimento sustentável aponta para novos mecanismos de mercado como:

[...] a solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais (inclusive aqueles de taxaço da poluição). O que se visa, portanto, é estender a regulação mercantil sobre a natureza, fazendo com que as lutas sociais pelo controle dos recursos naturais passem em maior medida pelo mercado, e não (ou cada vez menos) pela esfera política. Ignora-se (ou tenta-se ignorar) o conflito pelo controle sobre os recursos naturais, procurando criar condições para poupá-los sem, no entanto, considerar as condições sócio-políticas que regem o poder de controle e uso destes recursos (BECKER, 1999, p. 23).

Esta ideia de sustentabilidade que vem sendo adotada como paradigma enquadrador de múltiplas e variadas políticas, percorreu um longo caminho desde a sua emergência como problematização dos limites ao crescimento, até à sua consagração no Relatório Brundtland (OMT, 1994) como conceito de desenvolvimento sustentável, e a sua adoção pelo turismo, não tem sido fácil, apesar de ser o turismo uma atividade eminentemente consumidora de recursos naturais de fruição livre e de bens públicos (Quadro 04) (SILVA e FLORES, 2006).

Quadro 04: Súmula das metas e princípios legais do desenvolvimento sustentável, proposta pelo CMDA.

METAS	PRINCÍPIOS LEGAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Um sistema político que assegure uma efetiva participação na tomada de decisão; • Um sistema econômico que seja capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos numa base autossustentada; • Um sistema social que forneça soluções para as tensões provocadas por um desenvolvimento não harmonioso; • Um sistema de produção que obedeça à obrigação de preservar a base ecológica para o desenvolvimento; • Um sistema tecnológico que procure continuamente novas soluções; • Um sistema internacional que busque padrões sustentáveis para as trocas comerciais e as finanças; • Um sistema administrativo que seja flexível e que tenha a capacidade de se autocorrigir. 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os seres humanos tem o direito fundamental de usufruir de um ambiente adequado à sua saúde e bem-estar; • As nações devem conservar e usar o ambiente e os recursos naturais para benefício das gerações presentes e futuras; • As nações devem manter os ecossistemas e os processos ecológicos essenciais para o funcionamento da biosfera, preservar a diversidade biológica e observar o princípio do rendimento sustentável ótimo na utilização dos recursos naturais vivos e dos ecossistemas; • As nações devem estabelecer padrões adequados de proteção do ambiente e monitorizar as alterações nele ocorridas e publicar os dados relevantes sobre a qualidade do ambiente e a utilização dos recursos; • As nações devem exigir a avaliação prévia do impacto ambiental de projetos que possam afetar significativamente o ambiente ou a utilização de recursos naturais; • As nações devem informar antecipadamente todas as pessoas que possam vir a ser afetadas por uma atividade prevista e garantir igual acesso e conveniente tratamento em processos administrativos e judiciais; • As nações devem assegurar que a conservação seja tratada como parte integral do planejamento e implementação de outras nações, em especial Países em desenvolvimento, no suporte da proteção ambiental e desenvolvimento sustentável; • As nações devem cooperar de boa-fé com outras nações na implementação dos direitos e obrigações precedentes.

Organização: Lillian Alexandre, 2017 baseado em Silva e Flores (2006).

A noção da sustentabilidade da exploração do turismo incorpora ao conceito de usuários, todos os que contemporânea ou futuramente estabelecem ou possam vir a estabelecer relação de proveito com a atividade, explorando-a economicamente, gerindo-a ou usufruindo-a na condição de visitante. A permanência da atividade de forma proveitosa para todos, passa a ser o valor mais perseguido.

À obtenção das condições de qualidade sustentável para o turismo, decorrerão de um planejamento participativo, legitimado pela consciência comunitária que, da forma racional, priorize o proveito permanente sobre o ganho imediato.

O desenvolvimento via fomento da atividade turística está intrinsecamente relacionado às especificidades locais e territoriais, quando atrativos culturais e naturais possuem forte enraizamento. Além disso, por estar associada à oferta de bens intangíveis, difere da produção material, pois o consumidor tem de ir ao produto, alterando a logística de “escoamento da produção”. Desta forma, o turista necessita de serviços complementares – transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, entre outros – ofertados por diferentes agentes econômicos, gerando padrões de concorrência diferenciados, evidenciando a importância das formas de cooperação e interação entre eles (LUSTOSA *et al*, 2008).

Pensar na realidade contemporânea, no entanto, mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, pois as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político-operacional que rapidamente destrói dois processos importantes para a vida humana: o processo de manutenção de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. Em todo o mundo há inúmeras evidências de que as diversas atividades econômicas têm ação destrutiva em áreas cada vez maiores, afetando de forma significativa a qualidade de vida das comunidades locais. Na atividade turística, este contexto não é diferente.

Para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável, sobretudo no que se refere ao atrativo turístico.

Ruschmann (2000) aponta que:

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente. Isso porque o desenvolvimento do turismo em particular depende da preservação e da viabilidade de seus recursos de base. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada (RUSCHMANN, 2000, p. 44).

O desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos

ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambientais, sejam tidas através dos tempos.

O turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade visando, oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências e manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã como visitante dependem (ALEXANDRE, 2010).

A discussão iniciada sobre desenvolvimento suscita a questão do homem e natureza sobre o ponto de vista do meio ambiente e este sofrendo a interferência do turismo em seu contexto, percebendo que há uma inter-relação entre esse desenvolvimento “sus”tentável e a prática do capitalismo exacerbado, aonde é levado a exploração dos recursos a qualquer custo, justificando-se aí, a promoção de um desenvolvimento, que, antes de ser sustentável, é econômico.

Quando Gonçalves (1996) menciona que “a natureza se defini, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza”, ele traz à análise uma visão tradicional da natureza *versus* homem-sujeito, que parece ignorar todos os significados ligados a palavra sujeito, ao ser ativo, ser dono.

O turismo tem uma forte relação entre o homem e a natureza que formam o meio ambiente, e a percepção que o homem tem de natureza vem se modificando com o passar do tempo, pois com o pensamento capitalista, o que prevalece é o lucro e a exploração e não a sustentabilidade nas relações.

Para Moraes (2004 *apud* Peralta, 2012, p. 2), “a integração das populações na gestão dos recursos naturais tem-se mostrado não apenas como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa”.

No Relatório Brundtland (*apud* OMT, 1994, p. 53), “a pobreza reduz a capacidade de as pessoas usarem, de forma sustentável, os recursos naturais levando a exercer maior pressão sobre o meio ambiente”, o que nos remete a relação do turismo com os recursos naturais, fonte maior de matéria prima para sua prática no litoral do Nordeste, por exemplo.

A atividade turística é entendida como um fator importante para qualquer economia local, regional ou nacional, pois o movimento constante de novas pessoas aumenta o consumo, incrementa as necessidades de maior produção de bens, serviços e empregos e, conseqüentemente, a geração de maiores lucros, que levam o aumento de riquezas pela

produção da terra, pela utilização dos equipamentos de hospedagem e transporte, e pelo consumo ou aquisição de objetos diversos, de alimentação e de prestação dos mais variados serviços.

O turismo é um grande produtor de riquezas e aparece, em todo o mundo, como um dos mais importantes segmentos geradores de empregos e postos de trabalho, uma vez que se coloca entre um dos principais itens geradores de receitas e de divisas na economia mundial.

A importância do turismo numa economia depende, basicamente, de suas pré-condições naturais e econômicas (existência do atrativo turístico, infraestrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor), das características do município, e em função de suas alternativas, do papel reservado a esse setor em sua estratégia de desenvolvimento econômico.

A percepção de que o turismo é uma ferramenta poderosa para gerar empregos e renda, deve ser entendido por todos os setores que trabalham com essa atividade, de forma que venham utilizar a localidade conscientemente a fim de promover sua auto sustentabilidade e gerando dessa forma, um bom relacionamento entre comunidade, governo e meio ambiente.

Entretanto, o processo de globalização, segundo Rodrigues (1997), “unifica os mercados, definindo subespaços hierarquizados ou não, que vão dos centros às periferias, determinando relações de dominação e de subordinação – “verticalidades””.

Isso faz com que, segundo a análise da autora Cavaco (1996):

O crescimento econômico, identificado com o aumento global de produção e de riqueza, importa o desenvolvimento, que é simultaneamente econômico, social e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos (CAVACO, 1996, p. 98).

Nesse momento é que se pode perceber a importância do turismo para o desenvolvimento da localidade, onde, segundo a interpretação dada por Beni (2001), “o mesmo provoca o desenvolvimento inter-setorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva”.

É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

2.5 - A sinergia entre as dimensões no litoral sul de Sergipe

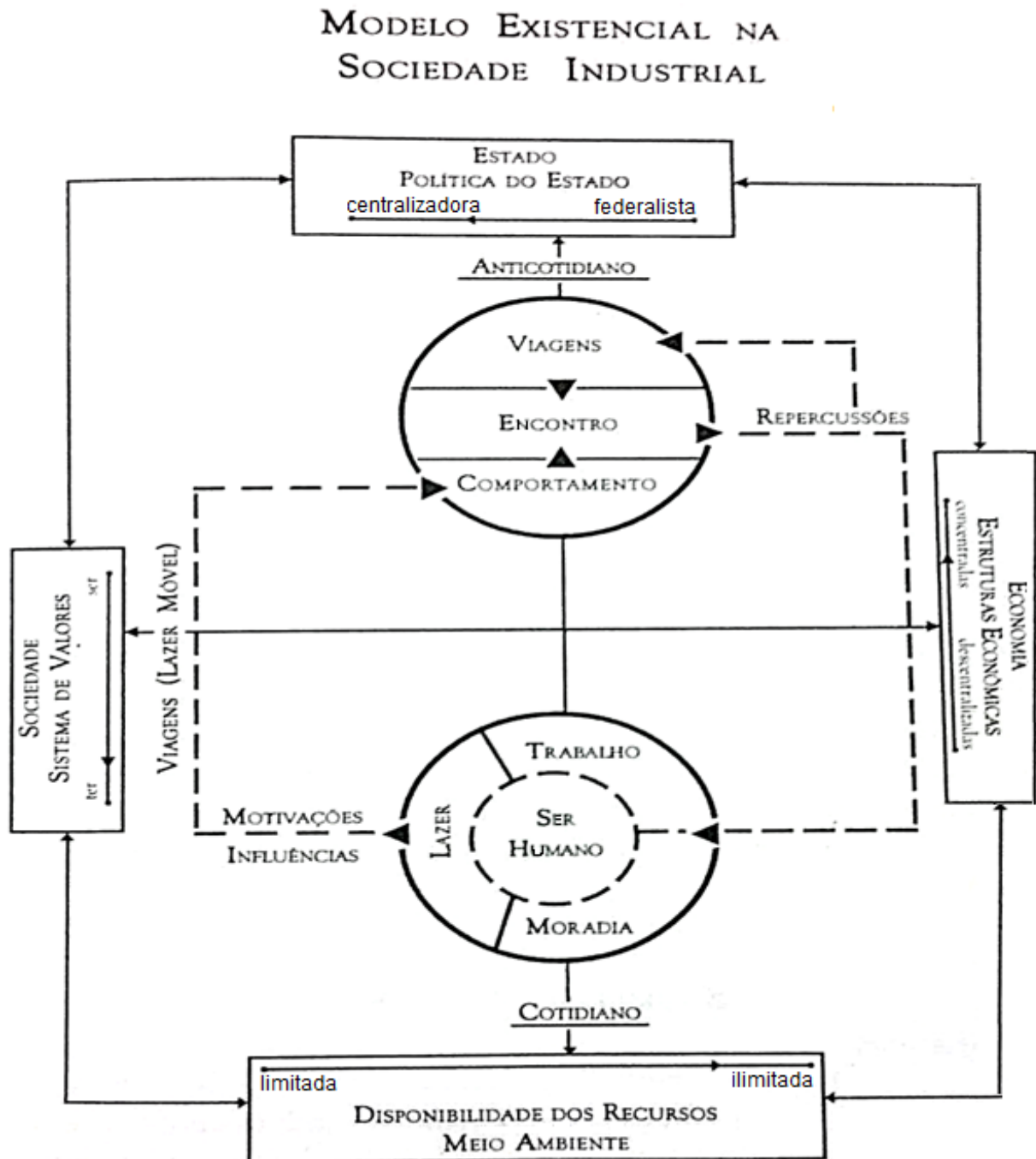
Cabe ressaltar aqui, quatro campos de forças que incorporam uma complexa rede de interações: a sociedade e sua escala de valores (subsistema sociocultural), a economia e sua estrutura (subsistema econômico), o meio ambiente e seus recursos (subsistema ecológico), assim como o Estado e sua política (subsistema político). A reunião desses sistemas parciais constitui de certa forma, o ambiente no qual se desenrola a nossa vida (KRIPPENDORF, 2000).

O sistema não funciona tão harmoniosamente como o quadro que se apresenta nos fazer crer. Na realidade, os elementos não tem o mesmo peso. As diversas áreas não são equivalentes, as influências que exercem não são comparáveis, como podemos perceber na Figura 41.

É necessário perceber que a articulação entre os elementos Disponibilidade dos Recursos - Meio Ambiente, perpassam pelo entendimento de limitado para ilimitado e são retroalimentados pelas Estruturas econômicas, Políticas de Estado e Sociedade, refletindo nisso, todos os aspectos inerentes a um modelo aonde é necessário se pensar no funcionamento sustentável desse sistema de Krippendorf.

Alguns polos e subsistemas predominam em detrimento de outros. Às vezes, são forças que anulam reciprocamente, e que até mesmo se opõem em vez de se complementarem.

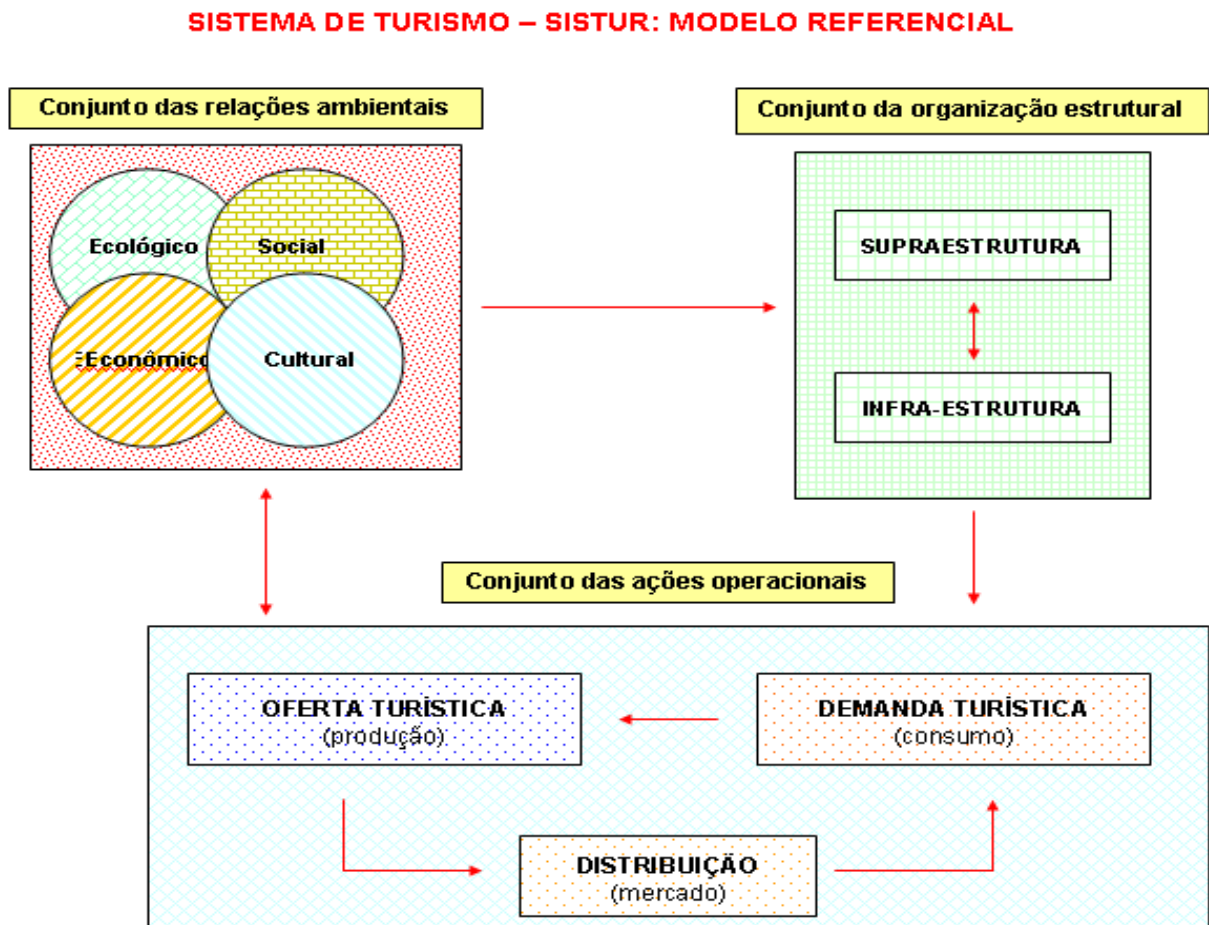
Figura 41: Modelo existencial na sociedade industrial



Fonte: Krippendorf, 2000.

“O Sistur é um sistema aberto”, afirma Beni (2001) e como tal está o tempo todo interagindo com os elementos externos, por mais que haja a falsa sensação de que isso não ocorre por estarmos “no controle” dos processos fora dele. “Ele realiza trocas com o meio que o circunda e por extensão, é interdependente, nunca autossuficiente”, continua afirmando Beni (2001) (Figura 42).

Figura 42: Modelo Sistur de Beni



Fonte: Beni, 2001.

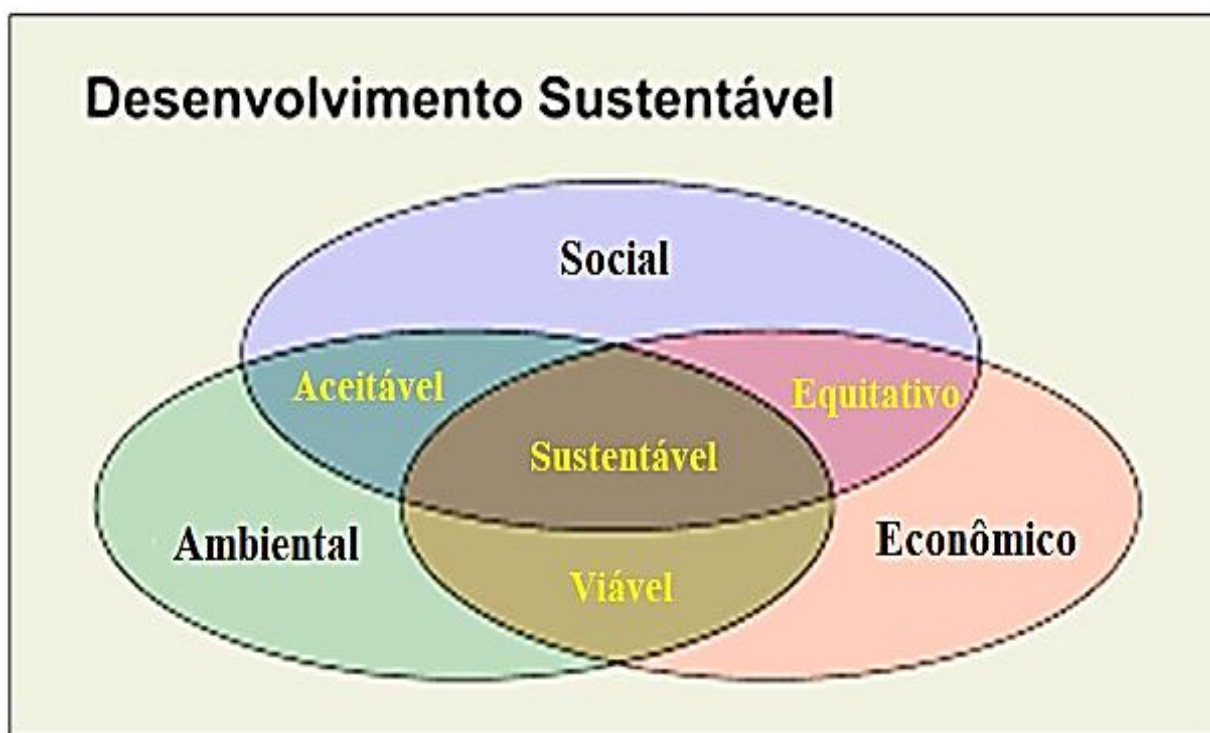
O Sistur não se caracteriza por estruturas e funções estáticas. Justamente por ser aberto, mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante (BENI, 2001).

O turismo, enquanto atividade que ocorre em um determinado espaço, com características socioculturais e econômicas singulares, determina um tipo de ocupação e de impactos que necessitam ser administrados de forma eficiente, sob o risco de ser altamente danoso ao ambiente em que se desenvolve.

O desafio da sustentabilidade surge como fator organizacional básico dos recursos e produtos do destino turístico e da sobrevivência deste no longo prazo, enquanto sistema localizado de produção, enquanto sistema social complexo de vivências e de usufruto de experiências e enquanto sistema vivo que exige formas de governança e liderança próprias (SILVA e FLORES, 2006).

São quatro as dimensões de sustentabilidade na opinião de RITCHIE e CROUCH (2003): a sustentabilidade ecológica – o respeito pelos processos ecológicos e pelos recursos e diversidades biológicos; a Sustentabilidade Social e Cultural – o respeito pela identidade, cultura e valores das comunidades onde se inserem os produtos turísticos; a Sustentabilidade Econômica – que garanta a rentabilidade econômica dos produtos, a qualidade de vida e o bem-estar para os residentes dessas comunidades e a Sustentabilidade Política – a capacidade para aceitar e implementar de um modo partilhado pelos vários *stakeholders* do destino as outras três dimensões (Figura 43) (SILVA e FLORES, 2006).

Figura 43: Modelo de Dimensões de Sustentável



Fonte: RITCHIE e CROUCH (2003).

Com efeito, a grande diversidade de impactos positivos e negativos, gerados pelo turismo, há um tempo econômicos, mas também ambientais, sociais e culturais, amplamente reconhecidos e identificados, a existência de um número elevado de *stakeholders*⁶ muitas vezes com agendas e interesses contraditórios, e mesmo, o fato desses recursos e produtos turísticos serem bens livres ou de caráter eminentemente público, com a evidente dificuldade de regulação no seu usufruto e aproveitamento, tornaram a adoção da sustentabilidade no turismo não isenta de desafios e contradições (SILVA e FLORES, 2006).

⁶ Significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles. Em inglês stake significa interesse, participação, risco. Holder significa aquele que possui.

Em primeiro lugar não é possível essa abordagem sem que os outros setores da atividade econômica ou as políticas públicas em geral, adotem paradigma idêntico (BUTLER, 1999). A transversalidade e complexidade do sistema de turismo obrigam a essa junção integrada e coordenada.

Uma segunda ideia importante é o do próprio entendimento do conceito de sustentabilidade. Para além das três dimensões consensuais – ambiental, econômica e social, RITCHIE e CROUCH (2003) ao introduzirem a dimensão política como dimensão crítica para a adoção de qualquer uma das outras dimensões, colocam a necessidade de interiorização dos desafios da sustentabilidade na esfera da agenda e decisão política (SILVA e FLORES, 2006).

Perpassa ainda pelo próprio conceito de sustentabilidade a ideia da sua relatividade. Sendo o sistema de turismo ou os próprios destinos turísticos, sistemas complexos e territoriais de produção e de pessoas e comunidades vivas, com processos sociais de interação e relação, que assumem em cada localidade e em cada momento histórico, dinâmicas de evolução próprias, não podendo deixar que as ideias e conceitos de sustentabilidade deixem de adquirir essa marca histórica e serem transitórios e evolutivos.

Como diz Farrel e Twining-Hard (2005 *apud* Silva e Flores, 2006) “o desenvolvimento sustentável deve ser visto como um sistema complexo evolutivo que se coadapta às especificidades de cada lugar particular e especialmente às aspirações e valores da comunidade residente”, e partindo disso, é possível perceber que o modelo de gestão a partir do Turismo de Base comunitária passa a ser uma estratégia viável, uma vez que nessa complexidade em que se baseia o turismo, é preciso a gestão sustentável das ações na localidade visando à dinâmica dos sistemas naturais, culturais e sociais como uma dinâmica evolutiva das sociedades.

As aspirações e valores das comunidades residentes e dos seus *stakeholders* representativos bem como a dinâmica da gestão partilhada dos desafios da sustentabilidade corroboram para que as discussões em torno das dinâmicas sociais sejam repensadas na esfera ambiental, não meramente econômica, pois, como afirma Silva e Flores (2006):

Cremos que a operacionalização da sustentabilidade no turismo necessita, sobretudo, de não esquecer um equilíbrio fundamental entre natureza que consubstancia os recursos indispensáveis à manutenção e viabilidade do destino turístico com a necessidade imperiosa do turismo ser um fator de desenvolvimento econômico para as comunidades residentes (SILVA E FLORES, 2006, p. 231).

Assim, o desenvolvimento do turismo deve assentar nas características locais do território que sejam susceptíveis de criar uma experiência de turismo única, mas que em geral tem impactos importantes, e por vezes irreversíveis, sobre os ecossistemas e paisagens, revelando a contradição entre o aumento significativo das ações do turismo a nível global (que decorre de um conjunto de condições económicas, sociais e tecnológicas) e os potenciais impactos negativos destas atividades a nível local e regional (Quadro 05) (ROMÃO, 2013).

Quadro 05: Impactos do turismo

DIMENSÃO	IMPACTOS POTENCIAIS POSITIVOS	IMPACTOS POTENCIAIS NEGATIVOS
Economia	Receitas, empregos, nível de vida da população local, atração de investimentos.	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infraestruturas necessárias.
Turismo e comércio	Reconhecimento da região, novas infraestruturas, mais acessibilidade.	Preços elevados, desenvolvimento descontrolado do comércio local.
Sociedade e cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições locais.	Comercialização razoável de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool).
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento das riquezas da troca com o outro.	Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidade por dificuldade de comunicação.
Política e administrativa	Desenvolvimento local integrado.	Mal planeamento, segregação sócio espacial.
Meio ambiente	Novas infraestruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável.	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos.

Organização: Lillian Alexandre, 2017, baseado em Doullers e Milane (2002).

Conforme se percebe a partir do Quadro 05, a “sustentabilidade deixou de ser um ideal, passando a ser uma necessidade” (OMT, 2003) e isso possibilitou que houvesse uma reflexão crítica acerca da industrialização e do modo de produção capitalista, pois ambos trouxeram vários problemas ambientais, como a alta concentração populacional devido à urbanização acelerada e o contínuo crescimento demográfico, uso excessivo dos recursos naturais – sendo alguns não renováveis (petróleo e carvão mineral, por exemplo) ou com cada vez menor capacidade de absorção e de reciclagem de resíduos, contaminação do ar, do solo, das águas, desmatamento, diminuição da camada de ozônio, aquecimento global, crescimento

exponencial da pobreza e problemas urbanos (sobretudo nos países em desenvolvimento), entre outros. A evidente degradação da qualidade de vida a colocou na agenda global das questões voltadas a infraestrutura, saneamento básico e ao meio ambiente (OMT, 2003).

Segundo Barretto (2002) “as ciências econômicas estudaram os impactos positivos, referente ao dinheiro proveniente dos turistas que entram em uma localidade. Através da Geografia, os problemas gerados pelo excesso de habitantes temporários, causados ao meio ambiente natural e humano passaram a receber maior atenção”. Os impactos na cultura local, provocados pelo contato entre padrões culturais diferentes, influenciando mudanças nos hábitos locais por aculturação, estudados pela Antropologia. Estes estudos [...] permitem relativizar a influência do fenômeno em relação à dos meios de comunicação (no caso da questão cultural) e em relação a outras indústrias (no caso da poluição ambiental), sem contar que evidenciam o importante papel que o turismo vem tendo na recuperação do patrimônio histórico, dos museus, da cultura popular e das tradições (BARRETTO, 2002).

Entende-se que o turismo tem um importante papel no campo econômico, cultural e na troca social. Por este motivo é de fundamental importância conhecer as percepções e atitudes dos residentes em localidades turísticas acerca dos impactos gerados pelo turismo em seus lugares de residência. Sabe-se que, ao longo de toda história registrada, de certa forma o Turismo teve um impacto sobre tudo e todos os que estiveram em contato com ele. Num plano ideal, esses impactos deveriam ter sido positivos, no tocante aos benefícios obtidos tanto pelas áreas de destino quanto por seus residentes. Esses impactos positivos significariam para o local, resultados tais como melhorias nas condições econômicas, uma promoção social e cultural e a proteção dos recursos ambientais. Teoricamente, os benefícios do Turismo deveriam produzir ganhos muito superiores aos seus custos (THEOBALD, 2002).

Porém, o que na teoria tende a funcionar perfeitamente, na prática tende a apresentar limitações. Os impactos negativos muitas vezes superam os positivos. Segundo Ruschman (2000), os impactos “[...] são consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de Turismo provocam diferentes impactos, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem”. Esses podem ser positivos ou negativos, sendo considerados como positivos os que trazem benefícios para a comunidade receptora e negativos os que causam estragos para a localidade e sua população. No turismo os impactos “[...] referem-se a gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras” (RUSCHMANN, 2000). Esses são provocados por variáveis que possuem “[...]”

natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural” (RUSCHMANN, 2000).

Pode-se dizer que juntamente com o crescimento do Turismo vem o aumento dos impactos por ele gerados. Estes podem ser reversíveis quando detectados no seu início, ou antes, e irreversíveis quando não lhes é dada a devida atenção e, no momento que se percebe isso já será tarde demais para a sua reversão. As comunidades receptoras tenderiam a ver o Turismo com desconfiança, porque em geral não têm a oportunidade de participar das tomadas de decisões sobre a questão nessa área. Sentem-se, com isso, excluídas e acabam não desejando a presença de turistas na sua localidade. Pior, em muitos casos o turista chega antes do turismo, ou seja, do planejamento e organização da localidade para recebê-lo. Conforme Krippendorf (2000) explana:

Os habitantes das regiões visitadas começam a sentir também certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações têm cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas. Por esse motivo a opinião dos autóctones sobre o turismo se faz tão importante e a satisfação da comunidade irá refletir na hospitalidade e também na experiência do turista (KRIPPENDORF, 2000, p. 87).

A teórica destaca, ainda, que com o desenvolvimento do turismo “os monumentos e prédios com valor histórico, diante de seu potencial de atratividade, passam a receber as atenções dos governos e até de instituições privadas, que os restauram e conservam”. (RUSCHAMNN, 2000). Outro fator importante é que a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria-prima da atividade (RUSCHMANN, 2000).

Conforme Dias (2002) a utilização intensiva dos recursos naturais e a preocupação de preservação desses atrativos, que formam a base de sustentação da atividade, não se fez presentes durante muitos anos e os resultados foram os impactos negativos no meio ambiente, como a degradação da paisagem e a crescente poluição.

Para a OMT (2003), os impactos mais evidentes da atividade turística são aqueles que causam perda ou prejuízo ao meio ambiente, como a poluição do ar e da água, bem como a sonora e a visual; congestionamentos de veículos e de pedestres; lixo deixado pelos turistas; desequilíbrio ecológico e perturbação da vida selvagem; danos aos sítios arqueológicos e riscos ambientais, como erosão, deslizamento de terra e deficiência na engenharia das instalações turísticas.

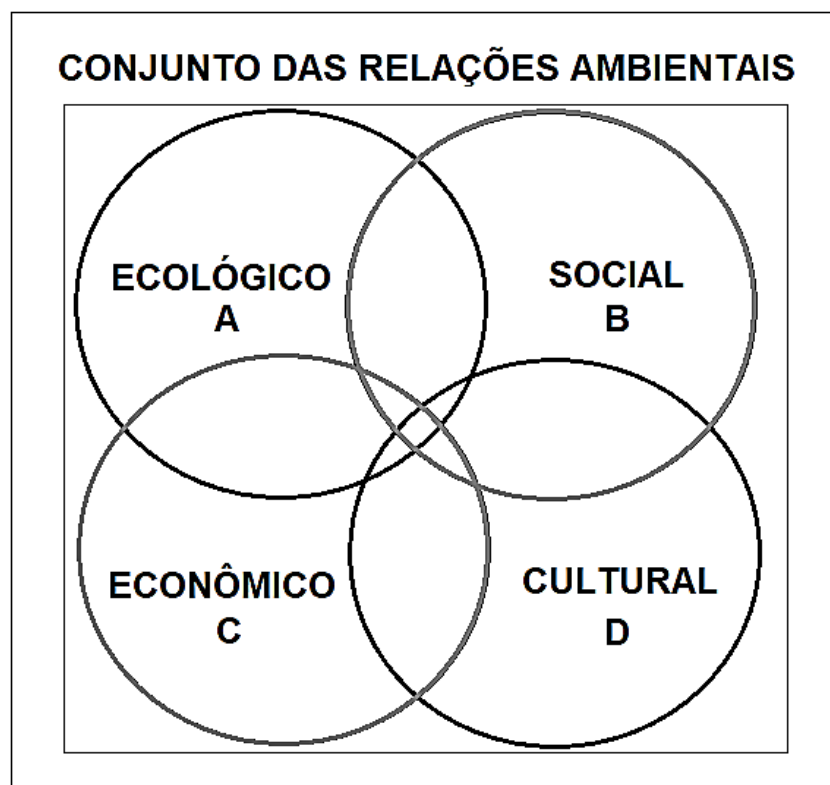
2.5.1 – Da dimensão econômica

A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e a política do Estado caíram sob seu domínio e a ela estão subordinados. A crise econômica, a crise do crescimento, do trabalho, do meio ambiente, do Estado e a crise de valores que atingem um grande número de pessoas são mais do que simples acessos de fraquezas passageiras. São, mais precisamente, indícios de um aprofunda crise do sistema, razão suficiente para refletirmos um pouco mais nesse sentido, mesmo que pareça ultrapassar o assunto (KRIPPENDORF, 2000).

Nessa dimensão do sistema, deve-se destacar o homem, que, com sua capacidade de trabalho, organiza os processos produtivos, a distribuição e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade.

A uma organização social, caracterizada por uma economia de mercado corresponde ao esquema do Sistema Econômico, de Beni (2000), em que se observa o complexo tecido de relações diretas e indiretas pelas quais os homens chegam a dispor de uma variada gama de bens materiais, capaz de satisfazer suas múltiplas necessidades e desejos das mais diversas índoles (Figura 44).

Figura 44: Conjunto das relações Ambientais: Ambiente econômico.



Fonte: Beni, 2001.

O ciclo mágico é o ciclo do crescimento, afirma Krippendorff (2000), pois:

Mais produção proporciona mais trabalho – mais trabalho proporciona mais receita – mais receita permite mais consumo – mais consumo necessita de mais produção, etc. Ou, no sentido inverso: mais produção exige o aumento do consumo e assim por diante. Um elemento está necessariamente ligado ao outro e é justificado pelo outro e vice-versa. É um ciclo sem fim (KRIPPENDORF, 2000, p. 29).

Isso recai naquela expressão tão escutada em localidades com potencial turístico “o turismo gera emprego e renda”, pois quanto mais produtos puderem ser apresentados a partir do “turismo” que se pretende ter, mais consumo e consequentemente, mais renda para a “tal comunidade local”, pois no discurso tudo é possível, mas na prática, encontramos vales enormes e profundos. Pois na prática, não se verificou o apregoado equilíbrio automático entre produção e consumo, afirma Beni (2001), “a decantada harmonia entre os interesses do indivíduo e os da sociedade estão desencontrados na prática”.

Isso ocorre, pois, o turismo é visto como atividade econômica, aonde compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante, que se desloca de sua cidade de origem e permanece em outra destinação por motivos profissionais, férias, negócios, atividades esportivas, de saúde, assuntos de família, culturais, ou por qualquer outra razão. O conjunto de serviços efetivamente colocados no mercado constitui a cadeia de produção, distribuição, consumo e valor. Analisa as alternativas de utilização dos recursos para a produção turística nos destinos turísticos, a distribuição e circulação de renda gerada pela atividade e como e por que se processam os períodos de expansão e retração dos fluxos nacionais e internacionais de turistas. Estuda, também, por um lado, a lógica do comportamento econômico dos viajantes (a decisão de viajar, o deslocamento, a hospedagem, a realização dos motivos da viagem, a permanência e os gastos) e, por outro, o comportamento das empresas e agentes públicos que operam nas localidades emissoras e receptoras (BENI, 2001).

O turismo move-se na esfera do econômico, como afirmativa máxima no mundo globalizado. A conjuntura econômica é condicionante permanente de sua evolução, tanto na ordem micro quanto na macroeconômica. O turismo é manifestação e contínua atividade produtiva, geradora de renda, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. Por outro lado, prova indiretamente acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas através do efeito multiplicador (Beni, 2001). Porém, essa é a visão que pretendemos rever, no sentido de um ambiente sistêmico que perpassasse pelo papel do social e que reflita no econômico e não exclusivamente o inverso. Assim, a economia criativa, que “compreende setores e processos

que tem como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico” (REIS, 2008), pode ser associado ao novo turista, e a nova percepção de turismo sustentável (Figura 45).

Figura 45: Proposta do Subsistema econômico a partir da Economia Criativa.



Organização: Lillian Alexandre, 2017.

No momento em que se cria o subsistema baseado na economia criativa, pretende-se fortalecer o subsistema econômico compreendendo que ela é “umas das principais estratégias de desenvolvimento para o século XXI e, neste contexto, o Brasil tem um papel estratégico ao ampliar o conceito, incorporando as dimensões do desenvolvimento, inclusão social, uso de saberes e fazeres tradicionais”. E é exatamente esta inserção que irá fortalecer as bases para este novo modelo de gestão (DEHEINZELIN, 2006).

O turismo, afirma Beni (2001):

Provoca o desenvolvimento inter-setorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial, por efeito do aumento da oferta turística (alojamento,

estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada. [...] também proporciona a geração de rendas para o setor público representada por impostos diretos e indiretos, incidentes sobre a renda total gerada no âmbito do sistema econômico, bem como seu caráter de estimulador do processo de abertura da economia (BENI, 2001, p. 65).

Pode-se ainda dizer que o turismo, ao integrar os hábitos de consumo da população urbana, é objeto de uma demanda econômica por parte das empresas prestadoras de serviços. Tanto a demanda quanto a oferta ocorrem em um contexto econômico mais amplo, caracterizado por um leque de aspirações e desejos, ante a escassez de recursos para satisfazê-los, resultando imperativo conseguir a maior utilidade dos meios disponíveis. O meio ambiente econômico em face do turismo revela-se assim, primeiramente, uma questão de custos e benefícios, cuja solução mais conveniente, segunda a comunidade, será seguida quando existir, por parte das pessoas, livre escolha do que desejarem consumir, ou seja, escolha esta que, se, por um lado, parece não ser livre pela forte influência da mídia, certamente ficará mais capacitada pela distribuição de uma base de dados via internet nos portais de turismo para comparação, avaliação e decisão; quando cada uma delas puder suportar o custo real do consumo; e quando os bens e serviços consumidos forem produzidos mediante o emprego da mínima quantidade possível de recursos. O principal instrumento para se conseguir essa solução é o mercado livre e competitivo par ao exercício da atividade de turismo, que garante, é bom frisar, a produção e o consumo turísticos (BENI, 2001).

Assim, visualizar a atividade turística sob a ótica econômica, é entender que existem correlações necessárias para o seu êxito enquanto atividade econômica e que, como elemento de um sistema, é preciso haver compreensão dos demais para que sua atuação seja, de fato, exitosa e complementar a todos os que fazem a localidade.

A atividade turística é baseada em serviços e, como tal, foi parcialmente responsável pelo crescimento deste setor. Nos países em desenvolvimento, segundo afirma Cooper (2001), o setor de serviços é responsável por cerca de 40% do Produto Interno Bruto, enquanto nas economias desenvolvidas ou industrializadas, ele é responsável por mais de 65% do PIB.

O turismo, como um elemento importante da economia de serviços tem sido, por algum tempo, elogiado por seu crescimento contínuo e rápido. Para tanto, é importante mencionar o significado econômico do turismo, que é determinado não apenas pelo nível de atividade turística que está acontecendo, mas também pelo tipo e pela natureza da economia em questão.

Ele pode ser avaliado em termos da proporção do total global de visitantes que pode ser atribuída a países individuais, já que assim a importância relativa de cada país na determinação do volume das viagens em termos mundiais pode ser avaliada. Por outro lado, o significado do turismo pode ser examinado com relação à importância da atividade para a economia de cada local (Quadro 06).

Beni (2001) ressalta que:

O turismo visto como atividade econômica compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante, que se desloca de sua cidade de origem e permanece em outra destinação por motivos profissionais, férias, negócios, atividades esportivas, de saúde, assuntos de família, culturais, ou por qualquer outra razão (BENI, 2001, p. 87).

Continua Beni (2001) afirmando que “o conjunto de serviços efetivamente colocados no mercado constitui a cadeia de sua produção, distribuição, consumo e valor”. Analisa as alternativas de utilização dos recursos existentes para a produção turística nos destinos turísticos, a distribuição e circulação de renda gerada pela atividade e como e por que se processam os períodos de expansão e retratação dos fluxos nacionais e internacionais de turistas.

É através deste efeito multiplicador que se pode reafirmar a tendência de crescimento que se almeja através da atividade turística, uma vez que ela movimentada com toda a cadeia produtiva que gera uma mudança no nível de demanda final para o produto de um setor que afetará não somente a empresa que produz o bem/serviço final, mas também outros setores que fornecem bens/serviços para aquele setor, bem como os setores que funcionam como seus fornecedores (COOPER, 2001).

Para a população visitada, o turismo pode ser considerado uma benção pela geração de novos postos de trabalho e incremento do fluxo de dinheiro constante, porém os próprios turistas podem se converter em uma carga física e social (AGNOL, 2012).

Quadro 06: Impactos positivos e negativos econômicos do turismo

IMPACTOS ECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de emprego; Construção de equipamentos; Aumento dos níveis culturais e profissionais; • Modificação positiva da estrutura econômica e social; • Atração de mão-de-obra de outras localidades; Incrementa a produção de bens e serviços; • Aumenta o consumo pelos produtos locais (dos agrícolas ao artesanato); Investimentos estrangeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sazonalidade turística; Inflação e especulação imobiliária; • Grande parte das divisas sai do país (lucro das multinacionais); • Dependência excessiva do turismo; • Mão-de-obra desqualificada na área.
<ul style="list-style-type: none"> • Mais recursos para a proteção e conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural; • Aumento da coleta de impostos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência excessiva de capital investidor estrangeiro; • Aumento do subemprego (ex.: vendedores ambulantes).

Organização: Lillian Alexandre, 2017, baseado nos autores (Smith, 1989; Droullers e Milani, 2002; OMT, 2003; Oliveira e Salazar, 2011).

2.5.2 – Da dimensão política

O problema no turismo é que a organização, gestão e fundamento da pesquisa é principalmente uma atividade do setor público e privado. Nesse sentido, levantam dilemas morais para o geógrafo, uma vez que é cada vez mais difícil desvincular-se do quadro de políticas públicas ou do contexto econômico-decisório em que a pesquisa é encomendada ou realizada. De fato, o desapego pode levar a críticas válidas para as "torres de marfim" acadêmicas e uma incapacidade fundamental de se engajar em políticas críticas do setor público e privado (Tradução nossa) (HALL e PAGE, 2002).

Isso ocorre porque o modelo de gestão e as políticas públicas de turismo no território nacional precisam e devem ser repensados em função da própria dinâmica da atividade e da reformulação de estratégias, agora voltadas para a regionalização visando: ser atividade de inclusão social; promover a integração das redes de qualidade; destacar que o processo de apoio ao desenvolvimento do turismo, por meio da governança compartilhada, permite incorporar novos valores, comportamentos e habilidades de atores na região; estruturar novos conteúdos na comunicação estratégica; ver o capital humano como o principal ativo do turismo; reconhecer a nova ética do consumidor; proporcionar melhoria e bem-estar aos residentes; basear-se na associatividade local; promover a manifestação participativa e o

sentido estratégico (fundamentais para desenvolver o turismo); responsabilidade social pelas empresas e organizações; trabalhar o turismo sustentável (BENI, 2013).

No Plano Nacional de Turismo 2013-2016 vigente, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, que são: a participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (BRASIL, 2013).

Dessa feita, o setor público envolve o governo em uma variedade de escalas geográficas e pode se envolver no turismo por diversas razões econômicas, políticas, sociais e ambientais (Quadro 07). A União Internacional das Organizações de Turismo, precursora da OMC, na discussão sobre o papel do Estado no turismo (OMT, 1994), identificou cinco áreas de envolvimento do setor público: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendedor estímulo. Para isso pode ser adicionado outras funções: um papel de turismo social, que é muito significativo no turismo europeu, e um papel mais amplo de proteção de interesse (Tradução nossa) (HALL e PAGE, 2002).

Quadro 07: Quadro das Razões

RAZÕES (INDICADORES)	DESCRIÇÕES
Razões econômicas	<ul style="list-style-type: none"> • Impedir o desequilíbrio da balança de pagamentos em um país; • Para atrair a exclusão estrangeira; • Para ajudar o desenvolvimento econômico regional (ou local); • Para diversificar a economia; • Para aumentar a receita de impostos de um Estado; • Para gerar novas oportunidades de emprego.
Razões sociais e culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Alcançar objetivos sociais relacionados ao "turismo social"; • Para assegurar o bem-estar e a saúde das famílias e dos indivíduos; • Para proteger costumes, tradições, recursos e patrimônio cultural; • Promover uma maior consciência cultural de uma área e de suas pessoas; • Para promover o entendimento internacional.
Razões para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Empreender a gestão do meio ambiente e dos recursos turísticos para garantir que os agentes do desenvolvimento não destruam a base futura para o desenvolvimento sustentável do turismo; • Para criar um recurso natural que servirá para atrair turistas.
Razões políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Para promover os objetivos políticos promovendo o desenvolvimento do turismo, a fim de ampliar a aceitação política de um governo entre os visitantes; • Controlar o processo de desenvolvimento associado ao turismo; • Para proteger o interesse público e o interesse das minorias; • Para promover a ideologia política.

Organização: Lillian Alexandre, 2017, segundo Hall e Page (2002).

Muita intervenção no turismo está relacionada à falha do mercado, à imperfeição do mercado e às necessidades sociais. O método de mercado para decidir quem obtém o que e como nem sempre é adequado e, portanto, o governo geralmente muda a distribuição de renda e riqueza por medidas que funcionam dentro do sistema de preços. Em todo o mundo, quase todas as indústrias foram apoiadas em vários momentos por subsídios, a imposição de regulamentos tarifários, concessões fiscais, bolsas diretas e outras formas de intervenção governamental, que afetam o preço dos bens e serviços e, portanto, influenciam a distribuição de renda, produção e riqueza (Tradução nossa) (HALL e PAGE, 2002).

O tamanho ou a importância econômica da indústria do turismo, tão comumente enfatizada pelos setores público e privado, não é justificativa em si para a intervenção do governo; Dentro da economia baseada no mercado, a justificação deve encontrar-se em algum aspecto de: (1) falha do mercado; (2) imperfeição do mercado; Ou (3) preocupações públicas/sociais com os resultados do mercado. Portanto, implícito em cada justificativa de intervenção é a visão de que o governo oferece uma alternativa corretiva ao mercado (Tradução nossa) (HALL e PAGE, 2002).

Dessa forma, ambos os autores Beni (2013) e Hall e Page (2002) trazem argumentos de que é preciso entender as questões inerentes às políticas públicas para que se possa elencar as prioridades no planejamento local, pois o entendimento do processo dessas políticas enquanto fluxo decisório comandado apenas por interesses direcionados, não funciona no âmbito global na localidade. É necessário partir de uma perspectiva mais realista, aonde ao longo do processo, seja possível uma ordenação territorial tranquila, uma racionalidade expressa nas questões não meramente econômicas do processo, mas também social, cultural e ambiental, em que seja possível que cada ator social reconheça e desempenhe o papel esperado dentro do processo.

De acordo com Cunha (2002 *apud* Beni, 2013, p. 62), o processo de formulação de políticas públicas envolve a identificação dos diversos autores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, por sua regulamentação como política pública. Mas só com a organização da sociedade civil o Estado vai atender às necessidades reais da população.

Com essa assertiva, é possível reafirmar que o processo de formulação e execução de políticas públicas é algo mais complexo do que o imaginado pelas noções de senso comum, sendo relevante, na opinião do aludido cientista social, atentar até mesmo para as técnicas selecionadas que podem concorrer ora para abortar ou dificultar, no nível de execução, a

concretização de uma decisão importante, ora para lhe emprestar conteúdo político mais amplo do que aquele originalmente pretendido (BENI, 2013).

Com base nessas reflexões, ficam claras para nós a magnitude e a complexidade do processo de políticas públicas que não pode ser tratado como uma ação cujo curso está condicionado apenas por motivações e inspirações de ordem objetiva, cartesiana e racional. Realmente, como esse processo envolve diversos grupos e atores, múltiplos interesses e expectativas, não há como dissociá-lo dos estímulos subjetivos que recaem sobre ele, sendo necessário considerar fortemente sua dimensão política, investigando-se, sobretudo, os agentes decisórios nele envolvidos (BENI, 2013).

As políticas públicas constituem o alicerce sobre o qual se apoia toda a organização do turismo, que se tornam um instrumento de execução que articula organismos e instâncias de governança nacionais e regionais, promovendo a cooperação e a interação com os órgãos de administração federal, estadual e municipal (BENI, 2013).

Assim, pode-se entender o papel da política pública, e sua abrangência, considerando sua variação conforme as necessidades e os objetivos de cada local verifica-se também, que é possível se encontrar duas formas diferentes de se entender o papel delas: por um lado, uma visão de mercado que acredita que a partir delas podem-se obter resultados mais eficazes; por outro, a política funcionando como estratégia para o desenvolvimento harmonioso e sustentável, estabelecendo limites e garantindo o atendimento às necessidades e expectativas das comunidades receptoras (BENI, 2013).

Essas políticas públicas também são influenciadas pelo contexto no qual elas se encontram e, considerando a nova sociedade, que apresenta uma economia globalizada, a competitividade e a qualidade são palavras-chave, metas a alcançar, devendo ser práticas comuns ao turismo moderno ou a nova era do turismo.

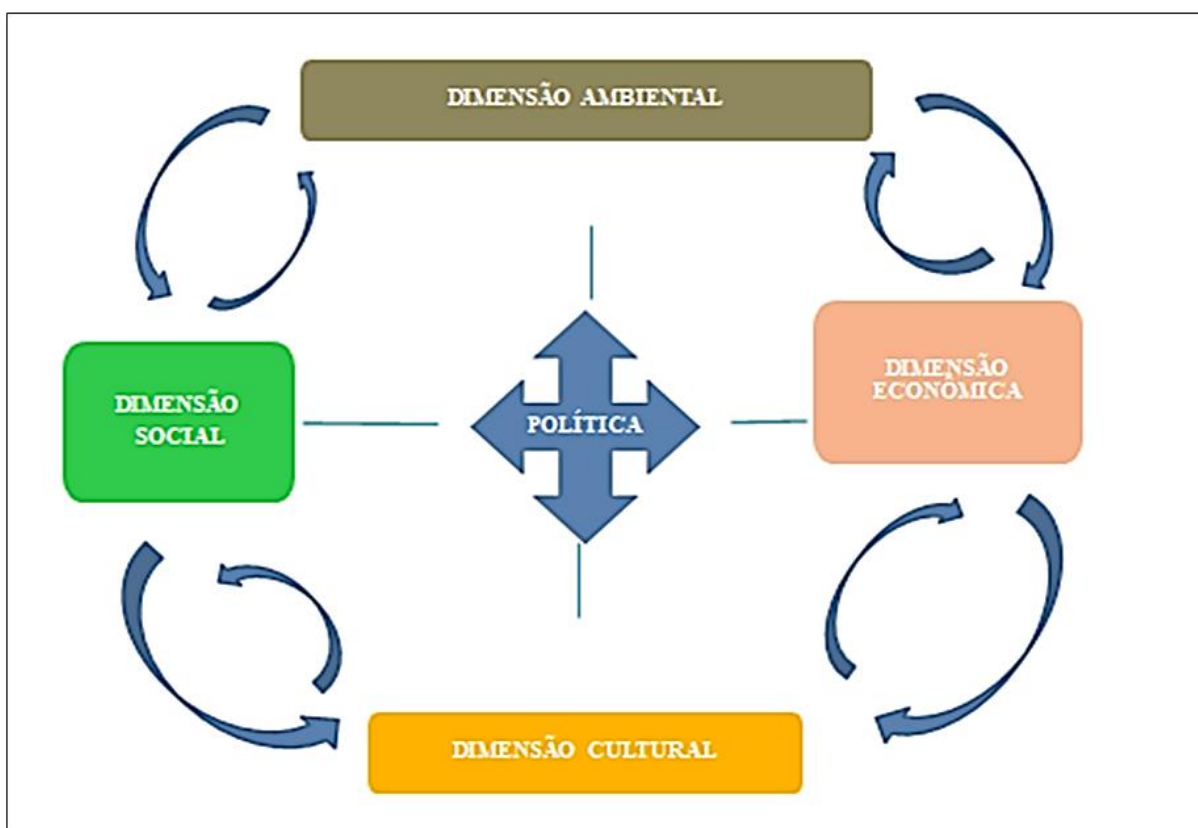
Para a estruturação sistêmica dessas políticas, é preciso se atentar para a criação de um conhecimento produtivo privilegiado por meio das redes de intercâmbio de ideias e inovações, e, também, o desenvolvimento de redes de insumo-produto-consumo e coações competitivas locais que exigem das empresas a permanente inovação e modernização de seus processos produtivos.

Para que uma região turística se consolide mantendo-se sustentável e competitiva face aos eixos estruturantes das políticas públicas do turismo e de seu consequente planejamento estratégico e capacidade de gestão, Beni (2013) afirma que:

Deve ser rigorosamente observado, em seu processo de planejamento e desenvolvimento, local e regional, um altíssimo grau de endogenização a ser atingido e sustentado pela internalização da maior parte da oferta de in puts ambientais, sociais, econômicos e culturais, necessários à dinamização e ao fortalecimento das cadeias de valor relacionadas à rede cooperativa de produção (BENI, 2013, p. 65).

Assim, a convergência das ações de políticas públicas nesses pilares fundamenta que se possa fomentá-las partindo do que se propõe no Quadro 08, onde a o processo de planejamento indicado por Beni (2013) possa trazer benefícios mensuráveis a todos os elementos que compõe o sistema do turismo e não unicamente em um dos lados.

Quadro 08: Cadeia de dimensões *in puts* ambientais, sociais, econômicos e culturais.



Organização: Lillian Alexandre, 2017.

Assim, cabe ainda reforçar que uma região turística é um espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de ser articuladas e que definem um território, delimitado para fins de planejamento e gestão. Assim, a integração de municípios de um ou mais estados, ou de um ou mais países, pode constituir uma região turística e que se deve levar em consideração a análise proposta do Quadro 08 em que a sinergia das trocas pode e deve ser relacionada no momento do pensar o planejamento a

partir de políticas públicas, incluindo a dimensão turística, como um novo elemento a ser refletido para poder ser pensando enquanto fim para tais políticas.

Isso ocorre por que é de suma importância que sejam observados os elementos que compõe cada dimensão dessa e conforme aponta Beni (2013), dos objetivos pontuais e indispensáveis para a elaboração de políticas públicas de turismo colaborativas e de fato, aplicáveis para o fomento local sustentável:

- Responsabilidade social;
- Mobilização social e participação comunitária;
- Sustentabilidade em suas dimensões-objeto: sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e político-institucional;
- Sustentabilidade em suas dimensões-instrumento: sustentabilidade mercadológica, espacial, financeira, administrativa, organizacional (instâncias de governança em turismo) e jurídica;
- Articulação entre iniciativa privada, administração pública e sociedade civil organizada;
- Gestão participativa promovendo a integração ente diversas esferas em que atuam os agentes decisórios (transversalidade e intersetorialidade de gestão);
- Planejamento participativo de ações visando incrementar a atratividade, o marketing, a produtividade e a gestão convergente com mobilização e engajamento da população local e multiplicação da identidade cultural;
- Democratização da informação;
- Construção colaborativa e solidária de um planejamento estratégico com participação comunitária e empoderamento social;
- Identificação, motivação e formação de empreendedores potenciais ou já operantes, formais e informais, individuais ou coletivos;
- Novas oportunidades de negócios que agreguem valor às matérias-primas ou produções existentes;
- Identificação e caracterização dos principais atores sociais e agentes institucionais da rede de produção em turismo;

Com isso, é possível vislumbrar uma prática não muito levada em consideração no momento da elaboração das políticas públicas no Brasil, que são os elementos colaborativos que fazem parte de uma gestão sistêmica em que fatores não só econômicos devem ser

objetivados, mas todos os demais elementos que fazem parte da existência em uma comunidade.

Por isso, é importante ressaltar que para que um planejamento ocorra de forma sustentável, não só a visão sistêmica é imprescindível, mas também a forma de captação e aplicação dos recursos, pois sem eles, as ações efetivas não poderão sair do papel. Dessa forma, é necessário analisar a demanda advinda do PRODETUR.

O PRODETUR/SE se enquadra no Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (PRODETUR, iniciativa do Governo Federal de captar recursos para o financiamento de uma série de programas regionais destinados a descentralizar a gestão do turismo e contribuir para a consecução das metas do Plano Nacional de Turismo) e em nível estadual, fundamenta-se no Plano de Desenvolvimento Sergipe (DESENVOLVERSE) e no Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (2009-2014), cujo objetivo é consolidar esta atividade como estratégia para o desenvolvimento sustentável, tornando o estado um destino competitivo (SERGIPE, 2009).

O formato de planejamento demandado pelo PRODETUR trouxe um ordenamento territorial a partir dos Polos de Turismo, por se tratar de uma maneira de ordenar e priorizar regiões no que se refere a algum critério de desenvolvimento econômico, social ou ambiental (ALEXANDRE, 2003).

Nesse contexto, os Polos de Turismo foram uma iniciativa empresarial do Banco do Nordeste cujo principal objetivo era promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo em mesorregiões vocacionadas, sob a ótica do empresariado, através da formação de parcerias empreendedoras que permitam a mobilização e integração dos atores locais envolvidos com a gestão e a organização da atividade turística (ALEXANDRE, 2003).

Os Polos se materializam a partir da instalação dos Conselhos de Turismo, que, coordenados pelo Banco, se constituem espaços sistematizados para planejar, deliberar e viabilizar iniciativas que concorram para o desenvolvimento do setor, caracterizados por forte senso de corresponsabilidade, pois contam com a participação efetiva de diversos segmentos econômicos e sociais (governo federal; governos estaduais e municipais; terceiro setor - ONGs ambientais/sociais, universidades, associações comunitárias; setor privado - entidades de classe, *trade* turístico, sistema "S") (ALEXANDRE, 2003).

PRODETUR/NE I teve como objetivo principal consolidar o Nordeste como destino turístico. Para tanto, programou uma considerável quantidade de ações em infraestrutura que

possibilitassem a viabilização de empreendimentos turísticos na região por parte da iniciativa privada em Polos de Desenvolvimento Integrado de Turismo, distribuídos pelos diversos estados do Nordeste (SERGIPE, 2010).

Em Sergipe, assim como os demais estados nordestinos, aderiu ao PRODETUR-NE por meio do Programa de Polos Turísticos de Sergipe, buscando otimizar a aplicação dos recursos públicos e privados na complementação das intervenções realizadas pelo PRODETUR (SERGIPE, 2010).

A estratégia concebida para o desenvolvimento do turismo no Estado, no âmbito do PRODETUR, foi centrada na visão interdependente das ações ligadas aos diversos setores da economia e seus impactos em termos de geração e renda. As delimitações dos Polos se baseiam em afinidades ambientais e socioculturais que estabelecem conexões e permitem sua espacialização.

Entre os investimentos do Programa, destacam-se os que mais de perto interessam à gestão ambiental, por interferirem diretamente no ambiente natural: (a) complementação e abertura de rodovias; (b) obras de construção ou recuperação de orlas d'água, atracadouros e marinas; (c) desmonte de morro para melhoria de aeroporto; e, (d) sistemas de esgotamento sanitário. O Programa não tem uma amostra representativa dos projetos, e em sua maioria e outras ações dos demais componentes correspondem a atividades de apoio ao desenvolvimento turística e às empresas desse setor e à comercialização, elaboração de estudos e projetos, atividades de capacitação, regulamentação e fortalecimento institucional para a gestão do turismo e do meio ambiente. (SERGIPE, 2009).

É possível visualizar no Quadro 09, das Ações do Programa, aquelas em quem direta ou indiretamente afetam os municípios do litoral sul. Os dados foram extraídos do documento PRODETUR - Descrição do Programa, fornecido pela Coordenação Estadual do Programa, em fevereiro de 2017, que apresentou as atividades voltadas para todos os componentes em que o PRODETUR está atuando. Organizaram-se as informações voltadas aos municípios do litoral sul de Sergipe (SERGIPE, 2009) (Quadro 09).

Quadro 09: Descrição das ações do Programa no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe.

COMPONENTES	AÇÕES
I – Estrutura do Produto Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial; • Elaboração de projeto e execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos (Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico); • Assistência a empresas turísticas para melhoria da qualidade dos serviços e gestão ambiental; • Fomento à qualidade do artesanato adequado a demanda turística; • Estratégia de roteiros e produtos históricos culturais e adequação e modernização de museus (programação visual, equipamentos interativos, etc.); • Estudo de circuitos turísticos fluviais e náuticas, no Rio São Francisco e Costa marítima atendida pelo programa; • Execução de obras da Orla do Povoado Crasto, Santa Luzia do Itanhy/SE; • Execução da obra da Orla e Atracadouro do Povoado Pontal, Indiaroba /SE; • Execução das Orlas e Atracadouros do Povoado Caibros e da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda /SE.
II - Estratégia de Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projeto e execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos (Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico).
III – Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência a empresas turísticas para melhoria da qualidade dos serviços e gestão ambiental.
IV - Infraestrutura e Serviços Básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à qualidade do artesanato adequado à demanda turística.
V- Gestão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de roteiros e produtos históricos culturais e adequação e modernização de museus (programação visual, equipamentos interativos, etc.); • Elaboração de projetos e execução da adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracaju; • Estudo de circuitos turísticos fluviais e náuticas, no Rio São Francisco e Costa marítima atendida pelo programa; • Execução da obra da Orla da Prainha de Canindé do São Francisco/SE; • Execução da obra da Orla do Povoado Crasto, Santa Luzia do Itanhy/SE; • Execução da obra da Orla e Atracadouro do Povoado Pontal, Indiaroba /SE; • Execução das Orlas e Atracadouros do Povoado Caibros e da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda /SE.

Organização: Lillian Alexandre, 2017.

2.5.3 – Da dimensão ambiental

O litoral de Sergipe apresenta 163 km de extensão e ocupa uma superfície de 5.514,7 km², existindo nessa área 23 municípios classificados como litorâneos, nestes 55,5km de linha de costa, 10 a 12 km de largura e uma superfície de 542 km², abarcam a APA Litoral Sul, limitando-se ao sul, pela margem esquerda do Rio Real, no limite fronteiro com o Estado da Bahia; ao norte, pela margem direita do Rio Vaza Barris, ao leste pelo oceano Atlântico e ao oeste, por uma distância de 10 - 12km dos pontos de preamar média. De acordo com o GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) estadual o litoral sergipano está dividido em litoral norte, centro e sul (VILAR e ARAÚJO, 2010).

No litoral sul, como descrito no capítulo 1, verifica-se a presença de planícies e tabuleiros costeiros, bem como de uma elevada densidade da rede hidrográfica, o que promove uma abundância de recursos pesqueiros. Quanto aos aspectos fitogeográficos, possui uma grande área de restinga arbórea, manguezais, dunas, mata ciliar, com enclaves de mata atlântica. A variedade de atrativos naturais nessa área ocasionou processos de ocupação e usos múltiplos, numa visão mercadológica da natureza que comprometem tanto o equilíbrio ambiental quanto o quadro socioeconômico.

O litoral sergipano apresenta um cenário territorial diversificado, apresentando ao mesmo tempo características urbanizadas, rurais e espaços naturais protegidos. Entretanto, não é difícil identificar nos municípios costeiros de Sergipe intervenções antrópicas sem o devido respeito às legislações pertinentes e sem o devido planejamento, colocando em risco o desejado equilíbrio ambiental, agravando assim, os conflitos e contradições presentes na estrutura territorial (FONSECA, VILAR e SANTOS, 2010).

Entretanto, a falta de planejamento ambiental gerou diversos problemas como a ocupação desordenada do litoral que ocasionou uma redistribuição espacial da população e a expansão das áreas urbanas para uma região tradicionalmente ocupada por propriedades rurais e comunidades de pescadores, estendendo as relações de caráter urbano ao campo. O espaço socialmente produzido no litoral caracteriza-se por segregar seus habitantes originais, pois passa a ser ocupado por residências para veraneio e por condomínios fechados, destinados a uma população de alto poder aquisitivo (Figuras 46 A, B, C, D, E e F) (FRANÇA, 2005).

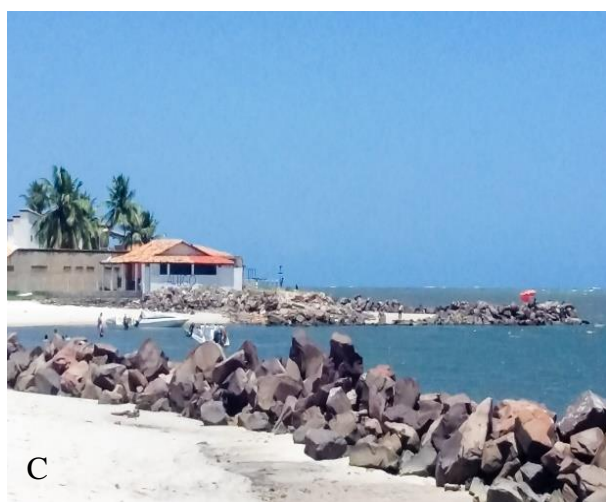
Figuras 46: A, B, C, D, E e F Referentes à Praia do Saco e a invasão do mar



Crédito: Lillian Alexandre, 2014.



Crédito: Lillian Alexandre, 2016



Crédito: Lillian Alexandre, 2014.



Crédito: Lillian Alexandre, 2016



Crédito: Lillian Alexandre, 2014.



Crédito: Lillian Alexandre, 2016

Observa-se nas Figuras 46 A, B, C, D, E e F, o avanço da erosão entre os anos de 2014 a 2017, causado uma erosão costeira que é “essencialmente produto da elevação do nível do mar e/ou de um balanço sedimentar negativo do sistema praiar, sendo difícil individualizá-los” (SOUZA *et al*, 2005).

Dentre os fatores de erosão costeira no Litoral Sul do Estado podemos citar: urbanização da orla marítima (Caueiras e Abaís), com eventual ocupação da pós-praia, implantação de estruturas rígidas ou flexíveis, paralelas ou transversais à linha de costa como muros/muretas e entroncamentos, que interferem na circulação de correntes costeiras e geralmente intensificam os problemas erosivos (FONTES, *et al*, 2011).

A utilização de rochas (entroncamento) que são usadas na região da Praia do Saco para tentar sanar o avanço da erosão transformam a paisagem e não resolvem o problema, pois as construções avançam ainda mais, como o caso dos condomínios de Segunda Residência, que invadem os espaços ambientais, criando problemas como esses, visíveis. Além desse, outros não tão perceptíveis, como o caso da falta de espaços de áreas que outra servia para a cata das mangabas, por venda dos terrenos as grandes construtoras e ainda, o número excessivo de passeios de bugres nas dunas, fazendo com que a mesma avance para o lado da pista, invadindo construções (aterrando-as) e criando problemas de segurança nas rodovias (Figura 47 e 48).

Figura 47: Condomínio Belle Ville, Praia do Saco.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

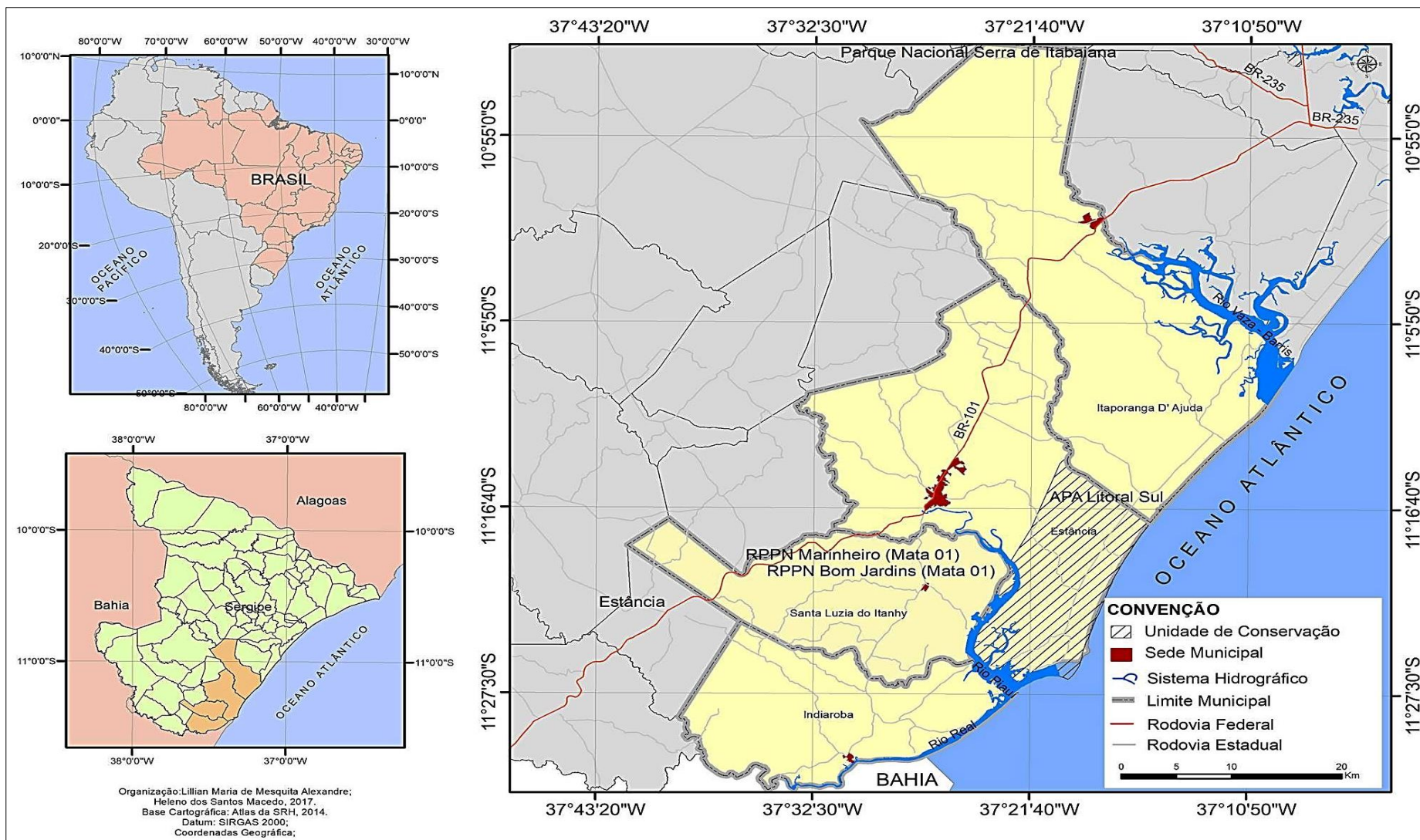
Figura 48: Avanço das dunas na Praia do Saco.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Toda essa área faz parte da Unidade de Conservação Área de Preservação Ambiental, denominada APA do litoral sul, através do decreto nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993, que compreende a área situada entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com uma extensão de cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12km (Figura 49).

Figura 49: Localização da APA Litoral Sul



Crédito: Heleno Macedo, 2017.

Abrange quatro municípios do estudo, inserindo-se nela as praias mais habitadas do litoral sul, destacando-se Caueira, Saco e Abais, observam-se também áreas de restingas arbóreas, manguezais e manchas preservadas de Mata Atlântica (Figuras 50, 51, 52 e 53). Compreende ainda uma área de grande fragilidade ambiental formada por dunas, lagoas e manguezais, que vem sofrendo em virtude das atividades turísticas e econômicas, notadamente após a abertura e pavimentação asfáltica da rodovia SE-100 (FONSECA, VILAR e SANTOS, 2010).

Figura 50: Natureza do mangue, Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2016

Figura 51: Lagoa dos Tambaquis, Praia do Saco



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Figura 52: Orla do Abais.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 53: Natureza Povoado Pontal



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Não obstante, a ocupação da referida APA está juridicamente condicionada aos dispositivos de controles inerentes à sua condição de Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou de Uso Direto e Consultivo, que apesar de menos rígidos do que em outras categorias, vão da proibição de agrotóxicos, de terraplanagem, instalação de indústrias de

riscos, entre outros, bem como, mesmo as atividades permitidas estarão sujeitos ao licenciamento prévio (SANTOS, *et al*, 2010).

É relevante enfatizar que se encontram nos municípios de referência, comunidades em que a pesca artesanal por muito tempo foi e ainda é a base de sustentação, muito embora, no cenário atual, essa realidade venha sendo modificada devido o surgimento de outras atividades, principalmente, ligadas ao turismo, tais como: a prestação de serviços nas casas de veraneio (caseiros, domésticos, pedreiros, etc) e nos bares e restaurantes (SANTOS, *et al*, 2010).

2.5.4 - Da dimensão sociocultural

A verdadeira avalanche de conhecimentos, revelações, sensações, emoções e fantasias a que as pessoas são submetidas, levam-nas a produzir a segunda tensão, nem sempre consciente, que é a da psicossomatização ou integrativa, que destaca a incapacidade, primeiro indivíduo, seguida daquela dos grupos sociais, de inserir-se e participar da realidade global (BENI, 2001).

Estamos envolvidos em uma nova experiência da humanidade. O que realmente está mudando é a maneira de “estar no mundo”, o tipo de relação que o homem estabelece com as coisas, com seus semelhantes, com as instituições, com seus próprios valores e consigo mesmo (BENI, 2001).

As atitudes sociais que ensejam um regime democrático nos levam a uma sociedade ainda a democrática, porém, extremamente dependente; a sociedade brasileira ainda se encontra deficientemente integrada no sistema político. Admite-se que essa assimetria entre a mudança social e o sistema econômico-político será nos próximos anos responsável por graves conflitos. A mudança econômico-política que será experimentada nesta e na próxima década, e que sem dúvida repercutirá muito fortemente sobre a realidade social, não será harmônica, nem regular, nem homogênea. Será uma mudança marcada por muitas contradições e paradoxos (BENI, 2001).

Diante disso, a sociedade sente necessidade de se desfazer temporariamente da rotina massificante gerada por esses conflitos e imposições sociais e políticas e isso faz com que seja colocada a nossa disposição a “indústria” do lazer que, de certa forma, faz o papel de amiga e conselheira. Ela se apoderou de nosso tempo livre e nos oferece não apenas satisfações, como também cria, se necessário, as expectativas e os desejos correspondentes.

No cotidiano “escondem-se” relações sociais e culturais que a ênfase na polarização teórica trabalho/lazer deixa escapar. Isso porque esses polos são vistos como uma espécie de “gavetas” da vida social (SILVEIRA, 2007).

Outro ponto interessante é a polaridade interdependente quando se aborda o turismo e a viagem, o turismo de “guetos” e o turismo alternativo, embora seus proponentes tentem fugir do turismo de massa entrando em contato com a comunidade local, na realidade “sem querer” os turistas alternativos fazem o papel de batedores desse turismo de massa (...), preparando o advento das “hordas” de turistas (KRIPPENDORF, 2000).

Existem, basicamente, dois tipos de perspectivas, que também tem convergências e conflitos entre si. As perspectivas macrosociais, que enfocam grandes tendências, instituições em geral, as objetividades, as estruturas, classes, etc, e as perspectivas micro sociais, analisando processos cotidianos, ações sociais, subjetividades, crenças, valores, sujeitos, entre outros (SILVEIRA, 2007).

No turismo, essa segmentação significa distinguir diversas faixas da chamada “população alvo”, aquela para a qual vai se vender um serviço turístico. Nada conterà o uso dessas categorizações, mas é sempre necessário o cuidado para não confundir com outras construções teóricas das ciências sociais (SILVEIRA, 2007).

É preciso atentar às características sociológicas dessas segmentações e do próprio turismo enquanto segmento constituído de segmentos sociais e econômicos. Para muitos pesquisadores da área, a segmentação de mercado, ocorre pela heterogeneidade no consumo, pela alteração nos desejos e anseios dos turistas (ANSARAH, 1999).

Entende-se por impactos socioculturais os impactos sobre a população local (residentes habituais e fixos na comunidade), mas também sobre os turistas e a sua sociedade de origem. Alguns autores como Talavera (2002), distinguem entre impacto social e impacto cultural. O impacto social do turismo está associado a mudanças mais imediatas e define aquelas que ocorrem na estrutura social local, na qualidade de vida, nas relações sociais e na adaptação nas comunidades de destino ao turismo. Por outro lado, o impacto cultural categoriza mudanças mais graduais e processuais que vão ocorrendo à medida que o turismo se desenvolve, como a aculturação turística e as mudanças nas normas culturais, na cultura material e nos padrões culturais. Os impactos socioculturais resultam, portanto, das relações sociais que se estabelecem entre os residentes e os visitantes. A intensidade e forma desses impactos variam dependendo do tipo do visitante, das diferenças culturais entre os grupos, do grau de adaptação dos visitantes e dos costumes locais.

No plano cultural, o turismo contribui para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural; gera uma atividade socioeconômica sobre o mercado receptor e crise empregos; facilita os laços de comunicação e entendimento entre os povos e sociedades que produzem problemas raciais ou de xenofobia; no âmbito trabalhista produz aumento social de emprego e criação de novos postos de trabalho; pode permitir a comunicação e a paz com os mercados emissores. Impactos negativos Efeitos de aculturação e imitação: se produzem trocas nos gostos e hábitos de cultura da comunidade receptora, ao estar exposta aos hábitos e gostos da emissora (horários, atividades de descanso, comidas, vestuário, trato pessoal, gostos sexuais modificados); Estabelece umas trocas urbanísticas, meio ambientais e arquitetônicos que influenciam e modificam a demografia do mercado receptor; Pode produzir fenômenos de repetição; Modificação da sociologia rural e urbana ao receber de forma regular correntes turísticas massivas; Instabilidade do mercado receptor por motivos políticos (ditadura, estado de exclusão) e sociais (regras, insegurança, severas normas de circulação), produz uma redução do fluxo; Prejuízos e barreiras sociais por intolerância, indiferença, xenofobia, racismo, idioma; Pode, ao contrário, ser objeto de ambientes que repercutem negativamente nas relações turísticas futuras; Problemas com a gastronomia (água potável); Boa ou má atenção médica-sanitária: controle da higiene e limpeza nos lugares turísticos (TALAVERA, 2002).

Os autores destacam também que o fluxo de turistas numa região aumenta as densidades em que vivem as pessoas e superlota as instalações que eles devem compartilhar com a população local.

A superlotação rebaixa o valor da experiência de férias, cria tensão entre a própria população residente e “em casos extremos a população local pode ser impedida de desfrutar das instalações naturais de seu próprio país ou região” (ARCHER e COOPER, 2002).

Outras definições de impactos do turismo são abordadas por Montejano (1996) e esse ressalta que “a atividade turística não só tem repercussões psicossociais a nível individual ou de grupo, mas também no conjunto da sociedade” (MONTEJANO, 1996). Isso pode ser notado tanto na comunidade emissora, quanto na comunidade receptora de fluxos turísticos.

Swarbrooke (2000) afirma que é “dado atenção aos impactos negativos do turismo sobre a sociedade local e sua cultura. Entretanto, é importante reconhecer que os efeitos podem ser também positivos”. Neste sentido a culinária local também pode ser exaltada, pois conforme Ruschman (2000) “o artesanato, a gastronomia, as tradições, a história, a arquitetura e as atividades de lazer” são responsáveis pela atração 13 de turistas. Muitos turistas buscam

através da gastronomia familiarizar-se, para se sentirem integrados com a cultura local, levando a que determinados pratos de um destino mantenham suas raízes.

O impacto sociocultural do turismo é manifestado através de uma gama enorme de aspectos, desde as artes e o artesanato até o comportamento fundamental de indivíduos e grupos coletivos. Os impactos podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as habilidades artesanais da população, ou aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou a degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias rituais da população anfitriã. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida de uma das populações (COOPER, 2001). No Quadro 10, apresentam-se de forma resumida, os impactos sociais positivos e negativos identificados pelos autores Smith (1989); Droullers e Milani (2002); OMT (2003) e Oliveira e Salazar (2011).

Quadro 10: Impactos positivos e negativos sociocultural do turismo.

IMPACTOS SOCIAIS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade de vida da comunidade local (criação de infraestruturas, saúde,...); Experiências com os visitantes (culturas e modos de vida diferentes); Utilização da população local como mão-de-obra direta ou indireta. Aumento dos níveis culturais e profissionais da pop. Orgulho étnico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Superlotação das instalações que eles devem compartilhar com a população local. • A superlotação rebaixa o valor da experiência de férias, • Cria tensão entre a própria população residente e • E em casos extremos a população local pode ser impedida de desfrutar das instalações naturais de seu próprio país ou região.
IMPACTOS CULTURAIS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Preservação e a reabilitação de monumentos, edifícios e locais históricos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenças sociais entre visitantes e moradores (aparecimento de “guetos” luxuosos);
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da herança cultural - revitalização dos costumes locais como o artesanato, gastronomia. • Desenvolvimento do artesanato local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Descaracterização da cultura do lugar. • Aumento de crime, prostituição, jogo, drogas.

Organização: Lillian Alexandre, 2017, baseado nos autores (Smith, 1989; Droullers e Milani, 2002; OMT, 2003; Oliveira e Salazar, 2011).

Há uma série de maneiras pelas quais se podem examinar as relações entre o desenvolvimento do turismo e as mudanças socioculturais e socioeconômicas. O

desenvolvimento do produto turístico está inseparavelmente vinculado à contribuição que pode dar ao desenvolvimento econômico geral.

2.6 - Modelos sistêmicos: SISTUR e a Teoria da Complexidade

A ciência ou a Teoria da Complexidade – TC foi desenvolvida essencialmente por Edgard Morin, cientista social francês, que partiu da tradição marxista e incorporou outros elementos a esta doutrina, assumindo posições dos movimentos sociais, particularmente a partir de uma visão ecológica (RODRIGUES e SILVA, 2013).

“À primeira vista, é um fenômeno quântico, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades” (MORIN, 2001). Isso significa afirmar que é necessário um olhar sobre todas as coisas que formam o objeto de análise e consequentemente, todas as suas possibilidades. Ou seja, as organizações comunitárias encontradas nos municípios da pesquisa que poderiam, a partir das trocas entre as relações existentes e da apropriação do espaço vivido e social, ou vice e versa e da forma com que as políticas públicas atuam na transformação do território litorâneo é que remetem a teoria da complexidade, onde as trocas irão existir de forma positiva no momento em que as comunidades passarem a se auto gerirem, como propõe o TBC.

Pensar a complexidade é respeitar a tessitura comum, o complexo que ela forma para além das partes. Ela não é um pensamento que elimina a certeza pela incerteza, que elimina a separação pela inseparabilidade, que elimina a lógica para permitir todas as transgressões. A caminhada consiste, ao contrário, em fazer um ir e vir incessante entre as certezas e as incertezas, entre o elemento e o global, entre o separável e o inseparável. Do mesmo modo, ela utiliza a lógica clássica e os princípios de identidade, de não contradição, de dedução, de indução, mas conhece seus limites, e sabe que, em certos casos, é preciso transgredi-los. Não se trata, pois, de abandonar os princípios de ordem, de separabilidade e de lógica, mas de integrá-los numa concepção mais rica. Não se trata de opor um holismo global e vazio ao reducionismo mutilante; trata-se de ligar as partes à totalidade (MORIN *apud* SILVA, 2012).

Andrade (2007) observa que a Teoria da Complexidade surge como uma tentativa de estender a interpretação e paradigmas aos fenômenos naturais como forma de tentar compreender a natureza em sua totalidade.

Morin, segundo Petraglia (2012):

Entende o ser humano como um ser complexo, capaz de se auto organizar e de estabelecer relações com o outro, e é nessa relação de alteridade que o sujeito encontra a autotranscendência, superando-se, interferindo e modificando o seu meio num processo de auto-eco-organização a partir de sua dimensão ético que reflete seus valores e escolhas e percepções do mundo (PETRAGLIA, 2012, p.34).

“O indivíduo está numa sociedade em que está o indivíduo” (PETRAGLIA, 2012), a pessoa faz parte de uma comunidade, e esta faz parte da pessoa com suas normas, linguagem e cultura que, ao mesmo tempo, é produto dessa sociedade e produtora de sua manutenção e do *status quo*. Este é um princípio da epistemologia da complexidade que entende que a parte está no todo assim como o todo está na parte cada parte, por outro lado, conserva suas qualidades próprias e individuais, mas por outro lado, contém a totalidade do real.

“Como o termo latino indica: *Complexus* – o que é tecido junto”, Morin (2001) afirma que da mesma forma, a complexidade indica que tudo se liga e, reciprocamente numa rede relacional e interdependente. Nada está isolado no Cosmos, mas sempre em relação a algo. Ao mesmo tempo em que o indivíduo é autônomo, é dependente numa circularidade que o singulariza e distingue simultaneamente.

Essa reflexão remete a outras duas ideias, igualmente importantes e necessárias para a compreensão da complexidade humana, trata-se de o ser humano não ser somente um ser biológico ou um ser cultural. Sua natureza é multidimensional, ele é trinitário. Faz parte da espécie do *homo sapiens*, é membro de uma sociedade e é um indivíduo. E a outra ideia, é a que Morin (2001) alerta de que “(...) há algo mais do eu a singularidade ou que a diferença de indivíduo, é o fato que cada indivíduo é um sujeito” (MORIN, 2001).

O *homo complexus* é responsável pelo processo de auto-eco-organização que se constrói na partilha e solidariedade de um pensamento que liberta porque é criativo, artístico, político, educacional e ético. Uma epistemologia da complexidade incorpora não só aspectos e categorias da ciência, da filosofia e das artes, como também os diversos tipos de pensamento, sejam eles místicos, mágicos, empíricos, racionais, lógicos, numa rede relacional que faz emergir o sujeito no diálogo constante com o objeto do conhecimento. Considera a comunicação entre as diversas áreas do saber e compreende ordem desordem e organização como fases importantes e necessárias de um processo que culmina na auto-eco-organização de todos os sistemas vivos e essa possibilidade, transferida ou refletida junto ao turismo e a sua dinâmica, favorece a uma nova interpretação possível nesse desenvolvimento local promulgado (Grifo do autor) (MORIN, 2001).

Abordar a Teoria da Complexidade em vistas a transformação espacial vertical que vem ocorrendo no litoral nordestino em prol do turismo de praia e sol é a base da discussão para este trabalho, uma vez que os modelos propostos de desenvolvimento nos territórios de poder gerados chocam-se com o discurso da sustentabilidade prevista no modelo do Turismo de Base Comunitária, por exemplo.

Assim, a T.C. corresponde à diversidade ao entrelaçamento e a continua interação da intimidade de sistemas e fenômenos que constituem o mundo natural. Deve ser entendida também, por um sistema de pensamento aberto, amplo e flexível – o pensamento complexo. Tal pensamento configura uma nova perspectiva de compreensão do mundo, que aceita e tenta entender as mudanças contínuas da realidade e não pretende negar a multiplicidade, a aleatoriedade e a incerteza, e sim conviver com elas (TÔRRES, 2014).

Dessa forma, à medida que a noção de complexidade conduz à noção de totalidade e conjunto, pode-se dizer que uma das chaves para a sua compreensão é a de considerar as relações com o todo e vice-versa (RODRIGUES, 2013 *et al apud* MARTINS, 1998).

Buscar entender os acontecimentos com sistemas que funcionam fora do equilíbrio previsto pela termodinâmica newtoniana, ou seja, sistemas não fechados que realizam atividades com os meios interno e externos, através da informação e externos, através da informação e energia que captam do ambiente, podendo tornar-se mais sustentáveis às inquietações (TÔRRES, 2014).

A T.C. faz menção da não insistência em tentar controlar um sistema complexo, acenando com a possibilidade de estudar as melhores condições que evidencie as soluções significativas, ou seja, os Sistemas Adaptativos Complexos (SAC) apresentam comportamentos completamente imprevisíveis, pois apresentam capacidade de avaliar e escolher decisões que melhor atendam aos seus interesses, dentre as condições que possuem se auto organizando, o que recai no objeto de estudo, quando se analisa o TBC como instrumento de auto organização das comunidades, frente a necessidade de empoderamento que se faz necessário para gerenciar esse novo modelo de desenvolvimento endógeno.

Também o SAC é considerado um sistema que age de forma singular, à medida que avalia informações novas com base nos esquemas que contribui ao longo do seu desenvolvimento. Pode-se associá-lo a sistemas de aprendizagem, como as organizações, o que significa que ao vivenciar suas experiências extraem delas lições e se adaptam a novos objetivos ou até alterando modelos mentais e paradigmas vigentes para forma mais condizente com a realidade (LIMA e SILVA, 2011).

A nova perspectiva epistemológica, baseada na Ciência da Complexidade e Teoria do Caos, é sustentada, de acordo com Morin (1985), em três princípios:

- O princípio dialógico, que está associado a categorias antagônicas como a ordem e a desordem. O pensamento dialógico que consiste, genericamente, que qualquer par pode ser contraditório, e/ou estar em complementação.
- O princípio de recursos organizacionais, que estão associados com o produtor e o produzido.
- O princípio hologramático, com base no entendimento dos hologramas que transcende o reducionismo, que só vê as partes, e o holismo, que vê mais do que o todo.

Assim, a parte não apenas está no todo, mas o todo está nas partes. É, portanto, não cair no holismo generalizado, no reino de formas e ideias, na globalização desconectada da realidade (quando o todo domina as partes), ou na fragmentação e isolamento das partes da coisa em si, sem fluxos e processos, ou seja, quando a parte domina ou ignora o todo (RODRIGUES *et al*, 2013 *apud* ECHEVERRI, 2003).

Interessante perceber aqui, a possibilidade de correlação com as múltiplas dimensões que se faz necessária para entender a atividade turística como um sistema complexo, aberto e empírico. A partir de uma abordagem humanista, é necessário delinear as bases conceituais que trazem à tona essa discussão possível, a partir dos autores Maldonado (2005), Martins (2011), Rodrigues e Silva (2013), Beni (2001).

As dimensões aqui consideradas – econômica, social, cultural e ambiental – são interligadas entre si e exercem influência mutuamente (MALDONADO, 2009). Tais dimensões, afirma Pinto e Castro (2013), “buscam estabelecer características discursivas e permitir um direcionamento” além de que pode ser considerado pertinente dentro de cada dimensão de análise possível dentro do sistema.

Com mais clareza, enfatiza Rodrigues e Silva (2013), que “a complexidade tem sido considerada como uma propriedade emergente dos sistemas, como um atributo sistêmico”. Neste caso, a complexidade é uma abordagem que se baseia na Teoria de Sistemas, apoiada em uma concepção dialética, assumindo que nada está definido em si mesmo, mas que parte de contextos espaço-temporais, que formam processos conexos e integrados sem que se vinculem a matéria e o pensamento, a teoria e a prática, o corpo e a mente e a subjetividade e a objetividade.

Na verdade, abordagem sistêmica é principalmente, uma raiz e base na análise dialética. Frederick Engels, já no século XIX, afirmava que: toda natureza acessível para nós é

um sistema, uma concatenação geral dos corpos entendendo aqui por corpo todas as existências materiais [...] (RODRIGUES e SILVA, 2013).

O modelo referencial adotado por Beni (2001), que faz uma relação com a Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwin Von Bertalanff produzindo aí do chamado SISTUR – Análise Estrutural do Turismo, onde passa a identificar os componentes desse sistema, suas relações de causa e efeito e o surgimento de subsistemas controladores e dependentes; de identificar e analisar outros sistemas antecedentes, interferentes e condicionantes do Sistur; de analisar os elementos que constituem as relações dos sistemas com todos os componentes que a ele estão ligados, em interdependência, estruturando-se, mediante a tal análise (BENI, 2001).

Utilizando-se dessa abordagem, é possível entender as inter-relações entre o todo e as partes para a formação dos diferentes níveis de totalidades, pois existem diversas totalidades a partir das diversas formas de organização, de estruturação e de funcionamento, que, ao interagir, formam uma arquitetura sistêmica e é exatamente neste aspecto que a pesquisa se encontra com a Teoria da Complexidade.

Pierre Lainé (1985 *apud* MOESCH, 2004, p. 200) referencia que a teoria do sistema geral (ou teoria dos sistemas) capta cada vez mais a atenção dos pesquisadores científicos e dos homens de ação como um instrumento novo, suscetível de ajudá-los a tomar um melhor conhecimento de seu universo ou a ultrapassar as dificuldades que conhecem todas as sociedades do mundo.

De fato, a noção de sistema constitui uma abordagem realmente adaptada ao fenômeno turístico. O estudo turístico não representa em si uma ciência, mas um conjunto de várias disciplinas científicas. Querer entender o turismo somente através de uma delas conduz à obtenção de uma visão deformada e necessariamente incompleta. A abordagem sistêmica, que tem sua origem no global, tem aqui seu maior valor, no entendimento de Lainé (1985, *apud* MOESCH, 2004, p. 200).

Primeiramente, há o fato de que os sistemas abertos podem ser reconhecidos e inventariados segundo vários níveis, indo dos elementos de base - como os átomos - até os sistemas complexos, tais como os seres humanos e as sociedades que eles formam. Isto é, o caso do turismo (NOSCHANG, 2014).

Por outra parte, deve-se lembrar de que todo sistema é incluído em outros sistemas com os quais ele se relaciona. É o caso dos sistemas turísticos onde, dentro de um conjunto sistêmico, são encontrados, por exemplo, sistemas de base ou postos de recepção, os quais

incluem outros sistemas tais como hotéis, unidades de serviços e mesmo ecossistemas e, obviamente, sociedades (NOSCHANG, 2014).

As relações internas e externas a um sistema são de natureza muito diferente. Elas podem depender do sistema em si ou de seu ambiente. Se um sistema é submetido inevitavelmente a diversos determinismos de seu ambiente, esses determinismos terão sobre ele várias influências diferentes em função de suas capacidades próprias de reação. Essas capacidades do sistema introduzem as noções de regulação e de controle, que podem ser nulas ou, ao contrário, extremamente desenvolvidas. Convém também salientar, a noção de hierarquia necessária nas estruturas e nas finalidades; sendo assim as unidades de regulação, de reação e de colocação devem estar em coerência (NOSCHANG, 2014).

O uso da abordagem sistêmica estuda não apenas as inter-relações entre todos os elementos do paradigma e suas funções lógicas, especialmente sobre as finalidades, mas procede também a um exame sincrônico que permite encontrar as forças em equilíbrio num certo nível de organização e as tensões que podem favorecer a evolução desta organização. Também procede a um exame diacrônico que põe em evidência o encadeamento lógico das estruturas históricas. Por fim, procede ao estudo das relações com os vários ambientes (NOSCHANG, 2014).

Cada um desses sistemas é reconhecido como originado no seu ambiente nacional, regional, com todos os elementos sociais, econômicos, entre outros, ambiente no qual cada um desses sistemas estabelece trocas para viver e para evoluir no decorrer do tempo, procurando atingir seus objetivos (NOSCHANG, 2014).

A relação turística é um sistema de sistemas. Cada relação entre um sistema de emissão e um sistema de recepção constitui um sistema turístico de base. O estudo de um sistema turístico de base toma em conta os dois polos principais e suas relações (NOSCHANG, 2014).

Os fundamentos da teoria do sistema adotados por Beni (*apud* NOSCHANG, 2014, p. 66) tomam o sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.

O modelo tem sua construção baseada em informações obtidas pela realidade através da observação e/ou da medição. É, dessa forma, o instrumento mais útil para o estudo de sistemas. Afirma-se que uma ciência será tanto mais exata quanto maior for a correspondência

entre os modelos que usa e a realidade. O acelerado desenvolvimento tecnológico dos computadores facilita muito a utilização de modelos matemáticos para representar sistemas de alta complexidade.

Parte-se do pressuposto que o método não é constituído por modelos fechados e reprodutíveis, mas que seria um percurso construído em simultâneo com o próprio desencadear da pesquisa, atendendo ao que Bourdieu (2011) apresenta como o desafio de “converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas”, pensando-os na sua complexidade, pois, a partir de Hegel “o real é relacional”.

Conforme Bachelard (s/d *apud* MORAES, 2004) “compreender um fenómeno novo não é somente acrescentá-lo a um saber adquirido, mas reorganizar os princípios do saber”. Em busca da ressignificação do SISTUR de Beni para a compreensão do turismo enquanto fenómeno complexo será realizado um exercício de reconstrução do modelo tendo como referência o pensamento ecossistêmico (NOSCHANG, 2014).

Para isso, serão considerados a Teoria da Complexidade de Morin (2000) e alguns pressupostos expostos por Moraes (2004) que fundamentam o pensamento “ecossistêmico” e dialogam com as especificidades do turismo, são eles: interatividade, complexidade, emergência, auto-organização, autonomia, incerteza, causalidade circular e transdisciplinaridade, a esses pressupostos agregam-se as categorias campo e *habitus* expostas por Bourdieu. Além disso, trazer a correlação entre os sistemas, a fim de melhor compreender sua contextualização no Turismo de Base Comunitária.

Morin (2013) ao elaborar sobre a complexidade parte da recusa a simplificação e propõe uma visão sistêmica, para ele a complexidade do real pode estimular a complexidade do pensamento.

Para Morin (2013), o ‘todo’ é complexo. Assim, é necessário estabelecer uma análise dialógica, para entender a parte, que, por sua vez, também é complexa, como o todo. O todo é complexo como as partes, e essa Complexidade estão presentes no indivíduo, que, a partir do seu processo organizador, torna-se Sujeito.

O todo está presente no cosmos, na vida e na ciência. É ele que justifica os princípios da ordem, da desordem e da organização dos sistemas, que originam a vida e a morte num processo dialógico. Para ele, o caminho da incerteza é um caminho, para compreendermos, provisoriamente, as contradições e aceitar o imprevisível (MORIN, 2000).

O Paradigma da Complexidade parte de um pensamento, afirma Morin (2000):

[...] – que compreenda que o conhecimento das partes, depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes; – que reconheça e examine os fenômenos multidimensionalmente, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma das suas dimensões; – que reconheça e trate as realidades, que são concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula); – que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade (MORIN, 2000, p. 88).

Castrogiovanni (2004) descreve sete princípios que compõem o pensamento complexo. Morin (1985) observa que o termo Complexo vem de *Complexus*, que significa originalmente o que se tece junto. O Pensamento Complexo busca distinguir e ligar, não através da certeza, mas das incertezas que acarretam dúvidas provisórias. “O objetivo do Pensamento Complexo é, ao mesmo tempo, unir (contextualizar e Globalizar) e aceitar o desafio da incerteza. Como?” (MORIN, 2000). Ele propõe que se faça isso, através das noções de ordem, desordem, organização, Sujeito, autonomia, auto-eco-organização, como elementos decorrentes e presentes na Complexidade.

Os sistemas simbólicos promovem pela sua lógica a integração social de uma ordem arbitrária "Observa-se a contribuição decisiva que trás à conservação da ordem social (...) a orquestração das categorias de percepção do mundo social que, estando ajustadas às divisões da ordem estabelecida (e, por isso, aos interesses dos que dominam), e comuns a todos os espíritos estruturados conformes a estas estruturas, se impõem com todas as aparências da necessidade objectiva" (BOURDIEU, 1998).

O SISTUR, como uma resistente rede, vem sendo utilizado para a análise do turismo e assim possibilita a “apreensão” de diferentes componentes em subsistemas. A percepção em relação à incompletude do SISTUR enquanto modelo referencial e a necessidade de sua resignificação para compreensão do turismo em sua complexidade é o ponto de análise para o estudo.

2.7 - Pensando ordenamento territorial no turismo a partir da complexidade

O turismo, afirma Beni (2001) “é a manifestação de contínua atividade produtiva, geradora de renda, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção”. Por outro lado, provoca indiretamente acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas através do efeito multiplicador.

Neste processo apresentado por Beni (2001), o turismo “interage com uma série de elementos que o envolvem, como num processo industrial, onde há um início, que seria a extração da matéria-prima, ou seja, a localidade com seu potencial”.

Num segundo momento, a preparação da embalagem, da adequação deste novo “produto” para o consumo. Entra neste momento, a questão da adequação da localidade para a chegada do turista, do consumidor.

E por último, a distribuição desse produto, com o consumo deste turista. O processo passa a ser o da comercialização do destino, promovendo a distribuição e circulação da renda e a geração de empregos para a comunidade local (que se insere diretamente agora no processo). Surgem também os reflexos desta atividade nas localidades em questão, pois no momento em que essas partes não são compreendidas como um todo, os impactos são inevitáveis e, muitas vezes, irrevogáveis.

Assim, essas relações acabam ocorrendo dentro do território, onde a concepção mais tradicional está vinculada à noção de Estado que, pelo fato de ser regulador das relações, acaba por nortear as políticas voltadas ao turismo e isso representa a concepção de poder, em que o território está relacionado (RAFFESTIN, 1993). Para ele, o território é uma “reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem, enquanto pertencente a uma cultura” (RAFFESTIN, 1993).

Atentar para as reflexões de Raffestin (1993) sobre Estado onde este é fundamentado na relação de poder, território era entendido como expressão legal e moral do Estado, refletido na conjunção do solo e do povo. Suas territorialidades estariam associadas a identidades (nacionais) específicas. Essa posição do conceito remete a uma concepção de poder unidimensional, o Estado é o único detentor do poder; sendo assim, presume-se que não haveria conflitos ou tensões dentro do território, pois não existiriam outras relações de poder possíveis (GALVÃO, *et al*, 2009).

O território, aqui delineado, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que reproduz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda, quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (SOUZA, 2013).

Utilizando-se dessa abordagem, é possível entender as inter-relações entre o todo e as partes para a formação dos diferentes níveis de totalidades, pois existem diversas totalidades a partir das diversas formas de organização, de estruturação e de funcionamento, que, ao

interagir, formam uma arquitetura sistêmica e é exatamente neste aspecto que a pesquisa se encontra com a Teoria da Complexidade. Nesse ponto a compreensão da TC para o fomento do Turismo de Base Comunitária é essencial, pois não se faz a implementação de um modelo de gestão participativa, em que o sujeito social (comunidade), não faça parte de todas as etapas do processo.

Portanto, analisar o papel do ordenamento territorial a partir do entendimento que se faz necessário da TC, ou seja, dos vários sistemas interacionados para que o turismo possa ser fomentado de forma sustentável e que um novo modelo possa ser pensado, é de suma importância para essa nova percepção e prática.

CAPÍTULO 3

CONFIGURAÇÕES DE UM NOVO MODELO DE GESTÃO PARA O LITORAL SUL SERGIPANO

Povoado Terra Caída – Santa Luzia do Itanhy



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

“[...] não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial” (HAESBAERT, 2004).

3.1 – Análise dos dados no Município de Itaporanga D’Ajuda.

Em 2016 quando estivemos na Ilha Mem de Sá com um grupo de estudantes de turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS conheceu-se de perto a dinâmica das atividades de TBC realizadas na comunidade, bem como o entendimento dos participantes do Projeto Aratu e da associação existente na localidade sobre o TBC enquanto modelo de gestão participativa.

Na apresentação da PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO foi interessante constatar de que forma a condução dos trabalhos acontecem e de que forma o modelo implantado funciona em vários aspectos, conforme relata a mesma:

“Sou condutora local e presidente da associação e vamos mostrar um pouco da beleza da nossa Ilha. Primeiramente vamos falar da questão do lixo na Ilha, porque vocês estão vendo aqui esses entulhos de obra aqui na orla. Já solicitamos da prefeitura que viesse buscar, porque na outra gestão, eles vinham buscar, todas segundas vinham recolher, mas a nova ainda não veio, não se adequou. Já mandamos até foto reclamando, porque tem acúmulo de lixo e temos até que queimar, como alguns donos de bares estão fazendo e não adianta trazer pra cá (área da orla e do desembarque do atracadouro) se os caminhões não veem buscar”.

A constatação de que o papel ambiental é importante para os moradores da Ilha vem em primeiro lugar, seguido do entendimento de que a partir dessa consciência coletiva é que o turista encontrará um ambiente limpo e livre de problemas graves de saúde e de intoxicação alimentar, por exemplo, comum em áreas que utilizam do marisco como matéria prima em seus estabelecimentos.

O EDUCADOR da Ilha pondera sobre o olhar da comunidade local para as questões ambientais, uma vez que a Ilha está em um ambiente altamente delicado:

“Ter a comunidade consciente enquanto a sua cultura e meio ambiente, porque sem isso não vai não (...) a comunidade hoje tem acesso a muita informação e a gente vê uma consciência bem maior comparada”.

Outro enfoque é o papel da gestão pública municipal, que não organiza os serviços básicos para atender às demandas e isso agrava ainda mais as questões de limpeza pública da Ilha, onde mesmo havendo mutirão da comunidade para a coleta e transporte do lixo para o continente, a falta de recolhimento também gera agressões ambientais.

Além disso, serve de exemplo para os veranistas que utilizam a Ilha, conforme apresenta o EDUCADOR da Ilha Mem de Sá:

“Despojar da população pra falar com os veranistas. Assim, de certa forma, a gente acabou estimulando com essa divulgação, um aumento da visitação turística, e a gente correu contra o tempo pra que esse aumento não tivessem impactos, pois nosso trabalho ao invés de colaborar, poderia gerar o impacto negativo, com a comunidade despreparada, onde chegava muitas pessoas, sem eles saberem o que é o turismo, como funciona. Enfim, vender suas terras, sem saber os valores das suas terras; não ter noção de valor; de sair desmatando, porque chega essa dinâmica e desenvolvimento, enfim a gente viu tudo acontecer ao mesmo tempo, estourou, quando estourou a divulgação estourou tudo. Especulações imobiliárias, as pessoas começaram a construir, contratar os moradores pra degradar, construir casas em altos padrões, a gente creu, vamos lá gente, chegou a acontecer, mas os impactos que aconteceram acabou sendo referência pra comunidade perceber que aquilo não era uma boa ideia, que não era bem aquilo que queria, que estava disposta a conviver com essa nova dinâmica. Teve isso também, deputado que comprou aquele terreno e degradou...o outro que comprou o terreno do lado que queria fazer também, mas não achou ninguém na ilha disposto pra fazer isso e quando veio gente de fora, o pessoal da ilha não atravessou...então, hoje já existe uma consciência coletiva.”

Uma realidade, infelizmente percebida em todo o litoral, é a ocupação desordenada de espaços, da compra de terras da população local para a construção de casas de veraneio e ainda, da construção de empreendimentos turísticos, com a justificativa do crescimento estabelecido pelas ações de grandes construtoras e empresários, pactuados com os gestores públicos locais, que muitas vezes, desrespeitam totalmente as leis vigentes de ocupação de espaços públicos, ou a existência de unidades de conservação (Figura 54).

Figura 54: Casa de veranista na Ilha Mem de Sá em Itaporanga D’Ajuda.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Entretanto, percebeu-se que a comunidade em sua maioria, por estar organizada, já atua de forma pontual em questões como as relatadas pelo EDUCADOR, pois por se tratar de um ambiente sensível a vulnerabilidade, uma Ilha, os recursos naturais e suas várias formas de uso devem ser pensados de forma sustentável, a minimizar os impactos que surgem e, se a comunidade percebe que isso é importante, ela é a primeira a barrar esse processo. Espaços como esses são suscetíveis a ações de empresários inescrupulosos, que iniciam com casas de veraneio e expandem, com a visão de lucro e futuro, para oferta de hospedagens aumentando consideravelmente os impactos na região.

Apesar da preocupação apresentada pelo EDUCADOR da Ilha, referentes às atividades de turismo na localidade, continuam acontecendo paralelamente ao planejamento da associação:

“Vimos que algumas situações já acontecem, limitando os recursos naturais que já são escassos para usufruto de alguns, (como podemos verificar na figura acima) que traduz bem a ideia de individualidade, pois a casa tem uma piscina, que puxa água diretamente do rio, uma vez que a Ilha não possui água encanada. Outro problema apresentado, mesmo antes do projeto do PRODETUR ser implantado, é o que já podemos verificar, a

construção do bar dentro da área de apicum, uma área que deveria ser preservada, pois se trata do viveiro natural de reprodução de espécies do rio e do mangue (figura 51). Além disso, os dejetos dos banheiros e o lixo gerado também não são descartados de forma adequada, usando-se ainda, o rio como principal destino, ainda, quando a maré está alta, o lixo é espalhado para outras áreas, ampliando ainda mais os impactos gerados”.

O empreendimento foi construído dentro do apicum, uma área de transição entre o manguezal e o rio, prejudicando consideravelmente a reprodução dos crustáceos e moluscos que habitam esses ambientes, uma vez que, além do acesso de pessoas, os dejetos sem tratamento e o lixo orgânico são descartados neles, quando ocorre a falta da coleta de lixo, conforme mencionou a PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO EDCADOR (Figura 55).

Figura 55: Restaurante na orla da Ilha Mem de Sá em Itaporanga D’Ajuda



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Vale atentar para a complexidade do entendimento entre a relação turismo e meio ambiente por parte dos empresários na Ilha, pois o uso do meio ambiente não deve ser regrado a partir de um olhar no sentido de que o mesmo é infinito e, por isso, é possível usá-lo de forma desenfreada. A fiscalização é mais do que importante para que questões como a relatada não se tornem rotina.

Na fala da EMPRESÁRIA/COZINHEIRA sobre as questões do turismo na Ilha, percebe-se como é importante a presença de uma associação para que as atividades sejam pensadas coletivamente:

“Existe o circuito da beleza como chamamos, que recebe grupos de modelos pra fotografar, no terreno de Seu Tupi e na Ilha em todo apicum, eles passam o dia todo aqui. Temos o cuidado de quando eles chegam, as embarcações já estarem a espera pra se sentirem seguros, aqui na Ilha dificilmente alguém entraria pra fazer alguma coisa de errado e se fizer, não vai sair não e se sair, mais vai ser complicado pra ele. Aqui na Ilha tem seu próprio sistema de segurança, a gente nunca teve nenhum caso de violência assim, e isso passa uma segurança para essas escolas e tem todo um serviço para organizar pra ser tudo mais prático pra eles, então, tem esse tipo de turismo também é bem vindo aqui”.

A compreensão de que é aceitável a condução da gestão local por uma associação quando se tem um modelo de gestão participativa, ressalta a importância de empoderamento que a comunidade tem, da participação dos grupos interessados na perspectiva do turismo e ainda, que querem o crescimento e desenvolvimento da localidade de forma coerente e sustentável, como observou-se durante a fala da PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO:

“Tem o turista caseiro, que quer ficar na minha casa, eu tenho um quarto, que eu recebo em casa, cama e café (...) Tem muitos veranistas que recebem muita gente, fim de semana, durante a semana (são quinze casas de veranistas atualmente) e eles consomem também os serviços e geram renda para a comunidade. Manuel mesmo, tem carteira assinada, né? O cozinheiro, o barqueiro, ele vai empregando as pessoas, assim, dentro da dinâmica do turismo, então praticamente todos os veranistas tem, no mínimo dois funcionários, que são moradores. O português mesmo (dono de restaurante), tem um que cuida das ovelhas dele [...] porque todo serviço gerado aqui, tem uma porcentagem que vai para o fundo comunitário que vai pra fazer os projetos, como o de educação ambiental, inclusão digital, ampliação da rede de água, que tá tendo agora, a unidade produtiva e assim a gente consegue uma parte dos recursos com parceiros e outra com os recursos gerados aqui.”

Constatar que é um modelo de gestão participativa é uma descoberta gratificante, pois diante da realidade encontrada em outros municípios, como o de Santa Luzia do Itanhy, em que o discurso é equivocado quando se fala em TBC não é um aspecto positivo para a gestão. Na Ilha Mem de Sá é o contrário, a organização apresentada pela Presidente da

Associação mostra quão importante é a parceria e de que forma a participação da comunidade pode transformar a realidade. A metodologia iniciada com o Projeto Aratu surtiu efeito palpável e concreto, pensando em um sistema vivo e que requer todo o olhar ambiental, sociocultural, econômico e principalmente político que o TBC exige.

São visíveis as mudanças que a localidade sofre, apesar de lidar com questões pontuais, porque infelizmente, nem todos percebem a importância de um trabalho pensado coletivamente, onde todos podem sair ganhando, como sinaliza nos registros fotográficos, em que as mudanças espaciais ocorrem, tanto no aspecto positivo, como negativo. Observou-se construções dos veranistas onde, muitas vezes, não é pensado de forma sustentável, como na escolha do uso de material para a construção e no uso de água. Na Ilha não existe esgotamento sanitário e nenhum local específico para disposição do lixo causando, com isso, impactos significativos ao meio ambiente, podendo, inclusive, a longo prazo, poluir o lençol freático. Situações que exigem tais mecanismos de controle para o uso e ocupação dos espaços, uma vez que as terras pertencem as famílias e estão ligadas a associação que deve monitorar as vendas e construções (Figura 56).

Figura 56: Casa de veranista para alugar



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Em contra partida, a associação vem pensando nas construções voltadas ao TBC com o mínimo de impacto possível, como a construção da área de vivência, que vai contar com um espaço voltado para a Agência de Viagem e outro para o Restaurante Comunitário, a fim de trabalhar com o TBC de forma a atender a demanda que cresce a cada dia (Figura 57).

Figura 57: Construção do espaço de vivência



Crédito: Lillian Alexandre, 2016

O EDUCADOR da Ilha Mem de Sá mencionou a necessidade de empreender de forma sustentável para minimizar os impactos e ainda, dar exemplo aos que irão empreender no futuro, pois além de preservar os recursos naturais da Ilha, toda a logística de construção fica mais fácil, já que tudo é feito pelo rio e é muito caro transportar tijolo, cimento e outros materiais exigidos pela casa de modelo convencional. A utilização de bambu reciclado (bioconstrução), por exemplo, barateia a construção e não gera impacto ao meio ambiente com a construção normal, até mesmo pelo fato de não ser proveniente da localidade. Situação contrária, correrá na área fonte de onde é proveniente pela devastação da espécie vegetal (Figura 58).

Figura 58: Orla da Ilha



Crédito: Geraldo Pires, 2016.

Como se constata a PRESIDENTE trata, ainda, as questões ambientais e econômicas com uma visão restrita ao ato do “crescimento” impregnado no discurso político do turismo “gerador de emprego e renda”, como expresso no relato a seguir, que mostra um olhar positivo no uso de áreas ambientais para construções inadequadas, em áreas de extrema significância ambiental.

“O português tem uma visão de turismo rural aqui na Ilha, ele quer empreender aqui, no turismo rural, ele quer implantar uma estrutura, ele inclusive solicitou pra gente essa área aqui na frente (a do fundo do apicum), ele pretende se integrar ao trabalho como empreendedor também. Futuramente o que vai acontecer é isso, que alguns novos moradores se integrem ao trabalho, ter esse espaço também, e gerar renda também pra associação (Figura 59)”.

Figura 59: Área de Apicum



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

A visão é de que cada empreendimento gere recurso para a associação e essa, por sua vez, reverta em melhorias para a comunidade, embora, essa visão deva ser entendida de forma ampla e integrada e, por isso, a importância do olhar sistêmico sobre essa construção e não unilateral, como normalmente acontece quando da chegada do turismo nas localidades.

Continua o EDUCADOR da Ilha trazendo registros sobre o funcionamento da associação e como a ela vem se desenvolvendo, além da dificuldade de entendimento coletivo dos moradores a respeito da participação mais ampla e dos conflitos que surgem:

“Referente aos conflitos, eles são permanentes, a gente sempre lida com pessoas insatisfeitas. A gente observa, que em muitos casos, é a própria incompreensão do trabalho, por não ter participado exige o mesmo direito dos que participaram desde o início, e que não tem o mínimo domínio do que é o projeto. A gente percebe quem tem pleno domínio do que é o TBC, do que é política pública, dessa relação visitantes e os impactos ambientais, mas alguns não participaram, mas exigem os mesmos benefícios (...). A gente criou um modelo de gestão de certa forma, que beneficia a todos com esses recursos diretos e indiretos e fica bem claro os que são os beneficiados diretos e indiretos, são aqueles que se capacitaram e se

aproximaram e colaboraram para o formato da coisa, mas aqueles que não participaram, eles serão beneficiados de outra forma. Porque a gente prioriza esse fundo comunitário, então cada turista que deixa lá cinco, dez reais para a associação, esse dinheiro será revertido pra a melhoria dos serviços de água, por exemplo. Agora mesmo, o João está fazendo as compras hoje dos tonéis de lixo (...), as coisas que estavam precisando serem compradas (...), a gente esperou a prefeitura fazer esse serviço, mas como não fez, então a gente não precisa esperar, porque a gente tem recurso para fazer, (tom de voz enfática), a gente planejou (...)".

Nesse registro, é importante ressaltar alguns elementos primordiais para que o modelo de gestão possa sobreviver num futuro próximo, pois com certeza a especulação imobiliária e a venda de terrenos por essas grandes construtoras que desconhecem as particularidades das comunidades locais e os impactos que são gerados ao meio ambiente, poderá ser um grande obstáculo à gestão participativa na Ilha Mem de Sá e do controle dos recursos ambientais. A substituição do papel do gestor público na Ilha pela própria organização do grupo também pode ser um grande problema a longo prazo, pois os gestores entenderão que não precisam cumprir com suas atividades e responsabilidades, porquê a própria Ilha tem sua dinâmica política dos recursos públicos. Vale enfatizar o ator social no processo de consolidação para que o TBC venha a dinamizar os espaços e usos de forma coletiva e coerente, por isso, o pensar em cada sistema realizando o seu papel é importante, porque nada disso será permanente, se cada ator não entender a importância de sua parte no processo, afinal, o todo é formado pelas partes atuantes e conscientes.

Espaços como esses são importantes, porque trazem a tona questões conflituosas mediadas pelos educadores que se inseriram ao longo da construção do modelo de TBC, facilitando a mediação e melhorando a relação entre os associados (Figura 60). O entendimento de coletividade pode ser alcançado em ações como essa, mas é um longo processo, pois depende também da consciência coletiva.

Figura 60: Roda de Conversa com visitantes e representantes da comunidade na Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2017

Afirma Beni que (2006, p. 73) “o conceito de empoderamento vem sendo discutido desde os anos 1970, propondo, a partir de questões referentes ao desenvolvimento sustentável e à autogestão de recursos políticos, econômicos e sociais, uma forma de inclusão social e alívio da pobreza”. Assim, o “empoderamento” pode ser abordado e interpretado sob diversas perspectivas, não se tratando apenas de um processo de emancipação individual, mas da aquisição de uma consciência coletiva da dependência social e da dominação política (BENI, 2006, p. 73).

A PRESIDENTE continua falando sobre as questões pertinentes ao funcionamento do turismo na Ilha, aos conflitos que já existiam e também, em como lidar com essas questões:

"(...) A Ilha agora está dividida entre os veranistas e as pessoas da comunidade. Ali também é particular, mas você pode parar e a gente descer. A comunidade começou a vender, porque você tem trabalho em Aracaju e comprou em Itaporanga, que é mais em conta e outros venderam e investiram aqui mesmo, construiu uma pousada. Aqui é o atracadouro do portuga, que comprou duas pequenas fazendas na Ilha (...) Aqui vai fazer um pequeno condomínio, a rua já demarcou pelos coqueiros. Hoje a

associação vai conversar claro que não pode proibir, mas a gente vai conversar”.

Apesar do olhar coletivo para as questões da sustentabilidade, do educador estar presente como mobilizador dos participantes da associação, mesmo diante da capacitação que foi feita ao longo dos anos de existência do projeto e da compreensão de que a preservação da Ilha é importante para a própria existência da comunidade, situações como as retratadas pela presidente da associação e pelo educador estão fazendo parte da nova realidade dos moradores, despertando para a necessidade de parcerias público privada, de uma legislação que não seja feita apenas pelos próprios associados, mas pelo enquadramento legal da Ilha, como uma possível unidade de conservação, já que se encontra na APA do Litoral Sul. A legislação ambiental existente pode minimizar essa ocupação irregular do uso do solo e da formação de territórios de poder, pois na Ilha hoje, exatamente pela falta de atuação do município em questões básicas já mencionadas, abre precedente para que a comunidade crie suas próprias leis (Figuras 61 e 62).

Figura 61: Atracadouro particular na Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2017

Figura 62: Terrenos para condomínio de casas na Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2017

O EDUCADOR da Ilha se refere ao sistema de rodízio com que trabalha a associação, no sentido de receber os turistas e a prestação de serviços que são rateadas entre os associados, mostrando que o modelo construído de TBC pode favorecer a todos os envolvidos, como se refere (Figuras 63 e 64):

"Aqui na Ilha não existe baixa estação, em 2016 foi o ano todo recebendo visitante, a gente tem alguns registros, mas o controle não é exato, mas consegue ter controle a partir do projeto Aratu, da gestão comunitária, mas por demanda espontânea não. Por exemplo, o restaurante de Ângela, recebe uma média de sessenta a oitenta pessoas por semana; a do Aécio, uma média de quarenta pessoas..."

Figura 63: Turistas saindo da Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 64: Restaurante de Ângela na Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A EMPRESÁRIA/COZINHEIRA afirma a importância da culinária como atrativo para os visitantes é ainda, a opção que a Ilha passa a ter como destino de um fluxo de turistas que já existe na região do Litoral Sul:

“A renda aqui é turismo e a culinária, a culinária assim, chama o turismo. Não tem dia nem noite, o povo cansou de tá na Ilha dos Namorados e na Croa do Goré, aí vem aqui pra almoçar (...) a importância é boa porque trás recursos, renda, desenvolvimento pra comunidade, é um período em que ganha muito, porque só pode vender quem é da comunidade, o dono de bar só vende porque é da comunidade, não pode vir dono de bar de fora, não pode atravessar cerveja que vem de fora”.

Mais uma vez, percebeu-se que apesar de um trabalho coletivo, impregnado no modelo de gestão do TBC, o individualismo ainda é um fator inerente no pensar o turismo para o seu empreendimento, uma vez que havendo fluxo espontâneo, nesse caso, os turistas consomem exclusivamente neste restaurante, inclusive, pela própria estrutura de atracadouro. É possível que esse turista tenha interesse em conhecer um pouco mais da Ilha, até mesmo se hospedar para um fim de semana, mas é remota a possibilidade de participação coletiva dessa forma (Figura 65 A e B).

Figura 65 A e B: Pousada Mem de Sá





Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

O EDUCADOR da Ilha reforça o papel que esse modelo de TBC vem surtindo na região, uma ampliação do projeto em áreas vizinhas da Ilha e a visão que a comunidade tem de seus espaços produtivos e como eles podem instigar a atividade turística de forma sustentável:

"2016 quando a gente percebeu que a Ilha já estava pegando um ritmo em seu empreendedorismo, na gestão do processo, a gente começou a expandir pra as comunidades do entorno, como o Assentamento Darcy Ribeiro, na formulação desse grupo, porque entendemos que o turismo rural era bem interessante para aqui, porque eles tinham alguns sítios. A gente começou a ter contato com algumas famílias e percebemos que eles acharam interessante o que estava acontecendo na Ilha e começamos a trabalhar a capacitação empreendedora, da organização do circuito de visitação de três sítios inicialmente: a de um casal, Nice e Lindolfo, hoje eles recebem semanalmente e de forma independente, e também pelo projeto Aratu, a gente encaminha também grupos pra lá. Mas ela é muito desenrolada, ela hoje é presidente da associação, eles recebem grupos interessados em conhecer sobre agroecologia. Tem um outro sitio também, de uma família que produz orgânico, ervas, eles trabalham em parceria com a gente, eles não trabalham de forma independente, sempre que tem o roteiro de turismo rural, a gente faz integrado, então tem três sítios na ilha e três fora. Então o

roteiro contempla, a depender do grupo, a gente faz se o grupo se interessa por agroecologia, eles vão ter pelo roteiro de agroflorestal; de agricultura orgânica, o roteiro será agricultura orgânica; se o interesse é fitoterapia, o roteiro vai ter fitoterapia, entendeu?”.

Ao longo de mais de seis anos de existência, iniciado por um estudo acadêmico, transformou-se em um modelo de gestão que está sendo expandido para lugares no entorno e isso reforça ainda mais o papel participativo de todo o processo. No momento em que se expande, dá concretude ao processo de construção e consolida ações, que vão proporcionando a continuidade do TBC, como o surgimento de roteiros sustentáveis, olhares criativos sobre os métodos já implantados, tanto para a condução coletiva, quanto para a gestão de pequenos empreendimentos, apresentando um formato de sistema de gestão turístico complexo e ao mesmo tempo sutil, em que o empoderamento social faz com que estes atores envolvidos possam assumir suas responsabilidades e pressionar para que os gestores públicos e a iniciativa privada mude o pensar turismo para a região.

3.3 – Análise dos dados no Município de Estância.

A mudança no entendimento sobre o desenvolvimento e a relação do homem com a natureza, mostra o quanto é importante o encadeamento dessas relações até se chegar ao fomento do turismo nas localidades (ALEXANDRE, 2015).

Trazendo o depoimento da PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO das Catadoras de Mangaba da Praia do Saco, nota-se o seu entendimento sobre as principais questões que envolvem o turismo e a relação com esse atrativo cultural que já tem uma referência para a região de estudo, e ainda, o funcionamento da associação hoje:

“A associação de Mangabas está registrada com vinte, mais são quarenta e cinco pessoas e quem trabalha na produção são cinco, as outras estão na venda. É assim, elas catam e repassam para a associação e quando a gente vende entra um dinheiro e o que sobra a gente faz a divisão (...)”.

A consolidação da associação das catadoras de mangaba no Litoral Sul é importante para que as ações de pensar coletivo possam ser refletidas no empoderamento das mulheres frente aos desafios enfrentados em seu cotidiano. Isso poderá minimizar os impactos negativos que emergem na região principalmente pela prática, do turismo de segunda

residência, da apropriação de espaços de cata e ainda, pelo avanço da especulação imobiliária, tornando cada vez mais difícil a relação amigável com o turismo.

A PRESIDENTE na Praia do Saco explica sobre o funcionamento da venda dos produtos da mangaba e como o turismo, de praia e sol funciona para elas:

“A questão com o turismo funciona assim: antes a gente até ia levar (nos bares da praia), hoje ainda tem umas das meninas que levam, mas graças a Deus, depois que a gente colocou esse nome aí do lado (do lado de fora da associação), melhorou muito, a gente nem precisa ir lá, porque eles estão parados, e vem já sabendo. Vem atrás da poupa, da trufa (...) esse tempo mesmo, o que fizemos em dezembro isso aí (mostrando a produção no expositor), de janeiro pra cá melhorou mesmo. Dei a ideia de um caderno de registro, pra saber, mas quem passa mais aqui são os baianos, aí é bom né? e eles já veem interessados nas coisas. Que é assim, nós não trabalha com muita coisa pouca, a gente trabalha com coisa pouca mais só que a gente faz pra sexta, no domingo já não tem mais (...) então quem passa na segunda, já acabou. Aí a gente já tá trabalhando, aí o turista passou mais, aumentou mais um pouquinho”.

As figuras 66, 67, 68 e 69 retratam as parcerias que o projeto teve, mas podem criar uma outra expectativa que não é a realidade atual das catadoras, pois com a saída da PETROBRÁS do projeto, os recursos só dariam para as ações do fim do ano de 2016, conforme sinalizado na entrevista pela PRESIDENTE.

Figura 66: Placa de sinalização da sede da Associação



Crédito: Lillian Alexandre, 2017

Figura 67: Nova sede da associação das catadoras de Mangaba



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A PRESIDENTE DAS CATADORAS DE MANGABA com sede na Praia do Saco relatou os problemas que o projeto vem enfrentando, em virtude do término dos recursos advindos da PETROBRÁS:

“O projeto acabou no final do ano passado (2016) e ficamos assim, nós, nós e nós (...). Cada uma fica nas suas comunidades, mas a gente fica tendo, assim, tendo a comunicação, pois naquela época (2014), nós tinha uma casa alugada, era alugada através da PETROBRÁS, o projeto estava começando e nós tinha tudo, praticamente a gente tinha tudo, tudo foi mais fácil. Hoje é um pouco mais assim, difícil, porque não tendo o capital e nós só na força de coragem, te digo, a gente não estaria aqui...”

A dificuldade do entendimento de que o projeto poderia sobreviver sem os recursos da PETROBRÁS não foi pensado pelo grupo e por isso não se prepararam de forma alternativa, não criaram condições de sobrevivência financeira e nem pensaram no fortalecimento de parcerias já iniciadas. Isso mostra o quanto a necessidade de planejamento a longo prazo é preciso dentro das associações, já que com essa ferramenta em prática, tais problemas não seriam maximizados, uma vez que haveriam outras formas de gerir aquilo que já fora iniciado, ou seja, pensar a estratégia de um outro perfil de turismo, como por exemplo, o turismo criativo. Na fala da PRESIDENTE, percebeu-se como essa visão é limitada:

“Parceria com o pessoal daqui de agência de viagem, assim, nós não fazemos ainda, ir até lá nas agências, mas tem alguns motoristas assim, abençoados, eles sempre passam aqui e veem, sempre trazer os turistas, é uma relação com eles e nós, mas estamos vendo ainda aí, estudando esse detalhe aí também. Parceria com a UFS, é assim, universidade só com a Sonia Meire e um trabalho às vezes que faz com a gente, é um trabalho voluntário, a gente precisa e ela faz...inclusive agora mesmo, a gente tá tendo a questão da cooperativa, é ela quem está agilizando, organizando, ela é quem está vendo tudo disso...e a gente tá vendo se consegue outro projeto, isso fica tudo mais fácil (...). Parceria com a EMBRAPA estamos precisando urgentemente, pois a gente quer trabalhar com a muda e a gente tá sem saber lidar com elas, é a palavra certa, quando a gente despoupa ela, seca no sol e quando dá a chuva fica bem vermelhinha, e aí quando a gente coloca separada no saquinho, ela não pega, aí a gente não sabe o que faz, nós tá precisando, porque tem gente que vem atrás de mudas e a gente também, vai precisar de uma área pra fazer a plantação e futuramente pra plantar (...)”

Neste ponto da fala, verificou-se que há um entendimento em relação as parcerias e como elas podem ocorrer, porém, ainda falta a pro-atividade espontânea do grupo e do entendimento coletivo de que essa participação é importante, pois, como desabafou a

presidente “*Fica difícil fazer tudo praticamente sozinha, porque sou eu quem cuida de muita coisa aqui (...)*”. Isso mostra mais uma fragilidade de um grupo que já era para estar muito mais fortalecido pelo tempo de existência do programa e da consolidação do produto “**Catadora de Mangaba**” (grifo nosso).

Outro aspecto de reforço trazido pelo relato da presidente foi à percepção do papel dos gestores do município, no que diz respeito à “ajuda” que o grupo espera e como o assistencialismo ainda está impregnado na cultura das relações entre os grupos “menos favorecidos” e, como isso, acaba por limitar ainda mais a visão desse grupo para o futuro:

“Pelo município, eles não tiveram nenhum interesse, não é bem interesse, nós não conseguimos realmente, na gestão passada a nós estávamos e ainda estamos com a nossa associação desorganizada, que fez dois anos ano passado, tá faltando algo. Mais esse ano (2017), nós já estamos podendo fazer, nós temos duas associações aqui, a outra da gente já pode, já tá organizada e a gente pode....nóis tamos correndo ai...hoje mesmo era pra ter uma reunião com o secretário de agricultura, mas não deu porque ele estava em Propriá (...) Já mandamos mensagem para o próprio Prefeito para ajudar a gente...O Sebrae teve aqui, foi assim, logo antes, um parceiro...no começo quando vieram queria fazer uma parceria que a Petrobras também tava, conversamos com eles, pra fazer a parceria mais pra frente (...) Tô indo lá pra ver o que eles nos tem a oferecer (...) Já fizemos muitos cursos com o Sebrae, ano passado, a gente já fez.”

Ainda é bastante perceptível a precariedade com que as ações acontecem, em virtude da especulação imobiliária na região e a dificuldade pela qual as catadoras passaram a ter em virtude disso:

“A dificuldade tá crescendo mais ainda, tá ficando ainda mais difícil, porque estão fechando e não estão deixando a gente pegar. Se tiver a área da família da gente, é o que a gente faz, a não ser outros donos que repassam pra gente e agente arrenda por 6 meses, aí a gente tem a mangaba. Mais também mesmo assim o fluxo tá devagar. Ano passado nesse período a gente tava com os freezers cheios, mas esse ano tá devagar. O clima ruim e os empreendimentos que impedem a nossa entrada e muitos outros que tem seu sítio, não tem como pegar, tá fechado (pausa pra respirar) antes era aberto e eles deixavam a agente pegar. Tem uns que a gente nem conhece mais o dono, como um ali atrás, chega aqui e pergunta se a gente tem interesse em comprar (...) difícil e assim a gente fica torcendo, que meu Pai, meu Sogro, que tem umas áreas maiores, que eles nunca vendam, porque se vender, aí minha filha, a gente vai ficar sem ter aonde pegar (...)”

Embora a mangaba nativa e os mariscos garantam a sobrevivência de dezenas de comunidades da região costeira do Estado, verifica-se que a especulação imobiliária, a carcinicultura e a monocultura são desafios que estão comprometendo as vidas de milhares de pessoas, não somente sob o aspecto da segurança alimentar e nutricional, mas também cultural, uma vez que a maior fonte de renda dessas famílias é proveniente das atividades extrativistas (ALEXANDRE, 2015).

O projeto das Catadoras de Mangaba surge como um grande instrumento para que o TBC possa realizar as ações de cunho sustentáveis nas localidades. Assim, o entendimento, que este viés passa pela preservação da árvore da mangaba e dos modos e fazeres dessas mulheres catadoras, reforça a importância do papel que o turismo sustentável possa ter como base para a implantação do TBC na localidade (MELLO e ALEXANDRE, 2017).

O entendimento dos atores locais sobre as políticas públicas, diverge, sem dúvida, das ações que saem da esfera das organizações governamentais, para o assistencialismo, e isso é muito fácil de ser percebido nos discursos sobre essas políticas, pois historicamente, o assistencialismo faz parte deste contexto no Brasil e particularmente no Nordeste, e não seria diferente em tais comunidades. Incomoda saber que, mesmo com acesso as novas tecnologias e as informações fluindo muito rapidamente, que ainda se encontra entendimentos como esses, incluindo aí, não só atores sociais, mas formadores de opinião, como no caso de presidentes de associações de classe.

Neste aspecto, verifica-se que tal perspectiva é reforçada pela compreensão que tem o EMPRESÁRIO da Praia do Saco, quando sobre o assunto se refere “*se a Prefeitura investisse mais, nós teríamos mais turistas felizes, porque aqui, só vem por causa da propaganda no jornal, mas não porque passou na cidade e veio...*”.

Quando a ideia de “fazer mais pela comunidade” reflete na falta de ações dos gestores públicos do município, é sinal de que os atores sociais já não podem ser mais “enganados com discursos vazios e falhos”, sendo necessário, portanto, um compartilhamento coletivo de benefícios, para que o turismo chegue a eles estimulando, de fato, o desenvolvimento local. A pesquisa de campo mostrou que a implementação deste modelo de urbanização sem o planejamento adequado, não funcionará para essa região, tendo em vista que, os impactos negativos diretos na economia desses pequenos empresários serão muito maiores, pela falta de capital de giro para se inserirem em outros que se o enquadrem nos padrões elitizados de turismo.

Neste sentido, é interessante trazer a abaixo, a visão que se tem o EX-GESTOR da Secretaria de Turismo do município de Estância⁷, sobre as ações participativas a respeito do *trade* turístico, como segue:

“Primeira coisa que fizemos em 2013, foi feita a parceria com a Profª Fabiana (UFS), ela abriu as portas, e fizemos o inventário e depois a primeira etapa do Plano de Desenvolvimento (...) deixou um caminho enorme andado. De posse disso, licitamos uma empresa aqui de Sergipe, e conseguimos fazer o Plano Estratégico Integrado que a nossa intenção era fazer integrado com Itaporanga, Santa Luzia e Indira, mas as outras cidades acharam que era muito caro 150mil dividido por quatro (...) assim Estância fez só o dela e está tudo pronto, que foi baseado nas informações do inventário e foi nesse Plano Estratégico que a gente desenvolveu o Projeto da Praia do Saco, da Praia do Abaís, Projeto do Muro de Contenção, de Sinalização Turística, a revisão do Plano Diretor, entendeu? Tudo isso e os postos, foram seis projetos que nós desenvolvemos ao longo desses três anos”.

Na expressão do EX-GESTOR fica evidente que houve a intenção em organizar coletivamente os destinos turísticos do Litoral Sul Sergipano, muito embora não houvesse a compreensão e o mesmo interesse, já que envolvia custos, dos demais gestores de turismo dos outros municípios, no sentido de pensar coletivamente as ações de implementação de políticas públicas para a região sul.

O desenvolvimento das comunidades segundo Beni (2006) baseia-se nos recursos humanos e materiais nelas existentes para intensificar a autoajuda e o apoio social – e para desenvolver sistemas flexíveis de reforço da participação popular na direção de assuntos como saneamento básico, saúde, educação, habitação, segurança, lazer e turismo, entre outros. Isso requer um total e contínuo acesso à informação, às oportunidades de aprendizado dos temas sociais, políticos e econômicos, assim como apoio financeiro adequado.

A propósito do que afirma Beni (2006), observou-se que os proprietários locais tendem a recuperar estabelecimentos (bares, restaurantes, meios de hospedagem) na expectativa de trabalharem com o turismo, valorizando geralmente os atrativos naturais e as práticas das comunidades locais quando criticam ações iniciadas pelo poder público, sem viabilidade para a prática do modelo de gestão de TBC que se pretende implantar na região sul. Ainda que este interesse esteja desvinculado do conhecimento sobre a integração dos

⁷ A entrevista foi realizada no período de transição política de gestão municipal pós-processo eleitoral e o responsável pelo turismo não havia sido indicado.

equipamentos e serviços existentes na região e/ou do conhecimento sobre o mercado de oferta turística, pelas agências e operadoras, faz-se necessário que sua prática seja orientada a partir de um planejamento local, integrando planos municipais de turismo, onde as estratégias e ações estruturam o segmento.

Portanto, o modelo de gestão atualmente existente no município de Estância ainda é, fortemente, o voltado para o Turismo de Praia e Sol e o Turismo de Segunda Residência, enquanto as ações de TBC deverão acontecer em longo prazo, visto que, ainda falta uma base de consciência participativa a ser construída, de fato, e nessa linha, a Associação das Catadoras de Mangaba, já estando fortalecida, poderá tornar-se uma grande motivadora para o empoderamento das premissas que o TBC necessita para se consolidar como modelo de gestão participativa.

3.4 - Análise dos dados no Município de Santa Luzia do Itanhy.

Na perspectiva de observar a dinâmica do turismo local a partir dos relatos dos atores sociais, levando-se em consideração a inserção do turismo na comunidade e se os investimentos recebidos das iniciativas públicas e privadas estão sendo empregados de maneira eficiente, além de verificar a eficácia das ações implementadas pelo IPTI⁸ na comunidade.

Neste sentido, o relato do EMPRESÁRIO no povoado Crasto, abre o leque dessa discussão quando se refere ao papel do IPTI nas ações rotuladas de TBC, senão vejamos “(...) *O IPTI ainda está atuando no município, mas não sei bem em que, vira e mexe vejo o Saulo por aí (...)*”.

Esse comentário do empresário se reporta a 2011 quando o povoado Crasto recebeu representantes do Ministério do Turismo para acompanhar a elaboração do Plano de Gestão Participativa do turismo no município de Santa Luzia do Itanhy, muito embora, segundo afirma Gomes (2014, p.271) “nenhuma das ações pensadas foram executadas”, deixando a comunidade muito aquém do que se podia realizar, frustrando os que participaram do processo de fomento do IPTI.

Por outro lado, mesmo beneficiando uma minoria de moradores através do projeto Cultura em Foco, fomentado pelo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do projeto Cultura em Foco, dez moradores “deixaram a difícil pesca do aratu, crustáceo típico

⁸ IPTI. Sentidos do Itanhy. Última atualização em janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.ipti.org.br/pt/sentidos-do-itanhy/>. Acessado dez/2014.

dos manguezais da região, para trabalharem exclusivamente com o artesanato de luxo” (REVISTACASAEJARDIM⁹, 2017).

Em entrevista ao *site* da Revista Casa e Jardim, a arquiteta e co-fundadora do IPTI, Renata Piazzaluga, relata que (Figuras 70 A, B, C, D):

“Eles aprenderam a transformar fibras vegetais comuns – como junco, dendê, capim-estrela, Jaraguá, oricuri e piaçaba, que até então eram tratadas com mato – em uma infinidade de produtos, como persianas, almofadas, roupa de cama, toalhas de mesa, revestimentos para parede, mobiliários e acessórios, todos feitos sob medida. A cidade não tinha tradição em artesanato e tudo foi iniciado do zero, a partir de diretrizes da economia criativa”.

Figura 70 A: Tear da Associação, B: Cortinas, C: Artesã e D: Artesão.



Crédito: Lillian Alexandre, 2015.

⁹ Trazer a matéria da revista foi a forma de atualizar dados informativos comerciais, já que os *sites* tanto da ONG quanto o blog estão desatualizados.

Entretanto, apesar do grande êxito do projeto para os mentores do IPTI, como resposta de um deles que se entrevistou, através do líder do pequeno grupo de artesãos da Associação de Artesanato, obtendo-se o seguinte relato:

“As peças são vendidas diretamente para uma empresa de São Paulo, por que o turista não chega aqui né? Aqui é longe de aonde o turista vai e a gente não pode ficar sem o recurso e a empresa, na época do ITP, nos ajudou a conseguir este espaço aqui”.

O Centro de Artesanato construído pela prefeitura do município de Santa Luzia do Itanhy favoreceu aos artesãos que passaram a produzir peças maiores e com mais qualidade. Na ocasião, verificou-se colaboração do SEBRAE na capacitação deles, mas quando perguntados pelo valor de uma peça, caso a pessoa (turista ou visitante) encontrasse no local de produção, a resposta surpreendeu *“Não sei quanto seria o valor que eu cobraria. Isso nunca aconteceu. A senhora quer comprar?.”*, ou seja, as peças são produzidas por eles, havendo a um pagamento, mas são revendidas em São Paulo, onde 30% do valor de lucro obtido segue para um fundo de inovação, reinvestido na empresa. De acordo com a matéria divulgada pela Revista Casa e Jardim em 2017, a marca Fellícia Design que surgiu em 2011, comercializa as peças até os dias atuais (Figura 71).

Figura 71: Centro de Artesanato na cidade de Santa Luzia do Itanhy.



Crédito: Lillian Alexandre, 2015.

Não se pode afirmar que houve empoderamento dos artesãos quando mudaram suas atividades iniciais, para trabalharem como prestadores de serviços para uma empresa da qual utiliza a mão de obra local de forma barata, para produzir peças exclusivas, que são vendidas às vezes mais caras do que eles produzem. Claro que, entre ter pouco ou nada, todos foram unânimes em afirmarem que preferem “ *dessa forma*”, pois pelo menos tem como manter a família e dignidade para poder pagar as contas. Não é esse o modelo de TBC que se quer estimular nas localidades e todo esse processo iniciou-se com a justificativa de que seria implementação dele na região, como fomentadora de desenvolvimento local.

Nas palavras de Gomes (2014):

“Os sujeitos locais cansados de promessas, de visitas de agentes públicos e privados já não depositam mais a esperança de ver o acontecer das promessas, dos anseios criados com a chegada do novo, de agentes que entraram em seus territórios com propostas atrativas, mas que se perdem no percurso para a sua efetivação. Este fato tem como consequência as incertezas por parte dos sujeitos no que tange as políticas, aos projetos e nos discursos daqueles que instigam uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida. A comunidade se mostrou interessada, depositou a confiança naqueles que discursaram sobre o TBC, sobre os modelos tangíveis de desenvolvimento local e participativo do turismo (GOMES, 2014, p. 271)”.

Os atores sociais envolvidos nas ações indicativas para o TBC sabem o que é possível e necessário para que o destino turístico cresça como se percebe no depoimento do PESCADOR do Povoado Crasto quando diz que “*não se dá ao turismo a força que ele tem na geração de emprego, ainda mais aqui!*”.

Entretanto, conseguiu-se perceber que o entendimento para o TBC existe, com o formato que se tem de políticas públicas assistencialistas, pois as ações se perdem com as mudanças de gestões, com a não continuidade de projetos iniciados e ainda, com o emprego equivocado dos recursos públicos.

O turismo não vive apenas com obras, infraestrutura ou equipamentos isolados, o olhar unilateral para o sistema o torna complexo, por isso, o discurso das políticas públicas subsidiam esse entendimento parco sobre a atividade, o reforço desse entendimento, ainda persistente, foi constatado no relato do EMPRESÁRIO do Povoado Crasto, como se vê:

“A prefeitura colocou (lendo uma notícia publicada no site da prefeitura) isso aqui: PRODETUR fará audiência pública para orla do Crasto. Eu sou totalmente contrário a esse negócio de orla, eu não conheço o projeto (...) eu entendo que o Crasto necessita de preservação, no sentido de preservar o que de mais belo existe, que ainda tem e o que resta da natureza atacada, com o ‘progresso da mentira e a mentira do progresso’ (...) Como vai ser

quando começarem as obras dessa orla? Vão me tirar daqui? Me chama atenção fazer o esgotamento sanitário quando não se tem água potável (...)”.

E o mesmo sentimento está expresso na fala de outro EMPRESÁRIO no mesmo povoado, *“será que eu vou poder reconstruir meu bar aqui? Aqui vivem todos da minha família, pescamos, vendemos e moramos aqui nos fundos do bar. Como vai ficar?”*.

Já no relato de outro PESCADOR do povoado Crasto, a preocupação baseou-se apenas na segurança, *“aumentou os assaltos a vans e carros, porque a obra da rodovia não conta com sinalização adequada e nem iluminação, isso ajuda aos assaltantes quando os carros reduzem”* (Figuras 72 A e B).

Figura 72 A: Rodovia Adail Dantas do Amor Cardoso, povoado Crasto, **B:** APA na rodovia do Crasto



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A dinâmica existente na Orla do Crasto decorre não somente da pesca como atividade econômica das famílias locais, mas também da presença de bares que recebem turistas e visitantes para, em momento de lazer, se contemplar com a beleza natural do ambiente rural e degustarem da culinária local regada, principalmente, a peixes e mariscos. A exemplo, da moqueca de peixe, ao molho de camarão, fritada e moqueca na folha de Aratu, caranguejo, camarão ao alho e óleo entre outros (Figuras 73 A, B, C e D).

Ainda sobre essa dinâmica impressionada pelo novo rural relata a COZINHEIRA do Povoado Crasto, assim se expressando:

“Agora aumentou muito com a BR nova, vem de todos os lugares, a gente tem uma boa clientela, não tem esse negócio de ser por dia não, todo dia tem gente aqui. A gente não trabalha com cigarro, com som, porque os clientes veem por causa do sossego e muita gente gosta mais é do silêncio. A gente não deixa som tumtuntum não. Se uma pessoa fizer passeio, até 30 pessoas sai também, vai pra Ilha da Sogra, Pontal, pra onde vocês quiserem ir (...) o telefone tá ali na porta do restaurante, a escuna é de Paulinho Brandão, que fica em Estância (...).”

Seja como for, o investimento estatal na melhoria das condições de acessibilidade ao Povoado Crasto, recapeando com asfalto a única via de ligação desse povoado com a rede municipal sem dúvidas, tem contado positivamente para os atores sociais que lá residem porque com ele atraem uma leva de pessoas para usufruírem das boas qualidades do ambiente,

movimentando a economia local. Entretanto, não se pode esquecer do que afirmam Vieira e Almeida (2010, p.279) sobre a gravidade da hibridez do turismo, que segundo eles que “se por um lado representa um enorme potencial de desenvolvimento socioeconômico, pode representar, por outro, a degradação do ambiente considerando a natureza e a própria sociedade”.

Figura 73A: Visitantes no Povoado Crasto.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Coriolano (2003, p.45) parece não concordar com a ideia de que no TBC haja investimento público e/ou privado para ele alcançar, pois segundo ela “os próprios moradores de um lugar devem assumir a articulação e a construção da cadeia produtiva do turismo, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para a melhora da qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de contribuir e organizar as estratégias de desenvolvimento do turismo”. Dessa forma, a comunidade local sai do papel de coadjuvante e torna-se protagonista de todas as etapas do processo.

Figura 73B: A Orla do Povoado Crasto.



Crédito: Geraldo Pires, 2017.

Figura 73C: Dinâmica social na Orla do Crasto.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017

Quando questionada sobre o andamento da construção da orla, a cozinheira entrevistada mostrou que, apesar de não está ligada a nenhum movimento associativista,

consegue compreender a importância do discurso político em relação ao seu papel no processo de construção desse ambiente de lazer no povoado, quando se expressou dizendo *“minha irmã, vai depender agora, estão fazendo muita coisa pra orla vai ficar pronta, mas a gente não sabe quando por que esse prefeito é uma negação, mal aparece aqui”*.

Figura 73 D: Restaurante Orla do Crasto



Crédito: Geraldo Pires, 2017.

De fato, passaram-se alguns meses em busca do gestor e não se conseguiu êxito, inclusive, recebendo a indicação dos que eram responsáveis pela pasta de turismo por membros da Secretaria de Turismo do Estado – SETUR e do SEBRAE, e não se obteve resposta. O então indicado da área, representando o IPTI respondeu o contato feito por *WhatsApp*, já que por telefone ele não atendia, pedindo que enviasse pelo *e-mail* o roteiro de entrevista. Além disso, solicitou formalização, através de ofício e quando as perguntas foram enviadas, disse não ser o responsável e redirecionou para a responsável pelo setor de artesanato, que vive atualmente em São Paulo. Isso mostra o total descaso pelo que é público, pois, até os dados referentes ao Plano de Turismo destacado em entrevistas públicas noticiadas na mídia, fazendo menção ao nome dele, foi negado. É um retrocesso pensar que um gestor público não se responsabiliza pela construção de um processo na localidade e simplesmente se esquivava. Não se conseguiu contato com o prefeito eleito na ocasião e ficamos

sem nenhuma informação sobre a gestão do município no período da realização da pesquisa *in loco*.

Assim, o município que teve ações iniciais de TBC, hoje não tem representatividade de ações que possam afirmar que ele é um exemplo de práticas e modelo de gestão. Não houve prosseguimento às ações iniciadas pelo IPTI, não há presença da gestão pública e, ainda, a comunidade fica cada vez mais afastada e intolerante ao argumento de que “turismo gera emprego e renda”, advindo dos discursos políticos, principalmente porque são representações sempre das relações de poder existentes no sistema, e isso, acaba desmotivando essas comunidades a se envolverem diretamente.

3.5 – Análise dos dados no Município de Indiaroba.

A atividade turística com maior significância econômica é desenvolvida nos povoados Pontal e Terra Caída, cujas ações são mais perceptíveis pela comunidade local, quando em seus relatos, evidenciam que as mudanças trazidas pelas obras nas construções da Ponte Gilberto Amado, dos serviços de calçamento, entre outros, estão mudando hábitos e formas de trabalho, outrora, existentes por lá.

Segundo Vieira e Almeida (2010, p. 287) “essas ações serviram para a comunidade perceber o grau de importância da atividade turística, e conseqüentemente, reconhecer a necessidade de cuidados com o meio ambiente e a cultura local”.

O desabafo expresso nas palavras do PESCADOR entrevistado no Povoado Terra Caída mostra duas realidades distintas no que diz respeito a sua atividade labutar, a alternativa de renda encontrada no turismo e mudança de atividades em virtude das alterações causadas pela construção da Ponte (Figura 74):

“Sobrevivo do turismo, sem ele seria ruim, porque ele é bom, sempre foi. A gente tira nosso sustento, apesar de que também eu pesco, sou filho de pescador, se a gente pega (o peixe) em grande quantidade, a gente pesca e vende, senão só pra gente mesmo. Pesca Pescada, Carapeba, Robalo, Tainha, Camarão, Arraia, o rio é próspero aqui, Rio Real e Piauí, os dois juntos é uma força pra gente aí, mas já foi melhor (...) A ponte fez o rio mudar, ficou pouco o peixe e agora a gente tem que ir mais longe pegar (...)”.

Figura 74: Ponte Gilberto Amado sobre o Rio Piauí/Real.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A atividade pesqueira, para muitos atores sociais, ainda continua sendo a sua principal fonte de renda, mesmo com as alterações na forma fluvial, decorrentes do impacto gerado com a construção da ponte no ambiente aquático dos rios Piauí/Real, sobretudo nas proximidades do estuário e, com ela, o aumento do fluxo turístico da região, conforme fala do PESCADOR no Povoado Pontal (Figura 75 A e B):

“(...) A cooperativa participa das ações do turismo, das políticas públicas, em parceria com a gestão pública: a gestão pública com a gente (fez cara de negativa) (...) O Prefeito atual, há três anos atrás, que deu suporte pra forma ela, foi quem deu apoio pra surgir a cooperativa, então, os outros anos, que não tinha esse Prefeito não tinha nada e o atual só fez acabar, tanto é que acabou (...) A gente veste a camisa, mas precisa ter retorno (...)”.

Figura 75 A: Fluxo de turistas na Orla do Povoado Terra Caída.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 75 B: Fluxo de turistas na Orla do Povoado Pontal



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Os encantos paisagísticos e as histórias atreladas a Mangue Seco (destino turístico de maior fluxo do Povoado Pontal) mostra que a construção da ponte facilitou o acesso e o aumento do fluxo turístico para a região, porém, impôs uma mudança de atividade econômica aos pescadores, que acabaram modificando sua fonte de renda primária.

A preocupação com a necessidade de planejamento foi ressaltada pelo ex- GESTOR de turismo do município, que se mostrou preocupado com a chegada de investimentos privados para a região (Figuras 76):

“Impactou, logo quando começamos aqui em 2013, com a construção da Ponte Gilberto Amado, teve o impacto positivo em algumas questões [pausa] positivas em quê, aumento da transição de turistas aqui, do acesso de turistas [pausa], porém os negativos, especulação imobiliária e os investimentos privados, né, investimentos como resorts que de qualquer forma tem impacto ambiental principalmente, e posteriormente tem o impacto social, né, a gente sabe que este tipo de empreendimento, como temos aqui o maior (reforçou na entonação de voz) condomínio do Estado de Sergipe, que está sendo construído, que é o Bele Ville Litoral Sul, ele é maior, muito maior do que a comunidade, e agora está sendo positivo porque está gerando empregos, porém se nós não estivermos articulados com as políticas públicas, é, principalmente de capacitação e uma política pública voltada que não, é atrapalhe, porque a gente sabe que no turismo existe tudo isso, a gente vê várias comunidades ao norte da Bahia, sofreram disso...esses empreendimentos foram chegando e a gente tem medo disso aconteça...a gente pensa muito na capacitação, como administração.”

Figura 76: Condomínio Belle Ville na região da Praia do Saco



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Percebeu-se nas falas dos entrevistados, um discurso voltado para as preocupações ambientais e sociais do processo de desenvolvimento alavancando pelo turismo nas localidades, isso mostra que há uma compreensão do importante papel do turismo nelas, porém, a falta de articulação das políticas públicas municipais com as estaduais, reforça a preocupação com o futuro das implantações de infraestruturas julgadas como importantes, como as Orlas, mas que se não forem bem geridas, podem ocasionar muito mais problemas, do que trazer soluções e benefícios.

O ex-GESTOR de Indiaroba informou que a atual GESTORA apresentou a proposta da gestão do TBC na localidade, sendo iniciada por ações de, como se infere:

“Iniciamos a essa gestão com o Projeto de Turismo de Base Comunitária, quarenta mulheres fizeram cursos de Associativismo SENAR¹⁰, estão fazendo o curso (Aprender a empreender e Juntos somos mais fortes) pelo SEBRAE, e estão aguardando o Curso de Material de Limpeza pelo SENAR. As quarenta mulheres fundaram a Associação Mulheres Empreendedoras Cocha de Ostra, para fabricar material de limpeza e sabonetes em formato do Concha de Ostra. O SENAR e o SEBRAE são parceiros da prefeitura, para dá andamento ao projeto, foi criada a Associação. O Departamento de Turismo tem procurado incentivar alguns projetos já existentes como: Catadoras de Mangaba e projeto OSTRÁ do Pontal, Cooperativas de agricultores do Município – Cooperafir, a qual produz (produtos oriundos do coco e outros produtos de nossa agricultura), Associação de Apicultores os quais fabricam mel. Estamos para iniciar um projeto em parceria com outros departamentos, por nome (Cuide bem de mim), o objetivo é limpar rios, manguezais e replantar matas ciliares onde for preciso”.

Na concepção do ex-GESTOR de Indiaroba é visível a tentativa de alguns gestores de saírem do formato encaixotado, apresentado pelo modelo de gestão do turismo atual quando articulam com as entidades e instituições outras possibilidades de gerenciamento para que o sistema efetivamente funcione.

A atual GESTORA de turismo de Indiaroba apresentou rapidamente as atividades de planejamento do município, mesmo sem haver uma proposta de políticas públicas no município, com se constata:

¹⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. Integrante do chamado Sistema S, tem como função cumprir a missão estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural. Disponível em <http://www.senar.org.br/quem-somos>, acessado em jan.2017.

“A Orla de Pontal em parceria com o SENAC¹¹ para desenvolver no Município os Cursos de Capacitação de garçom e Agente de Informações Turísticas; Com o SEBRAE para desenvolver o curso de Gestão Empresarial e Espanhol e com a UFS com o curso de pós-graduação. Cursos e oficinas estão sendo pensados para o Projeto de Turismo de Base Comunitária com Mulheres de baixa Renda, Levantamento dos setores de hospedagem e de A&B, Exposições de artesanatos e gastronomia, Passeios de Barco pelo Estuário Rio Real. Estamos em andamento com a criação de leis para o Turismo Municipal: COMTUR¹², PLAMTUR¹³ e FUMTUR¹⁴”.

Evidenciou-se que ao longo dos registros, que os atores sociais apresentaram suas diversas percepções e sentimentos sobre do turismo e o TBC, pontualmente na Ilha Mem de Sá e em Santa Luzia do Itanhhy. O planejamento turístico, inerente a implantação de políticas públicas de turismo, deve envolver os atores que fazem parte do sistema turístico, mesmo não sendo condicionado ao pensamento de ordenamento e gestão dos territórios em que o turismo se encontra presente como forma motora para o desenvolvimento local.

Com o objetivo de produzir os efeitos positivos esperados, tais como: diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios de gestão familiar; geração de novas oportunidades de trabalho; melhoramento da infraestrutura de transporte, comunicação, saneamento; criação de alternativas de receitas que valorizam as atividades das comunidades locais; diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural; redução do impacto no plano estético paisagístico; melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis; integração do campo com a cidade; agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; redução de custos por técnicas de manejo integrado; promoção da imagem e revigoração do interior; e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e resgate da autoestima dessas comunidades, acredita-se que o TBC possa ser viabilizado estrategicamente na região em questão.

3.6 – Sob o olhar das políticas públicas e dos gestores do turismo nos municípios do Litoral Sul.

O discurso legitimador das políticas públicas de turismo não difere, essencialmente, dos outros relativos a diferentes setores econômicos. Geração de renda, geração de divisas e

¹¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é o principal agente de educação profissional voltado para o Comércio de Bens, Serviços e Turismo do País. Disponível em <http://www.senac.br/>, acessado em jan.2017.

¹² Conselho Municipal de Turismo

¹³ Planejamento Municipal de Turismo

¹⁴ Fundo Municipal de Turismo

de riqueza, geração de empregos, enfim, tudo o que um país em desenvolvimento pode almejar (CRUZ, 2005, p. 37).

No tocante à descrição do funcionamento do programa, no discurso da Coordenadora Estadual do PRODETUR observa-se a relação das linhas e dimensões de cada etapa de realização e implementação, bem como as exigências documentais do programa:

“Nós temos a engenheira ambiental, que analisa todos os contratos da área ambiental (...) tem uma série de licitações na área ambiental e área institucional em andamento que eu posso listar pra você (...) a evolução do programa do período em que eu assumi até hoje (não chega até lano e meio), nós temos uma grande evolução ao longo desse tempo. A cada três meses tem uma missão do banco, há um acompanhamento do banco, de técnicos que acompanham a execução do programa, que hoje chega a quase 15%. Agora nós estamos com muitos processos de licitação em já finalização e nos próximos seis meses, teremos mais de 30% em todos os componentes. Temos oito contratos em execução e para os próximos meses, uma média de mais quatorze contratos. Existe a fase de preparação, a fase do planejamento e a de execução (...) temos que fazer todo o processo licitatório e agora que ele está começando a acontecer, porque as licitações aqui tem uma modalidade diferente de acontecer, diferenciada da Lei nº866, porque ela tem uma política diferenciada e o tempo pra cada processo licitatório ele é diferenciado (...), então a gente cumpre todos esses formatos pra qualquer procedimento nosso aqui ele ir pra publicidade e ação de execução passa pela nossa PGE¹⁵, e só depois disso inicia o certame (...) estamos na fase de executar várias ações, o primeiro passo é o Plano de Execução enquanto produto. Existem dois formatos, existe o formato Secretaria, que é através do MAPA¹⁶ do turismo esse mapa pra qualquer município receber recurso do governo federal, ele tem que fazer parte do MAPA...recebemos informação de que ele vai ser atualizado agora em julho (...)”.

Ressalta-se, portanto, a notoriedade na falta de diálogo entre os gestores quanto a formatação de documentos voltados para uma política pública articulada. Ao longo da pesquisa evidenciou-se um esforço a partir das exigências do PRODETUR e dos bancos de fomento para que a documentação municipal seja organizada. Os municípios não se organizam para efetivarem um planejamento a ser realizado por equipes técnicas que formulem ações a médio e longo prazos, planos e programas eficazes para o turismo nestas

¹⁵ Procuradoria Geral da União, que fiscaliza os recursos e investimentos.

¹⁶ O Mapa do Turismo Brasileiro é o instrumento instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013 atualizada no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (instituído pela PORTARIA Nº 105, DE 16 DE MAIO DE 2013 atualizada) que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. É o Mapa do Turismo Brasileiro que define a área - o recorte territorial - que deve ser trabalhada prioritariamente pelo ministério. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/83-mapa-do-turismo-brasileiro-2013.html>, acesso em jan.2017.

localidades, possíveis de serem continuados e sem as exigências pontuais e emergenciais de receberem recursos externos, como se percebeu no relato da coordenação estadual do PRODETUR:

“Pra o PRODETUR, nós já temos aqui o PDITS que direcionaram para os dois Polos – Velho Chico e o Coqueirais, e o que acontece, só pra infraestrutura estava previsto no PDITS e na Matriz que os municípios tinham projetos e que nós só iríamos executar. Quando nós começamos a fazer os contatos com os municípios, a visitar os municípios, a fazer os levantamentos, os estudos de viabilidade e tudo, percebemos que a maioria dos municípios que estavam previstas a execução na área de infraestrutura, eles não tinham projetos. Então hoje o que está acontecendo, a maioria dos municípios está elaborando seus projetos (...) E qual o primeiro passo para que o PRODETUR execute uma ação de infraestrutura no município? Vem projeto, mas o principal documento é a titularidade da área, o município tem que demonstrar que ele passa pela SPU, que tem a titularidade daquela área, e com apresentação da titularidade da área, a documentação é encaminhada ao banco para validação.(...) Hoje a nossa equipe de infraestrutura está trabalhando muito próxima aos municípios que é de alguma forma, assessorar na construção desses projetos...os que tem projetos agente recebe os projetos, passa pela equipe de infraestrutura e depois encaminha para o banco para análise, depois disso o banco retorna (...), os municípios tem que nos entregar titularidade da área, dar entrada nos órgãos competentes ambientais, para buscar as licença, entendeu? Nós aqui enquanto PRODETUR hoje, estamos assessorando tanto na área de infraestrutura como ambiental pra que eles possam entregar esse check list completo na ADEMA ou no órgão competente de cada município, tem alguns que tem seu órgão própria e a gente faz esse trabalho, entendeu? Tanto de assessoria, muitas vezes de elaboração, participa com eles de todo esse processo de encaminhamento de documentação, mas o principal documento é o de titularidade da área, sem a titularidade da área, o projeto não é nem encaminhado pro Banco, pra análise”.

Com isso observou-se a necessidade de adoção de boas práticas em relação ao planejamento do turismo nos municípios do Litoral Sul Sergipano, como forma de fomento de políticas públicas, não para atender as exigências externas, mas pela importância em se ter na política pública norteadora de ações para o desenvolvimento local, como se relatou no tocante a região turística do Algarve português.

Percebeu-se que a dinâmica existente entre o planejamento e a execução abrangem por várias etapas, e como as ações são direcionadas para a implantação de infraestrutura urbana, acarreta impactos nas dimensões ambientais e desperta a necessidade de articulação entre os atores sociais envolvidos com o turismo em cada um dos municípios em estudo e

mais uma vez justifica-se a importância dessa articulação como viés para o fomento da localidade e, como consequência, a sua sustentabilidade (Quadro 11):

A afirmativa apresentada é corroborada por Santos (2010) quando sintetiza que:

Faz-se mister exemplificar e comprovar o modelo adotado das agências financeiras, mais especificamente o BID para organização e gestão do PRODETUR-SE, a fim de contrair os empréstimos. Exige-se a instalação de Conselhos de Polos Turísticos com condição para o repasse dos recursos. Pressupõe-se, a partir dessa representatividade da sociedade civil, uma mudança de paradigma, cujas agências (BID/BIRD) denominam de “diálogo político”. (SANTOS, 2010, p. 260)

Não se leva em conta, entretanto, são as evidentes limitações de uma política pública setorial como a de turismo que, ao fim e ao cabo, não é capaz senão de gerar algum desenvolvimento local ou regional e de, no limite, promover alguma distribuição espacial, mas não estrutural da renda, que fica restrita as ações de um mecanismo financeiro (CRUZ, 2005, p. 38).

QUADRO 11: Litoral Sul Sergipano, ações previstas no PRODETUR, 2017.

AÇÕES AMBIENTAIS PREVISTAS		
NOME DO PROJETO	OBJETIVO	ATIVIDADES TÉCNICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de plano de proteção de áreas ambientalmente frágeis e projeto executivo de obras de recuperação e contenção de erosão da orla da praia da Caueira – Itaporanga d’Ajuda – estado de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de empresa de consultoria técnica especializada visando a elaboração de Plano de Proteção da Orla, bem como Projeto executivo tendo em vista a recuperação de áreas e infraestrutura urbanística, bem como contenção de erosões da Orla da praia da Caueira – Itaporanga D’Ajuda-SE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnósticos da zona costeira do povoado de Caueira; • Plano de Proteção da Orla; • Estudos de alternativas das obras de recuperação; • Elaboração do Projeto Executivo.
<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento costeiro e de praias turísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da zona costeira; • Desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para gestão integrada de orlas; • Estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla marítima. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado; • Elaboração de Planos de Gestão Integrada de Orlas Marítimas que contemplem as centralidades turísticas dos municípios costeiros; • Apoio à elaboração de normas ambientais e treinamento para o controle e fiscalização de obras náuticas (marinas, <i>piers</i>, atracadouros).
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de sistema de esgotamento sanitário: Crasto (Santa. Luzia do Itanhy). 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratar serviço para construção de sistema de esgotamento sanitário em Crasto (Santa. Luzia do Itanhy). 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de aproximadamente 4.100 metros de REDE de ESGOTO • Implantação de 1 estação elevatória perto da quadra central na avenida principal.; • Implantação de 1 estação de tratamento ocupando uma área de 22.000m², ao lado do cemitério.
<ul style="list-style-type: none"> • Contratar consultoria, pessoa física, para realizar o Licenciamento Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratar consultoria, pessoa física, para realizar o Licenciamento Ambiental de quatro Orlas Fluviais (Prainha do Povoado Pontal – Indiaroba, Prainha do Povoado Crasto – Santa Luzia do Itanhy, Prainha do Povoado Curralinho – Poço Redondo e Prainha da Orla Pôr do Sol – Aracaju), bem como todos os documentos instrumentos do licenciamento ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Licença Prévia; • Licença de Instalação; • Licença de Operação;

Organização: Lillian Alexandre, 2017 adaptada das fichas técnicas dos projetos PRODETUR.

No que se refere ao planejamento de ações, a coordenadora estadual do PRODETUR informou que:

“2012-2013 foram iniciadas as consultas, foram construídos os PDITS (...) a execução do programa tem todo um direcionamento... Tem uma matriz, essa matriz está elencada aos 5 componentes e cada componente tem suas ações específicas pra cada componente, entendeu? Dentre esses componentes, tem várias ações, e tem naquela região do litoral sul, hoje, no município de Santa Luzia, nós estamos desenvolvendo lá, uma ação de infraestrutura, que é o esgotamento do povoado Crasto e estamos agora, é prestes a lançar também, a licitação da orla, que vai ser a orla lá de Santa Luzia, né? Nós vamos ter a orla lá....e em Itaporanga nós também estamos agora, prestes a lançar a licitação de dois atracadouros, um na Ilha Mem de Sá e Caibros (...). Tá previsto também para região do litoral sul, uma orla em Indiaroba, que vai ser em Pontal, naquela região de lá (...) Na região de Estância tá prevista tb uma orla, mas no caso de Estância tem uma particularidade (...) nas regiões que estão previstas ações e que tem ações do ministério público, só depois do entendimento do município com o ministério público (...) Só depois disso é que o PRODETUR vai poder fazer algum tipo de intervenção (...).”

A figura 77 A e B ilustra em parte, a fala da coordenadora do PRODETUR, apresentando a ideia do projeto já autorizado pelo Governo do Estado, que visa “mudar o aspecto da região sul, possibilitando à construção, a beira do rio, no entorno dos atracadouros, de novos bares e restaurantes”, sendo que o investimento contempla ainda, “a implementação de orlas amplas e modernas próprias ao lazer” (divulgado no *site* da Agência Sergipe de Notícias, em 09 de dezembro de 2016).

Figura 77A e B: Imagens do Projeto do atracadouro da Ilha Mém de Sá em Itaporanga D’Ajuda



Fonte: Disponível em <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/governo-autoriza-r-2-5-milhoes-em-turismo-de-itaporanga-d-ajuda>, acessado em out/2017

Ainda com base na narrativa da coordenadora do PRODETUR, a figura 78 A e B exhibe a proposta do Projeto de Urbanização da Praia do Saco, em Estância. O projeto visa “impedir a ocupação desordenada da localidade, delimitar os espaços públicos e as áreas de proteção permanente e promover o turismo na região cercada por belezas naturais” (divulgada pela Agência Sergipe de Notícias, publicada em 05 de março de 2015).

Figura 78 A: Imagem do Projeto de Urbanização da Praia do Saco.



Figura 78 B.



Fonte: Disponível em <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/estancia-apresenta-projeto-de-urbanizacao-da-praia-do-saco-ao-governo-do-estado>, acessado em out/2017

Na linha dos investimentos do PRODETUR para o litoral sul, verificou-se também o investimento para o povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhy, onde o “projeto contemplará atracadouro, espaço para receptivo de visitantes e catamarã, ciclovía, estacionamento, parque infantil e banheiro. Contará ainda, com a construção de galpão, confecção de redes, espaço para montagem de canoas e tratamento de peixes” (matéria publicada em 10 de março de 2017, no site da Agência Sergipe de Notícias)¹⁷.

Nesta mesma matéria, a fala do então Secretário de Estado do Turismo, Sr. Fábio Henrique, apontou alguns elementos interessantes de análise junto a realidade encontrada:

“Governador, o senhor está revolucionando o turismo de toda essa região. O senhor vai fazer a orla de toda a região sul, serão 17km de orla, passando pela Aruana, Sarney, passando pela ponte, tem a orla Pôr do Sol. Ainda no mês de março, deveremos licitar mais de R\$3 milhões para toda a orla Pôr do Sol, em Aracaju. Em Itaporanga, já foram autorizadas a construção de dois atracadouros, nos povoados Caibrós e Ilha Mém de Sá; na orla do Pontal, a obra já foi iniciada. Hoje, inauguramos uma estrada que passa por uma mata muito bonita e que, por si só, já é uma atração turística. Além da estrada, o senhor está com a obra de esgotamento iniciada no povoado Crasto, que são quatro quilômetros de rede de esgoto com uma área elevatória de mais de 22mil metros de estação de tratamento, ou seja, a partir do mês de setembro, para quando está prevista a inauguração dessa obra, nenhuma gota de esgoto vai ser lançada mais no rio Piauitinga”.

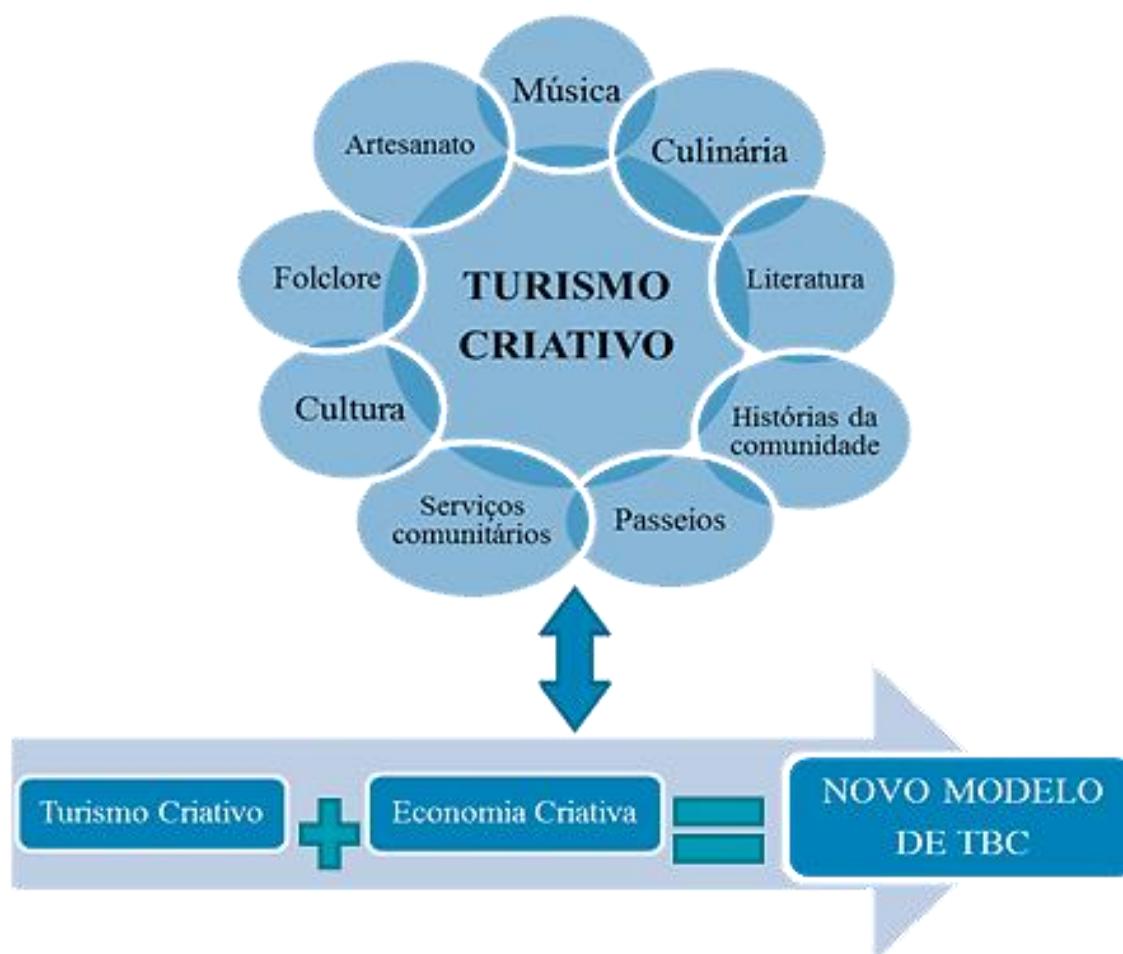
Percebe-se na fala do Secretário, o entusiasmo político de levar o desenvolvimento para a região, mas sem de fato, entender a dinâmica dessa região. Abrir vias de acesso, através da rodovia Adail Dantas do Amor Cardoso que dá acesso ao povoado Crasto, sem iluminação, pavimentação adequada, acostamento e a interação do social com o ambiental, gera um transtorno futuro, caso a conversão dessas ações não aconteçam concomitantemente com as ações econômicas voltadas ao turismo. A “mata bonita” a que se refere o secretário, é uma APA, conhecida pelos luzienses como Mata do Crasto e conforme as leis que a mantém, o desenvolvimento de certas atividades precisam de acompanhamentos pontuais, visto que as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN localizadas no município de Santa Luzia do Itanhy estão inseridas em uma região considerada de importância biológica extremamente alta, pelo fato de apresentarem um dos poucos remanescentes do bioma Mata Atlântica em Sergipe, agregando uma rica

¹⁷ <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/estamos-construindo-o-futuro-de-santa-luzia-do-itanhy-declarou-jackson-ao-levar-r-17-mi-para-o-municipio>, acessado em out/2017.

biodiversidade, com várias espécies da fauna e flora típicas da região, destacando-se para a onça suçuarana (espécie ameaçada de extinção) e o macaco-guigó (espécie endêmica e ameaçada de extinção). Tais reservas tem como objetivo, proteger os recursos naturais das propriedades visando contribuir com a conservação da biodiversidade da região (MELO E SOUZA *et. al*, 2010).

O envolvimento dos atores sociais em praticamente todas as dimensões, atualmente é mais do que necessário, mas em particular nas sociais, econômicas e políticas de grande relevância, sendo relativamente unânimes (pelo menos do ponto de vista teórico) que pela sua efetiva participação e pro-atividade, sejam construídas dimensões mais eficazes e sustentáveis para o percurso do desenvolvimento que se pretende na perspectiva do equilibrado e equitativo. Com isso, esses atores devem envolver-se a partir do fortalecimento de sua identidade, através da valorização das culturas locais, fomentando o turismo criativo e a economia criativa como elos indissociáveis para se alcançar as bases para o desenvolvimento sustentável (Figura 79):

Figura 79: Fortalecimento do TBC a partir do Turismo Criativo.



Organização: Lillian Alexandre, 2017.

Assim na figura 80 e no quadro 12, apresenta-se proposta de um “novo modelo de gestão do TBC” capaz de ser realizado nas comunidades existentes no Litoral Sul, aqui contempladas pela gestão pública estadual e municipal. Vale ressaltar que as informações foram elaboradas a partir das falas dos atores entrevistados, mas que futuramente iremos generalizar as categorias apresentadas.

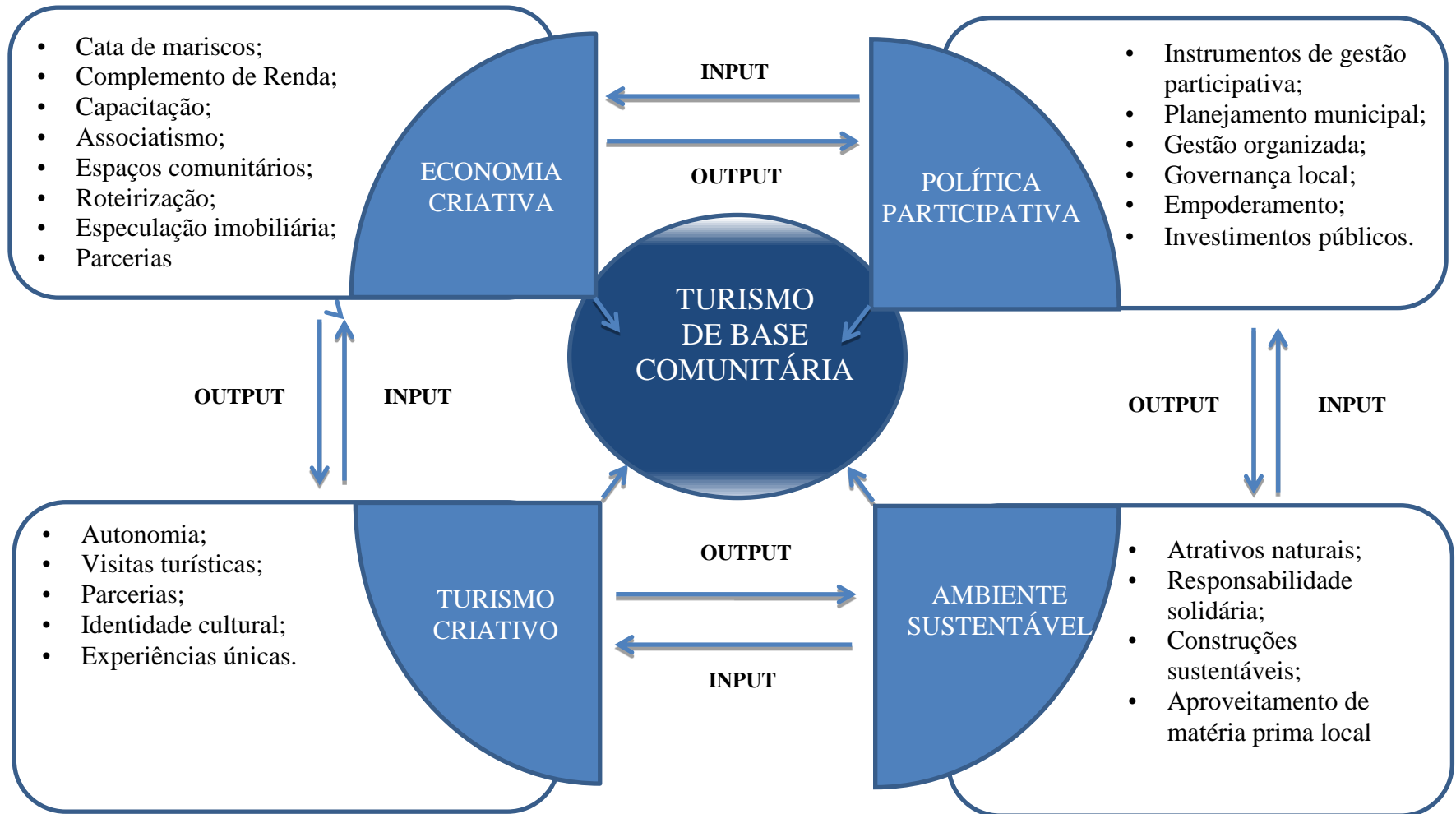
Os elementos aqui categorizados servem para se pensar na dinâmica local a partir do novo modelo de gestão de TBC, em que os elementos passam a ser hierarquizados, a partir do Turismo Criativo e da Economia Criativa, gerando pilares aceitáveis, que envolvem diretamente as comunidades, suas realidades e particularidades (Figuras 79 e 80).

Quadro 12: Dimensões e indicadores para o novo modelo de Gestão de TBC.

DIMENSÕES	INDICADORES
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da comunidade no turismo • Organização da comunidade • Transferência de saberes e fazeres • Identificação das atividades tradicionais • Elaboração de roteiros participativos
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Área de interesse para o turista (fluxo turístico controlado) • Atual estado do setor • Empregos gerados na área para a comunidade • Transferência de tecnologias entre os parceiros • Parcerias
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos minimizados gerados pelo turismo • Usos sustentáveis dos recursos renováveis • Empreendimentos sustentáveis
Político	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do ambiente num dado espaço/tempo • Ações de gestão pública participativa • Planos, programas e projetos implementados interativamente.

Organização: Lillian Alexandre, 2017, adaptado da OMT (2003).

Figura 80: Proposta de Novo Modelo de Gestão do TBC



Organização: Lillian Alexandre, 2018.

Este “modelo” espelha e reproduz as necessidades das localidades para o fomento do turismo, e por isso se constitui em um mecanismo de socialização e manutenção da estrutura sociocultural, devendo ser utilizado, de forma a levar a uma determinada comunidade, condições de sustentação desses indicadores, perante as relações econômicas e ambientais existentes, além das relações entre os residentes e os turistas.

O desenvolvimento do turismo criativo requer que a oferta e a procura turística sejam organizadas de forma diferente, pois segundo Richards e Wilson (2007), “é necessário que o local de destino invista no capital criativo e no capital social dos seus habitantes tornando-os pessoas mais interessadas no turismo e produtores ativos da experiência turística (SANTOS *et al*, 2012, p. 04).

Assim, considerando a importância do ator “comunidade” no processo de fomento do turismo nas localidades, a partir do olhar sugerido pela Teoria da Complexidade, onde o conjunto das partes é fundamental para a construção do todo, é que se percebeu a essencial importância do papel da comunidade para a construção desse modelo de sistema do turismo que não é feito apenas pelos atores públicos e privados, mas da interação dos três atores. Eles farão a diferença na mudança para esse novo modelo, possibilitando dessa forma, a construção de um desenvolvimento nos moldes sustentáveis.

Todavia, é necessário também considerar os setores formuladores de política econômica que ainda não reconhecem o turismo como atividade social e sua modesta dimensão, não compreendendo as intervenções significativas que o turismo desempenha, fazendo com que o grau de exigência em termos de gestão não merecesse cuidado especial. Isso acarretou na percepção segmentada do papel dos atores envolvidos, ou seja, cada um deveria desempenhar a sua função, sem nunca pensar nas relações entre eles, havendo necessidade de inter-relação para a harmonização do turismo na localidade.

Utilizando-se dessa abordagem, entendem-se as inter-relações entre o todo e as partes para a formação dos diferentes níveis de totalidades, pois existem diversas totalidades a partir das diversas formas de organização, de estruturação e de funcionamento, que, ao interagir, formam uma visão sistêmica e é exatamente neste aspecto que a pesquisa se encontra com a Teoria da Complexidade. Nesse aspecto, a compreensão da TC para o fomento do TBC é essencial, pois não se faz a efetivação de um modelo de gestão participativo, onde o ator social comunidade não faça parte de todas as etapas do processo.

Sobre essa questão, reforça Beni (2006, p. 72) afirmando que:

A interação e integração de atores de entidades públicas e privadas fornece um valioso aprendizado, obtido por meio da concentração de entidades em um local isento de políticas partidárias, em que se trocam o assistencialismo e o paternalismo pela conscientização e pela prevenção por meio da mobilização social e da otimização do espaço territorial. O desafio é formar uma organização coordenadora, um espaço solidário como catalisador de informações sobre os espaços sociais e territoriais (BENI, 2006, p. 72).

Assim, os aspectos que reforçam a importância para o novo modelo de gestão do TBC no Litoral Sul Sergipano, estão intrinsicamente reforçados ao longo das falas dos entrevistados. Sem dúvidas, o lucro e a geração de emprego e renda tão discursada pelos gestores públicos locais não chega para todas as camadas da população, ficando sempre as menos capacitadas profissionalmente e desfavorecidas financeiramente, subtraídas de condições de se envolverem com esse turismo do discurso.

As comunidades refletem as ações públicas muito bem percebidas ao longo das pesquisas de campo, onde se observou o comportamento da camada da população que coabita com o entorno turístico, a fala sempre trazia indignação por não estar participando do processo diretamente, ou ainda, a indagação do por que daquela ação pública não atender, de fato, as suas necessidades. O receio na fala estava sempre associado a ***“Será que vou permanecer aqui?”*** ou ***“Será que eu vou poder participar desse turismo?”*** ou ainda, ***“Já estamos cansados desse falatório”*** (grifo nosso), pois historicamente, os casos de chegada de infraestrutura como as apresentadas pelos gestores públicos, levam a desapropriações de terras, destruição de lugares de “ganha pão”, como bares e botecos, mudança de fluxo de um perfil de turista “barato” e constante, para um “caro” vindo pelas operadoras, que deixam todo o recurso nelas, não interagindo com o lugar e com os nativos locais.

Por isso, afirma Beni (2006) que, o processo de desenvolvimento e crescimento pessoal e de empreendedorismo nas comunidades é um rico fomentador da contínua descoberta e do encorajamento das potencialidades humanas, possibilitando significados impactos positivos nas empresas, como visualizado a partir das falas dos entrevistados, que oportunizou a elaboração da Matriz Swot, onde o espaço vivido foi compreendido como uma dimensão da vida cotidiana, merecendo neste debate uma reflexão sobre os aspectos inerentes a esse cotidiano listado na referida matriz (Figura 81).

Figura 81: Análise da Matriz Swot

	FORÇAS	FRAQUEZAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Lugar maravilhoso (Estância, Itaporanga, Indiaroba); • História da localidade • Belezas naturais • Visita a pontos históricos nas cidades • Transporte • Catamarã • Folclore • Comida caseira • Meio ambiente • Tradição do lugar 	<ul style="list-style-type: none"> • Poucas opções de almoço • Construções próximas ao mar • Falta de preparo em receber o turista • Natureza devastada pelo homem • Atendimento • Limpeza pública • Custo elevado dos passeios • Falta treinamento para os atendentes das barracas • Falta divulgação • Acessibilidade • Sinalização turística
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Passeio de “bug” • Artesanato local • Preservação ambiental • Hospitalidade do povo • Conhecer lugares diferentes • Passeio de lancha • Beleza da Praia do Saco e Mangue Seco • Venda de mariscos pelas mulheres • Hospedagem comunitária • Passeio em canoas de pescadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de Acesso • Melhorar a infraestrutura • Falta estrutura para acomodar os turistas • Falta de restaurantes estruturados • Falta investimentos por parte dos gestores • Falta de profissionalismo • Drogas, prostituição, alcoolismo • Discriminação para com as comunidades locais

Organização: Lillian Alexandre, 2017.

Algumas das informações registradas através da fala dos entrevistados que refletem sobre aspectos de Força e Oportunidade e Fraqueza e Ameaças da Matriz SWOT, ilustraram o que se observou ao longo do campo. Isso remete a importância das interações existentes entre a venda de um passeio/roteiro, por exemplo, e a necessidade das articulações entre os ambientes que compõem o espaço vivido pelos atores quando interagem com os sujeitos das comunidades locais (Figura 82 A, B, C e D)

Figura 82A: Passeio de escuna no Povoado Terra Caída **B:** Praia do Abais



C: Passeio de bugre praia do Saco

D: Moradora povoado Crasto



Crédito: Lillian Alexandre, 2015 e 2017.

Ora, vale ressaltar que o enfoque ainda é baseado no aspecto econômico, já que historicamente o turismo tem sido tratado única e exclusivamente sob esse aspecto. Entretanto, tratar da mudança de perspectiva em se aplicar o TBC, não mais como um segmento, mas como uma estratégia de gestão, implica em utilizar dos novos conceitos e perspectivas bases teórica para sua consolidação.

Assim, revisitando as bases conceituais, percebeu-se que tais articulações funcionam perfeitamente em outros lugares, como é o caso de Tavira, município pesquisado em Portugal, onde através dos aspectos inerentes a cidade, possibilitou não só classificá-la via titulação da UNESCO como patrimônio imaterial através da Dieta Mediterrânica, mas tê-la como representante na região do Turismo Criativo, como recurso para reforçar o papel do turismo sustentável na região. Essa experiência pode direcionar a forma como utilizar os recursos existentes no Litoral Sul Sergipano, focando nos saberes e fazeres das comunidades locais,

sua produção cultural para fomentar os aspectos econômicos e ambientais, como instrumentos de empoderamento delas, fortalecendo as relações possíveis com o turista.

Seguindo a linha de percepção entre o olhar dos entrevistados e a realidade das localidades, serão apresentados alguns símbolos visuais dos atrativos turísticos identificados em seus relatos, no município de Santa Luzia do Itanhy, com a paisagem exuberante do Povoado Crasto; no município de Indiaroba, a orla no Povoado Terra Caída e o pescador no Povoado Pontal; a comida típica e o manguezal da Ilha Mem de Sá em Itaporanga D'Ajuda e a mangaba e as belezas cênicas da Lagoa dos Tambaquis, na Praia do Saco, em Estância (Figuras 83 A, B, C, D, E e F).

Figura 83A: Povoado Crasto (Santa Luzia).



B: Orla Terra Caída (Indiaroba).

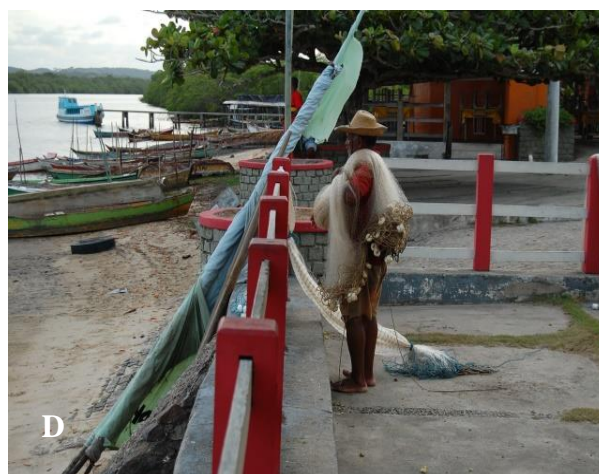


Crédito: Lillian Alexandre, 2015 e 2017.

C: Pescador Povoado Terra Caída (Indiaroba).



D: Pescador Povoado Pontal (Indiaroba).



Crédito: Lillian Alexandre, 2015 e 2017.

E: Comida típica Ilha Mem de Sá (Itaporanga D'Ajuda)



F: Mangabas (Estância)



G: Lagoa dos Tambaquis, Praia do Saco.



H: Manguezal na Ilha Mem de Sá



Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Crédito: Lillian Alexandre, 2016.

Dessa forma, as análises seguiram um ordenamento não só de sentidos para as relações, mas salientaram aquilo que se pretendeu ao longo da tese, apresentar a viabilidade para um novo modelo de gestão a partir do turismo de base comunitária, enviesando novos pilares de entendimento e ações, pautados nas bases conceituais da economia criativa (viés econômico); do turismo criativo (viés sociocultural), da sustentabilidade (inter-relação entre os sistemas de forma harmônica, olhando o meio ambiente como elemento interdependente

das relações) e das políticas públicas (viés participativo) como interdependências possíveis, quando os sujeitos mudam de categoria e saem do simples papel de “atores sociais”.

Todas estas questões reforçam quão importantes são para a estratégia de se utilizar o turismo e a economia criativa como potencializadores do que cada região, do lugar, do que cada comunidade tem de ímpar e de melhor a oferecer, saindo do convencional, mas alicerçando a estes, possibilidades de trazer turistas que melhorem a capacidade dessas comunidades confiarem em seu potencial, mostrando o que se tem de melhor. Pode sim vir a gerar fluxo turístico, quando apresentados de outra forma que a convencional, associando-se ao artesanato, alimentação, histórias e estórias, moldes de fazer e saber, que devem ser valorizados como raiz e essência pelo novo perfil, rompendo com a cadeia hoje existente, do famoso “bate e volta” praticado em nosso Estado.

Segundo Almeida (2013):

Novos agentes sociais forjaram opacas redes espaciais e criaram novos territórios nem sempre de fácil acesso, frequentemente sombrio, quando não vazios, na expressão de Bauman (2006). São, portanto, territórios, com a característica de serem habitados por populações marginalizadas de um sistema cada vez mais segmentado em estratos espaciais distanciados. Os desastres naturais, incidindo nas zonas mais pobres e vulneráveis, provocam, tanto quanto as guerras, a formação de territórios desolados. Como os eventos naturais não são seletivos, países economicamente poderosos como o Japão são, também, atingidos violentamente por terremotos e tsunamis. Tais eventos têm um forte impacto mediático. Às vezes, os impactos são poucos visíveis, porém, latentes no território (ALMEIDA, 2013, p.45)

É exatamente essa realidade que não se pretende aqui quando se propõe o modelo de gestão baseado no TBC, com a preocupação de um ordenamento territorial sem construção de territórios de poder, onde a comunidade local é sempre a desfavorecida das ações das políticas públicas de fato, em um discurso que não converse com a realidade local nem muito menos com seus anseios, como se notou a partir dos relatos e registros fotográficos ao longo da pesquisa.

CAPÍTULO 4

(RE) INVENÇÃO DO TURISMO BALNEAR SUSTENTÁVEL EM TAVIRA -ALGARVE/PORTUGAL

Tavira – Algarve – Portugal



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

“Entre as condições humanas é comum a de gostar-se de movimentos e de mudança. Viajar parece-me útil porque o espírito terá nisso um contínuo exercício ao encontrar coisas novas e desconhecidas” (MOINTAIGNE).

4.1 – Caracterização das atividades turísticas do Algarve

O turismo foi, sem dúvida, o acontecimento maior da terra algarvia no decurso do século XX, (ROMÃO, 2013). Ele veio colocar esta região numa linha primeira dos grandes destinos turísticos, obtendo uma rápida expansão e dando uma contribuição importantíssima para a economia.

O turismo é um dos setores mais relevante para o PIB e tem representado um papel decisivo na recuperação da economia nacional. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e Banco de Portugal (BdP) indicam que em 2015 (até outubro), as dormidas de estrangeiros subiram 10,8% em relação ao ano anterior, os hóspedes estrangeiros cresceram 12,1% e as receitas turísticas consolidaram-se nos 11 mil milhões de euros, representando um crescimento de 10,3% face ao período homólogo de 2015 (CTP) (CONFEDERAÇÃO DO TURISMO PORTUGUÊS, 2017).

A Confederação do Turismo Português – CTP tem por objetivo primeiro, criar o enquadramento adequado ao crescimento sustentado da Economia do Turismo, através do fomento do uso das condições naturais de que o país dispõe, numa ótica de melhoria da qualidade de vida da população e preservação dos recursos ambientais (CTP) (CONFEDERAÇÃO DO TURISMO PORTUGUÊS, 2017).

A grande arrancada tem início na década de 1960 do século XX, com a abertura do Aeroporto Internacional de Faro em 1965, possibilitando o fluxo de turistas vindos da Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda e Escandinávia, favorecendo ao surgimento de inúmeros postos de trabalho, promovendo assim, a fixação de portugueses provenientes de outras regiões em busca de melhores qualidades de vida (ALEXANDRA, 2015).

Nesse mesmo período, foram surgindo os investimentos na infraestrutura turística e até novembro de 2016, e de acordo com os dados do Registro Nacional de Turismo (RNET), existiam no Algarve 514 empreendimentos turísticos. As tipologias que mais se destacavam eram os “Hotéis” e os “Apartamentos turísticos” representando, respetivamente 30,0% e 25,9%, do total de estabelecimentos existentes (COMISSÃO EXECUTIVA DA REGIÃO TURÍSTICA DO ALGARVE, 2017). Ainda, existem os Parques de Campismo distribuídos ao longo da costa, bem como todas as estruturas de apoio, desde os luxuosos complexos turísticos, onde o respeito pelo meio ambiente e a preservação do cunho regional são uma constante, à marina, a campos de golfe (considerados dos melhores da Europa), aos recintos

desportivos, de animação noturna, casinos, entre outros, há um grande investimento no turismo nessa região (COMISSÃO EXECUTIVA DA REGIÃO TURÍSTICA DO ALGARVE, 2017).

Há um fluxo intenso de turistas na região do Algarve, conforme dados do *site* do aeroporto internacional de Faro¹⁸, “em 2016 passaram pelo Aeroporto de Faro (ANA/VINCI Airports) 7.632.857 passageiros, número que constitui novo recorde depois de um crescimento de 18,5 por cento em relação a 2015. O número de movimentos subiu 18,7% para os 53.427”.

E reforça com outros dados o site Observador, que traz dados inerentes à pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), afirmando que “os aumentos se registram em todos os principais aeroportos, numa lista liderada por Faro (22,9%) para 1,4 milhões de passageiros, Porto (22,1%) para 2,3 milhões e Lisboa (20%) para 5,6 milhões de passageiros. O INE destacou ainda os aumentos nas Lajes (20,2%) e no Porto Santo (42,3%)”¹⁹.

E para completar, o *site* da Revista de informação especializada em Turismo, Viagens e Hotelaria - AMBITUR e um *site* de informação diária sobre o setor apresentou os dados publicados pelo INE referente ao primeiro trimestre de 2017, a saber:

O movimento de passageiros nos aeroportos nacionais aumentou 18,6%, próximo do crescimento de 20,3% observado no trimestre anterior. Considerando os principais aeroportos, o maior crescimento observou-se em Lisboa (21,1%) resultante do movimento total de 5,2 milhões de passageiros, seguidos por Porto (19,9%) 2,1 milhões de passageiros e Faro (14,4%) 902,9 mil passageiros. Para esse trimestre, a quota das transportadoras aéreas nacionais foi de 40,1% (38,1% no trimestre homólogo de 2016), em termos de passageiros movimentos²⁰.

No Algarve, as atividades econômicas que formam seu *cluster*²¹ acomodam-se em três setores-chave: o turismo, que integra a rede hoteleira e a restauração (bares e restaurantes), a construção civil e o comércio, que são nucleares na região, pelo pessoal que emprega ou pela riqueza que geram. No entanto, outras atividades, como as ligadas à

¹⁸ Site do aeroporto de Faro, disponível em <https://www.ana.pt/pt/fao/home>, acessado em 12. julh. 2017.

¹⁹ Site <http://observador.pt/2017/04/11/movimentos-de-passageiros-nos-aeroportos-aumentou-143-para-mais-de-45-milhoes-em-2016/> acessado em 12.julh.2017.

²⁰ Site <http://www.ambitur.pt/ine-mais-186-de-passageiros-nos-aeroportos-nacionais-no-primeiro-trimestre/>, acessado em 12.julh.2017

²¹ É o conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e de cultura associativa.

indústria, à agricultura e à pesca, podem ser destacadas, embora apresentando tendências para a perda de importância relativa à economia regional (SANTOS, 2013).

Paralelas a estas atividades e com tradicional relevância na região, estão às atividades agroalimentar e de biotecnologia, que vem assumindo gradualmente um papel de destaque (CCDR) (Comissão e Coordenação de Desenvolvimento do Turismo no Algarve, 2006). Ainda as boas condições climáticas, comparadas com as de outras regiões europeias, tem contribuído para a afirmação da faixa litorânea (*cluster*) como destino turístico no cenário mundial (SANTOS, 2013).

A Região do Turismo do Algarve (RTA) pretende continuar a implementar, em 2018, ações que permitam desenvolver e valorizar o potencial turístico da região, bem como dar uma contribuição para a gestão integrada do destino turístico como base territorial da principal atividade económica do Algarve (COMISSÃO EXECUTIVA DA RTA, 2017).

A RTA, no âmbito das políticas de desenvolvimento turístico, cultural, entre outras, apoia entidades que desenvolvam atividades que promovam a qualidade turística da região, através da realização de programas, projetos ou ações que prossigam o interesse turístico regional (ALGARVE, 2017).

A RTA reforça através de suas peças publicitárias, ações, projetos e iniciativas, a importância do turismo para a região, como se percebe na fala do Vice-presidente da RTA, em entrevistas realizadas nos dias 11 e 22 de maio de 2017.

O GESTOR RTA apresentou:

“O planeamento está baseado no enriquecimento da oferta, na diferenciação do destino por sua identidade, trabalhando a identidade local como atrativo, ofertas turísticas sustentáveis isso, faz com que haja interesse em estimular novos modelos mais sustentáveis de fazer turismo no Algarve.”
“Pode-se promover a intervenção no território, a partir dos municípios e os produtos e tradições locais são mais estimulados a partir das ações de políticas de cada autarquia, isso promove novas parcerias entre os atores e fortalece ainda mais o turismo na região.”

Percebeu-se na fala do GESTOR a importância que o planeamento das políticas voltadas ao turismo tem na organização do território e do fortalecimento das parcerias público privado como para o desenvolvimento regional.

O documento estratégico nacional orientador de Política Setorial para o Turismo – Plano de Atividades e Orçamento da Região de Turismo do Algarve, 2017, juntamente com o

Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) 2013-2015 (TP) (TURISMO DE PORTUGAL, 2013), definiu como principais produtos turísticos para a região do Algarve, os seguimentos de Sol e Mar, Golfe, Saúde e Bem-estar, Cultura, Natureza, Turismo Náutico, Desporto e Turismo de Negócios, sendo considerados relevantes para complementar a oferta turística e atenuar a sazonalidade (RAMOS, *et al*, 2016).

O segmento Sol e Mar tem como texto introdutório nesta folhetaria o slogan “O horizonte como ponto de encontro” (TP) (TURISMO DE PORTUGAL, 2013), o que remete a importância do mesmo para a região:

São quase 200 quilómetros de costa, mais de 100 praias, mais de 50 com bandeira azul e, mais do que isso, uma grande diversidade de paisagens. Falésias, areais intermináveis, rias, ilhas, lagoas, algumas conhecidas e outras ainda secretas e apenas acessíveis a quem conhece bem o caminho. O sol brilha intensamente cerca de 300 dias por ano, mais no verão e na primavera é certo, mas também no outono e no inverno.

Esse é o maior diferencial da região Sul de Portugal, uma vez que o fator climático é um grande segregador dos destinos e tem influenciado na demanda, pois é uma região de clima ameno durante mais tempo, ou seja, o inverno é menos acentuado, fazendo com que seja possível “turistar” pela região por mais tempo (Figura 84 e 85).

Figura 84: Praia de D. Ana, em Lagos – Algarve.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 85: Ilha de Tavira – Tavira- Algarve.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

No segmento Golfe, “Greens com vista para o mar”, o texto se refere a (TP) (Turismo de Portugal, 2013):

Entre o azul do mar e do céu, há uma outra cor que salta à vista no Algarve: o verde. Ou melhor, os verdes dos cerca de quarenta campos de golfe que há nesta região, não por acaso, eleita por duas vezes o melhor destino de golfe mundial, pelas mais prestigiadas entidades e publicações sobre o tema. Praticar golfe no Algarve é descobrir o prazer de jogar a ouvir o mar, os pássaros e o vento nas folhas das árvores que fazem sombra à luz intensa do sol que brilha todo o ano (TURISMO DE PORTUGAL, 2013).

Seguindo, apresenta-se o segmento Saúde e Bem-estar, “SPA é o acrónimo de *Sanus Per Aqua*, mas também podia ser de *Sanus Per Algarve*, tal a diversidade e qualidade dos spas que se podem encontrar nesta região” (TP) (TURISMO DE PORTUGAL, 2013).

A distribuição geográfica dos campos de golfe no Algarve demonstra uma maior concentração nas zonas oeste (Barlavento²²) e central do Algarve, com 16 e 17 campos,

²² Designa a zona oriental do Algarve.

respetivamente. A zona este (Sotavento²³) é a que apresenta menor concentração (seis campos) (COMISSÃO EXECUTIVA DA RTA, 2017).

No segmento Cultura – História, Gastronomia e Vinhos, a influência cultural dos “árabes, lusitanos, romanos, gregos, fenícios, cartagineses, celtas e tartéssicos, remontando até ao neolítico” proporcionam elementos paisagísticos ao turismo de sua importância, além de influenciarem na alimentação, na forma de falar e também nas relações com elementos tipicamente locais. “Felizmente a passagem do tempo não apagou um património cultural que continua a reservar segredos para descobrir no intervalo das idas à praia”. Isso é fortemente visível no momento em que se está em cidades com forte apelo cultural, como Silves e Tavira, por exemplo, visualizadas nas imagens (Figura 86 e 87).

Figura 86: Catedral Sé de Silves – Algarve



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 87: Igreja Santa Maria do Castelo – Tavira



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

²³ Designa a zona ocidental da região natural do Algarve, no sul de Portugal.

A forma de relacionar a cultura como forte elemento motivador ao turista que vem ao Algarve também é apresentado pela RTA, verifica-se no texto do documento publicitário (Comissão executiva da RTA, 2017):

Monumentos, hábitos seculares, rituais religiosos e mercados de artesãos são heranças vivas que passam de pai para filho, de local para visitante. Quanto à gastronomia é tudo uma questão de recolher o que o mar e a terra têm de melhor: caldeiradas de peixe e marisco, cataplanas de amêijoas, uma doçaria à base de figos e amêndoas, e vinhos das sub-regiões DOP Lagos, Portimão, Lagoa e Tavira. Mas nem tudo é tradicional, o Algarve é a região portuguesa com maior concentração de estrelas Michelin. (COMISSÃO EXECUTIVA DA RTA, 2017).

Nota-se verificar que essa associação enriquece ainda mais o produto turístico da região do Algarve, motivando a permanência de turistas por mais dias, além de possibilitar o envolvimento da comunidade local em todos os momentos da prática do turismo em suas localidades.

Na Natureza “Um outro Algarve”, em que se constata a riqueza natural da região, apresentando novos territórios turísticos dentro de um mesmo lugar (Comissão Executiva da RTA, 2017):

[...] o Algarve pela Via Algarviana, um percurso pedestre com 300 km que se inicia em Alcoutim e termina no Cabo de São Vicente, em Vila do Bispo, atravessando várias aldeias onde ainda se vivem as tradições do mundo rural. O microclima algarvio oferece as condições perfeitas para o turismo de natureza, com cenários idílicos como o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a Ponta de Sagres, onde o litoral oeste e sul se encontram em estado selvagem, criando um ecossistema marinho único; o Parque Natural da Ria Formosa, com 60 quilómetros de ilhas e canais privilegiados para a observação de aves; a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim, onde se podem encontrar mais de duzentas espécies de aves aquáticas, e muitos outros lugares onde a natureza ainda se encontra em estado puro. (COMISSÃO EXECUTIVA DA RTA, 2017).

Já no Turismo Náutico, “Rume à descoberta”, tem-se a associação da natureza com a prática do lazer e do desporto (Figuras 88 e 89) (Comissão Executiva da RTA, 2017):

Quando atracar o seu barco numa das excelentes marinas ou portos de recreio ao longo da costa, verá que o mar é apenas mais um pretexto para se divertir nos tempos livres, mesmo com o fato de banho seco. De certeza que irá perceber o que estamos a dizer quando descobrir Vilamoura, Portimão, Faro, Olhão ou Vila Real de Santo António. No mar algarvio, a variedade e o nível das várias provas internacionais continuam a cativar os apaixonados da vela e do leme. Portanto, antes de embarcar, dê uma vista de olhos no calendário desportivo (COMISSÃO EXECUTIVA DA RTA, 2017).

Figura 88: Atracadouro em Portimão – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 89: Atracadouro em Faro – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Observa-se que no Desporto, o slogan “um desporto à partida, todos à chegada” favorece ainda mais as relações com a natureza e permitem que sejam inseridas atividades esportivas associadas aos demais segmentos, isso fortalece o turismo na região algarvia, como vê-se na descrição desse segmento a seguir:

Que o digam as grandes equipes europeias de futebol que aqui costumam estagiar ou os pilotos que vêem o Autódromo do Algarve a 300 km por hora. Que o digam, também, todos os praticantes de modalidades como o Surf, com escolas para principiantes e spots para os mais experientes; os skydivers que caem dos nossos céus o ano inteiro; e os Kitesurfers que aproveitam a boeira da “Nortada” que sopra na Serra de Monchique ou a brisa do estuário de Alvor. Na água, há condições fantásticas para várias práticas e cada mergulho oferece tanta riqueza de espécies que faz de qualquer principiante um Jacques Cousteau (COMISSÃO EXECUTIVA DA RTA, 2017).

Tem-se no Turismo de Negócios com o slogan “Um caso de sucesso” a possibilidade de minimizar os impactos causados pela sazonalidade e pelas mudanças climáticas da região (Comissão executiva da RTA, 2017), conforme se observa:

Há quem diga que o Algarve se transformou num dos destinos europeus de negócios de maior sucesso devido ao seu clima ameno ao longo de todo o ano, à variedade da sua gastronomia mediterrânica, à herança histórica e cultural e, claro, à paisagem intrínseca que concilia praias paradisíacas com os segredos bem guardados da serra. E depois há aqueles que defendem que esta história de atracção junto de empresas de todas as paragens se deve ao número crescente de hotéis de luxo, às condições perfeitas para receber grandes convenções, pequenos encontros e viagens de incentivo, seja numa sala de conferências, num edifício histórico ou até durante uma partida de golfe. A verdade é que ambas as opiniões convergem numa certeza, o Aeroporto Internacional de Faro recebe todos os dias profissionais que chegam das principais capitais europeias e muitos respondem “não” à pergunta: is this your first time in Algarve? (COMISSÃO EXECUTIVA DA RTA, 2017).

Todas as ações descritas anteriormente fazem parte do planeamento da Comissão da Região Turística do Algarve, que conforme afirma o E-GESTOR RTA no relato das atividades da RTA, “tem uma grande importância para guiar as ações dentro da visão de políticas públicas, além da captação de recursos para melhor gerir os projetos pontuais, pois o turismo é o segmento prioritário do Governo Português e foi com ele que conseguimos sair da crise em 2012”.

O Plano ainda versa sobre outras áreas, sendo elas:

- Gestão da Qualidade (Sistema de Gestão da Qualidade dos postos de turismo – certificação; Avaliação do grau de satisfação dos turistas; Avaliação do grau de satisfação dos utentes²⁴ do CDI e do Serviço de Apoio ao Investidor);
- Comunicação e Imagem (Reposicionamento da Marca Algarve; Campanha de comunicação multimeios fim de ano – Espanha; Marketing digital – Algarve Online; Marketing digital – Aplicações móveis; Atribuição de apoio na divulgação de eventos em meios próprios; Imagem Algarve; Guia Algarve; Outras edições; Merchandising);
- Promoção e Animação (Bolsa de Turismo de Lisboa; *Fam trips* “Redescobrir os Segredos do Algarve”; Incentivo Algarve 2017; Incentivo Algarve – Espanha; *Fam-trips* – Portugal e Espanha; Feira das Viagens – Porto; Mundo Abreu – Feira de verão – Lisboa; Expo Abreu – Feira de inverno – Lisboa; FITUR – Madrid – Espanha; Feira Internacional de Ornitologia (FIO) – Espanha; Internacionalização do destino turístico Algarve em Espanha; Feira FEHISPOR – Badajoz – Espanha; Algarve Masters Pro-Am; Algarve Nature Week; Dinamização de Eventos/Atividades; Dia Mundial do Turismo; Dieta Mediterrânica; Feira BLIP – *Better Living* in Portugal; Animação nos Postos de Turismo; Programa cultural “365 Algarve”; Caravela Boa Esperança; Associação Musical do Algarve; Apoio a Associações do setor turístico);
- Informação Turística (Intervenções em Postos de Turismo; Merchandising e produtos à consignação – Vendas);
- Relações Externas (Assinatura de Publicações; Clipping Eletrónico; Press e Blog *Trips*; Agências de Comunicação - Portugal e Espanha; Ações de Relações Públicas; Produção de Conteúdos Editoriais; Apoio ao programa cultural “365 Algarve”), todos esses projetos atuam e promovem vários produtos e numa visão de planeamento, atuam conjuntamente para que a atividade possa ser melhor aproveitada na região.

As motivações, desejos e formação da procura final para a região do Algarve, perpassam pela motivação de natureza turística, pois o clima, os recursos hídricos, o mar, a geomorfologia, o solo e outros elementos da paisagem natural continuam a condicionar a presença do homem no território Algarves, mas é imprescindível, segundo afirma Ramos (2016) que:

²⁴ Usuário.

O desenvolvimento territorial respeite os princípios da sustentabilidade, sob pena de prejudicar o futuro dos destinos turísticos. O desenvolvimento territorial assente no turismo pode trazer benefícios, mas, se não for devidamente planeado e monitorizado pode trazer consequências negativas e de difícil retorno (RAMOS, 2016, p.30).

De acordo com o Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2020 (TP, 2015), o país insere-se na maior região turística do mundo – a Europa – e atualmente pertence ao top 20 dos destinos mais competitivos do mundo. A nível nacional e num horizonte mais próximo, o referido Plano identifica as seguintes tendências: envelhecimento populacional com consequências na procura de produtos e serviços relacionados com a saúde e o bem-estar; modificação das preferências dos turistas com a crescente procura de experiências únicas e autênticas; existência de um ambiente global mais competitivo, com consequências na relação qualidade-preço dos serviços e produtos turísticos; prevalência de turistas cada vez mais exigentes e com maior acesso à informação proporcionada pelas tecnologias de informação; crescente relevância das alterações climáticas e das preocupações ambientais (RAMOS, 2016).

4.2 - O Concelho²⁵ de Tavira: ambiente (s), cultura e turismo.

Cidade estuarina esteve intimamente ligada aos descobrimentos portugueses do século XV e XVI, sendo nesse período a maior cidade do Algarve, onde invernava a esquadra que patrulhava Gibraltar, o Norte de África e as costas algarvias. O património militar e religioso, as vinte e uma igrejas e ermidas de vários estilos situadas nos 66 hectares do Centro Histórico demonstram a intensidade da cristianização, a influência do poder das ordens religiosas e da aristocracia mercantil²⁶ (Figura 90 e 91).

²⁵ O *concelho* ou município (do latim *municipium*, antiga designação romana) é uma entidade da divisão administrativa estatal (divisão territorial de determinados países). Trata-se de uma circunscrição territorial dotada de personalidade jurídica e com certa autonomia administrativa.

²⁶ Site <http://dietamediterranea.net/?q=pt/node/1> acessado em 24.julh.2017.

Figura 90: Rio Gilão em Tavira-Algarve/PT



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 91: Castelo e Muralhas de Tavira – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Refletindo sobre o potencial da cidade de Tavira e a relação dela com a cultura, o patrimônio e sua riqueza, é que o GESTOR Chefe da Divisão de Cultura, Património e Museus, apresentou alguns aspectos importantes sobre sua gestão:

“(...) Desde que foi criado este departamento Câmara da cultura, eu fui o primeiro diretor da linha da cultura e busco valorizar a identidade do País, não é? Da cidade e envolver projetos na área de museus... Deparei-me com a cidade toda em ruínas, a zona do centro histórico desvalorizado, sem recursos (...)”.

“O valor associado à cultura, toda a gente tem muito orgulho de sua cultura, que nossa cultura deve ser diferente, pois a própria Unesco apoia na diversidade cultural, e é um problema muito complexo neste momento, que é fazer face a uma globalização em face ao financeiro, que tende a destruir recursos, línguas, culturas e por tanto, DM e outras inscrições Unesco e são instrumentos de defesa dessas culturas (...)”.

“Estou à frente desde 2001 e vou fazer 16 anos a trabalhar na área cultural (...) valorizar as cidades, é um trabalho de equipa, que trabalha também com sinergia com os colegas (...) A cidade de Tavira tem 21 igrejas, numa densidade incrível, há muita coisa pra estudar...evidente que essas questões de investigação no campo científico são mais difíceis, pela falta de periodicidade (...) uma grande influência dos fenícios, tem um santuário dedicado a eles, as suas manifestações e rituais eram muito em profundidade....também tivemos uma forte presença islâmica, teríamos muito tempo a falar sobre esse tema. O Caminho de Santiago que entra na cidade, mostrando a presença dos cristãos. Esta zona, mesma com o impacto do turismo, era uma aventura, pois as estradas eram más, eram muitas horas...o turismo cá nesta zona, foi estimulada pelos ingleses, na década de 50 (...) O turismo transformou muito a região do Algarve desde então”.

Vale ressaltar que o GESTOR tem um perfil diferente do que estamos acostumados aqui no Brasil, ou seja, ele é um gestor técnico, que está dando continuidade a um trabalho ao longo de 16 anos e que percebe a importância do envolvimento coletivo no processo de desenvolvimento da região e de Tavira.

“O turismo transformou muito o Algarve, com o aeroporto de Faro em 1966, que deu um grande crescimento (...) O Algarve não tinha elites e portanto, quem vai fazer o desenvolvimento turístico do Algarve, são pessoas que vem ou de Lisboa ou da Inglaterra, e adoraram a oportunidade nesses negócios, era a oportunidade de colocar o rancho do folclore nos hotéis, não se tinha mais nada além disso (...) Na década de 90, começou haver uma massa crítica, um conjunto de gente que não é daqui, e vem pra aqui e gosta, percebe que o Algarve tem uma história riquíssima, que tem

que vir a tona, e que foi apagada, mas isso é um processo de muitos anos, né?(....) E que o turismo também pode ser um aliado nesse processo, até porque o turismo se não for um diferenciador, pois as pessoas querem ver coisas diferentes, de qualidade (...)”

“As pessoas acreditam profundamente no projeto DM, os olhinhos brilham (...). Olha porque somos mediterrâneo? A partir do momento que pessoas começam a dizer que é possível, acontece (...) A língua é nosso patrimônio vivo, e é um potencial incrível, porque potencializa as coisas (...) As pessoas não são más, temos que transformar coisas ruins em boas (...) Não me interessa intervir na questão partidária, são princípios, ideias, gentes de formação política diferente, os resultados dos trabalhos, faço um projeto com você e ganhamos os dois se ele for aprovado (...).”

A concepção de gestão participativa faz com que as atividades relacionadas ao turismo em Tavira aconteçam com mais rapidez e efetividade, como se percebeu na fala do GESTOR e ainda, que a importância da elaboração de documentos a serem viabilizados, aplicados e monitorados mostra como as ações efetivas de políticas públicas podem maximizar o potencial das localidades.

Já com a GESTORA do Gabinete de Turismo de Tavira, pode-se perceber o formato de funcionamento do Gabinete, assim como as prioridades de ações que são de responsabilidade desse setor público:

“É o que mais está a trabalhar com o Turismo Criativo, tem o litoral preservado e aqui em termos de turismo, as competências do Gabinete do Turismo, antigamente era a Divisão do Planeamento, e quando digo, é o planeamento mais voltado para o urbanismo, tem haver com os planos que enquadram os conceitos, tem também a parte da inovação (...) São duas pessoas em termos técnicos a trabalhar com o turismo. Festival gastronomia do mar, serranos, trata também de contactar os restaurantes de que participam do Festival da DM, Festival de tapas, petiscos...em termos de eventos é o que se faz...e temos a parte da promoção, participação em Feiras, nacionais e internacionais. Participação com a região do Algarve, como região representativa, por conta de estarmos na DM. Atualizamos bases de dados, temos mais de 1300 registos de alojamentos locais (surgiu para enquadrar as camas paralelas), temos o empreendimento turístico local (hotéis, pousadas, hotéis rurais), quem não conseguiu receber o título de estrelas e estamos a falar de apartamentos e quartos que estão sendo alugados, hosts e só os que estão licenciados, é que podem ir para o booking, por exemplo (...) Depois, a minha colega, do que ela trata? Atualização de restauração em alimentos e bebidas e dos empreendimentos turísticos...nós tínhamos uma série de informações de bancos de dados e agora estamos tratando de ter apenas uma, que é o sistema de informação geográfico, tenho todas as informações da empresa, a fotografia e clica no mapa e mostra aonde estão a operar (...) Aprovação móvel não consegue utilizar esse cruzamento do SIG. Não tem associação em Tavira de

empresários, pois a ATA é a que faz a promoção externa da região do Algarve e a RTA é a que faz internamente. Atualização das informações no site de Tavira, elaboração brochura, material promocional (...) Acompanhamos programas de televisão, fazemos muitas coisas burocráticas. ”

“Acompanhamento às questões mais de natureza, como a eco-via, porque tem muita demanda (...) elaboração de grandes e pequenas rotas, que são sinalizadas e tudo mais. Estamos a fazer novos guias das igrejas, do período histórico, estamos a estruturar toda essa parte de imagem, de promocional, guias para os percursos, tudo que está associado a novos materiais. Começamos a desenvolver um projeto voltado ao público com deficiências, estamos fazendo visitas para ver a acessibilidade, é importante porque trabalha com a comunidade também (...)”.

O total da população residente (26.167 pessoas) e presente (27.054 pessoas) em Tavira, à data dos censos 2011, aumentou 5% e 8%, respetivamente, entre 2001 e 2011, valores inferiores à média regional. As freguesias que registaram o maior aumento da população residente e presente foram Santa Maria e Santiago. Cabanas de Tavira registou um aumento residual de 1% na população residente e bastante expressivo na população presente (21%)²⁷ (INE) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2011).

Em março de 2016, o município de Tavira estava dotado de 3.591 camas classificadas, sendo 1.315 camas em hotéis, 1.124 camas em aldeamentos turísticos, 590 camas em apartamentos turísticos, 390 camas em hotéis-apartamentos e 100 camas em estabelecimentos de turismo de habitação e turismo no espaço rural. Não constavam registos para parques de campismo e/ou caravanismo (RAMOS, 2016).

O primeiro empreendimento turístico de Tavira, o Aldeamento Pedras d’El Rei, surgiu em 1967, a acompanhar a abertura do Aeroporto Internacional de Faro, em 1965. Nas décadas de 1970 e 1980 surgiram gradualmente o Aldeamento Pedras da Rainha, o Eurotel, os Apartamentos Turísticos Golden Club e Nora Velha e algumas pensões. Na década de 1990 continuaram a surgir unidades de pequena dimensão, a exemplo de algumas pensões e unidades de Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação (Quinta da Fonte do Bispo, Quinta do Caracol, Convento de Santo António). No início do presente século surgiram outras unidades hoteleiras de maior dimensão (Hotel Porta Nova, Hotel Vila Galé Albacora, Hotel Vila Galé Tavira, Pousada da Enatur) e ainda mais unidades de Turismo de Habitação e de alojamento local (RAMOS, 2016).

²⁷ Site https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt acessado em 14.julho.2017

No documento publicado no *site* do município de Tavira, chamado Revista Municipal de Tavira, edição de janeiro de 2017, observa-se em seu editorial os “informes referentes a evolução econômico-financeira da autarquia, no período de 2009-2016, pelo então presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Botelho”. Nela informou-se aquilo que era prioridade na gestão e os dados econômicos sobre esse planejamento, investindo nos setores social, educação, cultura, desporto e acessibilidade, “como bases estratégicas para o desenvolvimento do concelho”²⁸ (BOTELHO, 2017).

Com destaque para a área cultural, a aposta do executivo passou pela criação e dinamização do “Viva a Primavera”, programa que, em parceria com as associações culturais da autarquia, tinha o intuito de fomentar a criatividade e reforçar a oferta cultural na época baixa. Já o “Verão em Tavira” voltou a exhibir um programa para todos os públicos, seguindo uma linha de valorização da cultura²⁹ (REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA, 2017).

As principais motivações para a procura do município de Tavira, pelos turistas eram o sol e praia, mas também a cultura e o património passaram a ser grandes motivadores (Figura 92 e 93). Durante o seu período de férias no Algarve, os turistas nacionais e espanhóis utilizam a viatura própria no deslocamento a Tavira, enquanto os restantes mercados utilizam maioritariamente a viatura alugada. Além disso, identificou-se a fidelização ao município, uma vez que os turistas estavam maioritariamente a repetir a visita (RAMOS, 2016).

Figura 92: Ilha de Tavira em Tavira – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

²⁸ Site http://www.cm-tavira.pt/site/sites/default/files/cmt/revista_municipal2.pdf acessado em 14.julh.2017

²⁹ Site <http://www.cm-tavira.pt/site/content/turismo-concelho/caracteriza%C3%A7%C3%A3o> acesso em 14.julh.2017

Figura 93: Museu Municipal de Tavira – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A propósito, Ramos (2016) afirma que:

O concelho de Tavira tem 3.591 camas classificadas. Com uma ocupação a 100%, Tavira poderia acolher 1,3 milhões de dormidas (= 3591 camas x 365 noites) e cerca de 187 mil hóspedes com uma estada média de 1 semana. Em 2014, as unidades hoteleiras do concelho receberam 698 mil dormidas e 170,5 mil hóspedes, sendo as três nacionalidades mais frequentes a portuguesa (39%), inglesa (17%) e espanhola (14%). Tavira, naquele ano foi o 7.º no ranking dos concelhos do Algarve no n.º de dormidas e hóspedes. A capacidade instalada do alojamento classificado foi utilizada em apenas 54% (=100 x 698.000/1.300.000 dormidas) (RAMOS, 2016, p. 59).

Isso mostra um grande fluxo de turistas na cidade, aumentando consideravelmente o uso dos recursos naturais, proporcionando, indivisíveis impactos ao patrimônio, como

pichações, depredação e poluição do Rio Gilão, aumentando a necessidade de ações como as previstas no Plano de Salvaguarda do Patrimônio e no que diz respeito ao Parque Nacional da Ria Formosa (Figura 94 e 95 A e B).

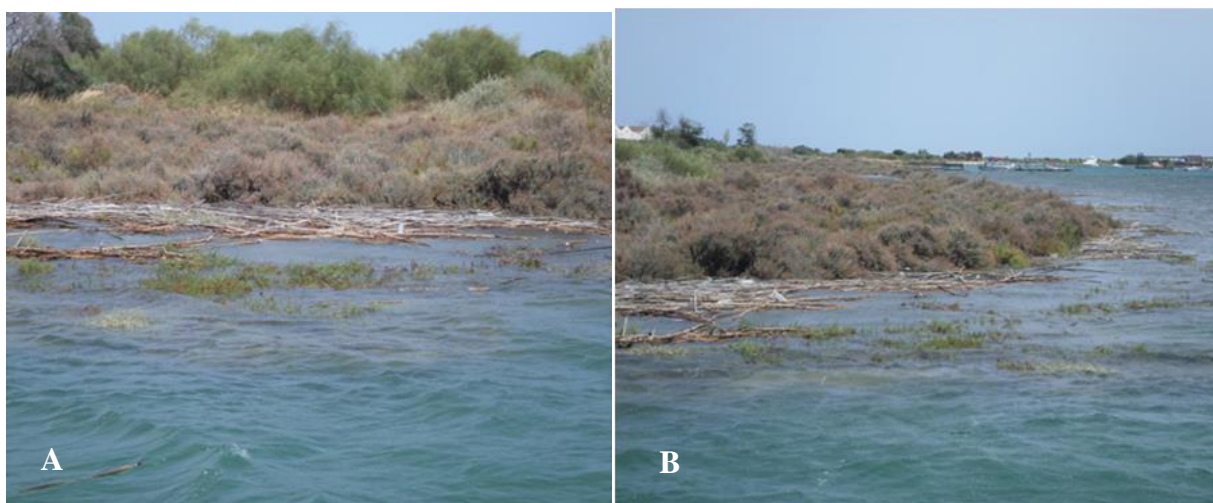
Figura 94: Pichações no Centro Histórico de Tavira – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

O volume de sujeira observados ao longo da travessia da cidade de Tavira para a Ilha de Tavira, atrativo turístico bastante procurado pelos turistas durante o período de alta estação, como se demonstrou a seguir, mostra que apesar dos diversos programas e ações voltadas à preservação ambiental, cuidados com a natureza e mesmo com a educação ambiental praticada pela distribuição de coletores seletivos ao longo do percurso até chegar a Ilha, ainda é necessário um percorrer uma longa caminhada para que se perceba que o rio é vivo e precisa ser respeitado.

Figura 95 A e B: Lixo às margens do Rio Gilão em Tavira– Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Ao realizar a travessia utilizando-se o *Ferry-Boat* para a Ilha de Tavira durante a pesquisa de campo no período das comemorações da Festa dos Santos Populares e Festa da Cidade de Tavira, visualizou-se a sujeira deixada às margens do Rio Gilão e isso chamou a atenção para compreender o que motivou tal poluição. Em conversa com o barqueiro na hora da travessia, informaram que havia quatro embarcações como aquela, com capacidade para duzentas pessoas e que a movimentação começava às 9h30 e encerrava às 19h, no período do verão e numa conta simples ($200 \times 4 \times 12$ por dia = 9.600 pessoas) se vislumbra, num dia de sol e de festa, o fluxo de turistas que visitam a Ilha e que fazem uso desse transporte, o que chamou atenção. É visível o período de funcionamento do transporte através do folheto divulgando os horários na Pousada da Juventude (Figura 96 e 97).

Figura 96: Fluxo de Turistas, maio/2017, Tavira– Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 97: Folheto informativo sobre o passeio a Ilha de Tavira – Tavira– Algarve/PT.

Tavira - Ilha de Tavira
 Empresa de Transportes Fluviais
 Sítio - Transportes Fluviais, Lda

Horários 2017
 Timetables

01 Junho a 30 Junho 2017	Partidas de Tavira	Partidas de Ilha de Tavira
	9:30H	10:00H
	10:30H	11:00H
	11:00H	11:30H
	11:30H	12:00H
	12:00H	-----
	12:30H	13:00H
	13:30H	14:00H
	14:30H	15:00H
	15:30H	16:00H
	16:30H	17:00H
	17:30H	18:00H
	18:30H	19:00H

Preços
 (Prices/ Prix/ Precios)

ADULTOS (Adults/ Adultes/ Adultos)	
Bilhete Ida e Volta Two way tickets Billet d'aller et retour Billetes de ida e vuelta	2,00 €
Bilhete Ida One way ticket Billet d'aller Billete de ida	1,30 €

CRIANÇAS 4 aos 11 anos (Children/ Enfants/ Niños)	
Bilhete Ida e Volta Two way tickets Billet d'aller et retour Billete de ida e vuelta	0,90 €



Fonte: Pousada da Juventude, 2017.

É importante ressaltar, que existem outras embarcações, incluindo barco táxi que fazem a travessia de pessoas em menor número e o fluxo intenso, como se percebeu durante a visita a esse atrativo (Figura 98).

Figura 98: Barco táxi que faz a travessia para a Ilha de Tavira – Tavira– Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A partir desse cenário relatado, faz-se necessário aqui fazer uma menção ao Plano de Salvaguarda da cidade de Tavira, bem como sobre o Parque nacional da Ria Formosa, que tratam do planejamento das atividades não só de turismo, mas do desenvolvimento da cidade e entorno.

O Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) foi criado através do Decreto-Lei nº373/87, de 9 dezembro de 1987, tendo como objetivos primeiros a proteção e a conservação do sistema lagunar, nomeadamente da sua flora e fauna, incluindo as espécies migratórias, e respectivos habitats³⁰ (Figura 99 A e B).

³⁰ Site <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnrf/class-carac>, acessado em 10.ago.2017

Figura 99 A e B: Visão aérea do Parque Nacional da Ria Formosa– Algarve/PT.



Fonte: Disponível em <http://www.sulinformacao.pt/tag/parque-natural-da-ria-formosa/>, acessado em 11.ago.2017.



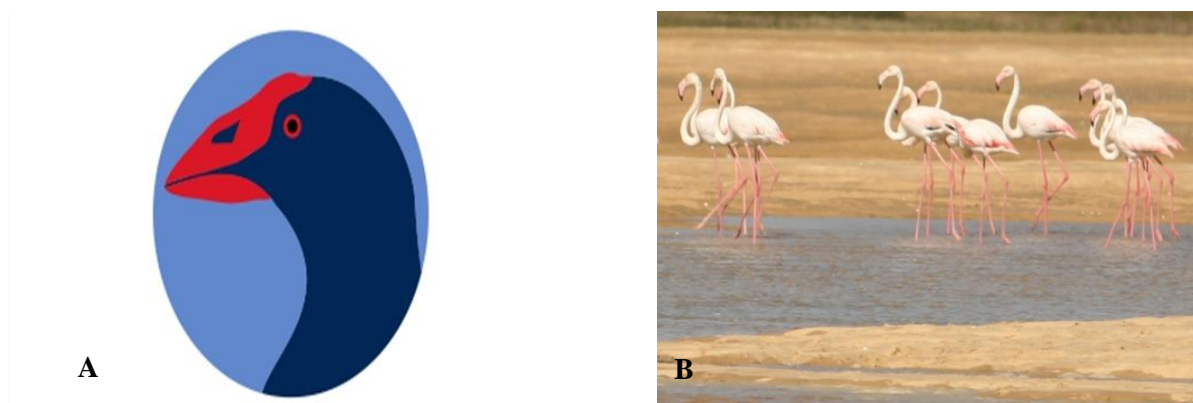
Fonte: Disponível em <http://www.sulinformacao.pt/tag/parque-natural-da-ria-formosa/>, acessado em 11.ago.2017.

O Parque Nacional é um sistema lagunar único e em permanente mudança, devido ao contínuo movimento de ventos, correntes e marés e em 2016 foi eleita como uma das sete

cursos de água, áreas agrícolas e matas, ambiente que, desde logo, indica uma grande diversidade de flora e fauna.

A PNRF é considerada uma IBA³², é uma área importante para as aves, integrando parte da Rede Natura 2000, pois se trata de uma das áreas mais importantes para as aves aquáticas em Portugal, albergando regularmente mais de 20.000 aves aquáticas durante a época de invernada. Toda a zona é muito importante como zona de passagem para as migrações entre o Norte da Europa e África e abriga espécies raras em Portugal como o Camão ou a Galinha-sultana, ave eleita como símbolo do Parque nacional, e outras espécies emblemáticas como os coloridos flamingos³³ (Figura 101 A e B).

Figura 101 A e B: Símbolo do Parque Nacional, o Camão ou a Galinha-sultana.



Fonte: Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnrf/class-carac>, acessado em 11.ago.2017

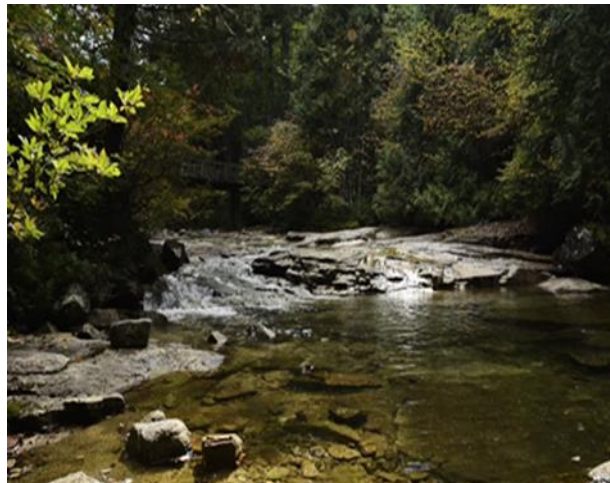
Além disso, vale salientar a sua importância econômica devido à grande diversidade de peixes, mariscos e bivalves³⁴, sustentada pela zona de reprodução e alimentação destes animais – um autêntico viveiro natural, pois é na Ria Formosa que os mariscadores cultivam moluscos bivalves como a amêijoia³⁵ e a ostra, produzindo-se cerca de 80% do total de exportação do país (Figura 102 e 103).

³² **IBAS - Important Bird Areas** - são áreas consideradas prioritárias de conservação das aves e dos seus habitats. São classificadas segundo critérios acordados a nível mundial tais como o grau de ameaça, proporção de efetivos populacionais, entre outros. Desde a década de 80 foram identificadas 7500 IBAS terrestres.

³³ Site <http://www.formosamar.com/pt/ria-formosa#.WY1hGVGGoyI>, acessado em 11.ago.2017.

³⁴ Apresentam concha com duas peças fechadas por fortes músculos (bi significa "duas" e valve, "peça"). São seres aquáticos e, em geral, vivem no ambiente marinho.

³⁵ É a designação comum dada a várias espécies de moluscos bivalves da ordem Veneroida, nomeadamente os pertencentes às famílias Lucinidae, Cardiidae e Veneridae. Muitos são utilizados na alimentação humana.

Figura 102: Marisqueiro.**Figura 103:** Paisagem do Parque.

Fonte: Disponível em <http://barlavento.pt/destaque/a-ria-esta-cada-vez-mais-formosa>, acessado em 11.ago.2017.

A estratégia de implementação do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) consagra a integração e sustentabilidade dos seguintes vetores: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da oferta turística, tendo como base o Código de Conduta e Boas Práticas dos visitantes nas áreas protegidas. Para tal, há uma lista de orientações, visando à sustentabilidade das ações voltadas aos visitantes ao logo do Parque³⁶. Sendo assim, é possível entender que tais procedimentos:

- Respeite os modos de vida e tradições locais;
- Respeite os habitantes locais;
- Respeite a propriedade privada, feche as cancelas caso apareçam durante o percurso;
- Evite barulho e atitudes que perturbem a paz local;
- Mantenha-se a distância dos animais, não os alimente, observe-os com binóculos;
- Não apanhe plantas, nem recolha amostras geológicas, deixe que os outros visitantes também possam contemplar a sua riqueza;
- Tire apenas fotografias, elas funcionam como memória dos bons momentos passados e registram a beleza da paisagem;
- Respeite a sinalização da Área Protegida;

³⁶ Site <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/resource/docs/ap/codigos/codig-condut>, acessado em 11.ago.2017.

- Os percursos deverão ser utilizados por pequenos grupos de cada vez, o excesso de visitantes pode causar a erosão e a destruição da vegetação;
- Não faça lume, utilize lanternas e traga roupa adequada para se aquecer;
- Cada visitante é responsável pelo lixo e detritos produzidos, deposite-os nos locais apropriados;
- Contate as autoridades locais sempre que verifique alguma irregularidade.

No que diz respeito ao ordenamento e gestão do Parque, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. – Sociedade para a Requalificação e valorização da Ria Formosa AS – constituída entre o Estado e os municípios de Loulé, Faro, Olhão e Tavira, foi criada no âmbito do Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira – e visa à gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico, elaborado para o efeito³⁷.

A área de intervenção objeto deste Plano Estratégico é de 19.245ha, abrangendo uma extensão de 48 km de frente costeira e em 57 km de frente lagunar, incidindo na área protegida do Parque Nacional da Ria Formosa, nos municípios de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António³⁸.

O Plano Estratégico tem por objetivos:

- Constituir-se como plano operacional da Sociedade, onde se integra um conjunto de projetos/ações concordantes com as orientações estratégicas setoriais e territoriais definidas para o Algarve, no quadro da política nacional e regional e seus programas operacionais;
- Enquadrar e potenciar uma operação integrada quer em termos de projetos/ações a realizar, quer em termos de atores públicos e privados a mobilizar;
- Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;
- Consubstanciar uma estratégia integrada, coerente e de futura para a Ria Formosa, assente em três grandes objetivos – zona costeira preservada, zona costeira vivida e zona costeira de recursos.

Existem normativas que fazem com que, teoricamente, as ações de planeamento e ordenamento territorial ocorram de forma coerente, pautados em princípios de

³⁷ Site <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnrf/estat>, acessado em 11.ago.2017.

³⁸ Site <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnrf/estat>, acessado em 11.ago.2017.

sustentabilidade, porém, como se visualizou a quantidade de lixo ao longo das margens do rio, mostrando que os turistas precisam incorporar as ações propostas pelo Código de Conduta e Boas Práticas dos visitantes nas áreas protegidas.

A fiscalização deve ser permanente e não somente em caso de festas específicas ou ainda, para as empresas beneficiadoras presentes ao longo do rio e seus afluentes. Não se percebeu nos dias das visitas *in loco*, nenhuma campanha de conscientização ou sensibilização para com os turistas sobre a importância da preservação e conservação do rio, mostrando a necessidade de atentar para os pequenos detalhes inerentes ao Código de Conduta e Boas Práticas.

Em 2016, no Dia Mundial do Turismo, Tavira promoveu uma campanha “Turismo para Todos”, visando estimular boas práticas de acessibilidade e mobilidade. A autarquia³⁹ reuniu entidades em um seminário intitulado “Turismo acessível, a caminho da igualdade”, visando sensibilizar as instituições para a necessidade de criar espaços públicos livres de obstáculos ou adaptá-los ao usufruto de todas as pessoas, com ou sem limitações. Desta forma, todos poderão desfrutar dos momentos de lazer e férias na localidade (REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA, 2017)⁴⁰. É possível verificar a importância do tema, na fala da GESTORA do Gabinete de Turismo de Tavira:

“Prêmio de Sustentabilidade está sendo desenvolvido pelo GESTOR Chefe da Divisão de Cultura, Património e Museus, mas nós efetivamente não estamos fazendo nada a respeito do Turismo Sustentável, porque estamos do turismo acessível como algo mais prático, sustentavelmente, mais abrangente efetivamente, é verdade que não nos atentamos a esse tema, porque estamos falando de uma candidatura de mais de 300mil euros, mas sei que em nível da dieta mediterrânica está a criar, in loco, o prêmio... É verdade que aqui não estamos fazer nada diretamente. Mas de forma objetiva, como estamos a fazer do turismo acessível, sendo sincera, não estamos a fazer nada, por enquanto”.

Tavira está entre os 43 municípios distinguidos no programa ECOXXI 2016, destinado a Municípios Sustentáveis, promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), pelo reconhecimento em prol do desenvolvimento sustentável, evidenciando a

³⁹ A palavra autarquia está já de tal maneira associada à administração local. São designados "autarcas" os membros dos órgãos executivos das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia), sobretudo aqueles que têm funções executivas.

⁴⁰ Site http://www.cm-tavira.pt/site/sites/default/files/cmt/revista_municipal2.pdf, acessado em 15.julh.2017.

concretização de medidas, ações e políticas de sustentabilidade. Dentre os critérios de ponderação, Tavira destacou-se nos pares da informação disponível, cooperação com a sociedade civil, ordenamento do território e ambiente, qualidade da água para o consumo humano e qualidade dos serviços de águas prestados aos utilizadores (REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA, 2017).

Nessa linha ambiental, as quatro praias do município de Tavira (Barril, Cabanas, Ilha de Tavira e Terra Estreita) foram distinguidas com a classificação de “praias com qualidade de ouro” pela Quercus – Associação Nacional de Preservação da Natureza, sendo que esta avaliação resulta das análises realizadas de acordo com a diretiva relativa às águas balneares (REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA, 2017).

4.3 - Da dieta mediterrânica ao turismo criativo.

“O património continua a ser uma das nossas prioridades”, afirmou a GESTORA do Gabinete de Turismo. Os festivais de Gastronomia regressaram, uma vez mais, em 2016, apresentou-se como novidade o Festival de Petiscos que, à semelhança de eventos similares, pretende celebrar a Dieta Mediterrânica - DM, sendo esta uma referência junto às comunidades representativas como Património Cultural Imaterial da UNESCO, assumida por Portugal e Tavira, a presidência/coordenação anual desta classificação transacional (REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA, 2017).

E sobre a Dieta Mediterrânica (DM), é importante frisar que Tavira, comunidade representativa da DM como Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, tem realizado ações inerentes a esta, através da “Dieta Mediterrânica Todo o Ano”, que em 2016 passou a integrar as ações da Câmara Municipal sobre o tema, realizando cinco demonstrações culinárias: “xerém de coentros com filets de cavala” (fevereiro), “polvo e as artes de pesca em Santa Luzia” (março), “risoto de espargos verdades e pudim de mel” (maio) e “polvo conflitado em camas de batata doce e couli de pimentão vermelho” (julho), “peixe do dia com sopa da cataplana” (outubro e, ainda, a ação “Mostra de imagens” (abril) (Figura 104 A e B). Esse programa tem na salvaguarda divulgar as múltiplas dimensões do estilo de vida e da paisagem cultural mediterrânica, tendo por base o seu carácter cíclico (REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA, 2017).

Figura 104 A: Polvo à Lagareira (prático típico) Tavira – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Figura 104 B: Peixe do dia - Tavira– Algarve/PT



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

O GESTOR Chefe da Divisão de Cultura, Património e Museus, apresentou sua perspectiva sobre a DM e como foi o andamento para a inclusão do município de Tavira, como segue:

“Tavira foi convidada pelo Governo Português para assumir a responsabilidade de ser a cidade representativa da Dieta Mediterrânica de Portugal (...) Foi uma reunião com o presidente da Câmara de Lisboa, aonde entregam um dossiê sobre a DM...porque vem a parte médica, logo inicialmente, o enfoque foi logo na linha médica, por conta de problemas de obesidade, de doenças cardíacas (...) A candidatura tem 3 fases, a primeira de apresentação da documentação, a segunda é mais de análise de conteúdo desses documentos e a terceira, é se vai ou não para a conferência de bens materiais e imateriais (...) Foi aprovado por unanimidade, sem recomendações...foi uma vitória, pois é uma valorização muito importante para nós. Ter um Plano de Salvaguarda bem elaborado é o primeiro passo. Nossa primeira feira da DM foi em 2013. Começamos a fazer o desenvolvimento do Plano de Salvaguarda”.

“Qualquer projeto da Unesco tem que ter envolvimento com a comunidade, a justificação para isso é exatamente isso, o envolvimento de cerca de 70 organizações envolvidos, também regionais, como a Universidade que também foi convidada....todos foram incluídos na parceria para o projeto, por isso o sucesso inicial do projeto, todos foram envolvidos(....) Logo no início a Câmara Municipal de Tavira, fizemos com um conjunto de parcerias e isso surpreendeu toda a gente, porque houve um volume muito grande, de grande aceitação popular, pois valoriza a nossa cultura e que deve demonstrar a cultura diferente, pois a própria Unesco valoriza essa responsabilidade para respeitar ela. A própria forma de defender o que é do lugar, valorizando a cultura local, através de seus bens materiais e imateriais e a DM é essa grade potência”.

O projeto integra passeios de interpretação do território, demonstrações e oficinas em torno dos saberes-fazeres mediterrânicos (Figura 105). As iniciativas são promovidas pela edilidade e contam com a colaboração dos habitantes locais e de parcerias com outras instituições, integrando o saber empírico e o saber científico (REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA, 2017).

Figura 105: Demonstração do pão caseiro em Tavira – Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A participação da comunidade local e de turistas na V Feira da Dieta Mediterrânica, que ocorreu de 7 a 10 de setembro de 2017, em Tavira, apresentou a potencialidade para o turismo criativo com esses momentos de interação ao longo da feira, em que era possível participar da elaboração de um prato típico onde o espaço estava preparado para receber os participantes inscritos (Figura 106).

Figura 106: Oficina na Festa da Cidade - Tavira– Algarve/PT.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

A DM é uma cultura milenar, a qual foi partilhada pelos povos do sul da Europa, Médio Oriente e norte de África e levada aos cinco continentes pelas grandes navegações do século XV e XVI. Ela é um conjunto de competências, conhecimentos, práticas e tradições relacionadas com a alimentação humana, que vão da terra à mesa, abarcando as culturas, as colheitas e a pesca, assim como a conservação, transformação e preparação dos alimentos e, em particular, o seu consumo. O modelo nutricional desta dieta permaneceu constante através do tempo e do espaço, os ingredientes principais são o azeite da oliveira, os cereais, as frutas e verduras frescas ou secas, uma proporção moderada de carne, peixe e produtos lácteos, abundantes condimentos e cujo consumo à mesa é acompanhado de vinho ou infusões, respeitando sempre as crenças de cada comunidade”⁴¹.

A DM – cujo nome deriva da palavra grega *díaita*, que quer dizer modo de vida – não compreende apenas a alimentação, pois é um elemento cultural que propicia a interação social, verificando-se que as refeições em comum são uma pedra angular dos costumes sociais e da celebração de acontecimentos festivos. A dieta mediterrânica originou também, um

⁴¹ Site <http://dietamediterranea.net/?q=pt/node/1>, acessado em 15.julho.2017.

conjunto considerável de conhecimentos, cânticos, refrãos, contos e lendas (DIETAMEDITERRÂNICA, 2017).

Inclui convivialidades, festividades cíclicas, rituais e expressões artísticas a maioria delas relacionadas com os alimentos “o pão, o azeite e o vinho” que foram sacralizados pelas religiões monoteístas e constituem a “trilogia da DM”. A valorização dos produtos característicos do Algarve e dos cereais e pão, vinho, azeite, amêndoas, alfaborra, figos, leguminosas, aromáticas, citrinos⁴².

Assim, permanece uma atitude de respeito pela terra e a biodiversidade e garante a conservação e o desenvolvimento de atividades tradicionais e artesanais ligadas à agricultura e às pescas em muitas comunidades dos países do Mediterrâneo (...). As mulheres desempenham um papel fundamental tanto na transmissão de práticas e conhecimentos específicos sobre rituais, gestos e celebrações tradicionais, como na salvaguarda de técnicas (DIETAMEDITERRÂNICA, 2017).

No Plano de atividades e Orçamento da RTA 2017, a ação voltada a Dieta Mediterrânica trás as seguintes descrições:

- A realização de ações de divulgação e promoção da dieta mediterrânica;
- Integrará a comissão organizadora da 5ª edição da Feira da Dieta Mediterrânica;
- A RTA assegurará a concessão e produção de materiais promocionais alusivos à temática da dieta mediterrânica e desenvolverá toda a campanha de comunicação e divulgação do certame;
- Continuará a participar na Comissão da Dieta Mediterrânica e a colaborar no Plano de Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial da DM;
- Integrará o projeto Património Cultural – Dieta Mediterrânica, a candidatar pela UALG ao CRESC Algarve 2020, com ações de divulgação da dieta mediterrânica, nomeadamente com a produção de materiais informativos e visitas de familiarização;
- Acompanhará, enquanto parceiro associado, o projeto “Medfest – MED *culinary heritage experiences: drivers of sustainable development and tourism*”, que a associação *in loco*, representando Portugal, irá desenvolver em parceria com entidades de mais sete países (Eslovénia, Croácia, França, Espanha, Grécia e Chipre), visando à criação de estratégias de turismo sustentável no âmbito da gastronomia tradicional, envolvendo experiências culinárias

⁴² Site https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/eventos/20160129_articular_intervir_jorgequeiros_cmtavira.pdf acessado em 18.julh.2017.

em zonas rurais de modo a promover novos destinos sustentáveis na área do Mediterrâneo, reduzindo a sazonalidade, salvaguardando o património culinário, os produtos e saberes locais;

- Implementação de ações no âmbito do Plano de Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial da Dieta Mediterrânica.

Ao longo da V Feira da Dieta Mediterrânica, de 07 a 14 de setembro de 2017, foi possível observar momentos em que a interação com as atividades desenvolvidas pelas comunidades relacionadas com a DM, não só no sentido da alimentação em si, mas também do artesanato ligado ao processo de comer e beber, como no fazer utensílios utilizados para decoração da mesa ou ainda, para o uso como pratos e copos, como é possível ver (Figura 107).

Figura 107: Utensílios para o preparo de alimentos.



Crédito: Lillian Alexandre, 2017.

Assim, a relação com os elementos relacionados à cultura local, não só na alimentação como recurso identitário, mas também no uso dos ingredientes que identificam como únicas as relações entre a cultura, a identidade e o turismo, fazem com que a riqueza

produzida na região de Tavira seja uma referência para que se possa analisar como instrumento de fomento local, exemplo para ser potencializada a região e ainda, tendo em suas boas práticas, estratégias para viabilizar pensar políticas públicas eficientes e criativa para o Litoral Sul de Sergipe.

No que se refere ao turismo criativo e sua construção em Tavira, compreende-se que as do ponto de vista da riqueza cultural apresentada tanto no patrimônio edificado, quanto na cultura solidificada e na identidade premente sentida nas relações da comunidade com os turistas, a partir dos diversos povos que por ali estiveram, fortalecem os insumos culturais para promover uma experiência diferenciada e única para a região. Além disso, as bases políticas consolidadas evidenciam que o papel das políticas públicas de turismo consolidam um destino de tal forma que ele pode servir de base para reflexões “**além-mar**” (grifo nosso), para o que se pretende estudando a cidade de Tavira.

Com isso, é necessário reforçar o papel das culturas locais, para que esse novo segmento possa ser, de fato, um elo de fomento local, de integridade das identidades locais e acima de tudo, que possa contribuir para a sustentabilidade das atividades que já faziam parte do meio social local e que vieram a fazer parte desse novo “consumo” da atividade.

Assim, a região do Algarve, em Portugal, é uma região de destino turístico de excelência com mais relevância em Portugal e na Europa, pois já é conhecida como “estância balnear nacional” e ainda, com a prática do turismo de “praia e sol”, surgem problemas semelhantes ao do Brasil, na massificação dos destinos com essa característica e isso a transforma em referência de boas práticas.

Ambas as regiões de estudo aqui apresentadas, tem singularidades a partir da visão do turismo de Praia de Sol e proporcionando um rico campo de estudo, uma vez que, estão localizadas em zonas turísticas de intensa mobilidade e fluxos, que acarretam em mudanças significativas direta e indiretamente, nas comunidades locais.

Todas as ações de políticas públicas de turismo implantadas remetem ao desenvolvimento como objetivo fim, e nele, as regiões e suas comunidades são observadas como membros ativos na realidade do Litoral Algarvio e as boas práticas que servem de referência para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em regra, os atores do turismo se voltam para o olhar econômico, como mostramos ao longo dos nossos estudos, pois é o formato de base para o dito desenvolvimento local e com ele, a geração do emprego e da renda, mas é preciso reiterar também a importância das demais dimensões, tanto na construção de políticas mais realistas, eficazes e condizentes para se alcançar esse desenvolvimento, quanto o olhar para o lugar em que elas serão executadas, pois o que vem ocorrendo nos dias atuais, é uma grande marginalização dos atores sociais envolvidos no turismo sustentável por essas políticas. A exclusão do seu lugar, para a abertura da chegada do “desenvolvimento” cria guetos, conflitos e amplia a desigualdade social local, desvirtuando um turismo que pode ser inclusivo.

A crise pela qual o mundo passa, bem como o Brasil, traz à tona a necessidade de novos modelos de gestão. A nossa reflexão aqui apresentada baseia-se no fato de que há que se pensar nesse modelo como estratégia, pois na velocidade em que as mudanças ocorrem e das necessidades em se preservar o meio ambiente, é preciso que haja uma mobilização para o uso do modelo complexo pensado numa relação entre o turismo de base comunitária, o turismo criativo e a economia criativa, fortalecendo as bases desse novo pensar. Isso se traduz nas necessidades apresentadas ao longo da pesquisa pelos autores referenciados e também pelos atores locais, que fazem como de fato, com que o turismo aconteça nas localidades, pois o novo perfil do turista, que deseja experimentar, vivenciar, sentir e absorver o máximo desses espaços e lugares faz com que seja necessária uma reflexão para o fomento do turismo em si.

O turismo se apresentou ao longo da pesquisa, mais do que um segmento econômico, mais do que uma estratégia de desenvolvimento local, mais do que nunca, um instrumentalizador de valorização sociocultural nas localidades, e isso foi percebido pela análise não só das políticas públicas vigentes no País para o turismo, que já traz em seu bojo a ideia da “inclusão” a partir do turismo, mas também nas dimensões que se inter-relacionam com ele, como a ambiental, por exemplo.

Pensar na prática que a teoria do desenvolvimento é também tão dinâmica quanto as questões que emergem do turismo, é corroborar para que o caráter interdisciplinar pelo qual o turismo se faz necessário e conseqüentemente, fomenta o local, é olhar para o sistema em toda a sua grandeza, é perceber que as dimensões que fazem parte de sua conjuntura teórica,

deve ser almejada na prática e que a percepção da dinâmica entre os diversos atores e sujeitos locais não acontecem fora dele unicamente, mas principalmente dentro dele. O turismo aqui mencionado, não é um elemento isolado, não se constrói de forma unilateral ou sob o aspecto econômico apenas, esse turismo que se defende é aquele em que há o humano, direta e indiretamente agindo, construindo pilares e nas dimensões da sustentabilidade, pautado nas relações entre esses atores sociais inquietos, mutantes e transdisciplinares, que hora irão compreender o seu papel no sistema, ora irão dificultar ou mesmo negar o processo como um todo.

Todos os elementos são importantes ao processo de se construir um modelo de gestão pautado nas dimensões da sustentabilidade, onde o que foi convencionado dentro da gestão pública do turismo ao longo dos tempos, de que sustentabilidade não existe, deve ser revisitado e repensado no ato de implantar ações em que as comunidades locais não estejam inseridas.

Atrair novas reflexões a ele é torná-lo de fato sustentável nos dias atuais, mais reais possíveis, o discurso da teoria, em que, “o fazer-se hoje reflete no que teremos amanhã”. Há que se pensar em um novo perfil de turista/visitante em um mundo repleto de tecnologia e transferi-las de forma eficiente, pois atender a percepção da comunidade local, sobre esse novo turista, que tem acesso aos dados do local, que muitas vezes ele (comunidade) não detém. Falar em sustentabilidade, quando não há diálogo entre os envolvidos e responsáveis pela gestão das localidades, não faz com que haja o desenvolvimento integrado do qual estamos almejando, nem tão pouco a falta de envolvimento do público e do privado nessas localidades, pode acelerar esse processo de forma adequada. Estes atores que fazem o sistema de turismo acontecer e movem de fato a cadeira de turismo é que se precisa envolver nesse novo modelo.

Concordou-se que o desenvolvimento local aqui defendido, suportado pelas dimensões de sustentabilidade econômica, sociocultural, ambiental e política, dá forma e ritmo aos atores locais que passam por elas, pois essas comunidades em que estes sujeitos atuam se apropriam dos elementos, organizam e transformam o território em questão, assumindo, assim, a diversidade de aspectos em que a sua participação cívica interfere e em que predomina o importante papel a eles dado.

Entendeu-se que a partir do novo modelo de gestão pautado na tríade turismo de base comunitária, turismo criativo e economia criativa, tais bases são tendências para a criação de

novos territórios turísticos no Litoral Sul de Sergipe, vislumbrando-se com isso, o desenvolvimento sustentável possível, uma vez que os atores sociais estarão diretamente envolvidos no processo, desde que estimulados para tal.

A regulação da base social, a partir do lugar e suas construções cultural-simbólicas, solidária e de troca, permite com que as pessoas que vivem e recebem as consequências deste “desenvolvimento” possam, portanto, participarem para a construção de um outro desenvolvimento, que centra mais nas pessoas e em seu cotidiano social, do que unicamente num ambiente de produção e lucro como é de costume se associar ao “desenvolvimento”.

Primeiramente, identificou-se ao longo do estudo que a capacidade das comunidades locais lidarem com fluxo turístico já definido e como foi conflitante as narrativas dos entrevistados, pois na medida em que se viam envolvidos com este fluxo no tocante a oferta de serviços e as promessas políticas de melhoria com a chegada da infraestrutura e investimentos no setor, fazendo com que a comunidade ora se mostrasse a favor, quando o entendimento de coletividade se fazia presente e ora se mostrava inquieta e pensativa em como iria participar de todo esse processo.

Aspectos como falta de infraestrutura turística de bares, restaurantes e hospedagens, capacitação, limpeza pública ou ainda, ausência de saneamento básico como indicado a partir do olhar da pesquisadora servem para expor questões muitas vezes escondidas pelos discursos de melhoria. Os elementos apresentados nas falas dos atores locais, em algum momento refletia sua angústia pela chegada desse “turismo”, onde se sentiam excluídos do processo, onde se identificou o imaginário gerado a partir de uma imagem projetada de um lugar turístico de litoral paradisíaco proposto no discurso público, mas inexistente na prática.

Pensar nesse imaginário, é ponderar sobre a interferência das ações de uma política homogeneizada pelos indicadores públicos de fomento desenfreado em que, na maioria dos casos, percebe-se a total exclusão dos sujeitos sociais locais e alterar o cotidiano da comunidade local, como vimos nos relatos dos entrevistados, como pescadores que deixaram de atuar como pescadores e passaram a ser condutores de barcos para turistas. Isso instiga a pensar sobre o papel de fato dessas políticas públicas, que segregam e segmentam em prol de um turismo que não atende aos moradores, enquanto canal de desenvolvimento local. Ora, ações comunitárias voltadas à garantia da proteção ambiental, preservação cultural e o fortalecimento dessas comunidades, organizadas principalmente, em associações ou cooperativas, é um olhar necessário quando se pensa em fomento local.

É notório que as inquietações dos moradores locais para a chegada desse turismo que vem atrelado as obras e ações do PRODETUR, faz com que eles pensem numa mudança de cotidiano, de ocupação do espaço e conseqüentemente, de rotina de vida para pior, pois não se sentem partícipes deste processo de fomento. Percebeu-se ao longo das falas, que o empoderamento local não é fácil, sem que haja um interlocutor fazendo as intervenções pontuais entre os gestores, a iniciativa privada e essa comunidade, mas que, os conflitos também continuam a existir, perpassando pelo próprio histórico de assistencialismo e inoperância causados pelo poder público, seja municipal, estadual e/ou Federal.

Verificou-se como a visão da comunidade corrobora para um olhar voltado para as necessidades de melhoria social e como consequência, uma visão mais econômica da gestão, pois sem estes indicadores apresentados, o crescimento de fluxo torna-se comprometido.

A matriz SWOT trouxe aspectos que ponderados dentro da realidade do local, puderam ser compreendidos como importantes e necessários para a boa condução dos processos de análise e dinâmicas voltadas ao desenvolvimento do turismo, pois ao se iniciar o diálogo sobre a melhoria da qualidade de vida com os atores locais, (principalmente aqueles envolvidos diretamente com o turismo nas localidades e posteriormente, a toda uma região turística) mostrou que há sim uma compreensão do papel das gestões públicas, suas instâncias e a necessidade de articulação pública e privada, além do envolvimento direto das comunidades em todo o processo.

Isso seria possível exatamente porque o modelo aqui proposto busca o local como viés para o desenvolvimento, o lugar como materialização de envolvimento comunitário e um ambiente harmônico e integrado para que a participação coletiva ocorra de forma a gerar igualdade a todos os envolvidos com o turismo neste território.

As transformações socioespaciais ocorridas no litoral sergipano ao longo desse período de pesquisa são visivelmente comprovadas e percebidas, não só pelos moradores, mas por todos que fazem uso dos espaços turísticos nos destinos, como foi constatada a erosão ocorrida na Praia do Saco, de 2014 (quando a pesquisa foi iniciada) a 2017 (última coleta de dados) e o quanto isso alterou a dinâmica ambiental local, condicionando mudanças espaciais de residências e estabelecimentos comerciais locais, além da manifestação da erosão em outros lugares, como na Praia da Caueira, por exemplo. Além do surgimento de condomínios, que alteraram a dinâmica das catadoras de mangaba, que tiveram seus espaços reduzidos

significativamente de coleta do fruto, fazendo com que elas perdessem consideravelmente seu poder de confecção de produtos e consequentemente, recurso financeiro.

Vale ressaltar que, estes espaços em que a atividade turística está sendo inserida pelas ações de políticas públicas, são espaços de correlação social, em que a comunidade local não os vê apenas como espaços públicos, mas de representação cultural e simbólica, e esse é um dos aspectos inerentes para que o turismo criativo, por exemplo, possa ser pensado.

No tocante ao que se identificou ao longo das entrevistas com os gestores públicos, o discurso das políticas públicas do turismo reflete uma temática de fomento das localidades de forma sustentável a partir de ações inerentes à modificação do espaço e na implantação de equipamentos, serviços e infraestruturas necessárias para que o turismo desperte uma demanda, criando novos territórios, como se afirmou, porém, não há um cuidado para que estas questões ambientais sejam acompanhadas e monitoradas para não gerarem impactos irreversíveis. Por exemplo, percebeu-se a inserção de elementos na paisagem e no meio ambiente, que pela regulação das APA'S, não seriam possível de existir, como construções voltadas a Segunda Residência. As políticas públicas não podem ser movidas e previstas para o benefício de poucos, como realidade existente em nosso País, é preciso que essa elaboração seja repensada em coletividade, a médio e longo prazo, pensando-se no bem comum e maior, que é a comunidade local.

A identidade, a cultura e as relações de poder que surgem a partir da chegada desse turismo e gera um imaginário na comunidade tradicional tal, que não são percebidas por esses discursos (e suas ações) trazendo consequências irreversíveis muitas vezes e o pensar de novos projetos, mais gasto público e desgaste social, sem que se chegue a um consenso no tocante a qualidade dos resultados gerados em detrimento do esperado.

É necessário que, a estratégia aqui apresentada, em formato de modelo de gestão participativa para um desenvolvimento sustentável do turismo, seja pensado nas bases de turismo criativo e economia criativa e que haja uma reflexão as boas práticas percebidas na pesquisa feita em Tavira-Algarve-Portugal, ao longo dos 6 meses de doutoramento sanduíche, pois as práticas para o turismo balnear praticado, associa-se às atividades de cunho sustentável no planejamento do destino, da políticas efetivas e de continuidade e o envolvimento da comunidade e dos agentes públicos e privados em todo o processo de fomento dessa localidade. Isso mostra que é possível pensar em um modelo correlacionado a nossa realidade para o Litoral Sul Sergipano.

Assim, pensar políticas públicas ao bem estar comum e aos aspectos da preservação ambiental e cultural são de suma importância para se chegar a um turismo sustentável e porque não dizer, futuramente, no pensar Turismo de Base Comunitária também no litoral algarvio.

A relação entre o pensar políticas públicas pelos gestores municipais e regionais na região do Algarve e que refletem em Tavira, perpassam por discussões com o *trade* local, com a afinação de metodologias de pesquisa junto à universidade, com a iniciativa privada e principalmente, com a comunidade residente, que indicam ações a partir de sua realidade de vida, de seu cotidiano e de suas relações com o lugar.

Há de fato preocupação com os aspectos ambientais, pois quando uma Unidade de Conservação é criada, ela representa a preservação e conservação do que de mais importante há na natureza, como se conheceu na APA da Ria Formosa, em Tavira, que é de suma importância para a sobrevivência de um turismo voltado a natureza, balnear, estimulador de um primeiro fluxo de turistas para a região. Em um segundo momento, os aspectos inerentes à culinária local, baseada nos frutos do mar e na qualidade da água para que o visitante/turista possa se sentir seguro no uso desse recurso natural.

Ainda a participação das comunidades nas atividades culturais percebidas ao longo das festividades A Festa da Cidade, Festa dos Santos Populares e a Feira da Dieta Mediterrânica, apresenta uma forte presença cultural, de identidade e de pertencimento, em que desde o artesanato, até a gastronomia, a comunidade local estava presente. Nisso experencia-se o turismo criativo e como consequência, uma economia criativa, pois há um envolvimento esperado no processo, ele de fato ocorre e todos ganham de forma exponencial e não unilateral.

O novo turista, interessado em vivenciar a experiência do fazer, das relações ambientais e sociais inerentes aos territórios que surgem a partir do turismo, irão olhar, principalmente, para como as comunidades estão sobrevivendo a partir do turismo e de como esse turismo está se relacionando com os demais aspectos do desenvolvimento, trazendo para ele, possibilidades concretas de experiências positivas e não só de consumo, mas principalmente, de bem estar cultural refletido numa identidade única, passada através de toda essa representação vivenciada pelo turista com a comunidade local.

Atentar para a possibilidade de fomentar um turismo sustentável a partir das boas práticas existentes em Tavira, é refletir para um turismo além-fronteiras, que associa a base

local ao turismo criativo e a economia criativa. É entender que é possível, a partir das boas práticas existentes numa localidade de aspectos semelhantes aos das localidades de estudo no Litoral Sul Sergipano, encontrar alternativas num modelo de gestão em que se preze a sustentabilidade acima do turismo massivo. Em Tavira observamos que a comunidade esta inserida e está politicamente ativa nas decisões e no formato de turismo que se pretende que a identidade se faz presente no patrimônio edificado e preservado, assim como na gastronomia, nas vestes e ainda na musicalidade, que os prestadores de serviço estão inseridos com capacitações e com vontade de melhor servir ao turista, preocupando-se inclusive, em se comunicar com o mesmo idioma. Tais práticas ainda não podem ser sentidas no Litoral Sul Sergipano, onde há fluxo, mas a comunidade não se beneficia como se percebeu. Ainda são fortemente sentido em nosso litoral as práticas assistencialistas pelas quais o poder público tratou e trata das comunidades menos favorecidas, e isso dificulta a pro-atividade e empoderamento tão necessários para que o TBC se faça presente.

O lugar como elo para a identidade, o fortalecimento da cultura e a mobilização social, políticas eficientes e sustentáveis trará um novo olhar para esse novo território turístico que se surgirá a partir da implementação de um modelo de gestão de TBC, pois com todas as informações aqui referenciadas ao longo da pesquisa, constatou-se que esse modelo de pensar sistêmico pode ser inserido nas localidades, desde que haja boa vontade coletiva de se pensar no novo, no olhar coletivo e nas articulações em que os benefícios sejam para a maioria. Assim, será possível minimizar os impactos sociais, ambientais, culturais, o econômico no litoral sul de Sergipe, maximizando aquilo que de melhor existe nas localidades estudadas.

Portanto, o modelo de turismo aqui apresentado transpõe a ideia de que uma única dimensão é mais importante do que a outra na hierarquia da construção do bem comum, do fortalecimento das comunidades locais e ainda, do desenvolvimento local. Pensar coletivamente é um processo social, que vem acontecendo no mundo como um todo e não é possível mais que Sergipe se coloque de forma tão posta a essa realidade mundial.

O pensar coletivo que a Ilha Mem de Sá descortinou um excelente exemplo de como o modelo de gestão participativa do TBC pode ser iniciado, servindo não só de apoio as demais localidades do litoral sul, mas ao longo dos anos de implantação pelo qual o programa passou, mostrando os erros e acertos que a comunidade sofreu, nos remete a exemplos reais, que se inseridos como instrumento para uma gestão participativa para a região, trará facilidades de se repensar o modelo atual de turismo praticado.

No momento em que implementar esse modelo de gestão a partir do TBC, construiremos um modelo de referência para o desenvolvimento turístico local, chegando-se o mais perto possível das premissas da sustentabilidade local, cuidando dos espaços coletivos, do lugar e conseqüentemente, fazendo emergir um território turístico passível de fomentar inclusão social de qualidade.

Entendendo que a teoria da complexidade é um suporte interpretativo para esse modelo de gestão, analisou-se que “a parte não apenas está no todo, mas o todo está nas partes” e dessa forma, é possível olhar para cada realidade encontrada nos municípios do litoral sul e ver neles imensas possibilidades para fomentar o turismo criativo, a economia criativa e como consequência, um turismo de base comunitária sólida enquanto modelo de gestão participativa.

Portanto, é analisar todos os aspectos teorizados ao longo da escrita e pormenorizar, voltando-se ao local e tendo em suas limitações, oportunidades de trazer novos elementos para a construção de saberes, fazeres e experiências possíveis para concretizar o modelo baseado nas experiências e interatividade em que o visitante/turista terá enriquecimento cultural a partir do convívio com as comunidades e suas práticas, além da valorização dessas comunidades em seu meio de produção e vivências; favorecendo parcerias entre os diversos atores do *trade* turístico, que serão pressionados para que as políticas públicas sejam organizadas numa visão global e não mais fragmentadas e isoladas, permitindo que surjam fluxos das partes e que estas tenham o devido valor que as dimensões da sustentabilidade apresentam como sendo necessárias na construção deste desenvolvimento local salientado ao longo do estudo.

REFERÊNCIAS

- AGNOL, S. D. **Impactos do turismo x comunidade local**. Anais do VII Seminário de Pesquisa do Mercosul, Turismo e paisagem: relação complexa. Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil – 16 e 17 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt02/arquivos/02/06_Dall_Agnol>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- ALBANO, C.; MURTA, C. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Território Brasília/Editora UFMG, 2002.
- ALEXANDRA, R.G et al. **Fragmentos para a História do Turismo no Algarve**: promontoria monográfica História do Algarve 02. Centro de estudos em patrimônio, paisagem e construção (CEPAC): Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Faro, 2015.
- ALEXANDRE, L. M. de M. **Políticas públicas de turismo nos municípios ribeirinhos do Baixo São Francisco Sergipano**: Avaliação do PRODETUR/NE I. Dissertação de Mestrado: UFS, 2003.
- ALEXANDRE, L. M. M. **O desenvolvimento sustentável e o turismo no mundo capitalista: algumas**. I Simpósio de Turismo e Geografia, v. 1, p. 436-451, 2010.
- ALEXANDRE, L.M.M e SILVA FILHO, G. P. **O turismo de base comunitária como viés dos saberes e fazeres do movimento Catadoras de Mangaba**: a construção da mangaba como bem cultural que poderá consolidar o lugar enquanto atrativo turístico sustentável. In III Seminário de Políticas Públicas para a Diversidade Cultural, 2014. Disponível em: <<http://diversidadecultural.org/>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- ALMEIDA, M^a G. **A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na geografia cultural** In Revista da ANPEGE, v. 9, n. 11, p. 41-50, jan./jun. 2013.
- ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron, 2000.
- ANDRADE, E. **Uma crítica à teoria da complexidade proposta por Edgar Morin**. Universidade Federal de Alagoas. Dissertação [26] 167-187 verão de 2007.
- ANSARAH, M. G. R. **Turismo** – Segmentação de Mercado. São Paulo, Futura, 1999.
- ARAGÃO, M.C. O; CURADO, F.F; SOUZA e MELO, R. **Relações socioambientais na comunidade pesqueira Mem de Sá, Sergipe**. V Encontro Nacional da Anppas, de 4 a 7 de outubro e 2016, Florianópolis – SC – Brasil.
- ARCHER, B. e COOPER, C. **Os impactos positivos e negativos do turismo**. In: THEOBALD, William F. (org.). **Turismo Global**. 2. ed. Traduzido por: Ana Maria

Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: SENAC, 2002.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1996.

_____. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para o turismo situado de base comunitária. In BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009

BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009

_____. **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: UDECE, 2003.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

_____. Ciências Sociais aplicadas ao turismo. In: BRUHNS, H. T. *et al.* **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Ed. Papirus. Campinas, 2004.

_____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, Sp: Papirus, 1995.163p.

BARRETTO, M; BURGOS, R; FRENKEL, D. **Turismo, Políticas e Relações Internacionais**. Campinas, Sp: Editora Papirus, 2003.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BENI, M. C. **Políticas públicas no turismo no Brasil** In SILVA, J. A. e ANJOS, F. Turismo. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), 2013.

_____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Políticas públicas de turismo**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, 21, 2001, Fortaleza, Anais, Fortaleza: Ceará. 23 maio 2001. p. 1-15.

_____. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006 (Série Turismo).

_____. Um outro turismo é possível? – a recriação de uma nova ética. In: GASTAL, S.; MOESCH, M. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p.11 – 25.

BOTELHO, C.. **Sustentabilidade Sociocultural do Turismo**. Brasília: CET/UNB, 2007.

- BRUNT, P. e COURTNEY, P. La percepción de los impactos socioculturales del turismo por la población residente. **Annals of Tourism Research en Español**, v.1, n.2, p.215-239. 1999.
- BUTLER, R. **The Tourism area life cycle**. Aspects of tourism applications and modifications. Vol 1. Clevedon, Buffalo. Toronto: British Library, 2006.
- BRASIL, Ministério do Turismo - MTUR: **Marcos conceituais**. Brasília, 2010. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.
- _____, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília: DF, 2013.
- _____. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. 25 anos de gerenciamento costeiro no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.
- _____. **Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade – conteúdo fundamental**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- _____. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil – Diretrizes Políticas**. Brasília: Ministério do Turismo. 2004
- BRITO, S. P.. **Território e turismo no Algarve**. Lisboa: Edições Colibri / Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, 2009.
- BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999
- BENEVIDES, I. P.. O Prodetur-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará In RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2.ed.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (1998 [1989]).
- BUTLER, R.W. **The concept of the tourism area cycle of evolution: implications for management of resources**. Canadian Geographer, v.24, n1, p.5-12, 1980
- BUTLER, R. **Sustainable tourism: A state-of-the-art review**. Tourism Geographies, 1(1): 7 - 25. 1999.
- BUTTIMER, A. Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-194.
- BURSZTYN, I. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009
- CAIDEN, G. E. e CARAVANTES, G. R. **Reconsiderações do conceito de desenvolvimento**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local In RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CANCLIN, N. G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. **O mito do Método**. Campinas: Unicamp, 1971, p. 1-24. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/28978148/Miriam-Limoeiro-Cardoso-O-Mito-do-Metodo>>. Acesso em: 20 ago.2014.
- COOPER, C.. *et. al.* **Turismo**: princípios e prática. Porto Alegre: Artmed, 2001
- COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D. e SHEPHERD, R. **Turismo, princípios e prática**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CUNHA, L. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Verbo 2001
- _____. **Economia e Política do Turismo**. Lisboa (Portugal): Editorial Verbo, 2006.
- CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.
- CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L.. (org) **Geografia**: conceitos e temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CASTROGIOVANNI, A. C. **A geografia do espaço turístico como construção complexa da comunicação**: Tese (doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- CORIOLOANO, L. N. de M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro In CORIOLOANO, L. N. de M. T e MELLO e SILVA, S. C. B. de. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: ed. UECE, 2005.
- CORIOLOANO, L. N. de M. T. LIMA, L. C. (org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: UDECE, 2003.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. *et al.* **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**: atores e cenários de mudança. Fortaleza (CE): EdUECE, 2009.
- CRUZ, R. de C.. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000. Coleção Turismo Contexto.
- _____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado In **Revista Geosul**, v.20, n.40, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234/12254>, acessado em out/2016.
- CLAVAL, P. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F; BRAGA, H. C. (Orgs.). **Geografia e Cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p.17-46

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. de. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2009

DEHEINZELIN, L. **Economia criativa e empreendedorismo cultural**. II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – II ENECULT, de 03 a 06 de maio de 2006, Salvador/BA.

DROULERS, M. e MILANI, C. R. S. **Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal - Cabo Verde**. Paris: UNESCO, 2002

ECHEVERRI, L. M. *et al.* **Desarrollo de Marca País y Turismo**. El caso de estudio de México, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eypt/v22n6/v22n6a06.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FRANÇA, S. L. A. **Condomínios horizontais na zona urbana de Aracaju: uma nova modalidade de segregação**. In: FALCÓN, M. L. de O.; FRANÇA, V. L. A. Aracaju: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Carta de princípios da Economia Solidária, Princípios da Economia Solidária**, Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 20 out. 2015.

FONSECA, M. L. (coordenadora). **Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer**. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2006.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N.. **Reestruturação territorial do litoral de Sergipe**. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de (Org.). **Turismo, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010, 40-61.

FLORIANI, N. e TCHMOLO, M. L.. **Método fenomenológico: reflexões sobre suas possibilidades de aplicação em pesquisas em turismo**. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/turismo/metodofenomenologico.asp>>. Acesso em: 13 out. 2014.

FONTES, A. L. *et al.* Litoral Sul do Estado de Sergipe: condicionantes ambientais e erosão costeira. In Anais do **III Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário - ABEGUA**, vol. 1, número 1, 9-14 de outubro de 2011, Armação de Búzios – Rio de Janeiro.

FONT, A. R.; PENALVA, A. M. R.; BESTARD, D. M. y MUSEUR, A. H. **El libro blanco del turismo de las Islas Baleares**. Hacia una nueva cultura turística. Investigadores del Centre de Recerca Econòmica (UIB. “SA NOSTRA”), há contao com las aportaciones del siguiente equipo de assessores y colaboradores. Universitat de les Illes Balears: Caixa de Balears, Cambra de Comerç de Mallorca, 2009, 1ª edição.

GÂNDARA, J. M.; RAMOS, S. E. V. Estudo sobre o desenvolvimento do turismo no Ceará e seus possíveis impactos na Costa do Sol. In Anais do V Seminário de Pesquisa do Mercosul,

Turismo: inovações da pesquisa na América Latina. Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil – 27 e 28 de junho de 2008. Pg. 2-16

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, G. M.; SOUZA, H. R. de; MAGALHÃES, A. R. (org.). **Desenvolvimento sustentável no Nordeste.** Brasília: IPEA, 1995.

GOMES, B. M. A. **Políticas Públicas e as Transações em Regiões Turísticas.** São Paulo: All Print, 2008.

GOMES, R. C. S. Turismo comunitário no território vivido do povoado Terra Caída/Indiaroba-Se In VARGAS, M. A. M. (org.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural.** Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável.** In Revista Terra Livre. São Paulo: Marco Zero/AGB, 1996. Nº 11-12.

GONÇALVES B. D. **Desenvolvimento Sustentável:** O desafio da presente geração. 1996. Disponível em: <<http://www.espaçoacadêmico.com.br>>. Acesso em: 21 out. 2007.

GONÇALVES, A. **As comunidades criativas, o turismo e a cultura.** Dos Algarves - Revista da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, 17, 11-18. 2008

_____. **A Componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto “praia e sol”:** o caso de Faro e Silves. Lisboa (Portugal): TdT, 2003.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão In: CASTRO, I. *et al* (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, M. C e PAGE, S. J. **The Geography of tourism and recreation** – environment, place and space. Second edition. New York: Routledge, 2002

HUSSERL, E. **A idéia da fenomenologia.** Tradução de Artur Mourão. Lisboa. Edições 70, 2000. 133 p.

LEFEBVRE, H.. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LICKORISH, L. J. **Introdução o turismo.** Tradução de Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, A. M. L e KOZEL, S.. **Lugar e mapa mental:** uma análise possível. Geografia – v 18, n. 1, jan/jun, 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LUCHIARI, M. T. D.P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o Lugar e o mundo. In: Luiz Cruz Lima (org.). **Da Cidade ao Campo: A Diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza-CE: UECE, 1998.

LUSTOSA, M. C. *et al.* **O Velho Chico e sua nova cadeia produtiva: diagnóstico da piscicultura alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? In BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G. e BURSZTYN, I. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009.

Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS - COPPE/UFRJ). Relatório técnico apresentado à FAPERJ. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Marco%20referencial%20-%20TBC.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MALDONATO, C. O turismo rural comunitário na América Latina In BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (org). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

MARAFON, G. J. (org). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, 542 p.

MARTINS, G. I. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2011, Uberlândia, 298f. Dissertação (mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2011.

MATOS, F.; **Santa Luzia do Itanhi: Conhecendo nossa história**. 2010 [online]. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/santa-luzia-do-itanhi-conhecendo-nossa-historia/37228/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MATHIESON, A; WALL, G. **Turismo: Repercusiones económicas, físicas y sociales**. México: Trillas Turismo, 1990.

MELLO, J. C. e ALEXANDRE, L. M^a de M. **Marcas e propriedade intelectual das catadoras de mangaba (se): turismo de base comunitária, economia criativa e INPI**. In PIDCC, Aracaju, Ano VI, Volume 11 nº 03, p.043 a 067 Out/2017. Disponível em: <<http://www.pidcc.com.br>>. Acesso em: nov. 2017.

MEYER, M.. Educação ambiental: uma proposta pedagógica. In **Aberto** 49, 1991. P. 41-45.

MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. In **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, ano 05, n. 11 - 2º semestre de 2009 - ISSN 1807-5193 Disponível em: <<http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

MELO e SOUZA, R. (org). **Território, planejamento e sustentabilidade: conceitos e práticas**. São Cristóvão: editora UFS, 2010.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MONTEIRO, R. de M., PESSÔA, V. L. S. Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografais como técnica de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (MG). P. 267-286 In MARAFON, G. J. (org). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, 542 p.

MOURÃO, J.M. **Desenvolvimento sustentável do turismo-princípios, fundamentos e práticas**. Disponível em: <www.fcs.unl.pt/geoinova/revistas/files/n2-5.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MOLINA, S. Turismo Criativo: além da competitividade – uma experiência no México In **Planificacion Integral Del Turismo** – Um enfoque para Latinoamérica. Espanha: Trilhas Turismo, 1999.

_____. **O Pós-Turismo**. Trad. Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo).

NETTO, A. P. e ANSARAH, M. G. dos R. **Produtos turísticos e novos segmentos de mercado**: planejamento, criação e comercialização. Barueri, Sp: Manole, 2015.

MONIZ, A. I. D. de S. A. **A sustentabilidade do turismo em Ilhas de Pequena Dimensão**: o Caso dos Açores. Centro de Estudos de Economia aplicada do Atlântico – CEEAplA, Ponta Delgada/Portugal, 2009.

MONTEJANO, J. M. **Psicossociología del turismo**. España: Sínteses, 1996.

MOESCH, M. M.. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, Thomson, 2002.

MORAES, M. C. **Pensamento Eco-Sistêmico**. Petrópolis: Vozes, 2004

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa-Portugal: Publicações Europa, América. Biblioteca Universitária, 1985.

_____. **O método I: a natureza da natureza**. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. **As duas globalizações**: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente. In SILVA, J. M. da (Org.). EDIPUCRS, Porto Alegre, 2001. pp. 39-83

_____. **Ciência com consciência**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

Município de Santa Luzia do Itanhhy. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-santa-luzia-do-itanhy.html>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MURTA, S. M. Turismo Histórico-Cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncoras. In: ALBANO, C.; MURTA, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Território Brasilis/Editora UFMG, 2002. P. 139– 168.

NITSCHKE, L. B.; KOZEL, S. **Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPR), jul. 2006, v. 1, n. 1, pp. 52-61

NOSCHANG, J.. **O modelo teórico SISTUR diante da complexidade do fenômeno turístico**. Dissertação de mestrado: UnB, 2014.

OLIVEIRA, O. J. R.. **Turismo, Cultura e Complexidade: Como estabelecer Diálogos Transculturais?**. In: **Encontro Dialógico Transdisciplinar - ENDITRANS**, 2010, Vitória da Conquista / BA. Encontro Dialógico Transdisciplinar - Tecendo conhecimentos em complexidade: desafios e estratégias. Vitória da Conquista / BA: Edições UESB, 2010.

OLIVEIRA, M. do R. B de; SALAZAR, A. M. **Os impactos do turismo: o caso medieval de Santa Maria da Feira**. Book of Proceedings vol. I . International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3887/388743867068/>>. Acesso em: jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais: Publicação de Turismo e Ambiente**. 1. ed. Brasília: EMBRATUR, 1994.

_____. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Boockman, 2003.

_____. **Introdução ao Turismo**. Tradução Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca. 2001.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Traduzido por: Sandra Netz. Porto Alegre: Boockman, 2003. Tradução de: Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental: evolução e conceitos. In: PHILIPPI JR, A (eds). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, 2005 p. 587-598 (Coleção Ambiental, 2)

PERALTA, N.. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. In **Revista Acadêmica. Observatório de Inovação do Turismo**. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/viewFile/5808/4520>>. Acesso em: out. 2014

PETRAGLIA, Izabel. **Edgard Morin: complexidade, transdisciplinaridade e incerteza.** Disponível em http://www4.uninove.br/grupec/EdgarMorin_Complexidade.htm. Acesso 12. out.2014.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, G. M. de A; FERNANDES, J. L. J. **Tendências recentes em turismo:** algumas reflexões na perspectiva dos territórios de baixa densidade COGITUR. disponível em: <<http://www.revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/4425/2986>> Acesso em: 10 ago. 2016.

REIS, A. C. F. (org.). **Introdução em Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento:** uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008, 267p.

REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (orgs.). **Cidades criativas:** perspectivas. São Paulo: Garimpo de soluções, 2011. Disponível em: <https://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro_70516/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

REALE, G. **História da Filosofia:** Do Romantismo até nossos dias. v.3 São Paulo: Paulus, 2007.

REDE DE TURISMO CRIATIVO. Disponível em: <<http://www.creativetourismnetwork.org/>>. Acesso em: abr. 2017

REDE TUCUM. **Turismo comunitário.** Disponível em: <<http://www.tucum.org>>. Acesso em: abr. 2014.

RICHARDSON, R. J. (colaboradores). **Pesquisa social:** método e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDS, G. **O que é Turismo Criativo?** In I Encontro Internacional de Turismo Criativo, em 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/18507121/O_que_%C3%A9_turismo_criativo>. Acesso em: maio 2017.

_____. **Tourism, creativity and creative industries.** Comunicação apresentada na Conferência Creativity and creative industries in challenging times, 2012, In Portal da Academia. Disponível em: <https://www.academia.edu/2198992/Tourism_Creativity_and_the_Creative_Industrie>. Acesso em: maio 2017.

RITCHIE, B. J. R.; CROUCH, G. I. **The Competitive destination:** a sustainable tourism perspective. Word Tourism Education and Research Centre. University of Calgary. Alberta, Canadá: Cabi Publishing, 2003.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

- RODRIGUES, J. M. M. e SILVA, E. V. da. **Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoeologia das paisagens e da teoria geosistêmica**. Fortaleza: Edições: UFC, 2013.
- ROSA, M^a V. de F. P. de C. e ARNOLDI, M. Ap. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. 112pgs
- ROMÃO, J. **Turismo e Lugar: diferenciação territorial, competitividade e sustentabilidade em turismo**. Lisboa: Escolar editora, 2013
- RODRIGUES, S. **Eu sou Maria/Doze trabalhos de Hercúles**. ed,5. Rio de Janeiro. Formato, 2008.
- RUBIES, B. E. **Improving public-private sectors cooperation in tourism: A new paradigm for destinations**. Tourism Review, v. 56, n. ¾. 2001.
- RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2000.
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Geramond, 2002. 96 pág.
- _____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Hucitec, São Paulo, 1994.
- _____. **Por uma nova geografia: da crítica da Geografia a uma geografia crítica**. 6^a ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, R. H. dos. **Entre águas e gentes: vivências (in)visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe**. Tese de Doutorado: UFS, 2015.
- SANTOS, J. C. V.. **Região e destinos turísticos: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares**. São Paulo: All Print Editora, 2013.
- SANTOS, C. N. C. e VILAR, J. W. C. **O litoral Sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial**. In REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1128-1138, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/202141782/009-o-Litoral-Sul-de-Sergipe-1>>. Acesso em: out. 2015.
- SANTOS, E. A., ARAGÃO, M. C. O.; SOUZA e MELO, R.. **Políticas ambientais e turismo no cenário das comunidades de pescadores artesanais – APA Litoral Sul de Sergipe**. 2009, Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/secosteiros/article/download/14701/10056>>. Acesso em: out. 2015.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**, 2001.

SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil In BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

SILVA, J. A. M. **O destino turístico Arade: uma estratégia de intervenção**. Portimão/Portugal: Soares, 2005.

SILVA, N. P.; ALEXANDRE, L. M.M. Turismo de Base Comunitária em Santa Luzia do Itanhy: a comunidade local como protagonista. In **Anais do V Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária**, UNEB. Salvador: 2015.

SILVA, F. e UMBELINO, J. (coord.). **Planeamento e desenvolvimento turístico**. Lisboa: Lidel Edições Técnicas, 2017. 1ª edição

SILVA, J.A. e FLORES, A.. **A gestão dos Destinos Turísticos: criando valor no destino Arade**. In FONSECA, M. L. (coordenadora). Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2006.

SILVA, J. A e ALEXANDRE, L. M. de M. Organização do Turismo rural no Litoral Sul de Sergipe In: **Anais IX Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CIRTUDES: Turismo rural comunitário: estratégias de desenvolvimento**, São Paulo, 2014. p.1 – 17. Disponível em: <<http://143.107.95.102/prof/kasolha/citurdes/anais/>>. Acesso em: fev. 2015

SILVA, M. A. dos S. **Por uma nova ética da compreensão e da tolerância**, 2016. disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=2096,2012>>. <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-marcio-por-uma-nova-etica-da-comprensao-e-da-tolerancia.pdf>>:<http://www4.uninove.br/grupec/EdgadMorin_Complexidade.html>. Acesso em: 30 jun 2016.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.C.; TEIXEIRA, B. S.; Fomento ao Turismo de Base Comunitária: A Experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem. 2009, p. 359-373.

SILVEIRA, E. S. da. **Por uma sociologia do turismo**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

SWARBROOKE, J.. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. Traduzido por: Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000. 1v. Tradução de: Sustainable Tourism Management.

SIMÕES, J. M.; FERREIRA, C. C. Sol, Mar e Praia: da Vilegiatura Balnear à Reinvenção do Produto Turístico In SILVA, F. e UMBELINO, J. (coord.) **Planejamento e Desenvolvimento turístico**. Lisboa: Idel, 2017.

SERGIPE. **Plano Estratégico Estadual de Turismo 2009 – 2014**. Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.. (SETUR). Aracaju, Sergipe, Brasil, 2009.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Velho Chico** (versão preliminar). TECHNUM Consultoria. Brasília: outubro, 2010

_____. **Relatório anual 2012**. Unidade de Coordenação de Projetos – UCP do PRODETUR. (SETUR). Aracaju, Sergipe, Brasil, 2012.

_____. **Unidades de Conservação da Natureza em Sergipe**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH. (SEMARH), Aracaju, Sergipe, Brasil, 2012.

_____. **Plano de desenvolvimento econômico de Sergipe Desenvolver-se**. Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento, 2007.

SMITH, V. **Anfitriones e invitados**. Antropología del Turismo. Madrid: Endymion, 1989.

SOUZA, C. R. de G. *et al.* **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2005.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In CARLOS, A. F. A. *et al* (orgs.). **A produção do espaço urbano**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

TALAVERA, A.S. Mirar y leer: autenticidad y patrimonio cultural para el consumo turístico. Campo Grande, In **VI Encontro Nacional de Turismo com Base Local**, 2002.

UNESCO. **Culture/heritage**, 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/heritage>>. Acesso em 25 ago. 2014.

_____. **Antropologia y turismo: nuevas hordas viejas culturas?** Barcelona: Ariel, 1997.

TÔRRES, J. J. M. **Complexidade e Liberdade**. Disponível em: <<http://teoriadacomplexidade.com.br/textos/teoriadacomplexidade/Complexidade-e-Liberdade.pdf>>. Blog: blogjuliotorres.blogspot.com – E-mail: juliotorres@juliotorres.ws. Acesso em: 19 jun.2014.

TUAN, Y. F.. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores no meio ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro. Difel. 1980.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

THEOBALD, W. F. (org.). **Turismo Global**. 2. ed. Traduzido por: Ana Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: SENAC, 2002. Tradução de: Global Tourism.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 6ª ed. São Paulo: SENAC, 2000.

VARGAS, M. A. M. **Desenvolvimento regional em questão: O Baixo São Francisco revisado**. (Tese de doutorado). Rio Claro: UNESP, 1999.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010, 21-39.

VILAR, J. W. C.; SANTOS, P. P. O **crescimento da segunda residência no litoral nordestino**: uma análise da expressão territorial do fenômeno. 2010. Disponível em: <<http://eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos?download=223:vilar-e-santos-agb&start=2040>>. Acesso em: out. 2017.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura Ecológica**: Preservação do pequeno agricultor e do Meio Ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado**: quais as transformações? Disponível em <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/do-turismo-de-massa-ao-turismo-situado.pdf>. Acessado em out.2015

ZEVALLOS, A. C. O. de. **Los yagua en el contexto del turismo étnico**: La construcción de la cultura para el consumo en el caso de Nuevo Perú. *Anthropologica*, Lima, v. 26, n. 26, dez. 2008.

Disponível em: <http://dev.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92122008000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2015.

KAKANO, K. (coord.) **Projeto Orla**: implementação em territórios com urbanização consolidada. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80p

KRIPPENDOR, J. **Sociologia do Turismo**. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

Fontes eletrônicas

Blog de divulgação das ações do projeto “Sentidos de Itanhy”. Disponível em: <<http://turismo-santaluziadoitanhy.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

<<http://expresso.sapo.pt/economia/2017-07-02-Um-quarto-dos-portugueses-vai-trabalhar-para-o-turismo>> Acessado em 12 jul. 2017.

<<http://www.confederacaoturismoportugues.pt/press/view/id/574>>Acessado em 12 jul. 2017.

<<http://www.jornaldoalgarve.pt/>> acessado em 12 jul. 2017.

<<http://www.entornoturistico.com/epistemologia-del-turismo-es-turismo-una-ciencia/>> acessado em 12 jul. 2017

<https://www.facebook.com/confederacaoturismoportugues/?ref=aymt_homepage_panel> acesso em: 12 jul. 2017.

<<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>> Acessado em 14/09/2015.

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1> Acesso em: 10 nov. 2015

<<http://home.dsoc.uevora.pt/~eje/reponses.htm>> acessado em 12 jul. 2017

<<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/TeresaMendonca.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2015.

<<http://www.confederacaoturismoportugues.pt/press/view/id/574>> Acesso em: 12 jul. 2017.

<<http://www.turismoalgarve.pt/projetos-e-iniciativas/plano-de-atividades-e-orcamento.html>> Acesso em: 13 jul. 2017.

<<http://observador.pt/2017/04/11/movimentos-de-passageiros-nos-aeroportos-aumentou-143-para-mais-de-45-milhoes-em-2016/>> Acesso em: 12 jul. 2017

<<http://www.ambitur.pt/ine-mais-186-de-passageiros-nos-aeroportos-nacionais-no-primeiro-trimestre/>> Acesso em: 12 jul. 2017.

Regulamento de atribuições de apoio, 2013. Disponível em:

<<http://www.turismoalgarve.pt/instituicao/legislacao-e-regulamentos.html>> Acesso em: 12 jul. 2017.

<<http://dietamediterranea.net/?q=pt/node/1>> Acesso em 13. jul. 2017.

<https://map.viamichelin.com/map/carte?map=viamichelin&z=10&lat=37.12565&lon=-7.65006&width=550&height=382&format=png&version=latest&layer=background&debugpattern=.*> Acesso em: 09 ago. 2017.

<<http://www.cm-tavira.pt/site/content/turismo-concelho/caracteriza%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 14 jul. 2017.

<<http://mapas.cm-tavira.pt/site/cache/print/59ad09f415e27181eb7f50db09356a0c4e6175ab.png>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

REVISTA MUNICIPAL DE TAVIRA <<http://www.cm-tavira.pt/site/content/turismo-concelho/caracteriza%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 14 jul. 2017.

<<http://www.natura-algarve.com/blog/2015/02/27/a-importancia-da-ria-formosa-para-as-aves/>> Acesso em: 15 jul. 2017.

Plano de Atividades e Orçamento da RTA 2017, disponível em:

<<http://www.turismoalgarve.pt/downloads.html>> Acesso em: 12 jul. 2017.

<<https://www.ccdr-alg.pt/site/>> Acesso em 10 jul. 2017.

<<https://algarve2020.pt/info/projetos-aprovados>> Acesso em: 13 jul. 2017.

<<https://www.ccdr-alg.pt/site/info/ccdr-algarve>> Acesso em: 13 jul. 2017.

<<http://idealg.ccdr-alg.pt/ren.aspx>> Acesso em: 13 jul. 2017.

<<http://www.algarvepromotion.pt/pt/252/aheta---associacao-dos-hoteis-e-empreendimentos-turisticos-do-algarve.aspx>> acessado em 12 jul. 2017

<<http://www.algarvepromotion.pt/pt/252/aheta---associacao-dos-hoteis-e-empreendimentos-turisticos-do-algarve.aspx>> Acesso em: 13 jul. 2017.

<http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnrf/inf-ger> Acesso em: 13 jul. 2017.

<http://www.visitalgarve.pt/pressroom.file.php?fileID=156&file=brochura_segredo_235x210_pt_ligth.pdf> Acesso em: 12 jul. 2017.

<<http://www.turismoalgarve.pt/projetos-e-iniciativas/plano-de-atividades-e-orcamento.html>> Acesso em: 12 jul. 2017.

<https://issuu.com/turismo_algarve/docs/ebook_alma_algarvia> Acesso em: 12 jul. 2017.

<<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/324-dieta-mediterranica-na-lista-do-patrimonio-imaterial>> Acesso em: 12 jul. 2017.

<http://mapas.ine.pt/ms_tmp/2foebiq51aeklp94h496kcq6.pdf> Acesso em: 15 jul. 2017.

<https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt> Acesso em: 14 jul. 2017.

<http://www.cm-tavira.pt/site/sites/default/files/cmt/revista_municipal2.pdf> Acesso em 15/07/2017

<<http://dietamediterranica.net/?q=pt/node/1>> Acesso em: 15 jul. 2017.

<<http://www.creativetourismnetwork.org/about/?lang=pt-pt>> Acesso em: 18 jul. 2017

<<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013-es.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2017

< <http://barlavento.pt/destaque/a-ria-esta-cada-vez-mais-formosa>> Acesso em 11 ago. 2017

Economia criativa: um guia introdutório. Disponível em

<http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf> Acesso em: set. 2015.

<http://www.turismoalgarve.pt/ficheirosSite/469/469_0_mapa_algarve2014.pdf> Acesso em: 12 jul. 2017.

<https://bemsortido.files.wordpress.com/2014/09/img_3658.jpg> Acesso em: 09 ago. 2017.

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=164693&CRIADOR+DO+CONCEITO+DE+TURISMO+CRIATIVO+FALA+EM+CONFERENCIA> Acesso em: 18 jul. 2017.

<https://map.viamichelin.com/map/carte?map=viamichelin&z=10&lat=37.12565&lon=-7.65006&width=550&height=382&format=png&version=latest&layer=background&debugpattern=.*> Acesso em: 09 ago. 2017.

<<http://mapas.cmtavira.pt/site/cache/print/59ad09f415e27181eb7f50db09356a0c4e6175ab.png>> Acesso em: 09 ago. 2017

<<http://www.formosamar.com/pt/ria-formosa#.WY1hGVGG0yI>> Acesso em: 11 ago. 2017

<<http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/estamos-construindo-o-futuro-de-santa-luzia-do-itanhi-declarou-jackson-ao-levar-r-17-mi-para-o-municipio>> Acesso em: out. 2017.

IPTI. Áreas de atuação. (s/d) Disponível em: http://www.ipti.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=73&lang=pt. Acessado em: 07/04/2013.

IPTI. Quem somos. (s/d) Disponível em: http://www.ipti.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=65&lang=pt. Acessado em: 07/04/2013.

IPTI. Projeto/Pesquisas, (s/d) Disponível em: http://www.ipti.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=70&lang=pt. Acessado em: 07/04/2013.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DINÂMICA AMBIENTAL



Tese de Doutorado: (Re) Invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivo geral do estudo é analisar a (re) invenção de um novo modelo de gestão para o desenvolvimento turístico sustentável no litoral Sul de Sergipe a partir do Turismo de Base Comunitária.

Especificamente irá:

- a) Diagnosticar as áreas de ocupação das comunidades tradicionais do litoral sul sergipano (análise SWOT);
- b) Verificar, através de mapeamento, as transformações socioespaciais ocorridas no Litoral Sul Sergipano com interferência no espaço geográfico e social das comunidades tradicionais;
- c) Analisar as ações das políticas públicas de turismo e seus reflexos no processo de transformação territorial e na produção de novas territorialidades;
- d) Analisar as bases conceituais do Turismo Criativo tendo como território de análise, a cidade de Tavira, no Sul do Algarve (Portugal) e as boas práticas sustentáveis;
- e) Estabelecer a correlação entre o modelo de desenvolvimento das políticas públicas de turismo, a teoria da complexidade de Morin e a teoria dos sistemas de Beni.

1. Município:
2. Quais foram as intervenções que o município sofre no que diz respeito a:
 - a) Investimentos públicos/privados;
 - b) Estes investimentos estão em que instância de governança?
 - c) Gestão de políticas públicas;
 - d) Iniciativas coletivas (associações, terceiro setor)
3. O município possui Plano de Desenvolvimento para o Turismo? Tem Plano Diretor para o Turismo? Quais são os principais programas e projetos direcionados ao setor de turismo?
4. Quais as parcerias existentes entre os municípios
5. Há ações do PRODETUR no município? Qual ou quais? Qual o volume dos investimentos? Quais são os produtos gerados a partir destes investimentos?
6. De que forma o município pensa (o gestor) o Turismo de Base Comunitária?
7. Como está organizado turisticamente o município?
8. Impactos: como era antes do turismo e como é agora? Qual a proposta para o futuro?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DINÂMICA AMBIENTAL



Tese de Doutorado: (Re) Invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa.

Roteiro de Observação Participante

APÊNDICE B

Identificação SWOT

1. Município:
2. Características turísticas baseadas no SISTUR:
 - a. Dimensão Cultural
 - b. Dimensão Política
 - c. Dimensão Ambiental
 - d. Dimensão Turística
3. Impactos: como era antes do turismo e como é? Qual a proposta para o futuro?

Organização Socioterritorial

1. Identificação das comunidades tradicionais e suas práticas econômicas: ocupação das comunidades tradicionais, aspectos históricos e geográficos (caracterização e mapeamento)
2. Ocupação do espaço se dá de que forma?
3. Quais comunidades estão inseridas/presentes nessas localidades?
4. Como está sendo comercializado o produto turístico nestes locais?
5. Como estão organizados os atores locais?
6. Identificar, através das fotos, o produto turístico local e oferecido.

Vida Social antes do turismo e com a chegada do turismo

1. Intervenções dos atores sociais na (re) produção do espaço social e vivido no litoral sergipano: Elementos da vivência coletiva, Elementos da vida cotidiana (rotina, trabalho), Composição etária (idosos, crianças, jovens, adultos...)
2. Imaginário coletivo em torno da relação turismo, cultura, identidade e desenvolvimento local Relação com o turismo (práticas, fazeres,...)
3. Pontuar as áreas de ocupação e modificações a partir do turismo?
4. Quanto tempo reside? Falar sobre o cotidiano turístico na localidade.

5. Estabelecer a correlação entre o modelo de desenvolvimento das políticas públicas de turismo, a teoria da complexidade de MORIN e a teoria dos sistemas de BENI
6. Mapear as transformações sócias espaciais ocorridas no litoral sergipano, com interferência no espaço geográfico e social das comunidades tradicionais
7. Como está estruturado turisticamente as localidades turísticas?

Modelos sistêmicos de análise: SISTUR, TC e o proposto

1. Analisar as ações das políticas públicas de turismo e seus reflexos no processo de transformação territorial e na produção de novas territorialidades.
2. Se há projetos, e como são elaborados, financiados, parceiros.
3. Estes investimentos estão em que instância de governança?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANÁLISE REGIONAL



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA
DOUTORAMENTO EM TURISMO



TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PARA USO DE IMAGEM

APÊNDICE C

Através do presente instrumento, o CEDENTE, de forma inteiramente gratuita, a título singular, em caráter total, definitivo, irrevogável e irretratável, autoriza a utilização de sua imagem pela pesquisadora/discente LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE, portadora do RG 1.133.228 SSP/SE, doutoranda pelo programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe, orientada pelo Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo e investigadora pelo programa PDSE 2016/2017 CAPES em doutoramento sanduiche na Universidade do Algarve, Faculdade de Turismo, no Doutoramento em Turismo, supervisionada pelo Prof. Dr. João Albino Silva, cede a ALUNA todo e qualquer direito autoral patrimonial dela decorrente. A autorização objeto deste termo alcança apenas, o uso da imagem para fins de divulgação dos resultados da pesquisa intitulada: **(Re) Invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa e o Turismo Criativo na Região do Algarve: um estudo de caso em Tavira**”, com fins de utilização científica em congressos, encontros, textos, artigos entre outros.

Local, _____, _____ de _____ de _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANÁLISE REGIONAL**

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA
DOUTORAMENTO EM TURISMO**



TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PARA USO DE IMAGEM

LISTA DE ASSINATURAS:

CEDENTE:

NOME, RG, CPF, ENDEREÇO, TELEFONE

1.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANÁLISE REGIONAL



TERMO DE CESSÃO DE INFORMAÇÕES

APÊNDICE D

Estou ciente dos trabalhos de pesquisa intitulada: Turismo de Base Comunitária no Litoral Sergipano: Territórios de poder e as relações de identidade, cultura e desenvolvimento local nas comunidades tradicionais, realizado pela discente LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE, portadora do RG 1.133.228 SSP/SE, doutoranda pelo programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientador o Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo. AUTORIZO A GRAVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES POR MIM PRESTADAS NESSA ENTREVISTA. Concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica em congressos, encontros, textos, artigos entre outros. Autorizo, ainda, a divulgação da minha imagem e/ou informações por mim prestadas. Estou também ciente que posso abandonar minha participação nessa pesquisa a qualquer momento.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANÁLISE REGIONAL**



TERMO DE CESSÃO DE INFORMAÇÕES

LISTA DE ASSINATURAS:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANÁLISE REGIONAL**

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA
DOUTORAMENTO EM TURISMO**



Tese de Doutorado: (Re) Invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa.

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivo geral do estudo é analisar a (re) invenção de um novo modelo de gestão para o desenvolvimento turístico sustentável no litoral Sul de Sergipe a partir do Turismo de Base Comunitária.

Especificamente irá:

- a) Diagnosticar as áreas de ocupação das comunidades tradicionais do litoral sul sergipano (análise SWOT);
- b) Verificar, através de mapeamento, as transformações socioespaciais ocorridas no Litoral Sul Sergipano com interferência no espaço geográfico e social das comunidades tradicionais;
- c) Analisar as ações das políticas públicas de turismo e seus reflexos no processo de transformação territorial e na produção de novas territorialidades;
- d) Analisar as bases conceituais do Turismo Criativo tendo como território de análise, a cidade de Tavira, no Sul do Algarve (Portugal) e as boas práticas sustentáveis;
- e) Estabelecer a correlação entre o modelo de desenvolvimento das políticas públicas de turismo, a teoria da complexidade de Morin e a teoria dos sistemas de Beni.

I – SOBRE TAVIRA

- 1) Modelo de região, dos documentos de constituição e funcionamento dos órgãos que trabalham com o turismo:
 - a) “Peças” legais
 - b) Recursos financeiros
 - c) Competências
 - d) Órgão
 - e) Prioridade

2) Documentos estratégicos para a gestão do turismo em Tavira:

- a) Turismo: objetos, programas, ações

II) Sobre Tavira

1) Quais são as principais parceiras e como funciona a gestão do turismo em Tavira?

- a) Câmara Municipal
- b) Governo Central
- c) Privadas
- d) Sobre ações/programas

2) Sobre Tavira e a Reserva Natural da Ria Formosa:

- a) De que forma é tratada a ideia de sustentabilidade nesse cenário?
- b) Onde ficam as principais áreas de comercialização turística nessas áreas da reserva?
- c) De que forma os agentes locais estão inseridos nessas atividades?

3) Sobre a “Dieta Mediterrâneas”:

Informações: investimentos, formato de rede, participação do organismo gestor na perspectiva do turismo, participação das comunidades locais (como funciona?)

- a) Há relação da DM com o Turismo Criativo e o Turismo de Base Comunitário? De que forma funciona?
 - b) De que forma a relação sustentabilidade, identidade e cultura está inserida na DM?
- 4) De que forma a comunidade que está envolvida com a DM entende o Turismo Criativo e o Turismo de Base Comunitário?